

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Lucas Soares Machado

**BECO DO FANHA: ASPECTOS HISTÓRICOS E MATERIAIS DE
UM BECO DE PORTO ALEGRE, 1897-1924**

Santa Maria, RS
2023

Lucas Soares Machado

**BECO DO FANHA: ASPECTOS HISTÓRICOS E MATERIAIS DE UM BECO
DE PORTO ALEGRE, 1897-1924**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Luís Augusto Ebling Farinatti

Santa Maria, RS
2023

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Machado, Lucas Soares

Beco do Fanha: aspectos históricos e materiais de um beco de Porto Alegre, 1897-1924 / Lucas Soares Machado.- 2023.

189 p.; 30 cm

Orientador: Luís Augusto Ebling Farinatti

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2023

1. História Urbana 2. História do Rio Grande do Sul 3. História de Porto Alegre 4. Reformas urbanas 5. Becos I. Farinatti, Luís Augusto Ebling II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, LUCAS SOARES MACHADO, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Lucas Soares Machado

**BECO DO FANHA: ASPECTOS HISTÓRICOS E MATERIAIS DE UM BECO
DE PORTO ALEGRE, 1897-1924**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em História**.

Aprovada em 17 de março de 2023:

Luís Augusto Ebling Farinatti, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)
(Videoconferência)

Cláudia Mauch, Dr.^a (UFRGS)
(Videoconferência)

Paulo Roberto Staudt Moreira, Dr.
(Videoconferência)

Santa Maria, RS
2023

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação não existiria sem a ajuda de diversas pessoas, às quais deixo breves, mas carinhosos, agradecimentos.

Agradeço em primeiro lugar a minha mãe, Giane, e a minha companheira, Mical, por terem, em momentos diferentes da elaboração desta pesquisa, dividido um teto comigo. Tenho certeza de que se não tivesse o seu apoio e encorajamento, este trabalho não seria o que é. Muito obrigado.

Agradeço ao meu pai, Pedro, por sempre me lembrar que tudo dará certo no fim.

Agradeço ao meu orientador, professor Farinatti, por estar presente nos momentos mais críticos e partilhar um pouco de seu conhecimento, bom humor e paixão pela literatura.

Agradeço aos professores Paulo Moreira e Claudia Mauch, que compuseram a banca de avaliação do trabalho, tanto na qualificação quanto na defesa. Suas contribuições e críticas foram essenciais, me instigando a buscar novas fontes e olhares.

Agradeço às instituições arquivísticas em cujos acervos pesquisei. Sou grato ao Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho e aos seus funcionários, que sempre (e por diversas vezes) me receberam com carinho e atenção. Agradeço ao Centro Histórico Cultural da Santa Casa de Porto Alegre e as suas funcionárias, que me receberam em apenas duas ocasiões, mas responderam muitos e-mails e já me consideraram um pesquisador da casa. Ao Arquivo Público do Rio Grande do Sul, pela conservação de um acervo tão relevante. E à Fundação Biblioteca Nacional, por disponibilizar um acervo online riquíssimo em periódicos.

Agradeço aos meus amigos, colegas e professores.

Agradeço, por fim, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelo financiamento desta pesquisa.

RESUMO

BECO DO FANHA: ASPECTOS HISTÓRICOS E MATERIAIS DE UM BECO DE PORTO ALEGRE, 1897-1924

AUTOR: Lucas Soares Machado
ORIENTADOR: Luís Augusto Ebling Farinatti

No final do século XIX, poucos anos após a Abolição e a Proclamação da República, a cidade de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, possuía uma estrutura urbana largamente herdada dos períodos colonial e imperial. Uma das características mais marcantes do seu primeiro distrito, a região da ponta da península, que atualmente compreende o Centro Histórico da cidade, era a existência de diversas pequenas vielas conhecidas como becos, que eram habitados por uma população diversa, majoritariamente trabalhadora e pobre. Esta pesquisa se concentra em uma daquelas antigas vias, hoje desaparecidas, conhecida popularmente à época como Beco do Fanha. Parte-se de uma simples constatação: no início do século XX, a despeito de as autoridades municipais afirmarem ser necessário focar em obras urbanas pontuais — *melhoramentos* —, o Beco do Fanha passou por grandes reformas, que envolveram desapropriações e demolições do antigo casario e alargamento da via. Seus habitantes foram, presume-se, obrigados a procurar novos locais para morar, e o espaço foi transformado, passando a ser ocupado por edifícios modernos como a sede do jornal governista *A Federação*. O objetivo da investigação é elencar características materiais e populacionais do beco, criando um retrato abrangente do espaço entre os anos de 1897 e 1924. O período foi selecionado por compreender o mandato do intendente José Montauray de Aguiar Leitão, responsável pelas obras, assim como por abranger o processo de transformação da via. O estudo está dividido em três capítulos principais, além de introdução e considerações finais. No primeiro capítulo, a partir de crônicas e plantas da cidade, foram investigados a formação e o desenvolvimento do beco. O segundo capítulo foca nas habitações e nas reformas, com auxílio de décimas urbanas e de reproduções visuais do Beco do Fanha. No terceiro capítulo, buscou-se conhecer seus habitantes; para essa tarefa, além de textos jornalísticos, foram consultados os livros de porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Concluiu-se que o Beco do Fanha, antes de ser uma etapa da evolução urbana da cidade, foi um espaço específico, que não sobreviveu às primeiras décadas de administração republicana.

Palavras-chave: Beco do Fanha. História Urbana. Décima urbana. Porto Alegre.

ABSTRACT

FANHA'S ALLEY: HISTORICAL AND MATERIAL ASPECTS OF AN ALLEY IN PORTO ALEGRE, 1897-1924

AUTHOR: Lucas Soares Machado
ADVISOR: Luís Augusto Ebling Farinatti

In the end of the 19th century, few years after the Abolition of Slavery and the Proclamation of the Republic, the city of Porto Alegre, capital of the state of Rio Grande do Sul, had an urban structure inherited largely from the Colonial and Imperial periods. One of the most prominent characteristics of the first district, the region of the tip of the peninsula, which currently comprises the Historical Center of the city, was the existence of numerous small lanes known as alleys, which were inhabited by a diverse population, mostly poor and working-class people. This research centers in one such old lane, known popularly in that time as Fanha's Alley. We start from a simple observation: in the beginning of the 20th century, despite the municipal authorities claiming that it was necessary to focus on one-off urban works — *upgrades* —, Fanha's Alley went through great reforms, which involved the expropriation by eminent domain and demolition of the old housing and the enlargement of the street. Its inhabitants, we presume, were forced to seek new places to live, and the space was transformed, becoming occupied by modern buildings such as the headquarters of the governmental newspaper *A Federação*. The objective of this investigation is to list material and population characteristics of the alley, creating an in-depth picture of the space between 1897 and 1924. The period was selected because it comprises the term of office of José Montauray de Aguiar Leitão, responsible for the reforms, as well as covering the process of transformation of the lane. The study is divided in three chapters, besides an introduction and final thoughts. In the first chapter the formation and development of the alley were investigated in chronicles and city plans. The second chapter focuses on the housing and reforms, with the aid of property tax records and visual reproductions of Fanha's Alley. In the third chapter, we sought to get to know its inhabitants; for this task, besides journalistic texts, patient admission books of the Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre were consulted. We concluded that Fanha's Alley, rather than being a step in the city's urban evolution, was a specific space, which did not survive the first decades of Republican administration.

Keywords: Fanha's Alley. Urban History. Property tax records. Porto Alegre.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Beco do Fanha no final do século XIX, autor desconhecido	27
Figura 2 - Planta de Porto Alegre Ano 1772, de Clovis de Oliveira (1983)	35
Figura 3 - Possível local do Beco do Fanha na Pianta da Cidade de Porto Alegre, 1833, de Lívio Zambecari	47
Figura 4 – Beco do Fanha em detalhe da Planta da Cidade de Porto Alegre, 1838, Império do Brasil	50
Figura 5 – Beco do Fanha em detalhe da Planta da Cidade de Porto-Allegre, 1839, por L. P. Dias	52
Figura 6 – Beco do Fanha em detalhe da Planta da Cidade de Porto-Allegre, 1844, de Conrado Jacob de Niemeyer	53
Figura 7 – Beco do Fanha em detalhe da Planta da Cidade de Porto Alegre, 1868, de Antônio Eleuthério de Camargo.....	54
Figura 8 – Tipos edifícios do Beco do Fanha em 1897	106
Figura 9 – Esquema arquitetônico das casas térreas urbanas	113
Figura 10 – Tipos edifícios do Beco do Fanha em 1904.....	116
Figura 11 – Tipos edifícios do Beco do Fanha em 1912.....	120
Figura 12 – Vistas frontais de tipos arquitetônicos urbanos	122
Figura 13 – Tipos edifícios do Beco do Fanha em 1921	124

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Habitantes do Beco do Fanha por sexo	134
Gráfico 2 – Moradores do Beco do Fanha por idade e sexo.....	137
Gráfico 3 – Moradores do Beco do Fanha por naturalidade	147
Gráfico 4 – Moradores do Beco do Fanha por cor.....	151
Gráfico 5 – Moradores do Beco do Fanha por cor e sexo	153
Gráfico 6 – Moradores do Beco do Fanha, brancos e não-brancos por sexo .	154
Gráfico 7 – Moradores do Beco do Fanha por profissão	157
Gráfico 8 – Moradores do Beco do Fanha por estado civil	166

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 BECO DO FANHA: GÊNESE, DESENVOLVIMENTO E OCASO	25
1.1 UM BECO E UM TAVERNEIRO FANHO	26
1.2 PLANTAS URBANAS E DESENVOLVIMENTO DO BECO DO FANHA ...	45
1.3 PROPRIETÁRIOS E TRANSAÇÕES IMOBILIÁRIAS	56
1.4 QUE HÁ EM UM NOME? – O OCASO DO BECO DO FANHA.....	69
2 O VENTRE DE PORTO ALEGRE – ASPECTOS MATERIAIS DO BECO DO FANHA	76
2.1 PORTA ADENTRO: INVASÕES DOMICILIARES	79
2.2 ASPECTOS MATERIAIS DO BECO DO FANHA NA DÉCIMA URBANA..	99
3 O MEIO DESSA BOA GENTE – POPULARES E A HABITAÇÃO NO BECO DO FANHA	126
3.1 HABITANTES DO BECO DO FANHA NAS FONTES DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE	130
3.2 UM TETO TODO SEU?	170
CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
REFERÊNCIAS	180
ANEXO A – PLANTA DA CIDADE DE PORTO ALLEGRE, 1833, DE LÍVIO ZAMBECCARI	184
ANEXO B – PLANTA DA CIDADE DE PORTO ALEGRE, 1838, IMPÉRIO DO BRASIL	185
ANEXO C – PLANTA DA CIDADE DE PORTO-ALLEGRE 1893, POR L. P. DIAS	186
ANEXO D – PLANTA DA CIDADE DE PORTO-ALLEGRE, 1844, DE CONRADO JACOB NIEMEYER	187
ANEXO E – PLANTA DA CIDADE DE PORTO ALEGRE, 1868, DE ANTÔNIO ELEUTHÉRIO DE CAMARGO	188
ANEXO F – LEVANTAMENTO CADASTRAL DE 1893, DE GUILHERME AHRONS	189

INTRODUÇÃO

*Mas a cidade não conta o seu passado, ela
o contém como as linhas da mão, escrito
nos ângulos das ruas, nas grades das
janelas, nos corrimãos das escadas, nas
antenas dos para-raios, nos mastros das
bandeiras, cada segmento riscado por
arranhões, serradelas, entalhes,
esfoladuras.*

Italo Calvino

Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, completou em 2022 — quiçá simbolicamente¹ — 250 anos de existência. Sua história é rica em façanhas, como lembram a letra do hino gaúcho, não sem uma dose de racismo, e o bordão do governo estadual nos anos 2019 – 2022. Sua população em 2021, estimada pelo IBGE, era de 1 492 530 habitantes, colocando-a como a décima cidade mais populosa do Brasil. Na área econômica, a capital dos gaúchos se destaca como a oitava do país em PIB *per capita*.² De acordo com a prefeitura municipal, “Porto Alegre tem pluralidade cultural”, que se reflete em sua gastronomia, atrações culturais e lazer.³

Mas nem tudo são rosas. Em julho de 2021, o jornal Sul 21 publicou uma série de reportagens⁴ que abordam as transformações urbanas, recentes e futuras, da capital do Rio Grande do Sul. O cenário apresentado pelo periódico, apesar de bastante ativo e envolvendo avultadas somas de recursos materiais e humanos, não é particularmente entusiasmante para o grosso da população. Os empreendimentos são múltiplos: bairros de condomínios fechados para a elite econômica, tanto nas regiões urbanas como na área rural do município; torres comerciais de luxo na orla do lago Guaíba; reformas e expansão no Aeroporto Internacional Salgado Filho, entre outras. São obras que, no geral, atendem às

¹ O dia 26 de março de 1772 foi estabelecido como o marco temporal da fundação da cidade. Naquela ocasião, o Porto de Viamão — nome que tinha o povoamento à época — foi elevado a Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais. No primeiro capítulo abordo algumas discussões sobre a formação do núcleo urbano da cidade.

² Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-alegre/panorama>. Acesso em 03/01/2023.

³ Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/gp/projetos/conheca-porto-alegre>. Acesso em: 03/01/2023.

⁴ Disponível em: <https://sul21.com.br/tipo-especial/que-porto-e-esse/>. Acesso em: 04/01/2023.

demandas de circulação do capital. O avesso dessa nova onda de modernização é facilmente inferido, apesar de ser, via de regra, o lado mais fraco da equação, frequentemente invisibilizado. São as famílias pobres da Vila Nazaré, que, mesmo durante a pandemia de coronavírus, foram removidas (“reassentadas”, segundo o eufemismo administrativo) de seus lares para a realização das obras de ampliação da pista do aeroporto. Ou os moradores do Quilombo Lemos, que habitam uma área nos fundos do Asilo Padre Cacique, instituição que, há anos, move ação de reintegração de posse do local para a realização de reformas. É, também, o próprio meio ambiente, representado pela orla do Guaíba: quer seja na região urbana, sofrendo com uma “revitalização” imediatista, que não leva em consideração os impactos futuros na condição sanitária da água que bebem os porto-alegrenses; quer seja na área rural, onde a Fazenda do Arado, zona de preservação ambiental, é disputada pelo capital privado para a construção de um bairro planejado.

As questões urbanas atuais instigam o historiador a um olhar retroativo. Sendo uma cidade relativamente antiga, Porto Alegre guarda em suas formas materiais marcas de sua história, características coloniais que remetem à fundação portuguesa de meados do século XVIII. Também possui inúmeros edifícios e monumentos históricos, especialmente na região central, em bairros como o Centro Histórico, a Cidade Baixa e os arredores do Parque da Redenção, mas sem esquecer dos diversos palacetes que estão espalhados pelos antigos arrabaldes. Vista em recortes (seria possível ver uma cidade em sua totalidade?), Porto Alegre é agradável ao olhar e aparenta ostentar com orgulho essas marcas do passado. Acostumados como somos à paisagem que nos foi legada pelas gerações anteriores, podemos mesmo crer que tudo que existe de antigo na cidade remete à totalidade de sua história, como um brioso monumento de resistência das obras humanas ao tempo.

Mas, como nos adverte Calvino, a cidade não conta o seu passado. Correto também seria dizer que a história que se conta sobre as cidades não é senão uma versão da história, delicadamente curada, ou forjada com astúcia, como os relatos de Marco Polo ao imperador mongol Kublai Khan. Porto Alegre não é exceção.

Tomemos como exemplo a Rua Caldas Júnior, no Centro Histórico de Porto Alegre. A via é composta por quatro quadras que vão da Rua Riachuelo até a Avenida Mauá. Nela existem vários edifícios históricos, como o Tuyuti, na esquina com a Riachuelo, o Museu da Comunicação Hipólito José da Costa e o Edifício Hudson, nas esquinas com a Rua dos Andradas, e outros, de aspecto menos imponente. Essas construções coexistem na paisagem da rua com prédios mais atuais como o condomínio Plaza Freitas e Castro, vizinho do Edifício Tuyuti, o Rua da Praia Shopping, em frente ao Museu da Comunicação, a agência central da Caixa Econômica Federal, próximo ao Edifício Hudson... Fachadas ecléticas de tijolo e concreto armado convivem democraticamente ao lado do vidro e do metal, criando um espetáculo à parte para o *flâneur* contemporâneo.

Como eu dizia, podemos nos convencer de que na paisagem acima descrita coexistem passado e presente, mesmo que de maneira caótica e contraintuitiva. Afinal, os edifícios históricos seriam a sobrevivência dos tempos antigos, uma continuação tenaz dos feitos dos antepassados. Mas uma inspeção um pouco mais atenta pode contradizer, ao menos em parte, essa ideia. O prédio que abriga o Museu Hipólito José da Costa é o mais antigo dentre os mencionados, inaugurado em 1922 para ser a nova sede do jornal *A Federação*, órgão de comunicação do Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Pelo que pude apurar, o edifício mais novo é o Plaza Freitas e Castro, fundado em 1994. Apenas 72 anos separam o mais antigo edifício da via do mais recente; todos foram erguidos no século XX.

O fenômeno parece ter ocorrido em outros locais. Beatriz Bueno, ao fazer um levantamento dos prédios do centro histórico de São Paulo, notou que “dos séculos XVIII e XIX sobraram muito poucas edificações: a maior parte data do século XX”.⁵ A narrativa começa a mostrar suas rachaduras. De um passado glorificado no presente como um traço de continuidade temporal, as formas da cidade se mostram, em verdade, como elementos selecionados, protegidos intencionalmente com propósitos bem definidos. Dos 250 anos de existência de

⁵ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *A cidade como negócio: mercado imobiliário rentista, projetos e processo de produção do Centro Velho de São Paulo do século XIX à Lei do Inquilinato (1809-1942)*. Tese (Livre Docência em História da Arquitetura e Estética do Projeto) – Universidade de São Paulo, SP, 2018, p. 65.

Porto Alegre, temos como permanência raras estruturas que datam de meados do século XIX, como a Ponte do Riacho, hoje ponto turístico, inaugurada em 1848, ou o Theatro São Pedro, cuja fundação data de 1858. Mas o que aconteceu com o grosso das edificações passadas da cidade, aquela paisagem desprovida de apelo estético e de monumentalidade? Nesses casos a história é outra.

Esta pesquisa não surgiu deste questionamento, mas culminou nele. Desde minha pesquisa de conclusão de graduação tenho estudado a história de uma antiga via da cidade de Porto Alegre conhecida como Beco do Fanha. Não é à toa que citei acima a atual Rua Caldas Júnior: para todos os efeitos, Beco do Fanha e Rua Caldas Júnior seriam a mesma via, apenas separadas pelo tempo e pelas drásticas transformações materiais às quais o beco foi submetido entre as décadas de 1910 e 1920.

Meu objetivo original era analisar as possíveis disputas que haviam ocorrido entre a administração municipal de Porto Alegre, chamada então de Intendência Municipal, e os proprietários dos prédios situados no Beco do Fanha durante o processo de desapropriações que antecedeu as reformas. Algumas das fontes que consultei em meu trabalho de conclusão de graduação apresentavam indícios de que havia proprietários insatisfeitos com a obrigação de vender suas edificações à Intendência, de forma que esta teria optado por recorrer às instâncias judiciais. Uma investigação a respeito desse fenômeno — que hoje creio ter tido uma escala muito inferior ao que eu havia suposto então — permitiria um *insight* valioso sobre as interações entre o poder público, sob a égide da ainda jovem República, e as noções de propriedade privada; também permitiria inferir, creio, quais eram os papéis dos vários agentes históricos na formação e transformação do espaço urbano.

No entanto, a pandemia de coronavírus, que, até o momento em que eu escrevo estas palavras, já vitimou cerca de 694 mil pessoas no Brasil, afetou drasticamente a produção acadêmica, em especial o acesso às fontes documentais que tornariam viável a elaboração de tal pesquisa. Em razão dessas circunstâncias, que certamente abalaram cada pessoa de maneira distinta, me vi na necessidade de repensar meus objetivos, fontes e métodos.

Não pretendo fazer aqui um relato minucioso de minhas desafiadoras incursões aos acervos arquivísticos de Porto Alegre; basta dizer que refiz meus itinerários e segui por uma vereda que, apesar de não se distanciar demasiadamente de meus objetivos iniciais, levou-me a resultados diferentes, ainda que igualmente frutíferos. Em tempo, tratarei desses detalhes. Passemos agora ao objeto: o Beco do Fanha.

Em abril de 1911 o jornal *A Federação*, órgão de imprensa do PRR, ao qual pertencia o intendente municipal, José Montaury de Aguiar Leitão, noticiou uma “cena de sangue, rápida, e violenta, [...] remate da discussão entre dois homens”. O texto não poupou palavras para descrever o cenário da briga: “O teatro do crime, lóbrego e imundo, atmosfera propícia ao crime foi o *Restaurant da Mocidade*, na tristemente celebrizada travessa Paysandú, nº 20”. Tratava-se, nada mais, nada menos, do Beco do Fanha. À época, mais especificamente em 1873, as autoridades públicas trataram de dar ao conhecido beco um nome oficial, mais propício, acreditavam, a uma cidade que crescia em tamanho e importância; o nome escolhido foi Travessa Paysandú.⁶ Pois bem, dizíamos que o periódico noticiara uma briga; esta envolveu “João Antonio de Oliveira, praça do 1º regimento de cavalaria da Brigada Militar, servindo no piquete da chefatura de polícia e Antoninho de tal”. Antoninho era um homem negro, ou pelo menos não fora considerado branco pelo praça João Antonio, que dirigiu-lhe, segundo a reportagem, a frase “Como vais, negro?”. Antoninho, a quem foi atribuída a alcunha *de tal*, que informava aquela não ser pessoa distinta, cujo sobrenome se ignorava, retrucou João Antonio, e daí os acontecimentos se precipitaram. O praça, instigando Antoninho à ação, acabou levando uma facada no peito e, no momento da publicação da notícia, encontrava-se em estado grave. O agressor não havia sido preso até aquele momento.⁷

Notícias como esta não são raras nas páginas d’*A Federação*. Elas atestam à complexa realidade urbana de início do século XX: por um lado, são

⁶ Ao longo de minha pesquisa, deparei-me com diversas grafias, que variavam da original Paysandú, em alusão direta à cidade uruguaia sitiada em 1864-65 na Guerra do Uruguai, passando por Paysandu, Passandu, Paissandu... Optei por manter a grafia original, com y e acento agudo.

⁷ *A Federação*, 07/04/1911, p. 4.

narrativas verídicas, que detalham acontecimentos documentados envolvendo habitantes da cidade que de fato existiram; por outro lado, são textos carregados de uma ideologia comum às elites e autoridades da época, que consideravam os moradores pobres da cidade violentos, imorais, desocupados, um problema a ser resolvido através de métodos autoritários e truculentos.

Os becos de Porto Alegre, segundo Sandra Pesavento, eram “palcos”, “teatros” ou “antros”, quando não “focos” dos comportamentos que as autoridades consideravam descontrolados e nocivos à sociedade.⁸ Lá moravam, em casas de aluguel, sobrados subdivididos, pensões, bodegas e porões, trabalhadores pobres de origens diversas, que encontravam sustento — às vezes com dificuldade — na região central da cidade. Esses trabalhadores pobres, que a historiografia brasileira convencionou chamar de populares, viviam, em finais do século XIX e início do século XX, sob o escrutínio das autoridades e das elites, que, de acordo com Cláudia Mauch, consentiam “sobre a necessidade imperiosa de controlar, guiar e vigiar” essa população, muito embora não houvesse “consenso sobre *como* fazer isso”.⁹

Diversos foram os itinerários utilizados pela classe dominante, desde a produção e reprodução de discursos desabonadores como o que lemos acima, retirado das páginas do jornal porto-alegrense mais poderoso do período, até a criação de leis e corpos de polícia, num processo que se retroalimentava. Os textos jornalísticos, informando a opinião de seus leitores, disseminavam um discurso que assemelhava os becos a verdadeiras selvas urbanas e os populares aos seus habitantes animais; aparatos de controle social eram, então, criados pelo Estado. Quando as autoridades iam de encontro aos populares e seus locais de habitação, ávidos por encontrar as figuras saídas da crônica jornalística, o ciclo se fechava e dava uma volta completa.

Todos esses atores sociais — políticos, administradores, membros da elite econômica, jornalistas — estavam imbuídos, em maior ou menor grau, de ideias que tomavam força na transição do século XIX ao XX e que, em conjunto,

⁸ PESAVENTO, Sandra Jatthy. *Uma outra cidade – O mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001a, p. 37.

⁹ MAUCH, Cláudia. *Ordem pública e moralidade: Imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004, p. 29-30, grifo da autora.

podem ser chamadas de ideologia da modernização. A palavra modernização remete à ação de tornar algo moderno, o que no contexto sobre o qual tratamos se refere à totalidade da sociedade porto-alegrense. Celia Ferraz de Souza, investigando as transformações materiais ocorridas em Porto Alegre ao longo do século XX a partir do Plano de Melhoramentos de 1914 — projeto elaborado por urbanistas, arquitetos e intelectuais engenheiros — aponta que a “modernização é entendida neste contexto como a transformação física da cidade voltada ao progresso e aos avanços tecnológicos de uma época”.¹⁰ A modernização não seria, portanto, um processo natural e espontâneo, mas um projeto elaborado por sujeitos histórica e socialmente situados. É também um fenômeno dialético, ao passo que o moderno se contrapõe a outra realidade que pretende superar. De acordo com Ana Luiza Koehler, as imagens que as elites urbanas brasileiras criavam sobre as cidades nos primeiros anos da República “[...] testemunham uma rejeição do passado colonial no [seu] imaginário [...], fazendo pressupor um clima de anseio pela modernidade e percepção negativa da cidade de característica colonial”.¹¹

Esse caráter colonial da cidade, que devia ser superado no início do século XX junto com o advento de um novo sistema político, se irradiava aos seus habitantes. Dentre as importantes transformações que tiveram palco na sociedade brasileira na segunda metade do século XIX, uma das mais relevantes para a vida da população pobre, e também para compreendermos o contexto histórico, é aquela através da qual o trabalho assalariado se torna a principal relação de produção no país. Essa mudança foi o ápice de um processo lento e gradual que já iniciara no Império e que culminava com a Abolição de 1888 e a “criação” de homens e mulheres livres, ou seja, não ligados ao trabalho pela escravidão e também apartados da terra e das possibilidades de subsistência. Eram os “trabalhadores livres” que Sidney Chalhoub entende como “livre[s] da propriedade dos meios de produção, isto é, despossuído[s]”, pessoas que seriam

¹⁰ SOUZA, Celia Ferraz De. *Plano geral de melhoramentos de porto alegre: o plano que orientou a modernização da cidade*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2010, p. 17.

¹¹ KOEHLER, Ana Luiza Goulart. *Retraçando os becos de Porto Alegre: visualizando a cidade invisível*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2011, p. 5-6.

as “figura[s] essencia[is] da formação do mercado capitalista de trabalho assalariado”.¹²

Nesse cenário, no qual o trabalho assalariado e regado se impunha sobre trabalhadores pobres e despossuídos como o signo da modernidade e do pacto liberal republicano, é possível compreender como aqueles que desviavam da regra eram tidos como retrógrados, heranças do período colonial, especialmente em se tratando de homens e mulheres negros. De fato, as autoridades logo entenderam que a via das reformas urbanas era a chance de se livrar a um só tempo de dois problemas: destruir os traços coloniais da cidade — as vias estreitas, o casario baixo de pau a pique, os cortiços e porões apertados — consequentemente levaria à expulsão da população pobre do centro da cidade. Quem não quisesse se sujeitar ao mercado de trabalho capitalista, que encontrasse outro lugar para morar.

Mas na Porto Alegre de fins do século XIX e início do XX, a habitação era tida como *questão* ou *problema*. Os jornais falavam a respeito; os administradores legislavam a favor ou contra; o tema estava na boca do povo: a cidade era suja, perigosa e pestilenta. E, para piorar, não havia casas para toda a população, circunstância que ocasionava o abarrotamento dos prédios nas regiões centrais da cidade, subdivididos em pequenos cômodos e alugados. Ninguém resumiu tão bem o contexto como Sandra Pesavento:

Se, para o pobre, [o problema habitacional] se configurava em termos de encontrar um lugar onde morar a baixo preço, para a elite e o governo a questão apresentava outras conotações. Habitação para as classes menos afortunadas podia se converter numa fonte de renda para aqueles proprietários de casarões no centro da cidade, assim como também lotear zonas periféricas da cidade, afastadas do centro mas próximas às fábricas, se apresentava como um negócio lucrativo para a burguesia emergente que passava a investir na especulação imobiliária.¹³

¹² CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012, p. 46.

¹³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O cotidiano da república*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995, p. 36-37.

Não seria preciso folhear muitos periódicos porto-alegrenses da Primeira República para encontrar descrições evocativas sobre as habitações populares da cidade. Em um trecho citado por Pesavento, o redator da *Gazeta da Tarde* adverte as autoridades sobre a proliferação de porões na capital:

Está merecendo as atenções do diretor de higiene e intendência municipal a grande quantidade de porões, infectos, insalubres, sem luz nem ventilação que existem nesta capital e estão sendo aproveitados para habitações [...] que são verdadeiros subterrâneos, pois o proprietário do prédio, a fim de ter porões para alugar, manda cavar aqueles buracos que muito se assemelham a sepulturas.¹⁴

Esse tipo de habitação, de aluguéis baratos e parcas condições sanitárias, costumava servir de lar para os diversos trabalhadores urbanos pobres. Segundo Silvia Arend, “grande parcela dessa população morava nas pequenas ruelas, muitas perpendiculares à Rua dos Andradas, chamadas de becos”.¹⁵ De acordo com Pesavento, com o tempo, de simples locais de trânsito entre uma via oficial e outra, os becos tornaram-se “em possibilidade de lucro e especulação imobiliária para aqueles que dispunham de um pequeno capital para investir e que aproveitavam a crescente demanda de casas na cidade”.¹⁶ O Beco do Fanha era um desses locais de habitação de populares que tanto preocupava a sociedade da época, fruto de uma urbanização espontânea, gerida por particulares e fora do controle dos administradores.

O início do século XX na capital gaúcha seria marcado, também, pela ingerência do poder público dominado pelo Partido Republicano Rio-Grandense. Celia Ferraz de Souza aponta que os governantes ligados ao PRR “viam na dissipação da herança cultural legada dos tempos coloniais uma das metas imediatas” de suas administrações.¹⁷ No entanto, quase ao fim de seu último mandato, em 1923, o intendente José Montauray afirmava, em relatório ao

¹⁴ *Gazeta da Tarde*, 24/05/1897 In: PESAVENTO, *Uma outra cidade*, p. 115.

¹⁵ AREND, Silvia Maria Fávero. *Amasiar ou casar?: A família popular no final do século XIX*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001, p. 26.

¹⁶ PESAVENTO, Sandra Jatáhy. Era uma vez o beco. In: BRESCIANI, Maria Stella (org). *Palavras da cidade*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001b, p. 107.

¹⁷ SOUZA, op. cit., p. 38.

Conselho Municipal, não ter pensado em grandes obras e luxos “quando a população precisava [de] água, esgoto, limpeza pública, iluminação e eram necessários prédios para as repartições públicas”.¹⁸

Essa postura do “eterno intendente”, alinhada à máxima comtista de “conservar melhorando”, foi considerada conservadora, não apenas por seus pares da época, mas até mesmo pela historiografia recente do estado. Charles Monteiro apontou que Montauray não fora capaz de realizar grandes reformas devido às contingências orçamentárias de sua gestão.¹⁹ Adriana Bednarz, investigando as reformas no Beco do Oitavo durante a gestão de José Loureiro da Silva (1937-1943), assinalou, de forma semelhante, que Montauray tinha uma “maneira lenta e conservadora de agir”, atuando pouco no sentido do embelezamento e melhoramento da capital.²⁰ Ana Luiza Koehler, em seu levantamento sobre os becos de Porto Alegre, também reforça a ideia de que a capital permanecia “provinciana” sob o governo de Montauray.²¹

Análise contrária é a de Celia Ferraz de Souza. A pesquisadora, ao investigar o Plano Geral de Melhoramentos de 1914, elaborado durante a administração de Montauray, observou que o intendente “articulou uma política de reformas através da qual as demandas [...] simbólicas da nascente burguesia local foram também contempladas, para que a cidade pudesse parecer moderna”.²² Em seus quase 28 anos à frente da Intendência de Porto Alegre, Montauray teria, portanto, não só realizado as obras básicas de saneamento e serviços públicos, como esgoto, iluminação e pavimentação, como promovido o debate técnico a respeito das transformações futuras da cidade por meio do Plano de 1914. Este, de acordo com Souza, é um documento-chave: “além de seu conteúdo estar muito bem circunscrito ao contexto internacional das discussões sobre o urbanismo”, o Plano de 1914 seria “um passo importantíssimo tanto para a administração em vigência como para as futuras”.²³

¹⁸ MONTEIRO, Charles. *Porto alegre - urbanização e modernidade: A construção social do espaço urbano*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995, p. 38.

¹⁹ Ibid.

²⁰ BEDNARZ, Adriana Maria Laste. *Beco da desordem: Rua 3 de Novembro e as reformas urbanas na administração José Loureiro da Silva (1937-1943)*. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2011, p. 19.

²¹ KOEHLER, op. cit.

²² SOUZA, op. cit., p. 52.

²³ Ibid., p. 135.

Margaret Bakos, que estudou a fundo as administrações positivistas de Porto Alegre, aponta que a cidade era tida pelos governantes como a “sala de visitas” do estado. Essa concepção fazia parte do ideário do PRR que concebia a sociedade gaúcha segundo o positivismo castilhisto, uma vertente do pensamento de Auguste Comte, específica do Rio Grande do Sul e construída em contanto com a práxis política e administrativa. Dessa forma, a capital não podia prescindir de seus “foros de progressista”, pois as condições materiais da cidade denunciavam diretamente o *todo* da sociedade.²⁴ O Beco do Fanha, encravado no meio da “sala de visitas” do Rio Grande do Sul, foi uma das primeiras vias urbanas a passar por amplas reformas. No ano de 1912, o intendente José Montauray, em relatório ao Conselho Municipal, deu informações sobre as desapropriações que estavam sendo negociadas a fim de se demolir o casario do lado ímpar do beco e alargar a rua. A construção do prédio da nova sede do jornal *A Federação*, hoje Museu Hipólito José da Costa, inaugurado em 1922, justamente no lado ímpar da via, coroou simbolicamente a destruição do Beco do Fanha e a inauguração, agora *de facto*, da Travessa Paysandú, que em alguns anos receberia o nome atual de Rua Caldas Júnior.

Devo a inspiração para realizar esta pesquisa a muitas obras que li, além do trabalho em conjunto com desenvolvi com meu orientador, Prof. Dr. Luís Augusto Farinatti, com seu grupo de pesquisa, e com o GEPA – Grupo de Estudos sobre pós-Abolição. Dentre as autoras e autores com cujo pensamento tive contato, gostaria de salientar a importância de Maurizio Gribaudi. Esse historiador tem defendido há anos uma perspectiva não-linear e não-determinista de compreensão da história, em especial do desenvolvimento urbano. Tal postura depreende das profundas discussões articuladas pelos historiadores envolvidos com a micro-história italiana em torno de modelos de racionalidade.

Gribaudi já argumentava, em *Jogos de escalas*, que a abordagem microanalítica buscava o “ideal [...] de reconstituição total de um retalho do tecido social” a fim de que tal observação possa “fornecer chaves de acesso a

²⁴ BAKOS, Margaret Marchiori. *Porto Alegre e seus eternos intendentes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.

mecanismos e a dinâmicas de ordem geral”.²⁵ Chamava atenção, também, à peculiaridade argumentativa da abordagem micro-histórica, “indutiva, [que] individualiza mecanismos e os generaliza por intermédio das fontes”.²⁶

Em artigo mais recente, Gribaudi apresenta ideias elaboradas à luz de anos de pesquisas e meditações a partir de uma tal perspectiva. Estudando o desenvolvimento histórico da cidade de Paris, o autor adverte a falsa segurança das análises retroativas, que partem do presente de uma cidade para o seu passado, caindo muitas vezes em explicações esquemáticas e deterministas. Sua proposta é inverter a lente de observação e partir do horizonte histórico, percebendo “que cada presente que se espalha ao longo de seu percurso [da cidade] se constituiu como uma cortina aberta sobre as inúmeras possibilidades de desenvolvimento que seus habitantes percebiam, desejavam e perseguiram mais ou menos ativamente”.²⁷

Suas análises sobre os vestígios da história parisiense vão ao encontro do pensamento de Milton Santos. O importante geógrafo brasileiro comparou a paisagem urbana com um palimpsesto — um pergaminho, muito utilizado durante a Idade Média, cujo texto era raspado para ser reutilizado. Essa característica de “memória viva de um passado já morto, transforma a paisagem em precioso instrumento de trabalho, pois [...] permite rever as etapas do passado numa perspectiva de conjunto”.²⁸

A paisagem, pois, “conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”,²⁹ carrega essa tensão de diferentes temporalidades sobrepostas, o que, em outro momento, Milton Santos chamou de

²⁵ GRIBAUDI, Maurizio. Escala, pertinência, configuração. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 129.

²⁶ *Ibid.*, p. 122.

²⁷ GRIBAUDI, Maurizio. Continuité et changements dans l'évolution d'une ville. Notes et questions sur le Paris de la première moitié du XIXe Siècle. Paris: *Transversalités*, no. 134, 2015/3, p. 13, tradução nossa.

²⁸ SANTOS, Milton. *A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, p. 69.

²⁹ *Ibid.*, p. 66.

“rugosidades”.³⁰ A seguinte formulação de Gribaudi me parece complementar as ideias de Santos:

o que caracteriza o presente de uma cidade em qualquer momento da sua evolução não é, portanto, uma forma e coerência única, mas uma configuração de formas que coagulam diferentes coerências a partir dos mesmos materiais, das mesmas referências comuns.³¹

Ao longo da pesquisa, percebi justamente esse fenômeno. Tanto na historiografia quanto na memória popular, o Beco do Fanha, ou quaisquer outros becos da antiga Porto Alegre, é lembrado como um degrau na escala de evolução da cidade, um momento que antecedeu outra configuração espacial. Gribaudi e Santos parecem apontar na direção oposta, ajudando-nos a enxergar cada momento da história como uma configuração única, carregada de potências que não necessariamente se desenvolveram, que talvez tenham levado a lugar nenhum — *becos sem saída* —, mas que exprimiam as vontades e ações de gente de verdade, que vivia e sonhava uma cidade diferente.

Esta pesquisa, portanto, visa analisar, em diferentes dimensões, as características do Beco do Fanha e de seus habitantes entre os anos de 1897 e 1924, que correspondem ao período em que José Montaury esteve à frente da Intendência Municipal. O recorte temporal também abrange os anos das reformas e permite retrair os desdobramentos das destruições e novas construções que ocorreram no local. No tocante aos habitantes, pretendeu-se construir um perfil social daquelas pessoas a fim de dialogar com a historiografia a respeito dos populares.

O primeiro capítulo aborda as características da urbanização de Porto Alegre e do surgimento dos becos, especialmente do Beco do Fanha. São utilizadas crônicas, relatos de viajantes, plantas e a historiografia da cidade a fim de traçar a gênese e o desenvolvimento do Beco do Fanha. Também são estudados três casos concernentes a proprietários de imóveis do beco, com o

³⁰ Ibid., p. 92.

³¹ GRIBAUDI, *Continuité et changements...*, p. 25, tradução nossa.

objetivo de compreender quais as possíveis faces da propriedade privada existentes ao longo de sua história. Por fim, trabalho com a questão que envolve os diferentes nomes da via, explicitando meu entendimento a respeito das múltiplas denominações e postulando que o fenômeno está atrelado à transformação espacial, mais do que à simples designação.

No segundo capítulo investigo a materialidade do Beco do Fanha a partir da questão habitacional. Em um primeiro momento, busco compreender quais eram as noções e práticas vigentes no início do século XX relativas aos limites entre rua e casa — espaço público e privado. Analiso alguns textos jornalísticos que discorrem sobre invasões domiciliares ocorridas no beco, tanto por parte de civis como de policiais. Em seguida, tento reconstituir visualmente as habitações do Beco do Fanha por meio da análise conjunta do Levantamento cadastral de 1893 — espécie de planta com a representação gráfica de cada lote da cidade — e das décimas urbanas da via. Com auxílio de plantas esquemáticas criadas no *software* Photoshop, indicações da historiografia e de obras do campo da Arquitetura, e de matérias de jornal, tento dar substância ao Beco do Fanha e seus prédios, percebendo, também, sua lenta, mas inexorável, transformação.

Finalmente, o terceiro capítulo foca nos habitantes do Beco do Fanha. Ao longo da dissertação, evoco diversas vezes os nomes de moradores ou frequentadores do beco, mas é no último capítulo que realizo um esforço sistemático de conhecê-los e caracterizá-los. Realizo esse esforço utilizando inscrições dos Livros de porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Busquei nessa documentação pacientes que informaram residir no Beco do Fanha — ou, como o levantamento acabou mostrando, na Travessa Paysandú —, elencando suas ocupações, estado civil, cor, entre outros elementos. Antes de encerrar o estudo, dedico a última seção do capítulo a analisar alguns conflitos entre populares cujo fio condutor é a disputa pela habitação.

1 BECO DO FANHA: GÊNESE, DESENVOLVIMENTO E OCASO

*Dessa lonjura murcha da periferia, a cidade
emergia e crescia para a frente, primeiro em
blocos ainda indistintos, em conjuntos de
casas compactos e complexos, cortados
pelos profundos barrancos das ruas, para
em seguida sobressair-se em casas
singulares, gravadas com a nítida
expressividade das paisagens vistas através
de uma luneta.*

Bruno Schulz

Quem circula atualmente pela Rua Caldas Júnior, no Centro Histórico de Porto Alegre, especialmente nas duas quadras entre as ruas Riachuelo e Sete de Setembro, dificilmente intuiria as formas antigas e os usos daquele espaço. A ladeira entre a Riachuelo e a Rua dos Andradas é cercada, de um lado, por edifícios contemporâneos, como o Rua da Praia Shopping; do outro, por fachadas ecléticas (às vezes apenas esqueletos) que datam das primeiras décadas do século XX. É um espaço de passagem, mais que de permanência; algumas pequenas lojas, escassos apartamentos e taxistas são seus poucos personagens fixos.

Antes disso, no entanto, muitas pessoas viviam naquele espaço, embora seja meu intuito argumentar que, no período aqui analisado, não se tratasse do *mesmo* espaço. Anteriormente à Rua Caldas Júnior, existiu uma outra via, chamada popularmente de Beco do Fanha, Beco do Inácio Manoel Vieira ou Beco Quebra-Costas. Esse beco foi endereço de pessoas de diferentes estratos sociais por pelo menos um século, além de abrigar hotéis, pensões, casas de pasto, bodegas e outros empreendimentos comuns à época. Até que, no início do século XX, mais precisamente por volta de 1912, a Intendência Municipal de Porto Alegre mobilizou forças e verbas para *reformatar* e *embelezar* a via, o que, para todos os efeitos, pôs fim ao beco e deu início a um espaço com novos usos e ocupantes.

Este capítulo tratará do surgimento e desenvolvimento do Beco do Fanha. Na busca pelas origens da via, não pretendo meramente somar informações à

efeméride da capital gaúcha. O intuito é compreender como se deu a formação dos becos dentro da lógica do desenvolvimento urbano de Porto Alegre, a fim de contribuir com o campo de estudos da história urbana.

O texto está dividido em duas partes e uma conclusão. Na primeira, procuro analisar a possível origem do Beco do Fanha a partir da historiografia, relatos de cronistas, memorialistas, e através das plantas mais antigas da cidade. Num segundo momento, conto com algumas informações sobre proprietários de imóveis da via, que podem contribuir com o enriquecimento do cenário. Concluo focando no período mais recente do beco, tentando compreender seu crescimento e desestruturação no início do século XX.

1.1 UM BECO E UM TAVERNEIRO FANHO

Sandra Pesavento, descrevendo uma foto do Beco do Fanha, tirada em fins do século XIX, do cruzamento da Andradas em direção à Riachuelo, diz que este “pouco parece sombrio. Tem calçada e iluminação, e suas construções são [...] sobrados ou casas baixas”.³² A imagem [Figura 1] apresenta um raro recorte do cotidiano daquela via, pouco registrada em seu estado anterior às reformas realizadas entre as décadas de 1910 e 1920. Uma espécie de charrete cruza a desembocadura do beco com a Andradas; vê-se uma pessoa, vestida de branco, encostada à porta de um prédio alto à direita, que talvez já fosse ocupado pelo armazém de especialidades de Sylvio Azzarini & C., no qual, segundo um anúncio publicado em 1899, “o mais exigente freguês encontrará artigos de especialidades, à venda por preços mais baratos do que em qualquer outra casa neste gênero”;³³ à frente, uma figura, aparentemente uma mulher, foi captada no meio de um movimento, entre lenta corrida e apressado passo. Na fachada do prédio à esquerda, sobre uma porta em arco, é possível distinguir um resto de palavra, *talia*, que certamente era o letreiro do Armazém l’Italia de Agherinto Giannini, reaberto em agosto de 1899 “depois de passar por grandes reformas”³⁴

³² PESAVENTO, Sandra Jatahy. Era uma vez o beco. In: BRESCIANI, Maria Stella (org). *Palavras da cidade*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001b, p. 104.

³³ *A Notícia*, 13/09/1899, capa.

³⁴ *A Federação*, 26/08/1899, capa.

e posto à venda um ano depois por uma comissão liquidante, talvez devido à morte de seu proprietário.³⁵

Figura 1 – Beco do Fanha no final do século XIX, autor desconhecido



Fonte: PESAVENTO, 1992.

Esses movimentos, a dinâmica cotidiana das pessoas e dos negócios, em nada surpreendem os pesquisadores contemporâneos. De fato, tirando-se as nuances negativas propagadas pelas elites, através dos periódicos da época, das obras científicas ou do discurso rotineiro, o que surge no Beco do Fanha é uma via que pouco tem de especial ou único. Negócios abrem e fecham, prédios mudam de proprietários, de inquilinos, de formas; vez ou outra, algum desentendimento leva a uma rápida cena de violência, mas difícil seria apontar uma rua de Porto Alegre na virada dos séculos XIX e XX que não contivesse,

³⁵ *A Federação*, 06/08/1900, p. 4.

em seus meandros, essas mesmas características, senão de fato, ao menos em potência.

A pergunta imposta ao pesquisador, parece-me, já não é mais *por quê*, mas sim *o quê*. Diversas pesquisas têm tematizado, desde os anos 1990, os discursos da elite sobre os espaços pobres de Porto Alegre e seus habitantes. Trabalhos como os de Sandra Pesavento, Paulo Moreira, Cláudia Mauch, Anderson Vargas, Silvia Arend,³⁶ para citar apenas alguns, ocuparam-se com essa temática, evidenciando os estigmas, as campanhas de saneamento (físico e moral), os deboches, que compunham o itinerário repetitivo de jornais e políticos porto-alegrenses no período de intensificação do afã modernizante no país. São obras de grande importância para a historiografia gaúcha e nacional e ainda pertinentes. Meu intuito é, no entanto, outro. Parece-me, mais uma vez, que um olhar voltado à materialidade dos becos, como fizeram Ana Luiza Koehler e Adriana Bednarz,³⁷ daria a esta pesquisa um itinerário mais proveitoso.

Koehler, em sua dissertação de mestrado, buscou “recriar imagens visuais destes espaços ‘perdidos’ no tempo da maneira mais aproximada possível através da representação gráfica”.³⁸ A pesquisadora aliou uma minuciosa investigação bibliográfica e pictórica às suas invejáveis capacidades artísticas para trazer à tona, em uma bela história em quadrinhos, uma reprodução fidedigna das características materiais do Beco do Rosário (atual Avenida Otávio Rocha) e da Rua General Paranhos (que era composta pelos becos do Poço, do Meirelles e do Freitas, todos destruídos para a abertura da

³⁶ Em ordem: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Uma outra cidade: O mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001a. MOREIRA, Paulo Roberto S. *Entre o deboche e a rapina: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre na segunda metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 1993. MAUCH, Cláudia. *Ordem pública e moralidade: Imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. VARGAS, Anderson Zalewski. *Os subterrâneos de Porto Alegre: Imprensa, Ideologia autoritária e Reforma social (1900-1919)*. Porto Alegre: Editora Letra1, 2017. AREND, Silvia Maria Fávero. *Amasiar ou casar?: A família popular no final do século XIX*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

³⁷ KOEHLER, Ana Luiza Goulart. *Retraçando os becos de Porto Alegre: visualizando a cidade invisível*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2011. BEDNARZ, Adriana Maria Laste. *Beco da desordem: Rua 3 de Novembro e as reformas urbanas na administração José Loureiro da Silva (1937-1943)*. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2011.

³⁸ KOEHLER, op. cit., p. 1.

Avenida Borges de Medeiros). No percurso da pesquisa, a autora pôde concluir que as transformações pelas quais os becos porto-alegrenses foram submetidos tinham o intuito principal de “romper com [o] convívio difícil porém necessário entre a burguesia e os trabalhadores urbanos”.³⁹

Por sua vez, Bednarz empreendeu uma investigação acerca das reformas que desmantelaram o Beco do Oitavo durante o governo de José Loureiro da Silva (1937-1943), abrindo espaço à Avenida Desembargador André da Rocha. Sua pesquisa foi motivada, em suas palavras, “pela perplexidade e indagações suscitadas pelo processo de desapropriações, que aponta para a intenção de uma verdadeira *faxina social* na região central da cidade”.⁴⁰ Chamou a atenção da pesquisadora o fato de o governador ter dado prioridade às obras no beco num momento em que a cidade carecia de melhoramentos nas redes de energia elétrica e saneamento básico. Diferentemente das administrações ligadas ao Partido Republicano Rio-Grandense, que focaram em áreas *mais nobres* do centro, como o próprio Beco do Fanha, cravado no coração da península, Bednarz argumenta que Loureiro da Silva interveio em áreas mais afastadas como a do Beco do Oitavo, cujo solo, “no final da década de 1930, [...] já estava supervalorizado”.⁴¹

As possibilidades de se estudar a história de um beco, portanto, são múltiplas, e abrem caminho para diversas formas de conhecimento; não são uma mera busca pelas origens, por um marco fundador, embora estes não sejam irrelevantes. De fato, em muitos sentidos, compreender o início de um fenômeno como o dos becos de Porto Alegre pode nos dizer muito sobre a cidade contemporânea, de forma que é por lá que iniciaremos.

A formação dos becos de Porto Alegre tem relação com o próprio surgimento do núcleo urbano, na segunda metade do século XVIII. A versão mais aceita sobre a fundação da cidade diz que, no ano de 1752, sessenta casais açorianos chegaram às margens do Guaíba, no que era então a Sesmaria de Santana, concedida pelo governador da capitania de São Paulo em 1740 para Jerônimo de Ornellas Menezes e Vasconcellos, que já residia na região do Morro

³⁹ Ibid., p. 260.

⁴⁰ BEDNARZ, op. cit., p. 4.

⁴¹ Ibid., p. 36.

de Santana com sua família desde 1732. Os casais das Ilhas, como também eram chamados os recém-chegados, teriam sido enviados ao Continente de São Pedro para ocupar as terras dos Sete Povos das Missões (pertencentes à Coroa espanhola), que haviam sido trocadas pela Colônia do Santíssimo Sacramento (pertencente à Coroa portuguesa) através do Tratado de Madri, de 1750. Este tratado também previa a remoção dos indígenas guaranis que habitavam a região dos Sete Povos, os quais se rebelaram, dando início aos conflitos conhecidos como Guerras Guaraníticas. Dessa forma, os casais açorianos, sem terras para ocupar oficialmente, teriam permanecido na península que compõe o atual Centro Histórico de Porto Alegre, onde deram início a uma povoação. Mais tarde, em 1772, o capitão engenheiro Alexandre Montanha, “por ordem do governador interino Antônio da Veiga Andrada, iniciou a demarcação de ruas, lotes urbanos e rurais do núcleo da freguesia de S. Francisco do Porto dos Casais”.⁴² Dessa demarcação teriam surgido as formas originais da cidade, incluindo os becos.⁴³

A suposta demarcação feita por Alexandre Montanha se tornou um marco da historiografia gaúcha. Charles Monteiro, por exemplo, sustentou ter sido o capitão engenheiro o responsável por “demarcar as primeiras ruas, o lote de cada colono, o lugar da futura igreja e da sede da administração, bem como [por] registrar tudo em um mapa”.⁴⁴ Até mesmo Sandra Pesavento, que não era particularmente adepta à busca das formas primitivas da cidade, apontou que “o primeiro traçado [de Porto Alegre] teria sido feito em 1772, pelo capitão engenheiro Alexandre Montanha”.⁴⁵ Na ocasião, escreveu a pesquisadora em

⁴² FLORES, Moacyr. Origem e fundação de Porto Alegre. In: DORNELLES, Beatriz (Org.). *Porto Alegre em destaque: história e cultura*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 16.

⁴³ Günter Weimer, em trabalho recente, defendeu uma outra versão da fundação de Porto Alegre. Sua interpretação está amparada em documentos do período, especialmente em missivas oficiais das autoridades coloniais. De acordo com o pesquisador, os casais açorianos originais não eram os mesmos habitantes do ano de 1772, quando o capitão engenheiro Alexandre Montanha realizou as demarcações de meias-datas sob ordens de Veiga Andrada. Os invasores da Sesmaria de Santana — que teria sido doada a um Jerônimo Dorneles, e não de Ornellas — teriam sido remanejados para a vila de Taquari, criada após a tomada de Rio Grande pelos espanhóis em 1763. A fim de retomar a cidade, um estaleiro foi construído às margens do Guaíba, nas terras de Dorneles, atraindo diversos trabalhadores. Evidência disso existe nas próprias ordens recebidos pelo capitão Montanha, que devia dar atenção aos marinheiros que se encontravam no local a serviço da Coroa. Cf.: WEIMER, Günter. *Arquitetura de Porto Alegre: os primórdios*. Canoas: Ed. ULBRA, 2019.

⁴⁴ MONTEIRO, Charles. *Porto alegre - urbanização e modernidade: A construção social do espaço urbano*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995, p. 23.

⁴⁵ PESAVENTO, *Era uma vez o beco*, p. 99.

outra oportunidade, “foram abertas três ruas paralelas ao longo da península que se projetava no Guaíba”.⁴⁶ Estas ruas seriam a Rua Formosa (atual Rua Duque de Caxias), Rua da Ponte (ou do Cotovelo, atual Rua Riachuelo) e a Rua da Praia (atual Rua dos Andradas).

A ideia de um traçado original de Porto Alegre, que a colocaria entre o rol das cidades planejadas de colonização portuguesa, fascinou alguns historiadores do século passado. Paranhos Antunes, em 1940, e Clovis Silveira de Oliveira, em 1983, fizeram seus próprios esboços do traçado supostamente realizado pelo capitão Montanha, baseados em suas interpretações de relatos históricos sobre os primeiros tempos do povoado.⁴⁷ A planta de Oliveira, por exemplo, figura em diversas pesquisas sobre a história de Porto Alegre, popularizando-se como o traçado original *de facto*. Com base nessa planta, presumivelmente, Moacyr Flores fez um apanhado das vias existentes na cidade no final do século XVIII:

O centro histórico ou Cidade ia da Ponta das Pedras até o Alto da Misericórdia, no sentido Oeste-Leste. As principais ruas neste sentido eram a da Praia (Andradas, da Ladeira até a Ponta das Pedras), da Graça (Andradas, do Alto da Misericórdia à Ladeira), do Cotovelo (Riachuelo), da Igreja (Duque de Caxias) e rua do Arvoredo (Fernando Machado). As ruas no sentido Norte-Sul: Beco da Guarda Principal (Gen. Vasco Alves), Beco do Bota Bica (Gen. Portinho), Beco do Pedro Mandinga (Gen. Canabarro), rua dos Sete Pecados (Bento Martins), Rua Clara e Direita (Gen. João Manoel), Beco do Fanha (Caldas Júnior), do Ouvidor (Gen. Câmara), Gen. Paranhos (Borges de Medeiros), rua de Bragança (Floriano Peixoto), rua do Rosário (Vig. José Inácio).⁴⁸

No entanto, além das ordens dadas pelo governador interino ao capitão Montanha, não existem evidências de que qualquer mapa tenha sido traçado; de fato, o documento sequer menciona a demarcação de ruas no povoado. Daniela Fialho, em sua pesquisa sobre os mapas da cidade de Porto Alegre, destacou que, dado o fato de Alexandre Montanha ter feito os traçados das vilas de Santo

⁴⁶ PESAVENTO, *Uma outra cidade*, p. 30.

⁴⁷ A planta de Clovis de Oliveira parece expandir sobre o traçado imaginado por Paranhos Antunes. Ambas apresentam a Rua da Varzinha (atual Rua Demétrio Ribeiro) como limite do povoado ao sul, e o Portão como limite a leste. A versão de Oliveira é mais detalhada, contendo largos e curvas de nível.

⁴⁸ FLORES, op. cit., p. 16-17.

Amaro e Taquari, sob ordens semelhantes, e das quais existem concretamente os planos, “acredita-se que não há dúvida de que Montanha tenha executado de fato o traçado de Porto Alegre, em 1772, ainda que a prova material tenha se perdido ou sido destruída”. A argumentação, como pode-se ver, é conjectural. As palavras exatas utilizadas na missiva de Veiga Andrada são “faça a divisão de sessenta meias datas” e “deixando-se suficiente terreno para logradouro da Vila”,⁴⁹ de forma que não se faz menção ao arruamento do povoado. Por esses e outros motivos, Günter Weimer, em trabalho recente, contestou a validade do mapa feito com base na demarcação de Montanha, afirmando que este “não pode ser considerado mais do que uma hipótese — altamente contestável [...] — e jamais como um documento fidedigno”.⁵⁰

Para além de uma mera discussão documental, a questão que envolve o traçado do capitão engenheiro Alexandre Montanha é relevante, pois, se voltarmos à relação de ruas da cidade em finais do século XVIII feita por Moacyr Flores, encontraremos diversos becos, já com os nomes pelos quais ficaram popularizados. Essa é uma tendência presente em outros trabalhos; até mesmo Günter Weimer, como veremos, incorreu nesse erro.

Uma das possíveis origens do engano sobre a demarcação do capitão Montanha diz respeito ao uso do termo *logradouro* nas ordens dadas pelo governador interino da capitania. Como se sabe, a acepção atual da palavra diz respeito aos espaços públicos comuns que podem ser desfrutados por todos os cidadãos, sendo usual seu emprego como sinônimo de *rua*. No período em que se fez a demarcação do logradouro do povoado, as ideias associadas ao termo eram outras, como elucida Weimer:

Na Idade Média um “logradouro” era uma ampliação transversal (da qual surgiriam, mais tarde, praças) da rua principal da aldeia, onde o gado era deixado para passar a noite no verão. Tratava-se, portanto, de um alargamento, uma forma incipiente de uma praça e, por isso mesmo, por vezes, também denominado de “largo”. Embora no século

⁴⁹ FIALHO, Daniela Marzola. *Cidades visíveis: Para uma história da cartografia como documento de identidade urbana*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, 2010, p. 119 e p. 118.

⁵⁰ WEIMER, op. cit., p. 24. Gervásio Neves e Liana Martins foram ainda mais contundentes em sua assertiva, dizendo que o suposto mapa de Montanha “é invenção cuja crítica nunca foi seriamente realizada nos últimos 60 anos”. Apud KOEHLER, op. cit., p. 119.

XVIII estas praças já não mais se destinassem à guarda noturna do gado, ainda conservavam a ideia de praça central da aldeia, ou, como no caso, da “vila” [...]. Documentos diversos indicam que este “logradouro” de Porto Alegre (que, por vezes, era chamado de “praça”) foi marcado “em novo lugar”, isto é, segundo o significado de então, estabelecido num espaço sem ocupação, num descampado. A palavra “lugar” também tinha um significado específico e queria dizer um conglomerado de poucas moradias, em geral denominadas de “fogos”. Isso significa que a praça central da povoação foi delimitada em espaço separado das demais construções já existentes.⁵¹

A característica do logradouro medieval se relaciona com a forma de acrópole que era típica das povoações portuguesas. Charles Monteiro já apontava esse aspecto nos anos 1990, quando dizia, sobre a disposição das construções no povoado, em 1790, que já “estavam representados todos os poderes, seculares e religioso, nos altos da península; na rua da Igreja, em forma de acrópole, visíveis a todos”.⁵² Mais tarde, Ana Luiza Koehler, dialogando com autores como Manuel Teixeira e Margarida Valla (1999), Murillo Marx (1991), José Lamas (1993), entre outros, expandiu esta questão, realizando um estudo do urbanismo colonial português. A pesquisadora inferiu que “a tradição portuguesa de ocupar pontos elevados da paisagem, como colinas e morros, foi transposta para o Brasil, dadas as suas vantagens no tocante à defesa do núcleo urbano”.⁵³ O terreno elevado da península onde se localizou o início da ocupação portuguesa foi coroado com edificações oficiais de uso coletivo, como a igreja matriz e a casa de câmara, “elementos geradores do espaço urbano, em torno dos quais as edificações de caráter privado (residências) distribuem-se, configurando as ruas”.⁵⁴

Essa interpretação, de que o capitão Alexandre Montanha tenha demarcado apenas o espaço da praça central do povoado (que seria o local da atual Praça Marechal Deodoro), parece-me mais fiel à formação natural dos becos da cidade, como também sustentam Koehler e Pesavento, apesar de ambas, como já vimos, também levarem em conta a suposta planta original de Porto Alegre. Pesavento, em texto dedicado exclusivamente aos becos da capital gaúcha, infere que estes surgiam espontaneamente como forma de

⁵¹ Ibid., p. 25.

⁵² MONTEIRO, op. cit., p. 26.

⁵³ KOEHLER, op. cit., p. 49.

⁵⁴ Ibid., p. 47.

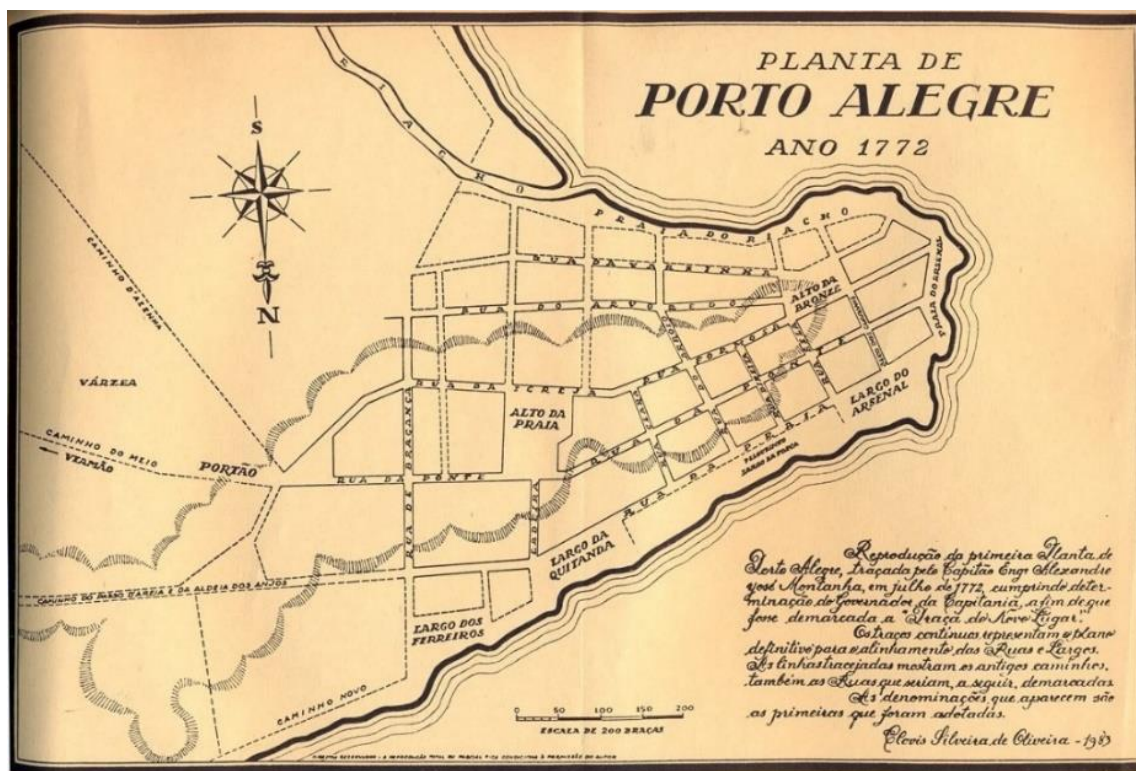
ligação entre as vias oficiais paralelas, que percorriam a colina central aproximadamente no sentido Oeste-Leste (pensemos nas atuais ruas dos Andradas, Riachuelo e Duque de Caxias). Seriam abertos em “terrenos vagos, sem proprietário aparente, os quais iam sendo, paulatinamente, ocupados e apropriados pela população”.⁵⁵ Os becos corresponderiam, portanto, às ruas transversais ou travessas (recebendo, muitas vezes, esta denominação oficial), que eram outro elemento característico do primitivo urbanismo luso do período medieval.⁵⁶

As vias travessas, entretanto, faziam parte do arruamento oficial das cidades portuguesas, status não compartilhado pelos becos de acordo com Sandra Pesavento. Voltando ao suposto mapa primordial de Porto Alegre, na iteração de Clovis de Oliveira [Figura 2], percebemos que já existiriam em 1772 diversas das vias transversais que ficaram conhecidas como becos: o Beco dos Guaranis (atual Rua General Vasco Alves, chamada de Rua da Guarda Principal por Moacyr Flores), o Beco do Vieira (ou Rua Bela, atual Rua General Portinho), o Beco do Pedro Mandinga (ou Rua Direita, atual Rua General Canabarro) e o Beco dos Pecados Mortais (ou Rua do Arroio, atual Rua General Bento Martins). Há outras vias demarcadas neste mapa, que, no entanto, não foram nomeadas pelo autor. Não existe indicação de via no local onde viria a existir o Beco do Fanha, de forma que Oliveira provavelmente quis indicar que este não fazia parte do arruamento original traçado pelo capitão Montanha.

⁵⁵ PESAVENTO, *Era uma vez o beco*, p. 105.

⁵⁶ KOEHLER, *op. cit.*, p. 51.

Figura 2 - Planta de Porto Alegre Ano 1772, de Clovis de Oliveira (1983)



Fonte: <https://prati.com.br/mapas/porto-alegre-planta-1772.html>.

A Figura 2 apresenta a versão da Planta de 1772 do capitão engenheiro Alexandre Montanha imaginada por Clovis de Oliveira em 1983. Trata-se de um mapa da península com o traçado do espigão que a percorre no sentido Oeste-Leste, além das principais vias e quadras supostamente demarcadas pelo capitão engenheiro. Sua escala é de 1:50 braças (91,44 metros). O texto da legenda no canto inferior direito informa:

Reprodução da primeira Planta de Porto Alegre, traçada pelo Capitão Eng^o Alexandre Montanha, em julho de 1772, cumprindo determinação do Governador da Capitania, a fim de que fosse demarcada a "Praça do Novo Lugar".

Os traços contínuos representam o plano definitivo para o alinhamento das Ruas e Largos.

As linhas tracejadas mostram os antigos caminhos, também as Ruas que seriam, a seguir, demarcadas.

As denominações que aparecem são as primeiras que foram adotadas. Clovis Silveira de Oliveira – 1983.

A fim de ter um outro testemunho sobre os primeiros tempos de Porto Alegre, prestemos atenção à descrição do perímetro urbano feita pelo sargento-mor Domingos Marques Fernandes após sua passagem pelo povoado em 1798. Sandra Pesavento informa que o panorama traçado por Fernandes incluía, além das três ruas principais (Rua da Praia, Rua da Ponte e Rua Formosa), quatro vias transversais, “largas, limpas e feitas à linha com as sobreditas”. Eram elas a Rua de Bragança (Rua Marechal Floriano), Rua da Ladeira (atual Rua General Câmara), Rua Clara (atual Rua General João Manoel) e Rua do Arroio. Além destas, o sargento-mor afirmou que haviam outros espaços que rompiam o desenho público, embora estes não fossem propriamente habitados.⁵⁷

A importância desse texto, afirma Günter Weimer, reside no fato de ele “delimitar exatamente o perímetro urbano de então e colocar por terra muitas especulações que têm sido feitas a respeito do início de sua ocupação”.⁵⁸ No entanto, em nota de rodapé, Weimer adiciona uma série de vias que não teriam sido mencionadas por Fernandes, pois este “descrevia o povoado como tendo ruas ‘largas, limpas e retas’” e, portanto, “omitiu a existência de alguns becos nos dois sentidos”. Entre estes figuraria o Beco do Fanha. Mas Weimer não indica evidências documentais que atestem à existência do beco já no final do século XVIII, de forma que a menção é, assim como o mapa de Oliveira, hipotética.

Como veremos a seguir, a primeira aparição do Beco do Fanha em uma planta de Porto Alegre pode ser traçada ao mapa de Lívio Zambeccari, de 1833. O que se nota é que, nas plantas especulativas de Paranhos Antunes e Clovis Silveira de Oliveira, o Beco do Fanha está totalmente ausente, enquanto nos apontamentos de alguns historiadores, como Moacyr Flores e Günter Weimer, o beco já existia em fins do século XIX com o mesmo nome pelo qual se popularizou. Essas múltiplas perspectivas sobre a historicidade do beco nos motivam a uma análise de seu surgimento no tecido urbano de Porto Alegre. Para isso, precisamos buscar os relatos de cronistas e memorialistas.

⁵⁷ PESAVENTO, *Era uma vez o beco*, p. 100.

⁵⁸ WEIMER, *op. cit.*, p. 38.

Sérgio da Costa Franco assinala que o Beco do Fanha possivelmente já existia no ano de 1807. De acordo com o cronista, naquele ano o Senado da Câmara informou sobre um requerimento em que Inácio Manoel Vieira, o mesmo que, o leitor se lembrará, inspirara um dos nomes do beco, pedia isenção do pagamento da fatura da calçada relativa à testada de seus prédios. De acordo com Antônio Álvares Pereira Coruja (1806 – 1889),⁵⁹ Vieira havia edificado diversos prédios de morada, “talvez os primeiros do beco”, cujas moradoras “distinguiam-se pela vida alegre”.⁶⁰ Franco ainda sustenta que, nas resoluções da Câmara Municipal, o beco foi relacionado a Vieira até pelo menos 1829.⁶¹

Por volta dessa época, além do dirrematopônimo⁶² Beco Quebra-Costas, sem dúvida em alusão à inclinação da via e que parece não ter se popularizado, surge a denominação mais famosa de Beco do Fanha. Esta, apontam os cronistas, com algum grau de discordância, fazia referência a certo taverneiro de nome Francisco José de Azevedo, cujo apelido era Fanha devido à sua forma peculiar de falar. A discórdia surgiu de dois pontos. De acordo com Franco, outro cronista da cidade, Felicíssimo de Azevedo (17/09/1823 – 02/07/1905),⁶³ que foi aluno de Pereira Coruja quando criança, havia confundido o Fanha histórico com Inácio Manoel Vieira.⁶⁴ O texto foi publicado no jornal *A Federação*, veículo de imprensa ligado ao Partido Republicano Rio-Grandense, do qual Azevedo era

⁵⁹ Antônio Álvares Pereira, mais tarde Antônio Álvares Pereira Coruja, nasceu em Porto Alegre em 31 de agosto de 1806. Teve uma passagem pela política, sendo deputado provincial em 1835, quando buscou atuar em prol da educação da província, visto ser esta a sua formação. Com a eclosão da Guerra dos Farrapos, foi preso e, após ser libertado, mudou-se para o Rio de Janeiro. Apesar da distância, continuou próximo ao Rio Grande do Sul, escrevendo para diversos jornais gaúchos. Escreveu diversos relatos — *antigualhas* — recontando suas memórias sobre a Porto Alegre que conheceu em sua juventude. Morreu no Rio de Janeiro em 4 de agosto de 1889, em extrema penúria, após se arruinar financeiramente devido a uma sociedade malograda.

⁶⁰ CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigualhas – Reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Erus, [1881] 1983, p. 112.

⁶¹ FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1988, p. 91.

⁶² Dirrematopônimo é uma categoria hodonímica proposta por Maria Vicentina Dick (1990). No âmbito da hodonímia, o estudo dos nomes de ruas, essa categoria engloba nomenclaturas compostas por frases ou enunciados linguísticos. Cf.: ECKERT, Kleber. RÖHRIG, Maiquel. Os nomes das ruas da cidade de Estrela-RS: um estudo hodonímico. *Caletrosκόpio*, Ouro Preto, Volume 5, n. 8, p. 198-213, jan. – jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/caletroscopeio/article/view/3741>.

⁶³ Felicíssimo Manuel de Azevedo nasceu em Porto Alegre em 17 de setembro de 1823. Exerceu diferentes ocupações em sua juventude, tendo estudado ourivesaria e odontologia. Foi o primeiro presidente do Clube Republicano, o qual ajudou a fundar. Foi membro do Partido Republicano Riograndense e atuou como jornalista nos jornais *A Federação* e *Correio do Povo*. Assumiu a primeira administração republicana de Porto Alegre, de 1890 a 1891.

⁶⁴ FRANCO, op. cit., p. 91.

membro, na seção *Cousas municipaes*, que o cronista assinava com o pseudônimo de Fiscal Honorário. O trecho em questão diz o seguinte:

Inácio Manoel Vieira era comerciante na Rua da Praia, ficando a sua casa de negócio justamente no meio da quadra formada entre as ruas Clara e Ladeira.

Não querendo a municipalidade dividir as primitivas quadras, fez ele, por sua conta, e em terreno seu, o beco, que se chamou do Fanha, alcunha [pela qual] era conhecido o mesmo Vieira.⁶⁵

Por sua vez, Aquiles Porto Alegre (1848 – 1926),⁶⁶ em crônica compilada em obra póstuma de 1940, apesar de identificar Francisco José de Azevedo como o taverneiro de alcunha Fanha, afirma ter sido ele, e não Vieira, o pioneiro que abriu o caminho que se tornaria o beco. A crônica aponta que:

Foi ele o primeiro morador — isto em 1800. Edificou casa na rua dos Andradas, bem no centro da quadra que então ia da rua Clara à da Ladeira. *Julgando necessária a abertura de uma outra rua, entendeu deixar a largura que hoje forma o beco do Fanha*, onde construiu outra casa à moda do tempo, com rótulas pintadas de verde, que em 1895 foram demolidas por ordem da Intendência.⁶⁷

A discórdia sobre a identidade do Fanha, portanto, resume-se a esses dois pontos: por um lado, a confusão entre as duas figuras históricas, por parte de Felicíssimo de Azevedo; por outro, da parte de Aquiles Porto Alegre, a incerteza a respeito de quem foi, de fato, o responsável pela abertura do beco. Sobre esses dois pontos, Pereira Coruja, como assinalou Franco, já havia tirado de uma vez por todas a dúvida em um texto de 1886 publicado no *Anuario da Provincia do Rio Grande do Sul*, dizendo que:

⁶⁵ A FEDERAÇÃO, 03/09/1883, capa.

⁶⁶ Aquiles José Gomes Porto Alegre nasceu em Rio Grande em 29 de março de 1848. Exerceu diversas funções públicas ao longo de sua vida, atuando como telegrafista, funcionário do Tesouro, inspetor escolar e professor. Foi um importante jornalista e escritor gaúcho, sendo um precursor da crônica moderna. Fundou e dirigiu o *Jornal do Commercio* (1884 a 1888), no qual também atuava seu genro Caldas Júnior, que viria a fundar o jornal *Correio do Povo*. Foi fundador do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul e da Academia Rio-Grandense de Letras.

⁶⁷ PORTO ALEGRE, Aquiles. *História popular de Porto Alegre*. Edição organizada por Deusino Varela para as comemorações do bicentenário da cidade e oficializada pela Prefeitura Municipal. Porto Alegre, 1940, p.16.

Nunca ouvi dizer, nunca me constou, nem mesmo é exato que Inácio Manoel Vieira tivesse a alcunha de *Fanha*. O *Fanha* propriamente dito nem fanhoso era; apenas falava com voz gutural abafada; chamava-se Francisco José de Azevedo; foi pôr taverna por baixo de um sobrado de Inácio Manoel Vieira do lado dos números ímpares e que deve ter hoje o nº 5 ou 7 (grifos do autor).⁶⁸

Acredito na versão de Pereira Coruja por dois motivos. Em primeiro lugar, porque este foi relativamente contemporâneo aos personagens, tendo vivido em Porto Alegre nas primeiras décadas do século XIX. No mesmo texto, Coruja afirma ter conhecido os filhos de Inácio Manoel Vieira e outras pessoas que tiveram contato com este, de forma que é difícil crer que teria se confundido com sua identidade e a de Francisco José de Azevedo. Felicíssimo de Azevedo foi aluno de Pereira Coruja e pode ter ouvido histórias sobre a antiga Porto Alegre através de seu mestre e as distorcido (rememorado incorretamente) anos depois. Aquiles Porto Alegre, no entanto, não tinha a desculpa da memória falseada, pois escreveu décadas depois da crônica em que Pereira Coruja pôs os pingos nos is.

Foram localizados alguns documentos sobre *uns certos* Inácio Manoel Vieira e Francisco José de Azevedo no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).⁶⁹ Faço a ressalva sobre a indefinição de suas identidades, pois a existência de homônimos não é incomum e é difícil apontar, somente por meio das fontes consultadas, tratarem-se esses homens dos mesmos personagens que estamos investigando. Seria possível, por exemplo, afirmar que o Inácio Manoel de Oliveira que fora preso na cadeia pública da vila de Santo Antônio da Patrulha, em 1822, fosse o mesmo comerciante de Porto Alegre? Pelo auto de prisão, hábito e tonsura sabemos se tratar de um homem branco, de 34 anos, que habitava na referida vila, sendo natural de Porto Alegre, e servia como escrivão do juízo de sesmarias.⁷⁰ Sendo a mesma pessoa, Inácio Manoel Vieira teria nascido por volta de 1788, tornando factível que Pereira Coruja o tivesse conhecido em sua infância.

⁶⁸ ANNUARIO DA PROVINCIA DO RIO GRANDE DO SUL, 1886, p. 165.

⁶⁹ Agradeço ao professor Paulo Moreira por conferir e fichar essa documentação.

⁷⁰ APERS – Junta Criminal de Porto Alegre, auto nº 138, Réu: (preso) Inácio Manoel Vieira, 1822.

Sobre Francisco José de Azevedo temos mais informações. Seu inventário foi encontrado no acervo do APERS e deixa pouca margem de dúvida a respeito de sua identidade. O inventariado faleceu em 1833, possuindo duas boticas na Rua da Praia, numa das quais habitava, e cinco escravizados, tendo alforriado duas escravizadas em vida. As boticas foram avaliadas em 314\$360 e 2:247\$820 réis.⁷¹ Não sabemos o local exato em que estas se encontravam, mas por se tratar da Rua da Praia é possível conjecturar que estavam próximas à embocadura do Beco do Fanha. No entanto, chama atenção o fato de que no inventário de Francisco José de Azevedo, que seria o Fanha da gíria popular, não há menção à dita taverna que o notabilizara.

Os documentos ajudam, no entanto, a compreender a linha do tempo. Franco afirmou que o beco estava atrelado ao nome de Vieira nas discussões da Câmara Municipal até pelo menos 1829, a partir de quando a alcunha de Beco do Fanha passou a se tornar mais frequente. Não sabemos sobre a morte de Inácio Manoel Vieira, mas as datas das fontes indicam que é possível que este tenha falecido pela mesma época que Francisco José de Azevedo, pois foi o apelido deste que ganhou fama entre a população, o que pode se justificar por este ter vivido por mais tempo ou por ter sido um personagem mais expressivo no imaginário popular.

Independentemente da real identidade, todos os cronistas concordam em um ponto: foi um proprietário particular, e não as autoridades coloniais, quem mandou abrir a via. Nisso, o Beco do Fanha é um exemplo perfeito, como visto anteriormente, do que postulou Sandra Pesavento ao dizer que os becos eram “ocupação ‘espontânea’ ou ‘orgânica’ da cidade” num momento de adensamento urbano.⁷² Mais do que isso, tratava-se de um período em que não estavam bem definidas as prerrogativas dos atores históricos no tocante à ocupação do espaço e ao desenvolvimento urbano. Franco oferece outra evidência dessa conjuntura ao arrolar informações da Câmara Municipal que revelam que o Visconde de São Leopoldo, durante sua presidência da província (1823-1826), mandou amurar os terrenos de sua propriedade (no local do atual APERS), encurtando o trajeto do

⁷¹ APERS – 1º Cartório de Órfãos de Porto Alegre, inventário nº 1118, Inventariado: Francisco José de Azevedo, inventariante: Manoel Faustino José Martins, 1833.

⁷² PESAVENTO, *Era uma vez o beco*, p. 105.

Beco do Fanha, que poderia ter chegado até a Rua da Igreja (atual Duque de Caxias).⁷³

Havia muitos outros becos em Porto Alegre cujas alcunhas eram antropotopônimos, ou seja, referências aos nomes e apelidos de seus moradores mais ilustres.⁷⁴ Beco do Pedro Mandinga, do Leite, do Brito, do Couto, do Jacques, do Firme, da Marcela. Havia o Alto do Manoel Caetano, depois Alto da Bronze, em referência a uma famosa moradora que passava as tardes na janela de casa, como se fosse uma estátua.⁷⁵ Em todos esses casos, temos menções (por parte de Pereira Coruja, por exemplo) aos primeiros habitantes das vias, pessoas que talvez tenham primeiro assentado residência em terrenos desocupados da cidade, entre as vias principais, sendo seguidos posteriormente por outros moradores e criando caminhos. Devido a essa característica de ocupação espontânea, a memória popular parece ser a fonte mais acessível sobre os becos da cidade.

Um dos possíveis motivos para a abertura de uma via entre as ruas da Ladeira e Clara teria decorrido da distância a ser percorrida a pé pela população. Se usarmos as quadras presentes nas reproduções da Planta de 1772 como base para os possíveis contornos da cidade, a quadra entre a Rua da Ladeira e a Rua Clara é uma das mais longas. Utilizando a escala do mapa de Clovis de Oliveira, temos que seu comprimento era de aproximadamente 175 braças, o equivalente a 320 metros. Empregando a ferramenta de medição do Google Earth para aferir a distância entre as atuais ruas General Câmara e General João Manoel, o valor encontrado é bastante semelhante, 340 metros. Em comparação, a quadra entre a Rua da Ladeira e a Rua de Bragança na Planta de 1772 tem aproximadamente 135 braças, ou 246,9 metros, sendo que a

⁷³ FRANCO, op. cit., p. 91. Coruja também dá testemunho sobre a “chácara de terrenos então abertos do juiz da alfândega, depois visconde de S. Leopoldo”, que os meninos da escola do Amansa-burro atravessavam para ir à Matriz, “pois era a escola na Rua da Ponte entre o Beco do Fanha e a Rua Clara (Rua João Manoel)”.

⁷⁴ Havia também, como já vimos, o importante etnotopônimo Beco dos Guaranis, localizado na ponta da península, onde atualmente existe a Rua General Vasco Alves. Os cronistas indicam que naquela região vivia “aquartelada” uma “legião guarani”, incumbida de vigiar o antigo depósito de pólvora existente no local. Weimer chama atenção ao fato de que os guaranis da Aldeia dos Anjos (região de Gravataí), que eram sobreviventes das Guerras Guaraníticas, eram exímios artesãos, conhecidos por comercializar sua cerâmica na feira do povoado de Porto Alegre. WEIMER, op. cit., p. 41.

⁷⁵ Coruja, elegantemente, dá esta versão, mas a crônica porto-alegrense informa que a Bronze era uma prostituta cuja alcunha dizia respeito a certos atributos físicos.

distância medida através do Google Earth entre as ruas General Câmara e Marechal Floriano Peixoto é de 290,8 metros, uma distorção maior do que a da quadra anterior.

Lembremos que Felicíssimo de Azevedo, sob seu pseudônimo Fiscal Honorário, sugeriu que Inácio Manoel Vieira decidira abrir uma via em seu terreno devido à lentidão da municipalidade em dividir as “quadras primitivas”.⁷⁶ De forma semelhante, Aquiles Porto Alegre indicou que Francisco José de Azevedo (lembremos também da confusão entre as personalidades) julgara necessária a abertura de uma nova via e, por isso, deixou em seu terreno o espaço adequado para isto.

O fenômeno de repartição posterior das quadras originais da cidade não se limita a este caso. Weimer chama atenção ao ocorrido na supracitada quadra das ruas da Ladeira e de Bragança, que foi cortada, em 1814, pela abertura da Travessa Itapiru (atual Travessa Engenheiro Acilino de Carvalho). Neste caso, a justificativa teria sido a mesma: a distância a ser percorrida pelos habitantes dava ensejo à abertura de uma nova via no meio da quadra.⁷⁷

Não devemos, entretanto, imputar as formas da cidade ao altruísmo de alguns proprietários que intuíram os melhores locais para se abrirem vias de trânsito. Notemos que, nos relatos dos cronistas, os personagens, quer seja Vieira ou Azevedo, construíram casinhas naquele espaço em formação, alugando-as para outros habitantes da cidade. Como Sandra Pesavento bem notou, os becos “convertiam-se em possibilidade de lucro e especulação imobiliária para aqueles que dispunham de um pequeno capital para investir e que aproveitavam a crescente demanda de casas na cidade”.⁷⁸

Apesar de não sabermos, à época, a finalidade dos prédios erigidos em Porto Alegre, podemos comparar a cidade à São Paulo de então. Pesavento informa que, em 1798, quando do registro do sargento-mor Domingos Marques Fernandes, Porto Alegre era um “burgo modesto” com suas 4.600 almas.⁷⁹ Paul

⁷⁶ No tocante às “quadras primitivas”, é evidente que os cronistas não se referiam ao mapa conjectural do capitão Montanha, mas às ruas existentes na cidade de fins do século XVIII, as mesmas descritas pelo sargento-mor Fernandes após sua passagem por Porto Alegre em 1798.

⁷⁷ WEIMER, op. cit., p. 142.

⁷⁸ PESAVENTO, *Era uma vez o beco*, p. 107.

⁷⁹ Ibid., p. 100.

Singer aponta, com base em dados de Walter Spalding, que, em 1807, a população porto-alegrense girava em torno dos 6 mil habitantes.⁸⁰ Já a cidade de São Paulo, de acordo com Beatriz Bueno, tinha cerca de 7 mil habitantes em 1807, apenas em suas freguesias da Sé e de Santa Ifigênia.⁸¹ Existiam 1.281 imóveis, dos quais 50% eram alugados. Nas palavras da autora, “predominantemente térreos e residenciais, 86% deles eram casas comuns de taipa de pilão”.⁸²

Um ponto ainda nebuloso sobre a formação do núcleo urbano de Porto Alegre diz respeito às formas de apropriação do solo. Desconheço um trabalho que tenha tematizado localmente essa questão, conquanto exista uma série de pesquisas sobre o fenômeno na cidade de São Paulo. Parece-me que a investigação realizada por Raquel Glezer, em 1992, sobre os chãos de terra, acendeu o interesse pelas formas de apropriação e posse do solo urbano na capital paulista.⁸³ Nessa investigação, a autora analisou a legislação do início do século XIX, particularmente a Décima Urbana, de 1808, e a Lei de Terras, de 1850, e notou que a “forma de obtenção de terra para a propriedade rural, a ‘sesmaria’, e para a propriedade urbana, a ‘data de terra’, ou ‘chão de terra’, apresentava diferenças”.⁸⁴

Outra contribuição expressiva, embora mais abrangente, é o capítulo de Mauricio de Almeida Abreu, publicado originalmente em 1997, sobre a apropriação do território no Brasil Colonial.⁸⁵ Abreu aponta que as formas de apropriação do solo na América de colonização portuguesa remontam às tradições medievais ibéricas, especificamente à Reconquista. A tomada dos territórios antes ocupados pelos muçulmanos resultou em transformações significativas no tocante à posse da terra, com o desenvolvimento da sesmaria,

⁸⁰ SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977, p. 154.

⁸¹ Correspondem ao atual centro histórico de São Paulo, na margem esquerda do rio Tamanduateí.

⁸² BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *A cidade como negócio: mercado imobiliário rentista, projetos e processo de produção do Centro Velho de São Paulo do século XIX à Lei do Inquilinato (1809-1942)*. Tese (Livre-Docência em História da Urbanização e do Urbanismo). Universidade de São Paulo, SP, 2018a, p. 52.

⁸³ Publicado, com adaptações, em GLEZER, Raquel. *Chão de terra e outros ensaios sobre São Paulo*. São Paulo: Alameda, 2007.

⁸⁴ *Ibid.*, p. 58.

⁸⁵ Reproduzido em ABREU, Mauricio de Almeida. A apropriação do território no Brasil Colonial. *Cidades*, Chapecó, v. 8, n. 14, p. 539-568, 2011.

uma variante da enfiteuse greco-romana, e dos Conselhos Municipais, ambas instituições transpostas à América.

No território do Brasil, o desenvolvimento urbano esteve diretamente ligado à aplicação ao modelo ibérico do Conselho Municipal. Abreu informa que os tipos de povoações eram três: o arraial (ou povoado), de “origem espontânea, resultando do agrupamento de famílias em algumas residências — chamadas fogos — que apresentavam certa contiguidade e unidade formal”, as vilas e as cidades, as quais “surgiram sempre da ação direta ou indireta do Estado”.⁸⁶ A principal distinção entre esses dois tipos de ocupação, a informal, espontânea, e a formal, regida pelo Estado, dizia respeito à existência de um governo local:

Ali [nas vilas e cidades] fazia-se justiça em nome do Rei, prerrogativa que se materializava obrigatoriamente na paisagem urbana pela ereção de um pelourinho. Tinham direito, ademais, às dignidades e regalias conferidas pelas Ordenações aos conselhos e a seus cidadãos. E possuíam, finalmente, um termo, ou área de jurisdição, dentro da qual se situavam os arraiais, e um patrimônio fundiário: as terras do Conselho.⁸⁷

As terras do Conselho eram um patrimônio administrativo local, alodial (livre de foros), geralmente oriundo de doação (por governadores, capitães-mores etc.), que podia ser distribuído pelo Conselho Municipal aos habitantes na forma de “chãos de terra” ou “sesmarias de chãos”. Estes nada mais eram que uma “doação de solo aos moradores dos núcleos urbanos para que ali construíssem suas casas de moradia e quintais”.⁸⁸

De imediato se percebe a importância que o período entre o final do século XVIII e a instituição da Lei de Terras (que organizou a propriedade privada de terras no Brasil) tem para a compreensão do desenvolvimento urbano de Porto Alegre. Acredito que, como em São Paulo, de acordo com apontamentos de Denise Soares de Moura, “a estrutura fundiária da cidade [...] foi desenhada de acordo com as disputas entre autoridades municipais, instituições religiosas e proprietários individuais”.⁸⁹ A autora demonstra como, na cidade paulista,

⁸⁶ Ibid., p. 549.

⁸⁷ Ibid., p. 550.

⁸⁸ Ibid., p. 552.

⁸⁹ MOURA, Denise A. Soares de. Disputas por chãos de terra: expansão mercantil e seu impacto sobre a estrutura fundiária da cidade de São Paulo (1765-1848). *Revista de História*, São Paulo, n. 163, p. 53-80, jul./dez. 2010, p. 57.

diversos agentes sociais agiram em busca de apropriação e controle de terras do Conselho, muitas vezes se valendo das terras do rossio, de uso comunitário.

Por ora, podemos postular que a abertura de vias transversais, os becos, na cidade de Porto Alegre, entre fins do século XVIII e o início do XIX, foram elemento que compôs as estratégias de apropriação do território do Conselho Municipal por parte de habitantes que, entre outros, tinham o interesse em edificar casas de aluguel. Afirmações mais taxativas requererão pesquisas mais aprofundadas.

1.2 PLANTAS URBANAS E DESENVOLVIMENTO DO BECO DO FANHA

Sigamos a investigação das formas históricas do Beco do Fanha através da análise das plantas da cidade. A tese de Daniela Fialho, na qual a pesquisadora analisou os documentos cartográficos de Porto Alegre de 1772 a 1888, é uma valiosa fonte de informações sobre esses mapas.

Além das especulações sobre uma planta elaborada por Alexandre Montanha em 1772, há indícios de que, no início do século XIX, outros mapas tenham sido traçados, dos quais também não se sabe a localização atual ou se realmente existiram. É o caso de uma suposta planta desenhada por Francisco João Roscio em algum momento antes de sua morte, em 1805. A única evidência de sua existência vem de algumas menções feitas por Abeillard Barreto, em 1973. Daniela Fialho, apesar de não desqualificar categoricamente essas informações, aponta que a materialidade do traçado de Roscio seria ainda mais conjectural que a da planta de Alexandre Montanha.⁹⁰

Um mapa de Porto Alegre, cuja existência conta com evidências tangíveis, foi feito por José Pedro César em 1820 e ampliado em 1825, devido ao crescimento no número de edificações na cidade. Apesar de esta planta não ter sido encontrada, Fialho apresenta diversas missivas da Câmara Municipal que tratam sobre a entrega da planta por César. Há, inclusive, menção ao mapa no

⁹⁰ FIALHO, op. cit., p. 120-121.

ano de 1872, dando a entender que ele estava localizado na província, provavelmente em Porto Alegre.⁹¹

A primeira planta cujo traçado se conhece foi elaborada por Lívio Zambeccari em 1833. Zambeccari foi um cartógrafo, naturalista e revolucionário bolonhês, ligado à Carbonária, que esteve no Rio grande do Sul e participou da Guerra dos Farrapos ao lado dos revoltosos, sendo amigo próximo de Bento Gonçalves, com quem foi preso em 1836.

A Pianta da Cidade de Porto Allegre, de 1833,⁹² por ele produzida, é considerada a primeira representação cartográfica conhecida da cidade. Apesar disso, suas dimensões são bastante distorcidas, pouco acuradas em relação às formas geográficas da península e das vias urbanas. Fialho crê, em concordância com Pesavento e Abeillard Barreto, que a planta não passava de um croqui, produzido por Zambeccari entre sua chegada na cidade, em novembro de 1833, e o final daquele ano, fato que “explicaria essa percepção recente e distorcida da cidade”.⁹³ Sua intenção seria a de se localizar em uma cidade desconhecida, especialmente apontando as casas dos conspiradores farroupilhas que já se preparavam para deflagrar a revolta. Atestam a essa leitura o fato de plantas posteriores de Zambeccari, especialmente seu mapa do Rio Grande do Sul (1839), provarem sua capacidade como cartógrafo. As distorções da planta (a ausência da curvatura da península, a presença de ruas inexistentes ou a troca de seus nomes, a ausência dos muros e fortificações no entorno da cidade etc.) corroboram a ideia de que a planta não teria servido como reprodução fiel ou estratégica da cidade.

Em notas gerais, o Beco do Fanha parece ter sido representado nesta planta [Figura 3], embora, como os demais aspectos da cidade, de maneira imprecisa. Há uma via paralela à “Rua da Quitanda” (que Fialho atribui à Rua da Ladeira/General Câmara), à direita, que desemboca na “Praça da Quitanda” (Praça da Alfândega). Pela posição de ligação dessa via com a praça, presume-

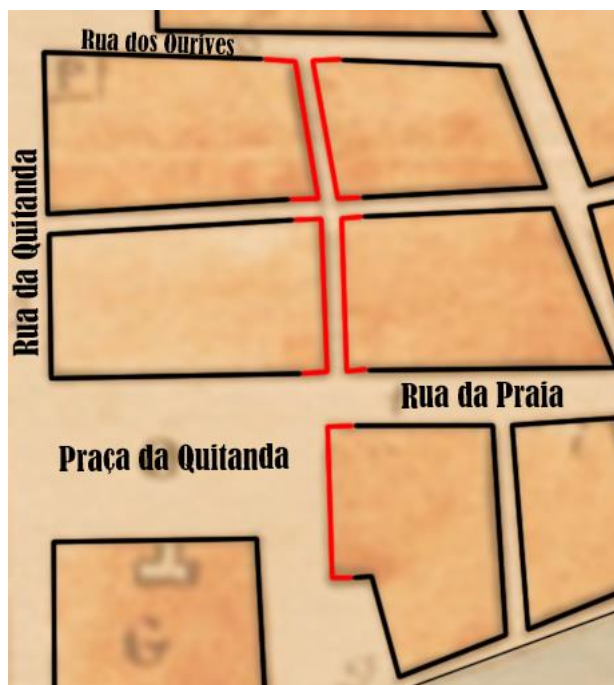
⁹¹ Ibid., p. 126.

⁹² Optei por não reproduzir os mapas completos no corpo do texto. Algumas das plantas têm tamanho considerável, de forma que uma visualização acurada se torna difícil no espaço limitado de que se dispõe. Todas as imagens das plantas citadas constam entre os anexos da dissertação.

⁹³ Ibid., p. 161.

se que seja o beco; o problema da representação está situado na rua paralela à da Praia, mas sem denominação, que foi adicionada por Zambeccari. Tratar-se-ia, historicamente, da Rua da Ponte, mas esta denominação foi utilizada (também erroneamente) para designar a Rua Formosa. Dessa forma, há duas ruas entre a da Praia e a Formosa, paralelas a estas: uma sem nome e outra chamada de Rua dos Ourives. Não se sabe qual destas deveria representar a Rua da Ponte, mas, pela presença de uma rua inexistente, a via que se supõe ser o Beco do Fanha possui uma quadra adicional. Sabe-se que esse não era o caso, apesar do papel do Visconde de São Leopoldo no encurtamento do beco.

Figura 3 - Possível local do Beco do Fanha na Pianta da Cidade de Porto Alegre, 1833, de Lívio Zambeccari⁹⁴



Fonte: Detalhe da Pianta da Cidade de Porto Alegre, 1833, de Lívio Zambeccari, com destaques feitos pelo pesquisador.

A Figura 3 foca na parte da planta de Zambeccari que supostamente representa o Beco do Fanha. O traçado em vermelho pretende apontar as

⁹⁴ Dentre as peculiaridades da planta de Zambeccari está a ausência de uma rosa dos ventos. Como as formas da península não são acuradas, é difícil de precisar qual seria a orientação do mapa. Uma estimativa aproximada indica sudeste.

fachadas de construções com frente para o beco, enquanto os traçados em preto apenas seguem o formato das quadras desenhadas originalmente pelo cartógrafo bolonhês. Há algumas distorções bastante evidentes, como a já mencionada adição de uma rua inexistente entre a Rua da Praia e a Rua da Ponte, assim como a nomenclatura incorreta de Rua dos Ourives. Além disso, o alinhamento das quadras não se parece com o de outras representações mais antigas da cidade: o suposto Beco do Fanha, segundo Zambecari, desembocaria na Rua da Praia de frente para uma esquina, em vez de seguir reto até as margens do Guaíba. Também não existe na planta o conjunto de construções que separam a praça do beco, configuração que persiste até os dias atuais e que já constará na planta seguinte, datada de 1838.

Zambecari também optou por representar as quadras mais centrais de forma preenchida, diferentemente de partes do que seria o nordeste (na região da Rua de Bragança/Marechal Floriano Peixoto) e o sul (próximo à Ponte do Riacho) da península. Daniela Fialho interpreta essa escolha como uma forma de “identificar [...] as partes da cidade mais densamente construídas”.⁹⁵ Veremos a seguir, com a análise da próxima planta, que essa forma de representação pode ter sido outra liberdade tomada por Zambecari, especialmente no tocante ao entorno do Beco do Fanha.

O próximo mapa de que se tem conhecimento foi produzido em 1838 pelo Império do Brasil no decorrer dos conflitos da Guerra dos Farrapos. A planta não contém assinatura própria de um cartógrafo e desconhece-se quem a tenha produzido. Postula-se que a planta tenha sido feita com base no trabalho anterior de José Pedro César.

Em consonância com o período em que foi produzida e o conflito então em vigor, essa planta apresenta as fortificações da cidade de Porto Alegre, além de conter legendas e elementos visuais que detalham etapas do sítio e defesa da cidade, especialmente da perspectiva legalista. No tocante ao Beco do Fanha, o mapa registra as formas que serão características da via durante sua história. Diferentemente da planta de Zambecari (ressalvadas todas as suas particularidades), no documento de 1838 é possível ver um conjunto de

⁹⁵ FIALHO, op. cit., p. 150.

construções separando o beco da Alfândega. Uma diferença notável em relação à planta de 1833 é a composição das quadras. Enquanto Zambecari optou por “preenche-las”, o mapa imperial apresenta o que parece ser o contorno dos prédios existentes à época, demarcando, também, os locais das quadras onde não havia construções.

Sobre essa característica, Fialho postula que:

A planta [de 1838] passa a impressão de ter havido um levantamento dos elementos construídos, pois o desenho dos seus quarteirões não é um elemento cheio e compacto, existe a demonstração da ocupação das faces das quadras e no [seu] interior [...] restam, em grande parte, espaços vazios.⁹⁶

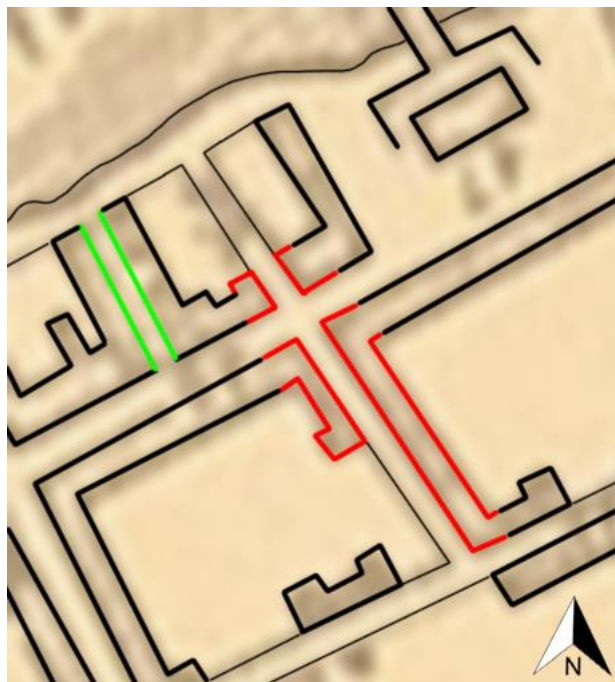
As plantas seguintes contêm quadras com construções rente às ruas, mas com os mesmos interiores “vazios”, indicando a existência de espaços ocupados por vegetação e utilizados de uma miríade de formas possíveis.⁹⁷ Esse era, segundo Nestor Goulart Reis Filho, um traço característico do urbanismo português: “as quadras, quando completamente edificadas, compunham-se de uma linha contínua de construções, dos lados das ruas, com um grande vazio constituído pelos quintais, na parte interior”.⁹⁸

⁹⁶ FIALHO, op. cit., p. 182.

⁹⁷ Ana Luiza Koehler apresenta algumas fotos da Porto Alegre de fins do século XIX e início do XX nas quais essa característica é notável. É provável que muitos habitantes do centro da cidade tivessem hortas e criações de animais nesses locais, antes das posturas municipais proibirem tais práticas, ou mesmo em explícita contradição a elas. KOEHLER, op. cit., p. 56 e 81.

⁹⁸ Ibid., p. 104.

Figura 4 – Beco do Fanha em detalhe da Planta da Cidade de Porto Alegre, 1838, Império do Brasil⁹⁹



Fonte: Detalhe da Planta da Cidade de Porto Alegre, 1838, Império do Brasil, com destaques feitos pelo pesquisador.

Na Figura 4 vemos um detalhe da Planta de 1838, com alguns destaques que facilitam a compreensão das formas das vias. A cor vermelha foi utilizada para demarcar apenas os elementos construídos do beco. O traçado preto tem diferentes espessuras: os riscos mais grossos representam partes construídas de outras vias, enquanto os traços mais finos ressaltam as partes não edificadas. Nota-se que as construções no Beco do Fanha ainda não formavam blocos contínuos em ambos os lados da via. É apenas o lado esquerdo entre a Rua da Praia e a da Ponte que foi representado como um bloco contínuo de prédios, compondo, possivelmente, uma das partes mais antigas do beco. O lado direito entre essas ruas contém prédios apenas próximo à esquina da Rua da Praia.¹⁰⁰ Na quadra entre esta rua e as margens do Guaíba, há prédios apenas nas esquinas opostas da mesma rua.

⁹⁹ Esta planta tem originalmente a orientação sudeste, à semelhança da de Zambeccari. Ajustei a orientação para norte.

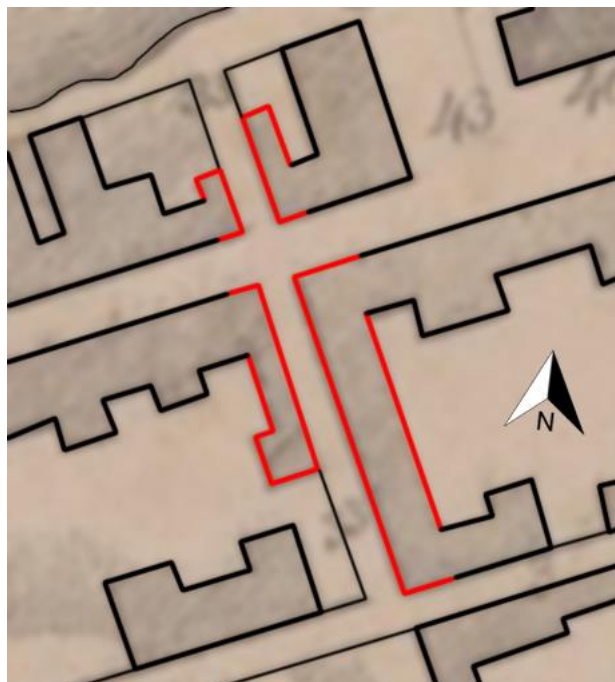
¹⁰⁰ Lembremos que, de acordo com Pereira Coruja, a taverna do Fanha fora construída no local correspondente aos números 5 ou 7 do beco. De acordo com o Levantamento cadastral de 1893, essa numeração, em verdade, ficava localizada no lado direito de quem sobe em direção à Rua da Ponte, próximo à esquina da Rua da Praia, ou seja, do lado oposto da parte mais construída da via em 1838. Questões referentes aos prédios do beco serão abordadas no próximo capítulo.

A cor verde foi utilizada no detalhe da Planta de 1838 para destacar um elemento curioso. Se voltarmos ao detalhe da planta de Zambecari [Figura 3], notaremos que este representou uma rua entre o litoral do Guaíba e a Rua da Praia, desembocando no meio da quadra entre o Beco do Fanha e a Rua Clara. Além da planta do cartógrafo bolonhês, o único traçado que apresenta formas semelhantes é a Planta de 1838, na qual é possível ver uma via em local aproximado. Neste último mapa é possível ver, inclusive, o que parecem ser blocos de prédios com frente para essa via, que, no entanto, já não existirá mais no mapa seguinte, de 1839.

A Planta da Cidade de Porto-Allegre, 1839, de autoria de Luiz Pereira Dias, é a primeira planta de Porto Alegre a ter circulação mais expressiva. Foi feita a pedido da própria municipalidade, sendo, portanto, diferente das plantas anteriores que haviam sido elaboradas para uso mais restrito (pessoal e militar). Fialho traça as influências de L. P. Dias a diversos mapas medievais, renascentistas e modernos que representaram cidades no interior de elipses ou círculos. Além disso, um mapa da cidade do Porto (da qual Dias era natural), de 1813, também parece ter diversos elementos em comum com a planta de Porto Alegre desse cartógrafo.

O Beco do Fanha nesse mapa tem características quase idênticas às do mapa de 1838. A largura da via é semelhante à da maioria das vias da cidade, com exceção, talvez, da Rua da Ladeira. Os contornos que representam os prédios da via são bastante semelhantes aos do ano anterior, com a adição de um ou dois prédios em um lado da quadra entre a Rua da Praia e a margem do Guaíba. Como dito acima, a via que aparentemente cortava a quadra entre o Beco do Fanha e a Rua Clara, margeando o Guaíba, desaparece.

Figura 5 – Beco do Fanha em detalhe da Planta da Cidade de Porto-Allegre, 1839, por L. P. Dias¹⁰¹

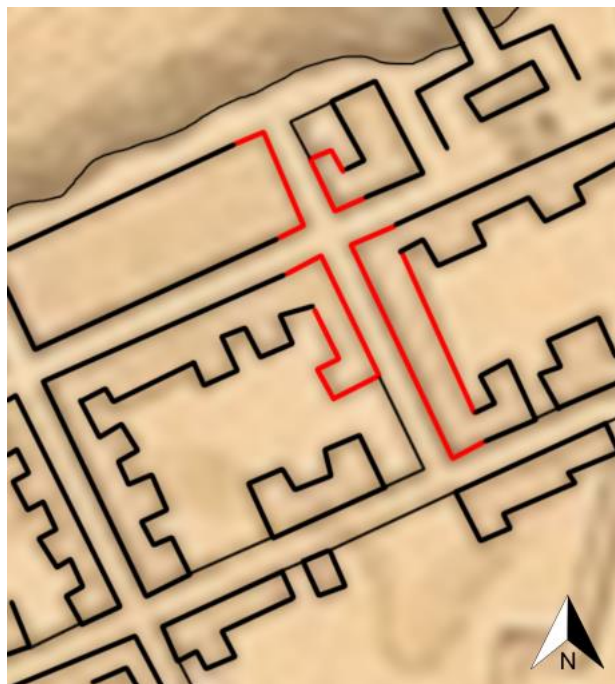


Fonte: Detalhe da Planta da Cidade de Porto-Allegre, 1839, por L. P. Dias, com destaques do pesquisador.

A Planta da Cidade de Porto-Allegre, 1844, de autoria de Conrado Jacob de Niemeyer, consta na primeira carta corográfica do Império do Brasil, produzida entre 1842 e 1846, no âmbito do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Foi elaborada sobre a planta de L. P. Dias e apresenta poucas diferenças em relação àquela. No tocante ao Beco do Fanha, o lado direito (de quem sobe) da quadra entre a margem e a Rua da Praia aparece como um bloco sólido, indicando que este agora se encontrava completamente edificado. Esta é efetivamente a última planta da cidade a representar o Beco do Fanha com terrenos não edificados.

¹⁰¹ A orientação da planta de L. P. Dias é quase norte, pendendo alguns graus para nordeste. Mantive-a como no original.

Figura 6 – Beco do Fanha em detalhe da Planta da Cidade de Porto-Allegre, 1844, de Conrado Jacob de Niemeyer

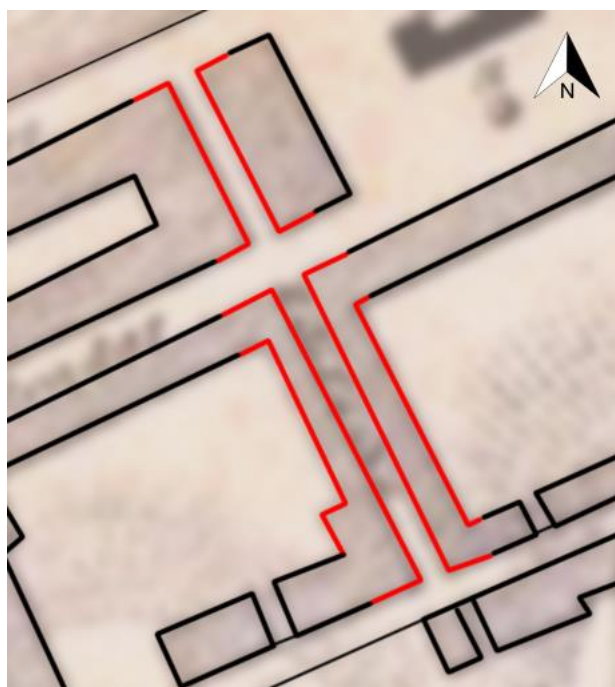


Fonte: Detalhe da Planta da Cidade de Porto-Allegre, 1844, de Conrado Jacob de Niemeyer, com destaques do pesquisador.

Finalmente, na Planta da Cidade de Porto Alegre, 1868, de Antônio Eleuthério de Camargo, vemos o Beco do Fanha com formas materiais que serão características da virada do século XIX para o XX. O mapa consta em um cartucho da Carta Topográfica da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, do mesmo ano. O trabalho foi o primeiro realizado após o fim da Guerra dos Farrapos e mostra uma Porto Alegre diferente, “aberta”, livre de suas muralhas, que foram derrubadas após o conflito por ordem do Duque de Caxias, em 1845. É possível notar que a encosta sul estava se desenvolvendo, lentamente, com o surgimento de algumas ruas (ou projetos de ruas) no Arraial da Baronesa, local da atual Cidade Baixa. Esse espaço, anteriormente composto por chácaras e plantações, aparece na planta de 1868 contendo algumas edificações e grandes quadras. Também é possível notar um avanço dos aterros sobre o Guaíba, no sul da península, próximo à embocadura do Riacho, e na face norte, junto à área portuária. Nessa região já passa a constar a Rua Sete de Setembro, de forma que o Beco do Fanha não desembocava mais diretamente no litoral.

No tocante ao beco, este aparece denominado como tal (*B. do Fanha*) e não mais contém espaços não edificados como nas plantas anteriores. É evidente que a largura dessa via, assim como de outras vias transversais e mesmo de certas ruas principais, é menor em comparação à Rua da Praia. Isso pode ser justificado, entretanto, devido ao fato de aquela rua ser considerada a mais importante da cidade.

Figura 7 – Beco do Fanha em detalhe da Planta da Cidade de Porto Alegre, 1868, de Antônio Eleuthério de Camargo



Fonte: Detalhe da Planta da Cidade de Porto Alegre, 1868, de Antônio Eleuthério de Camargo, com destaques do pesquisador.

As plantas de Porto Alegre não acabam em 1868. Pelo contrário, seu número multiplica conforme se aproxima o século XX, atestando ao fenômeno europeu descrito por Maria Stella Bresciani. De acordo com a pesquisadora, as autoridades públicas europeias, preocupadas com as condições sanitárias das cidades e com o grande número de epidemias, “deram maior ênfase ao ambiente urbano como campo de investigação”,¹⁰² criando relatórios, mapas e leis como

¹⁰² BRESCIANI, Maria Stella. A cidade e o urbano: experiências, sensibilidades, projetos. *Urbana*, v.6, n.8, Campinas, CIEC/Unicamp, 2014, p. 65.

forma de controlar certos grupos sociais. Nosso interesse pelas formas do Beco do Fanha nesses documentos não encerra por aqui, mas seria redundante relatar as suas diversas iterações nas plantas seguintes, tendo em vista que estas pouco diferem do que pode ser visto no mapa de 1868.

É importante frisar, como bem o fez Sandra Pesavento, que “a estreiteza do beco não coincide com a sua representação gráfica [...]”.¹⁰³ Os discursos de fins do século XIX e início do XX sobre a aparência repugnante dos becos, sua exiguidade, seu aspecto insalubre, escuro e seu calçamento precário não podem ser deduzidos pelos traços dos cartógrafos. Pesavento se compromete a relativizar o traçado, “optando talvez pela força da palavra sobre a imagem”, mas não endossando os relatos como definitivos. Em reflexão semelhante, Daniela Fialho assevera que “os cartógrafos produzem espaços de exercício do poder, com o mapa funcionando como uma espécie de panóptico [...]”,¹⁰⁴ de maneira que tais documentos atestam mais às intenções de registrar o espaço de forma racional do que a retratá-lo tal como era.

O que podemos sintetizar até aqui diz respeito a alguns momentos da composição do Beco do Fanha. Sua origem provavelmente está ligada à ação de particulares, num momento da história da cidade em que as atribuições sobre o assunto eram pouco nítidas, ou simplesmente desobedecidas. Seu desenvolvimento ao longo do século XIX, inferido através das plantas de Porto Alegre, não apresenta grandes percalços: de uma via com alguns terrenos baldios no mapa de 1838, o beco já surge completamente edificado trinta anos depois, configuração que não muda significativamente até o início do século XX. Esse estado de coisas não duraria. Na segunda década do novo século, as picaretas colocariam abaixo os sobrados e casas térreas do Beco do Fanha, rompendo o espaço e dando lugar à Rua Caldas Júnior.

¹⁰³ PESAVENTO, *Era uma vez o beco*, p. 106.

¹⁰⁴ FIALHO, op. cit., p. 112.

1.3 PROPRIETÁRIOS E TRANSAÇÕES IMOBILIÁRIAS

A história do desenvolvimento dos becos nas cidades dos Estados Unidos da América é bem diferente do que vimos sobre os becos brasileiros. Na primeira metade do século XVII, a cidade de Londres tinha, provavelmente, um dos trânsitos mais agitados da Europa. Tratava-se, naturalmente, do constante deslocamento de carruagens, que começava a causar congestionamentos pelas ruas da cidade, além de ocupar uma grande porção do espaço urbano. Uma primeira tentativa de solucionar o problema foi idealizada pelo arquiteto Inigo Jones, em 1631, como parte de seu projeto para o distrito de Covent Garden, na região de Westminster. O plano de Jones previa que as quadras fossem cortadas ao meio por ruas ou becos “de serviço” (*service alleys*), que davam acesso aos *mews* — cavalariças. Estas tinham geralmente dois pavimentos, com espaço para as carruagens e cavalos no andar térreo e, em muitos casos, um espaço residencial no segundo andar, onde residiam os cocheiros e suas famílias.¹⁰⁵

Os becos de serviço tiveram sua primeira aparição nos Estados Unidos na fundação da cidade de Savannah, Georgia, em 1733. Após o Grande Incêndio de Londres, em 1666, o governo optou pela reconstrução da cidade seguindo os mesmos traçados dos lotes antigos, de maneira que muitos ricos habitantes migraram para regiões mais distantes do centro da cidade, especialmente para o oeste, onde muitas novas construções tomaram como base os projetos de Inigo Jones para Covent Garden. A fundação de Savannah era um empreendimento especulativo e tinha, entre seus financiadores, pessoas envolvidas com a urbanização da zona oeste de Londres, familiarizados, portanto, com o uso de becos de serviço.¹⁰⁶

A origem dos becos de serviço ingleses, e, conseqüentemente, dos estadunidenses, já estava ligada a uma noção hierárquica de espaço e de classe. Essas vias eram menores, pois menos importantes, quase privadas,

¹⁰⁵ DOUGHERTY, Thomas. *The American alley – a hidden resource*. Brainerd, Minnesota: Strong Towns, 2021, p. 14-15. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/53dd6676e4b0fedfbc26ea91/t/612016b8da04c87ea78656af/1629492930799/American+Alleys+e-book.pdf>. Acesso em: 28/11/2022.

¹⁰⁶ Ibid., p. 16.

quando comparadas às ruas principais da cidade. Nelas, viviam trabalhadores pobres que serviam às classes mais abastadas. Mas foi a partir do século XIX que os becos de serviço passaram a concentrar os aspectos negativos da vida urbana numa sociedade industrializada. O plano da cidade de Chicago, Illinois, de 1830, contava com 58 quadras, todas as quais contendo becos de serviço em seu interior. Com o rápido desenvolvimento da cidade, de acordo com Thomas Dougherty, os interiores das quadras se tornaram “lugares sujos [que] serviam como o sistema séptico da cidade. Latrinas, poços, cozinhas, entregas de carvão e estábulos, todos encontraram uma morada no beco”.¹⁰⁷

Apesar de terem sido desenvolvidos para abrigar funções de serviço, logo os becos estadunidenses adquiriram um caráter servil. Pela metade do século XIX, tornou-se comum utilizar o interior dos blocos para reaproveitar ou construir habitações populares. Dougherty indica dois fatores que potencializaram esse fenômeno, muito semelhante ao visto nas cidades brasileiras: “as restrições de movimento de pedestres em uma cidade industrial, gerando densos bairros centrais, e a capacidade de pequenos investidores de capitalizar sobre áreas não edificadas do interior das quadras através da construção de estruturas para aluguel”.¹⁰⁸

Apesar de ter adquirido essas características negativas, o beco de serviço estadunidense não desapareceu por completo. Planos para novas cidades na segunda metade do século XIX já desconsideravam essa característica herdada do urbanismo inglês, mas as cidades mais antigas, com os interiores de quadras atravessados por vias estreitas, em sua grande maioria, não sofreram mudanças drásticas na estrutura viária, de maneira que atualmente os becos de serviço — ou *lanes*, como são chamados em inglês — protagonizam discussões sobre urbanismo em escala humana e ADUs (*accessory dwelling units*).¹⁰⁹

¹⁰⁷ Ibid., p. 17 (tradução nossa).

¹⁰⁸ Ibid., p. 18 (tradução nossa).

¹⁰⁹ As ADUs são construções secundárias, geralmente habitações, que ocupam um lote urbano que já possui uma edificação principal, podendo ser uma casa ou prédio comercial. Na história dos EUA, essas construções secundárias geralmente eram construídas voltadas para os fundos da quadra, de frente, portanto, aos becos de serviço. As discussões atuais mencionadas por Dougherty dizem respeito à revitalização dessas vias e sua reintegração ao espaço urbano numa escala humana de deslocamento.

A maioria dos becos de Porto Alegre foi apagada do tecido urbano, embora não sem deixar rastros da cidade do passado. Antes disso, essas vias se desenvolveram ao longo do século XIX, passando por distintas fases de ocupação. Ana Luiza Koehler distingue dois momentos na história dos becos. Devido ao seu surgimento orgânico, provavelmente através da apropriação do espaço urbano por proprietários particulares, ciosos de criarem novas vias e edificar construções para aluguel, a primeira fase de ocupação dos becos teria como personagem uma população de maiores posses. Um argumento apresentado pela pesquisadora é o fato de as ruas travessas de Porto Alegre se localizarem, em geral, em terrenos íngremes, de difícil ocupação, o que implicaria a necessidade de mão de obra escravizada nas construções.¹¹⁰ Essa tese também se sustenta nos relatos acerca dos habitantes ilustres dos becos. Teria sido na entrada do Beco do Fanha que Manoel Antônio de Magalhães, comerciante e contratador dos dízimos, autor do Almanaque da Vila de Porto Alegre, de 1808, mandara edificar casa, “alta e com muitas janelas, a primeira envidraçada da cidade”.¹¹¹ Na década de 1860, segundo Sérgio da Costa Franco, morava no beco o “ilustre médico, escritor e político Dr. José Antônio Caldre e Fião”.¹¹² Veremos adiante que havia outras figuras de renome.

O crescimento das cidades brasileiras na segunda metade do século XIX implicou em transformações na dinâmica de ocupação das áreas centrais. Houve um incremento no número de ocupações urbanas que iam desde os serviços de abastecimento e transportes (marinheiros, caizeiros, estivadores, cocheiros, ambulantes etc.) até o serviço doméstico (domésticas, caseiras, lavadeiras, copeiros etc.). Esses trabalhadores, em sua maioria pobres, buscavam habitações baratas nas ruas centrais, permanecendo próximos aos seus locais de trabalho e engendrando práticas de sociabilidade. Esse movimento, se não gerou, coincidiu com a acentuação de divergências socioculturais entre as diferentes classes que compunham a população urbana. De acordo com Koehler, foi a partir desse momento, aproveitando a expansão de arrabaldes como Moinhos de Vento e Menino Deus, que parte da população abastada de

¹¹⁰ KOEHLER, op. cit., p. 54.

¹¹¹ PESAVENTO, *Era uma vez o beco*, p. 110.

¹¹² FRANCO, op. cit., p. 92.

Porto Alegre decidiu fugir “da insalubridade que a concentração e crescimento desordenado agravavam na cidade”.¹¹³

Fenômeno muito semelhante aconteceu na Europa, particularmente na Inglaterra. Catherine Hall indicou que a burguesia inglesa, durante o século XIX, passou a investir em casas de campo, a fim de se distanciar dos centros urbanos, “longe da sujeira, do barulho e dos vizinhos desagradáveis”.¹¹⁴ No caso europeu, essa mudança de preferência evidencia também uma transformação ideológica e religiosa no tocante ao papel da família nuclear, do casamento cristão e do lar.

O vazio deixado pelas classes abastadas no centro de Porto Alegre possibilitou que trabalhadores pobres se concentrassem nas ruas travessas, em casas térreas e sobrados abandonados (vendidos ou alugados) por aqueles. A composição dessas vias, majoritariamente popular, seria um dos elementos essenciais para o desenvolvimento dos discursos higienistas que serviriam de combustível às reformas do século XX.

Embora os habitantes dos becos tenham sido, em fins de século XIX e início do XX, majoritariamente trabalhadores urbanos pobres, os proprietários pelo menos no caso do Beco do Fanha, parecem ter sido pessoas de certas posses. Podemos obter informações sobre estes indivíduos de algumas formas diferentes. Em primeiro lugar, através das décimas urbanas¹¹⁵ do Beco do Fanha (oficialmente chamado na documentação de Travessa Paysandú), é possível coletar seus nomes e informações sobre os prédios que a estes pertenciam. Por meio dessa fonte, também é possível perceber algumas trocas de propriedade, apesar de sem muitos detalhes. Inventários *post mortem* também são uma fonte valiosa sobre os proprietários, pois fornecem detalhes sobre todas as suas posses, dando uma dimensão de sua riqueza. Algumas figuras de maior relevo na sociedade porto-alegrense aparecem em textos jornalísticos, sendo possível traçar alguma forma de trajetória de vida. Por fim, durante pesquisa no Centro Histórico-Cultural da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, fui

¹¹³ KOEHLER, op. cit., p. 68.

¹¹⁴ HALL, Catherine. Sweet Home. In: PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada, 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 66.

¹¹⁵ As décimas urbanas de Porto Alegre, também chamadas de imposto predial, podem ser consultadas no acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Essa documentação terá papel mais central no próximo capítulo, no qual será devidamente apresentada.

surpreendido por dois documentos que atestam à ocorrência de doações de imóveis do Beco do Fanha à referida instituição de caridade.

É justamente referente à Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre a documentação mais antiga que encontrei para o período. Trata-se do documento nº 31, de 10/12/1842, intitulado *Documentos provando a legítima propriedade da Santa Casa sobre os prédios nrs. 11 e 12 do Beco do Fanha, doados por Patricio V. Rodrigues tutor de Felicia, Carlos e Custodio*.¹¹⁶ A relação de documentos é composta por relatórios de sessões da Mesa Administrativa da Santa Casa, demonstrativos financeiros e relatórios de escrivães. Uma vista superficial da documentação revela que esta tratava da análise de uma proposta de permuta de casas, localizadas no Beco do Fanha, feita pelo major Patricio Vieira Rodrigues, em 1842, referente a serviços prestados pela Santa Casa a uma sua prima e tutelada de nome Felicia, “demente”.¹¹⁷

Felicia havia sido aceita na Santa Casa em 31 de agosto de 1828, mais de dois anos depois do major Rodrigues entrar com o pedido de internação junto à Mesa da instituição. Creio que, já nesta época, os pais de Felicia (ambos ou apenas o pai) estivessem mortos, razão pela qual o primo era seu tutor legal. Por se tratar de uma família com recursos financeiros, a Santa Casa, instituição de caridade, inicialmente se recusou a receber a jovem. A internação somente foi aceita condicionada ao pagamento de “dietas” e demais despesas, no valor de 19\$200 (dezenove mil e duzentos réis) mensais, por conta do major Rodrigues.

As coisas parecem ter decorrido dentro do combinado durante alguns anos, até que, em 1836, os pagamentos pela internação de Felicia pararam de ser feitos. De acordo com o escrivão Amaro da Silva Velho, que apresentou relatório sobre o caso em 5 de outubro de 1855 e que, anos depois, provaria saber muito sobre fraude,¹¹⁸ “tal foi o descuido em procurar por esse negócio

¹¹⁶ Centro Histórico-Cultural Santa Casa. Jurídico, Legados/Doações/Testamentos. Caixa 1, Maço 1 (1817-1851), Documento 31. As citações a seguir são referentes a essa série de documentos.

¹¹⁷ Antes da fundação do Hospital Psiquiátrico São Pedro, em 1884, as pessoas que sofriam de transtornos mentais podiam receber cuidados na mesma instituição que atendia pessoas com ferimentos ou doenças.

¹¹⁸ “Amaro da Silva Velho adulterou as despesas, para o ano de 1862, de 14:122\$674 réis para 16:635\$820 réis, conforme apurou a comissão, colocando outros nomes de crianças em matrículas de expostos mortos e emitindo conhecimentos em nome de outras criadeiras,

que se passaram cinco anos e meio sem receber a Santa Casa a menor quantia por conta ou por pagamento convencionado, do que despendia com essa demente”. Silva Velho informa, no mesmo relatório, que em 1833 o irmão mesário da Santa Casa pediu que se fizesse um levantamento dos devedores da instituição, o que teria levado à cobrança da dívida. As datas parecem não ter sido muito claras mesmo para o escrivão, que dá um salto para o ano de 1842, quando é feita a proposta de permuta da casa, localizada no Beco do Fanha.

Neste ponto, se já não eram, as coisas ficam interessantes. A dívida do major Rodrigues, de acordo com o levantamento minucioso da Santa Casa, era de 1:152\$000 (um conto e cento e cinquenta e dois mil réis), equivalentes a cinco anos de serviços. Não querendo, ou não tendo o dinheiro para quitar as dívidas, o tutor de Felicia respondeu à Santa Casa com a oferta de uma residência localizada no Beco do Fanha, de número 11 ou 12,¹¹⁹ que pertencia à internada por falecimento dos seus pais. O major Rodrigues também oferecia mais dois prédios, contíguos àquele e pertencentes a dois irmãos de Felicia, Carlos e Custódio, “dementes pacatos”, se a instituição aceitasse, também, suas internações. Em sessão de 18 de dezembro de 1842, a comissão de avaliação da proposta, composta pelos irmãos Jacintho da Silva Lima e José Joaquim Fernandes Pinheiro da Cunha, dá um parecer que revela muito sobre o caráter da instituição e a importância da propriedade urbana:

Entendo que é vantajosa à Santa Casa de Misericórdia a proposta do referido Major Patricio, tutor dos dementes mencionados, não só porque pelas informações que colheu do procurador dito tutor incumbido da cobrança do aluguel da casa, pertencente à demente Felicia, rende esta 12\$800 réis mensais, e as pertencentes aos outros dois dementes 34\$000 mensais, o que faz a quantia de 46\$800 réis, podendo ser estes alterados a muito mais, atenta à demanda de casas de aluguel, com a qual quantia pensa a Comissão poderem ser tratados os dementes, senão também porque por morte destes ficaria a Santa Casa senhora e proprietária do valor daqueles prédios, e dos aluguéis que por ventura a esse tempo rendessem [...].

sacando com estes documentos falsos a quantia de 2:513\$146 réis”. FLORES, Moacyr. A casa dos expostos. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 11, n.2, p. 49-60, 1985, p. 53.

¹¹⁹ Eventualmente a Santa Casa ficou de posse de dois prédios da família, mas a numeração de cada um é imprecisa. Mais tarde, em 1883, em outro breve relatório, é informado que os prédios têm os números 7 e 10. A numeração deve ter sido alterada em algum momento.

A passagem é fascinante, pois de um pragmatismo contrastante com a religiosidade da instituição. A mesa julgou, em primeiro lugar, que a proposta era valiosa pelo simples fato de ser possível recolher os aluguéis das casas, que, aliás, poderiam ser aumentados devido à demanda por casas de aluguel na cidade. Por outro lado, e de forma ainda mais objetiva, os avaliadores da proposta já contavam com a morte futura dos enfermos e com a posse definitiva dos prédios.

O relatório de 1855, de Silva Velho, confirma que foi realizada a transação de dois imóveis, um dos quais referentes à internação de Carlos, irmão de Felícia. O escrivão, no entanto, não encontrou os documentos que atestavam à troca. Seu relatório foi elaborado em razão de um requerimento realizado pelo major Rodrigues junto ao juiz municipal do cível, em agosto daquele ano, pedindo o embargo dos aluguéis recolhidos pela Santa Casa. Isso aconteceu oito anos após a morte de Felícia, em 5 de julho de 1847, na Santa Casa de Misericórdia, dezoito anos, dez meses e cinco dias após sua entrada na instituição.

Não está evidente o que aconteceu após o pedido de embargo feito pelo major Rodrigues. No entanto, outro relatório presente na documentação, datado de 1883, indica que os dois prédios ainda constavam no livro de tomo da Santa Casa, e que esta recebia de aluguéis daqueles 18\$000 mensais. O escrivão Fernando da Silva, que redigiu o texto de 1883, afirmou que “este assunto, pela falta de título legítimo da posse dos bens, tem ocupado a atenção de diversas mesas administrativas”.

Nem todas as doações à Santa Casa eram tão litigiosas. Temos notícia de outra transação de imóvel do Beco do Fanha feita à instituição de caridade em 1852. Trata-se do documento nº 68, de 04/09/1852, intitulado *Traslado de escritura em que Militão M. Dorneles, Cap. Sezefredo C. Torres, Francisco M. Barroco, Carlos C. Torres e suas mulheres cedem à Santa Casa os direitos que têm no sobrado e terreno do Beco do Fanha nº 29 e 31*.¹²⁰ Essa documentação, em síntese, diz respeito à doação espontânea de quatro quinhões de uma casa

¹²⁰ Centro Histórico-Cultural Santa Casa. Jurídico, Legados/Doações/Testamentos. Caixa 1, Maço 2 (1852-1853), Documento 68. As citações a seguir são referentes a essa série de documentos.

e terreno situados no Beco do Fanha, que haviam pertencido a Boaventura da Costa Torres e que foram divididos entre seus quinze herdeiros após sua morte.

Os quatro casais de herdeiros doadores decidiram, “por muito livre e espontânea vontade deles, sem o menor constrangimento de pessoa alguma”, doar as quatro partes que lhes couberam do imóvel avaliado em 6:500\$000 (seis contos e quinhentos mil réis). Cada quinhão ficara em 433\$333 réis, mas foi ressaltado que a doação somava apenas 1:200\$000, tendo em vista que, “em atenção a haverem diminuído de valor nesta cidade as propriedades de casa desde que aquela dita casa foi avaliada, e ao estado de muita ruína em que ela se acha”, a avaliação do quinhão caiu para 300\$000. O documento que atesta à doação é explícito no tocante ao caráter permanente da transação, indicando que os doadores:

transferem e trespagam para a Santa Casa de Misericórdia toda a posse domínio e senhorio que tinham na referida casa para que aquele pio estabelecimento goze e disponha daqueles quatro quinhões mencionados como propriedade sua que fica sendo de hoje para sempre, sem que eles outorgantes e seus constituintes tenham direito a qualquer gênero de compensação, e sem que possam em tempo algum por si, seus herdeiros ou testamenteiros fazer reclamação alguma ou anular a presente doação por qualquer motivo ou protesto.

De acordo com Cláudia Tomaschewski, que realizou pesquisa sobre a Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, diversos fatores motivavam os provedores a fazerem suas doações. Embora os mais íntimos sejam inacessíveis, a pesquisadora aponta que estes “dizem respeito à ajuda que seria dada aos pobres, e ao reconhecimento que os doadores teriam da sua benemerência na terra”.¹²¹ As doações individuais de bens materiais ou dinheiro, chamadas de “caridade particular”, eram uma das principais fontes de renda das Santas Casas. Entre estas, como podemos ver pelos casos apresentados, estavam as doações de imóveis, dos quais a instituição tirava proventos através de aluguel. De acordo com os dados levantados por Tomaschewski, havia anos

¹²¹ TOMASCHEWSKI, Cláudia. *Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas – RS (1847-1922)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2007, p. 137.

em que cerca de 35% da receita da Santa Casa de Pelotas provinha de rendas de imóveis.¹²²

O cenário era semelhante no caso da Santa Casa de Porto Alegre. De acordo com Priscila Almaleh, “a sustentação da [Santa Casa] ocorria pela concessão de esmolas por benfeitores, as quais passavam a integrar o patrimônio da irmandade”. Além disso, “a Mesa Administrativa tinha a obrigação de evitar a diminuição do patrimônio institucional”.¹²³ A contenda em torno dos imóveis dos irmãos Felicia e Carlos revela essa face da administração das instituições de caridade, que desempenhavam um papel relevante no mercado de aluguéis.

Passemos a outro caso. No ano de 1911, pouco antes das atenções da Intendência Municipal recaírem sobre o Beco do Fanha, dois imóveis da via foram adquiridos do proprietário Francisco Luiz de Mello pela companhia Barbará Filhos. De acordo com o Levantamento cadastral de 1893, tratava-se de dois prédios, que, no entanto, em 1911, estavam subdivididos em cinco números: 40, 40A e 42 eram um sobrado; 52 e 54 eram ambos térreos, possivelmente resultado de uma divisão interna de um único prédio mais antigo.

Naquela época, um dos integrantes da família Barbará se destacava na sociedade porto-alegrense. José Barbará foi um dos participantes do curso de inauguração da Avenida Teresópolis, realizado no dia 20 de setembro. Seu veículo, da fabricante inglesa Humber, que chegara à cidade em um navio em fevereiro daquele ano, figurava entre os mais de cem automóveis e carruagens que desfilaram com pompa na recém inaugurada avenida.¹²⁴ Naquele mesmo ano, José Barbará fora eleito para a mesa diretora da Companhia Santa-Mariense de Luz Elétrica,¹²⁵ e foi reeleito para a diretoria da Praça do Comércio de Porto Alegre, com vigência em 1912.¹²⁶

¹²² Ibid., p. 121, gráfico 3.

¹²³ ALMALEH, Priscila. *Ser mulher: cotidianos, representações e interseccionalidades da mulher popular (Porto Alegre 1889 - 1900)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2018, p. 60.

¹²⁴ *A Federação*, 21/09/1911, p. 6.

¹²⁵ *A Federação*, 18/02/1911, capa.

¹²⁶ *A Federação*, 16/12/1911, p. 4.

José Barbará se tornaria o único proprietário dos imóveis do Beco do Fanha no ano de 1919. Uma observação na décima urbana daquele ano indica que a transferência se deu “por escritura de dissolução de sociedade”. Não tenho certeza sobre o uso destinado a esses prédios, mas há pelo menos uma notícia de jornal que indica que o número 42 era residência de Maria Manoela de Oliveira em 1916, possivelmente uma locatária.¹²⁷ Além desses imóveis, que continuaram existindo no beco até 1924, último ano consultado da décima urbana, Barbará também era proprietário de um terreno de marinha na Rua Sete de Setembro, nº 54, local onde operava a firma Carlos Lubisco & C., da qual era sócio. Em 1922, um incêndio iniciado no trapiche que existia no local se espalhou e danificou parte do prédio, destruindo uma quantia de erva mate que seria exportada para a Argentina. O negócio estava assegurado em 350:000\$000 (trezentos e cinquenta contos de réis), indicando a dimensão do empreendimento e do capital de que Barbará dispunha.¹²⁸ A partir do ano de 1917, pude encontrar diversas notas no jornal *A Federação* sobre suas remessas de erva mate para Buenos Aires. Estas variavam de 500 a 2.300 sacas por viagem.

Através de pesquisa na base de periódicos da Biblioteca Nacional, pude traçar, em linhas gerais, a trajetória de ascensão econômica e social de José Barbará. O negociante investiu, sozinho ou com seus irmãos, em diversos setores da economia, passando por energia, telefonia, importação e exportação, agropecuária e crédito. Em 1929, junto com seu irmão Miguel e outros familiares, Barbará fundou a Empresa Pastoril e Agrícola Barbará, S. A., com capital de 5.000:000\$000 (cinco mil contos de réis) em 5 mil ações de um conto de réis, com finalidade de exploração das indústrias pastoril e agrícola, e seus derivados. José Barbará era sócio majoritário com metade das ações.¹²⁹

Além de ter tido muito sucesso nos negócios, José Barbará também se inseriu de maneira eficaz na sociedade porto-alegrense. As matérias de jornais comprovam suas simpatias republicanas. Em 1908, esteve presente no embarque do político republicano Evaristo do Amaral, quando este foi tomar

¹²⁷ *A Federação*, 06/09/1916, p. 5. Retornaremos a esta matéria no próximo capítulo.

¹²⁸ *A Federação*, 05/06/1922, p. 5.

¹²⁹ *A Federação*, 12/04/1929, p. 7.

assento na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro.¹³⁰ No ano seguinte, compareceu em uma recepção ao senador e general Pinheiro Machado.¹³¹ Em 1910, foi citado entre os presentes no banquete realizado pelo Clube Júlio de Castilhos e *A Federação* em homenagem ao presidente eleito Hermes da Fonseca. O periódico mencionou seu nome entre vários outros, afirmando estes se tratarem do “alto comércio, indústrias e lavoura do estado”.¹³² Sua esposa, Alfrida Barbará, era integrante da Liga Rio-Grandense contra a tuberculose, figurando entre as esposas de Borges de Medeiros e Protásio Alves.¹³³

Sua riqueza e influência poderiam parecer, a princípio, admiráveis, levando em conta o fato de que a primeira menção a José Barbará que pude encontrar nos periódicos, datada de 1894, apenas mencionava seu nome entre os passageiros de uma embarcação que partia de Porto Alegre em direção à Margem, atual município de General Câmara.¹³⁴ Doze anos depois, em 1906, uma outra nota anunciava que chegava de Uruguiana, “com sua excelentíssima família, estimado comerciante daquela cidade, José Barbará, da creditada e importantíssima firma Barbará & Filhos”.¹³⁵ Movido por uma curiosidade sobre esse Gatsby porto-alegrense, decidi fazer uma busca mais minuciosa sobre o sua trajetória.

De acordo com o volume *Impressões do Brasil no Século Vinte*,¹³⁶ editado em 1913 e impresso na Inglaterra pela Lloyd’s Greater Britain Publishing Company, Ltd., com direção de Reginald Lloyd, José Barbará nasceu em 1868, possivelmente em Uruguiana. A companhia familiar fora fundada “pelo finado João Barbará em 1880; passou depois, em 1885 e 1900, aos proprietários atuais, sob a gerência de Barbará Filhos”, tendo “sede em Uruguiana e uma sucursal na capital do estado”. O texto aponta que:

¹³⁰ *A Federação*, 11/06/1908, p. 2.

¹³¹ *A Federação*, 12/01/1909, capa.

¹³² *A Federação*, 10/03/1910, p. 4.

¹³³ *A Federação*, 20/06/1914, p. 5.

¹³⁴ *A Federação*, 10/02/1894, p. 2.

¹³⁵ *A Federação*, 26/07/1906, p. 2. Creio que a eventual mudança de nomenclatura da empresa familiar se deu após a morte do patriarca João Barbará.

¹³⁶ Seu título original era *Twentieth century impressions of Brazil: its history, people, commerce, industries, and resources*. A série publicada pela Lloyd’s Greater Britain Publishing Company, Ltd. enfocava diversas características dos países selecionados, apresentando aspectos de sua história, geografia, população, comércio etc. A edição sobre o Brasil conta com 1.079 páginas.

A casa de Uruguaiana tem a direção dos negócios seguintes: a) navegação a vapor dos rios Uruguai e Ibicuí; b) usina de luz elétrica e força motriz; c) estaleiros para construções navais e diversas; d) fábrica de gelo, serraria a vapor.

A casa de Porto Alegre tem: a) concessão das loterias estaduais; b) exportação de erva-mate e importação de farinhas de trigo; c) negócios bancários e outros. O capital social é de Rs. 1.600:000\$000.¹³⁷

Logo se vê que a ascensão de José Barbará na sociedade porto-alegrense não foi um mero acaso, fruto de esforço e determinação. Tendo nascido em 1868 e chegado a Porto Alegre, definitivamente, em 1906, Barbará contava, então, com 38 anos e um patrimônio familiar que o permitiu investir e prosperar. Apesar de estas informações já traçarem um panorama valioso sobre o proprietário das casas do Beco do Fanha, existe mais um ponto que o liga ao personagem de Fitzgerald: um passado.

Não satisfeito com o que levantei e apresentei até agora, resolvi procurar pelo inventário *post mortem* de José Barbará, acreditando que seria possível descobrir a dimensão de suas posses e se este investia em casas de aluguel em outros pontos da cidade. No entanto, até onde foi possível apurar, tal documento não consta no acervo do APERS. Existem, por outro lado, dois inventários nos quais José Barbará foi o inventariante. Tratam-se de Claudina e Diego Giralt de Barbará, sua primeira família.

Claudina Giralt de Barbará faleceu em Uruguaiana em 1900. Deixou um filho pequeno de nome Diego Giralt de Barbará, cujo pai era seu marido em primeiras núpcias, José Barbará. Os bens inventariados foram os seguintes: a mobília de um quarto composta de um guarda-roupas com espelho, dois bidês com pedra mármore, um *psyché* com espelho, uma cama de casal, um lavatório com pedra mármore e espelho, um dossel; 1:800\$000 réis em dinheiro; um quinhão de uma casa no inventário de Diego Giralt, avaliado em 1:500\$000; e um valor de 5:555\$559 em ações da companhia Barbará & Filhos.

O casal não era fartamente rico. Não possuía casa própria, provavelmente habitando com familiares de Claudina no quarto da casa que fora de seu pai,

¹³⁷ As informações e citações foram retiradas de uma versão transcrita da obra, que se encontra em: <https://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300q41e.htm>. Não pude precisar a página.

Diego Giralt. Os demonstrativos da firma Barbará & Filhos revelam certa prodigalidade por parte de José Barbará. Este entrara no negócio com 20:000\$000 réis em 1894, obtendo lucros de 65:511\$830 até março de 1901. Havia, no entanto, um valor de 79:955\$271 gastos em suas despesas particulares, de forma que seu capital ficava reduzido a pouco mais de um quarto do que investira inicialmente.

O mais curioso diz respeito ao seu filho, Diego Giralt de Barbará. O inventário de Claudina aponta que o juiz de órfãos ordenou que, como parte da legítima do filho do casal, fossem alocados ao cofre dos órfãos a quantia de 1:800\$000 réis em dinheiro. Barbará recorreu ao juiz, dizendo que “devido à crise econômica atual, bem como à condição de comerciante do suplicante, se encontra este em dificuldades para fazer efetiva essa parte da sentença”. A solução foi a inscrição “no registro geral desta comarca [de] uma fração de campo e o estabelecimento nela edificado com todas as suas benfeitorias, de propriedade da firma Barbará & Filhos”, ficando o viúvo dispensado de recolher a quantia em dinheiro. Acontece que, no início de 1902, o menino também faleceu. Ocorreu então o estranho caso do pai que foi herdeiro de seu filho. José Barbará recorreu novamente ao juiz, lembrando da obrigação com a qual tinha se envolvido quando da morte da sua primeira esposa e pedindo a sua revogação.

Poucos anos depois, em 1906, José Barbará surge em Porto Alegre como “estimado comerciante”, acompanhado por sua “excelentíssima família”. Certamente não quero insinuar que a morte de sua primeira esposa e filho tenham alguma ligação nefasta com seu posterior enriquecimento. A situação é, na verdade, mais simples, pragmática como os irmãos da Santa Casa de Misericórdia. José Barbará nasceu em uma família de posses que investiu seu capital e prosperou. Sua trajetória de ascensão econômica e social não é a do *self-made man*, antes a de um clã que procurou enriquecer de forma conjunta. Como ele, muitos outros proprietários de imóveis no Beco do Fanha devem ter tido histórias igualmente fascinantes. Por ora, esta chega ao fim.

1.4 QUE HÁ EM UM NOME? – O OCASO DO BECO DO FANHA

No início deste capítulo postulei que a Rua Caldas Júnior e o Beco do Fanha não eram o mesmo espaço. Acredito que este seja, de fato, o caso. Maurizio Gribaudi, em texto sobre os *vestígios* de Paris, marcas de tempos passados ainda impressas no tecido urbano, aponta a tendência das análises sobre a cidade a favorecerem os elementos de continuidade às rupturas. Ele sugere, ao contrário, que:

se observarmos a evolução de uma cidade na complexidade da sua dinâmica e na especificidade das várias configurações que a compõem nos diferentes momentos da sua evolução, facilmente veremos que ela é marcada mais pela ruptura do que pela continuidade de suas formas.¹³⁸

Sua análise, na perspectiva da micro-história, busca enxergar cada momento histórico que animou a cidade em sua contemporaneidade, ou seja, na confluência dos múltiplos interesses, agências e possibilidades. Seu intuito é procurar a identidade da cidade “menos nas representações únicas e coerentes do que nas muitas tensões geradas pela presença desses olhares e dessas ações cruzadas”.¹³⁹

Antes da desestruturação material que ocorreu no Beco do Fanha a partir da segunda década do século XX, é possível enxergar uma tentativa de transformar o espaço na imposição de um nome oficial à via. Sérgio da Costa Franco informa que, em 1873, a Câmara “trocou a velha denominação popular de Beco do Fanha para Travessa Paysandú, em homenagem ao feito de armas da guerra contra o Uruguai em 1864/5”.¹⁴⁰ Mas creio que *troca* não é o termo mais adequado. A Câmara podia colocar uma placa nas esquinas do beco, mas não podia impedir que os moradores continuassem o chamando pela antiga

¹³⁸ GRIBAUDI, Maurizio. Continuité et changements dans l'évolution d'une ville. Notes et questions sur le Paris de la première moitié du XIXe Siècle. *Transversalités*, Paris, no. 134, p. 11-28, 2015/3, p. 13.

¹³⁹ Idem.

¹⁴⁰ FRANCO, *Guia histórico de Porto Alegre*, p. 91-92.

algunha. Pereira Coruja assinala isso em suas memórias, dizendo que, em seu tempo, as esquinas do beco estavam ornadas com as placas de Travessa de Paissandu, “para inglês ver, pois há de continuar a ser do Fanha [...]”.¹⁴¹ Até mesmo Franco teve de dar o braço a torcer, afirmando que, apesar das transformações ocorridas no local, que “concorreram decisivamente para inovar a imagem da Travessa Paysandú, [...] os velhos ainda insistiam em cham[á-la] de Beco do Fanha”.¹⁴²

Esses comentários, breves, parecem encobrir uma realidade fascinante. Seria verdade que os moradores do Beco do Fanha, já quando este recebera o nome oficial de Travessa Paysandú, em 1873, continuaram usando a alcunha tradicional? Se este foi o caso, o que animou tal comportamento: costume, revolta?

Maoz Azaryahu aponta que a “norma moderna dita que a nomeação de ruas é uma prerrogativa das autoridades, tornando assim o procedimento aparentemente administrativo em uma expressão de poder”.¹⁴³ Não pretendo me aprofundar na questão do nome escolhido pelas autoridades porto-alegrenses, embora este apresente uma dimensão do que Azaryahu chamou de “medidas de construção de nação”,¹⁴⁴ a maioria dos nomes das ruas do Centro Histórico de Porto Alegre está ligada a figuras masculinas ou acontecimentos políticos de relevo local ou nacional. Mais do que focar na expressão política do ato de renomear, penso que é na dimensão da experiência humana que é possível entrever o ocaso do Beco do Fanha. Sobre isso, Azaryahu postula:

Renomear uma rua afeta substancialmente não apenas a cidade, mas sua experiência humana e cognição. Uma brusca intervenção em práticas rotineiras e relações tradicionais entre pessoas comuns e seu hábitat causa uma dissonância, cognitiva e mental, e um desarranjo comunicacional, pelo menos temporariamente. Renomeações também perturbam a contínua acumulação de memórias específicas de um local, que são significativas para além de diferenças geracionais e constituem um elemento substancial da textura cultural urbana.¹⁴⁵

¹⁴¹ CORUJA, *Antigualhas*, p. 113.

¹⁴² FRANCO, op. cit., p. 92.

¹⁴³ AZARYAHU, Maoz. The power of commemorative street names. *Environment and Planning D: Society and Space*, LOCAL, v. 14, p. 311-330, 1996, p. 313, tradução nossa.

¹⁴⁴ Ibid., p. 314.

¹⁴⁵ AZARYAHU, op. cit., p. 317, tradução nossa.

A imposição de um nome oficial ao beco parece indicar que o espaço era contestado, fazia parte de dois mundos distintos. Sandra Pesavento se referiu aos becos de Porto Alegre como *espaços de enclave*, expressão que, por definição, remete à geopolítica, ao território político distinto que existe dentro das fronteiras de outro território. A autora também percebeu que a troca de nomes fazia parte do esforço das autoridades por assimilar os espaços de enclave, inferindo que “generais e personagens ilustres desalojavam as palavras antigas que denominavam os vetustos lugares”. Enquanto os antigos nomes de alguns locais da cidade se perderam para sempre, “outros persistiram na linguagem dos mais velhos, que teimavam em chamar tais espaços pelos nomes com que eram designados por seus avós [...]”.¹⁴⁶

Esse comportamento, a insistência no uso de uma nomenclatura antiga, pode ser visto como uma forma de resistência às transformações em voga. Azaryahu apontou que “uma possibilidade é evitar completamente o uso do nome oficial, em um ato que equivale a desobediência civil”.¹⁴⁷ Motivados por essa possibilidade, e em posse de diferentes fontes documentais, vejamos o que podemos descobrir sobre o binômio Beco do Fanha—Travessa Paysandú.

Em primeiro lugar, os periódicos, e aqui me refiro majoritariamente ao jornal *A Federação*, parecem ter adotado, gradualmente, a nomenclatura oficial em seus textos, embora possam ser encontrados casos em que ambos os nomes aparecem juntos. Em 1900, por exemplo, *A Federação* informou que algumas vias da cidade seriam interditadas para as festividades de carnaval, apontando que ficava proibido o trânsito de veículos na Rua dos Andradas, entre “a travessa Paysandú (beco do Fanha)” e a Rua Dr. Flores.¹⁴⁸ Essa referência em parênteses ao nome popular do beco indica que a nomenclatura oficial certamente não havia sido adotada por toda a população.

Mas é evidente que, no meio jornalístico, o uso do nome Travessa Paysandú era muito mais frequente do que Beco do Fanha. Uma busca na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional aponta que a expressão *becco do Fanha* (grafia da época) apareceu 74 vezes em sete periódicos distintos, sendo

¹⁴⁶ PESAVENTO, *Uma outra cidade*, p. 30.

¹⁴⁷ AZARYAHU, op. cit., p. 315, tradução nossa.

¹⁴⁸ *A Federação*, 26/02/1900, p. 3.

64 menções em *A Federação*. Uma busca pela expressão *travessa Paysandú*, desconsiderando as diferentes grafias da palavra e suspeitando de alguns falsos positivos sobre a cidade uruguaia, retorna 396 menções, das quais 368 só do jornal *A Federação*.

A imprensa pode ter tido um papel significativo de educação sobre esses nomes entre a população. O fato de alguns textos apresentarem o nome oficial seguido da alcunha popular indica que a mudança era gradual e precisava ser reforçada. Mas qual era o papel dos moradores da via nesse processo?

No terceiro capítulo tratarei de forma mais aprofundada sobre os habitantes do Beco do Fanha que pude encontrar nos livros de porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Porém, o momento é adequado para tratarmos de uma das informações presentes na documentação. Quando entravam na instituição de assistência, os pacientes deveriam informar dados pessoais, entre os quais estava o endereço. Dentre as 64 entradas consultadas (seis das quais eram de pacientes reincidentes), encontrei três nomenclaturas distintas: Beco do Fanha, Rua Paysandú e Travessa Paysandú. Esta última teve o maior número de ocorrências por uma larga margem, 56, enquanto a Rua Paysandú foi citada apenas uma vez. Sete pacientes informaram viver no Beco do Fanha.

Não há um padrão aparente entre as sete pessoas que utilizaram a alcunha popular. As menções ao beco surgiram quatro vezes no primeiro ano consultado, 1899, e uma vez respectivamente em 1904, 1915 e 1916. As idades dos pacientes variavam de 27 anos, os dois mais jovens, a 85, o mais velho. Este, um homem de cor *preta*, oriundo da África e internado em 1899, provavelmente fora trazido ao estado como escravizado. Sua idade pode justificar a utilização da alcunha Beco do Fanha, tendo em vista que esta era mais antiga. Além disso, um homem italiano, de 44 anos, também indicou o nome Beco do Fanha. Talvez por ser um imigrante o homem tenha se informado sobre o nome do local através de outros moradores, desconhecendo, quem sabe, o nome oficial. Nenhum dos pacientes reincidentes informou nomes distintos nas diferentes internações.

O esforço é, aparentemente, um beco sem saída, com o perdão do trocadilho. As menções ao Beco do Fanha encontradas nas amostras documentais coletadas são escassas e bastante rígidas, de forma que não se pode realmente compreender a opção por um nome em vez do outro. De fato, não é possível sequer inferir se a escolha pelo nome partiu do paciente ou do funcionário responsável pelo preenchimento do registro. Uma pesquisa focada nos anos que se seguiram à oficialização da via como Travessa Paysandú poderia dar indícios valiosos sobre a penetração da nomenclatura entre os habitantes da via, mas, por ora, não disponho dessa documentação. De qualquer forma, é interessante notar que, mesmo em 1916, quatro décadas após as autoridades batizarem o beco como Travessa Paysandú, e em meio às desapropriações para o alargamento da via, ainda era possível encontrar quem a chamasse de beco.

Em 1912, como mencionado anteriormente, a Intendência Municipal, encabeçada por José Montauray, decidiu investir sobre o Beco do Fanha a fim de alargá-lo e *embelezá-lo*. Argumentei em outra oportunidade que a intenção da administração municipal era sanear, material e socialmente, um dos becos mais centrais da capital, numa política de “arrumar a sala de visitas do estado”.¹⁴⁹ Em seu relatório sobre o exercício de 1912, o intendente descreveu os custos das obras:

Um exemplo dos encargos que custará uma obra de embelezamento, está no alargamento da travessa Paysandú, a qual apenas com uma extensão de 270 metros e com a largura de treze metros, superior à de todas as ruas, que lhe são paralelas desde a rua do Rosário até a do General Portinho, cuja despesa mínima de desapropriação e obras foi calculada em 1.074:153\$781 e a máxima receita em 564:000\$000, dando-se um déficit de 510:153\$781.¹⁵⁰

A disposição em ficar no vermelho demonstra a urgência que as autoridades municipais atribuíam às obras. Para a Intendência, era necessário acabar com o casario antigo localizado no beco, especialmente os prédios do

¹⁴⁹ MACHADO, Lucas Soares. *Um beco na sala de visitas: modernidade e reforma urbana em Porto Alegre na Primeira República, 1911-1920*. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2019.

¹⁵⁰ *A Federação*, 03/12/1912, p. 3.

lado par que não estivessem em “condições higiênicas”, os quais deveriam ser “desapropriados, demolidos e os terrenos vendidos para novas construções”. O capítulo seguinte procura mostrar, a partir da análise da décima urbana do Beco do Fanha, quais edificações eram aquelas que existiam na via e como as desapropriações e demolições progrediram ao longo dos anos.

O fato é que, já em 1924, último ano consultado através das décimas, a vasta maioria dos prédios do beco haviam sido demolidos, particularmente no lado par, como fora proposto pela Intendência. A via foi alargada e novos prédios surgiram no local, que já não era mais o Beco do Fanha, mas um espaço de transição, a Travessa Paysandú, antes de esta ser oficialmente denominada Rua Caldas Júnior, em homenagem ao fundador do jornal *Correio do Povo*.

Milton Santos procurou diferenciar a paisagem do espaço, dizendo que a primeira era “o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”, enquanto o segundo seria “essas formas mais a vida que as anima”.¹⁵¹ A paisagem é o que existe de material no mundo, criado, destruído, reinventado por diferentes gerações de seres humanos e herdado pelas gerações atuais, que o habita e anima com suas próprias preocupações, escolhas e ações. Em uma instigante metáfora, Santos compara o binômio paisagem—espaço com um palimpsesto, como eram chamados os manuscritos medievais que tinham a tinta raspada para que se escrevesse um novo texto:

Na verdade, paisagem e espaço são sempre uma espécie de palimpsesto onde, mediante acumulações e substituições, a ação das diferentes gerações se superpõe. O espaço constitui a matriz sobre a qual as novas ações substituem as ações passadas. É ele, portanto, presente, porque passado e futuro.¹⁵²

Acredito que as obras realizadas no Beco do Fanha, mais do que alterá-lo ou transformá-lo, tentaram apagá-lo. As mudanças materiais foram seguidas por outras, mais profundas: os habitantes eram outros e outros eram os usos. O

¹⁵¹ SANTOS, Milton. *A natureza do espaço – Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, p. 66.

¹⁵² *Ibid.*, p. 67.

Beco do Fanha foi uma via de Porto Alegre que existiu entre, possivelmente, o final do século XVIII e o início dos anos 1920. O que veio depois era outro espaço, pois animado por outra vida. As formas materiais, a paisagem, foram transformadas, como um palimpsesto, restando muito pouco dos períodos anteriores. Mas hoje, como no passado, ainda há quem chame a Rua Caldas Júnior de Beco do Fanha.

2 O VENTRE DE PORTO ALEGRE – ASPECTOS MATERIAIS DO BECO DO FANHA

Ali você realmente percebia a cidade como algo feito pelo homem, não como algo que crescera sozinho e ali ficara.

V. S. Naipaul

A mudança de regime político no Brasil, em 1889, trouxe poucas transformações positivas nas vidas dos novos cidadãos. Se tomamos o Rio de Janeiro, então capital federativa, como exemplo, percebemos que as primeiras décadas republicanas expressaram uma drástica queda no número de eleitores, somando apenas 1,3% da população carioca nas primeiras eleições diretas para presidente, em 1894.¹⁵³ Esse quadro era grave de um ponto de vista ideológico, pois a República deveria representar a coisa pública, de todos, de modo que a participação política deveria ter aumentado; o novo regime, pelo contrário, parecia excluir da cidadania a vasta maioria da população, de modo que, nas palavras de José Murilo de Carvalho, “a República conseguiu quase literalmente eliminar o eleitor e, portanto, o direito de participação política através do voto”.¹⁵⁴

Não era apenas na dimensão do voto que os desdobramentos do 15 de novembro apresentavam poucos avanços. Mais uma vez voltando o olhar à antiga capital do Brasil, a cidade foi palco de intervenções materiais drásticas desde os primeiros anos de República. Sidney Chalhoub fez um relato pormenorizado da destruição, em 26 de janeiro de 1893, do cortiço Cabeça de Porco, na rua Barão de São Félix, nº 154. Este conjunto de habitações populares é considerado o mais célebre cortiço da história carioca, tendo sido composto por centenas de habitações populares; em meio às informações referentes ao

¹⁵³ José Murilo de Carvalho abordou esses números em seu famoso ensaio sobre a cidadania nas primeiras décadas da República no Rio de Janeiro. De acordo com o autor, 80% da população fora excluída do direito de voto devido ao regramento do novo regime, que havia abolido o voto censitário, mas mantido as demais exclusões referentes aos analfabetos e às mulheres. Os números de votantes factuais eram ainda menores que os 20% restantes, pois dentro do universo de potenciais eleitores, muitos sequer se alistavam para votar. Cf.: CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 80-81.

¹⁵⁴ *Ibid.*, p. 82.

cortiço, encontra-se a cifra, quiçá exagerada, de 4 000 habitantes em seu auge.¹⁵⁵ Apesar das narrativas cruzadas a respeito da modernização do Rio de Janeiro e da falta de asseio das habitações populares, Chalhoub desvela que havia grandes interesses capitalistas por trás da destruição do Cabeça de Porco, interesses estes que estavam aliados aos da administração do prefeito Barata Ribeiro e dos higienistas. Dessa forma, o historiador demonstra que havia uma aliança entre Ciência e Capital no combate ao Rio de Janeiro popular da virada do século XIX para o XX.¹⁵⁶

A habitação estava colocada no centro das preocupações das administrações públicas do período, especialmente no tocante às camadas pobres da população. Os cortiços também eram um problema aos olhos dos administradores de Porto Alegre no início do período republicano, embora as intervenções na capital gaúcha não tenham chegado, nas primeiras décadas republicanas, às dimensões tomadas no Rio de Janeiro.¹⁵⁷ Essa preocupação, para além de expressar, mais intimamente, interesses econômicos, tomava, como vimos, a roupagem da Ciência. No Rio de Janeiro, assim como, em menor proporção, em Porto Alegre, as doenças epidêmicas eram graves e causavam muitas mortes. A sede da Corte Imperial havia sofrido, em meados do século XIX, com surtos de febre amarela e de cólera, e o cenário não era melhor nos alvares do século XX; a tuberculose também se espalhava por entre a população, sendo diretamente associada ao modo de vida popular. A associação era pertinente aos interesses dos higienistas, que buscavam delinear noções gerais sobre os maus hábitos da população pobre e sua relação com as doenças

¹⁵⁵ CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 17.

¹⁵⁶ *Ibid.*, p. 65.

¹⁵⁷ Sandra Pesavento percebe essa inflexão em Porto Alegre no tocante ao discurso dos periódicos em relação às habitações coletivas da capital. A autora assevera que: “A preocupação da Câmara Municipal com as habitações insalubres “sem ar, nem luz nem a ventilação indispensável” (grifo da autora) já era sentida bem antes da instalação da República, mas foi com a mudança do regime que o aspecto dos cortiços e da vida no seu interior passou a ser exposto pelos jornais da capital (grifo meu)”. Essa mudança talvez se devesse justamente aos foros de civilização que o regime republicano imputava em certas camadas da sociedade, fazendo com que a discrepância entre a cidade ideal e a cidade real fosse sentida mais incomodamente. Cf.: PESAVENTO, Sandra Jatthy. *Uma outra cidade: O mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001, p. 118.

e a degradação moral, de forma a criar teses sobre a necessidade de submissão da política à técnica.¹⁵⁸

Os intuitos dos higienistas eram, por um lado, ideológicos, expressão de camadas intelectualizadas das elites do período. Por outro lado, no entanto, seria absurdo supor que as condições de vida dos cariocas pobres, ou de quaisquer pobres brasileiros de finais do século XIX, não fossem, de fato, bastante críticas no tocante à higiene e à saúde. Aí está o nó górdio retórico que se precisa encarar quando do estudo da modernização urbana no Brasil: é necessário distinguir a dimensão ideológica presente nos discursos elitistas acerca das condições de vida dos populares da própria realidade — ou nuances de realidade — daquelas condições. A questão a elucidar não é o porquê de uma parte da população viver em circunstâncias precárias do ponto de vista da higiene, mas, sim, por que outra parte da população se distanciara daquelas condições e passara a associá-las à degradação moral.¹⁵⁹

É essa questão que norteará este capítulo. Temos, aqui, o intuito de olhar para a materialidade das habitações populares de um beco de Porto Alegre entre fins do século XIX e início do XX, a fim de enxergar aquelas condições de vida das classes populares e compreendê-las, primeiramente, como parte de um discurso demarcador de diferenças morais e estéticas, em voga na sociedade porto-alegrense do período, e, em seguida, dentro de um contexto urbano e histórico mais amplo. Para tanto, serão analisadas as décimas urbanas do Beco do Fanha entre os anos de 1897 e 1924, período durante o qual foram realizadas obras de intervenção material no beco, tornando-o, efetivamente, em uma *rua*. Será aliado nesta empreitada o Levantamento cadastral de 1893, de autoria do

¹⁵⁸ CHALHOUB, op. cit., p. 34-41.

¹⁵⁹ O sentido atribuído às medidas tomadas nesse quesito pelos administradores públicos frequentemente estava em descompasso com a realidade. Dito de outra maneira, os discursos que embasavam os esforços de modernização das cidades brasileiras na Primeira República se sustentavam na alegação de que as reformas eram benéficas para toda a sociedade, mas isto não se constatava na realidade. Neste sentido, é importante a constatação de Sidney Chalhoub no tocante às demolições de cortiços, reformas urbanas e campanhas de vacinação no Rio de Janeiro: “[...] a moderna prática da ‘gestão científica’ da cidade escolhia cuidadosamente seus beneficiários — isto é, tomava suas decisões políticas — e entendia que o saneamento e as transformações urbanas não precisavam ter grandes compromissos com a melhoria das condições de vida de uma massa enorme de pessoas — os negros, esses suspeitos preferenciais, membros por excelência das ‘classes perigosas’”. CHALHOUB, op. cit., p. 67.

engenheiro Guilherme (Wilhelm) Ahrons.¹⁶⁰ Serão utilizados, ao longo do capítulo, notícias de periódicos da capital gaúcha consultadas através da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, compondo, em sua absoluta maioria, textos da folha governista *A Federação*, ligada ao PRR. Algumas outras reportagens foram consultadas através de fontes bibliográficas. Antes de seguirmos à análise das décimas urbanas, faremos uma incursão porta adentro pelos lares populares de Porto Alegre — da única maneira correta, isto é, pedindo licença.

2.1 PORTA ADENTRO: INVASÕES DOMICILIARES

É famosa a constatação de Aristides Lobo sobre a apreciação popular — ou falta dela — ao ato de proclamação da República. Os ideólogos do republicanismo no Brasil contavam com a adesão efusiva da população àquele momento revolucionário, mas, de acordo com Lobo, a população assistira a tudo *bestializada*. Este estado de indiferença, a não-participação, seria, segundo José Murilo de Carvalho, o “pecado original” do novo regime.¹⁶¹ De fato, a instauração da República no Brasil não foi nenhuma Tomada da Bastilha, e a população, que não compartilhava da tradição intelectual republicana e nada sabia sobre o golpe de caserna que depusera o imperador, deve ter mesmo imaginado estar vendo uma parada militar.

Esse pontapé inicial da República brasileira, momento original um tanto vexatório para a intelectualidade republicana, suscitou um também famoso ensaio de José Murilo de Carvalho, no qual o historiador procura compreender como se expressava a cidadania no novo regime.¹⁶² Nossa intenção aqui não é fazer uma análise profunda da obra de Carvalho, servindo esta apenas como

¹⁶⁰ Sobre este, Günter Weimer salientou que era “engenheiro e poeta [...], pai de Rudolph Ahrons que se tornaria famoso construtor em Porto Alegre, nos tempos em torno da Primeira Grande Guerra”. O trabalho de Ahrons resultou em uma planta descontínua de Porto Alegre, composta por múltiplas páginas que retratam partes individuais da cidade em escala 1:2000. A planta foi consultada no acervo de mapas e plantas do AHPAMV. WEIMER, Günter. Engenheiros alemães no Rio Grande do Sul, na década de 1848 – 1858. *Estudos Ibero-americanos*. Porto Alegre, n. 6, v. 2, p. 151-205, 1980, p. 196.

¹⁶¹ CARVALHO, op. cit., p. 9.

¹⁶² Trata-se da obra que temos citado.

ponto de partida para um olhar bisbilhoteiro porta adentro das habitações populares de Porto Alegre, mas vale a pena apontar que o autor trabalhou com duas ideias centrais: primeiro, que a participação política na Primeira República se deu através da *estadania*, uma ligação direta com a máquina governamental; segundo, que a população em geral compreendia que a República era apenas um teatro de sombras e não se envolvia não por desinteresse, mas por estratégia: não era *bestializada*, e sim *bilontra*.¹⁶³

Carvalho também postulou que, frente à exclusão do processo político formal, setores da população teriam se engajado de forma mais ativa em revoltas coletivas como a da Armada (1891-94) e a da Vacina (1904). Esta última, como se sabe, foi desdobramento da política de vacinação obrigatória imposta à população carioca pelo prefeito Pereira Passos e por Oswaldo Cruz, diretor do Serviço de Saúde Pública. A campanha iniciou em 1903, e tinha como objetivo não apenas a inoculação de vacinas contra a varíola, mas também devassar as habitações populares do centro do Rio de Janeiro à procura de todos os tipos de sujidades, reais ou imaginadas, que tanto incomodavam os administradores e jornalistas. De acordo com Carvalho:

Brigadas sanitárias, compostas de um chefe, cinco guardas mata-mosquitos e operários da limpeza pública, percorriam ruas e visitavam casas, desinfetando, limpando, exigindo reformas, interditando prédios, removendo doentes. Os alvos preferidos das visitas eram, naturalmente, as áreas mais pobres e de maior densidade demográfica. Casas de cômodos e cortiços, onde se comprimiam em cubículos e casinhas dezenas de pessoas, constituíam objeto de atenção especial [...].

Tal atividade evidentemente provocou rebuliço na cidade e perturbou a vida de milhares de pessoas, em especial os proprietários de casas de cômodos e cortiços anti-higiênicos, obrigados a reformá-los ou demoli-los, e os *inquilinos forçados a receber os empregados da saúde pública, a sair das casas para desinfecções, ou mesmo a abandonar a habitação quando condenada à demolição* (grifo meu).¹⁶⁴

As medidas, aliadas às desapropriações e demolições realizadas para abertura de novas avenidas, viraram de cabeça para baixo a vida dos populares

¹⁶³ Ibid. Para a definição de *estadania*, p. 61; sobre a noção de *bilontra*, especialmente o capítulo 5.

¹⁶⁴ Ibid., p. 90.

no coração do Rio. Aqueles, como se nota pelo trecho destacado acima, tinham de abrir suas casas e deixar entrar as autoridades, que as reviravam à procura de imundícies diversas, das mais banais às mais íntimas, em ações que ecoam sinistramente uma cena narrada por José Bianco.¹⁶⁵ As brigadas sanitárias, cujo nome já indica a relação bélica entre Estado e população, em absoluto desrespeito aos modos da gente carioca, adentravam um espaço que deveria ser resguardado pelas leis mesmas que regiam o regime republicano: o *lar*.

Para entender a importância do lar como unidade social no Brasil é importante reconstruir a história das famílias nucleares desde a fundação da colônia. Doris Bittencourt aponta que o coronel, ou a figura masculina do senhor de escravos em geral, era o *pater familias* do mundo colonial da América Portuguesa, desempenhando — de maneira tirânica — o papel aglutinador de seu grupo familiar.¹⁶⁶ Neste estavam incluídos diversos familiares e agregados, além dos próprios escravizados, todos encerrados e apartados do restante da sociedade na casa-grande, cujo estatuto, a despeito de John Donne, seria um tanto quanto insular. De acordo com Bittencourt:

As casas-grandes e os sobrados, quanto mais antigos, mais segregavam a família do resto da sociedade. A rua era serva do sobrado porque reproduzia a relação de dominação do senhor no tocante à sociedade. Todo o lixo e as águas servidas eram jogados na rua. A rua era de domínio de escravos, “negros ladinos”, vendedores e carregadores de água [...]. Por longo tempo, as ruas foram simples caminhos de acesso às propriedades dos senhores ou dos jesuítas, quase transformadas em propriedades particulares.¹⁶⁷

Se, por um lado, essa imagem das casas-grandes separadas umas das outras por espaços liminares parece remeter exageradamente à Europa feudal, por outro, não deixa de ser verdade que o estatuto do lar como célula familiar

¹⁶⁵ “Uma vez por semana, d. Carmen investia sobre a família Vélez: abria as portas, esfregava o chão e os móveis com uma espécie de raiva contida; no pátio, diante dos olhos dos vizinhos, trazia à tona o impudor dos colchões e da duvidosa roupa de cama. Eles se submetiam a isso, entre agradecidos e envergonhados. Passado o furacão, a desordem começava a envolvê-los em sua morna, resistente complicação”. Trecho do conto Sombras costuma vestir de José Bianco, in.: *Antologia da Literatura Fantástica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 62.

¹⁶⁶ BITTENCOURT, Doris Maria Machado de. *Casa, alcova e mulher*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013, p. 125.

¹⁶⁷ *Ibid.*, p. 87.

apartada das demais e da sociedade em geral chegou quase que intacto até o século XIX entre as famílias abastadas. Pelo menos é isso que postula Sandra Graham, ao perceber um arranjo bastante semelhante entre as famílias ricas do Rio de Janeiro. Segundo a autora, “o lar se situava em um contexto histórico que investia o chefe de família de autoridade e responsabilidade sobre todos os outros membros, inclusive os criados”. O lar era um “agrupamento de pessoas mutuamente dependentes e co-residentes” que “se reconheciam e desejavam ser conhecidas” como tal até os alvares do século XX.¹⁶⁸

Considerando esse cenário, não seria exagerado relacionar, como fez José Murilo de Carvalho, a Revolta da Vacina à tradição de proteção do lar vigente no imaginário brasileiro da época. Mas, para fazer isso, é preciso antes explicar como as classes populares vieram a adotar noções semelhantes às daquelas da classe dos antigos senhores de escravos. Carvalho faz isso ao assinalar que havia duas frentes de insatisfação no cerne da revolta, uma de elite e outra popular, cujas demandas encontraram terreno comum. Este seria a crítica radical à não-observância, pelos governantes, dos valores liberais num contexto de regime republicano. De acordo com Carvalho, a elite estava insatisfeita com o intervencionismo do Estado, que contrastava principalmente com a maior liberalidade dos últimos anos da Monarquia. De fato, Sidney Chalhoub apontou que “o pacto liberal de defesa da propriedade privada colocava limites claros às pretensões dos higienistas”, sendo quase impossível para estes concretizarem intervenções profundas na malha urbana antes da República.¹⁶⁹ Esta, por outro lado, dava poderes despóticos aos administradores, que baixavam medidas de obrigatoriedade sobre a população. Os populares certamente eram os que mais sofriam com essas medidas, pois não é difícil de imaginar que era nas regiões mais pobres que os poderes opressivos do Estado se faziam sentir com mais força. As invasões aos domicílios certamente eram sentidas pelos populares como abusos do poder do Estado, mas talvez não estivessem, de início, imbuídas de ideias liberais. Para os *patres familias* populares, se é que tal definição tem alguma base histórica, a maior afronta da vacina obrigatória seria o ataque à moralidade das mulheres —

¹⁶⁸ GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência – criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860 – 1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 23-25.

¹⁶⁹ CHALHOUB, op. cit., p. 53.

esposas, mães, irmãs, filhas — pelas fálicas lancetas dos agentes de saúde. Unidos desse conhecimento, aponta Carvalho, jornais e agentes da elite semearam boatos sobre a aplicação das vacinas, insinuando que não seriam apenas braços os alvos das agulhas.¹⁷⁰ A metáfora sexual caía como uma luva.

A revolta aconteceu, então, devido ao encontro da campanha moralizadora da elite e dos anseios patriarcais dos populares. Haveria, também, um entendimento, generalizado entre a população — ou pelo menos entre os participantes da revolta —, de que o Estado estava se imiscuindo além dos limites aceitáveis. Ambos os espectros da sociedade estavam alinhados ideologicamente contra o despotismo da República; prova disso, para Carvalho, é o fato de que “os principais alvos da ira popular, expressa seja por palavras, seja por ações, foram os serviços públicos e os representantes do governo, de modo especial os componentes das forças de repressão”.¹⁷¹

Nesta perspectiva, o peso da inviolabilidade do lar é menos importante do que a proteção da honra da família, especialmente das mulheres. Carvalho não afirma isso, todavia, mas abre margem para que a interpretação recaia apenas sobre a moralidade popular e não sobre a proteção da habitação como espaço material intransponível, a ser defendido de quaisquer invasores, sejam eles agentes do Estado ou não. Por outro lado, em leitura mais recente desse processo, Pedro Cantisano adota justamente essa segunda perspectiva. O autor concorda com Carvalho que “os cariocas se preocuparam com invasões domiciliares arbitrárias que poderiam afetar de forma imprópria a harmonia de seus lares e o controle paternalista dos pais de família sobre suas esposas e filhas”, mas que, para além desse “valor tradicional”, a defesa do lar era garantida pela Constituição de 1891, sendo um valor jurídico conhecido e utilizado pela população na arena da justiça.¹⁷²

Cantisano descreve as estratégias usadas por alguns advogados a partir do conhecimento desse valor jurídico. Em maio de 1904, por exemplo, o advogado Leopoldo Victor Duque Estrada de Figueiredo fez, junto à Corte de

¹⁷⁰ CARVALHO, op. cit. As alusões são baseadas no capítulo 4.

¹⁷¹ Ibid., p. 126.

¹⁷² CANTISANO, Pedro Jimenez. Lares, Tribunais e Ruas: A inviolabilidade de domicílio e a Revolta da Vacina. *Direito & Práxis*, Rio de Janeiro, Vol. 06, N. 11, p. 294-325, 2015, p. 302.

Apelação do Rio de Janeiro, um pedido de habeas corpus preventivo que devia assegurar a ele, Leopoldo, e “todos os habitantes” da capital, o direito de não terem seus lares invadidos pelos agentes da saúde. O advogado argumentou, entre outras coisas, que as medidas da administração Pereira Passos violavam “os direitos constitucionais de propriedade, liberdade de profissão e liberdade de comércio”. Leopoldo era ele mesmo um proprietário de casinhas no Rio de Janeiro, de maneira que sua conduta não era puramente altruísta, mas chama atenção que, em seu pedido, o advogado tentou assegurar os direitos de toda a população. E não só isso; entre seus argumentos, o advogado frisou a necessidade de preservar a inviolabilidade das residências da população carioca.¹⁷³

O trabalho de Cantisano segue na esteira de outras pesquisas recentes que enxergaram nos apelos feitos ao Judiciário, especialmente no Rio de Janeiro do início do século XX, “práticas de cidadania” que desmontam ideias como as de *bestializados*, *bilontras* e *estadania*.¹⁷⁴ A partir da leitura do ensaio de José Murilo de Carvalho, é difícil conter a impressão de que o próprio autor estava procurando por um tipo ideal de cidadão nas primeiras décadas republicanas no Brasil. Por diversos motivos, o processo histórico brasileiro tem diferenças daqueles de países europeus como a França, onde a participação política da população ocorreu, reiteradamente, de maneira revolucionária. Procurar por *sans-culottes* na história brasileira é como procurar por uma agulha num palheiro. Por outro lado, ao perceber a apreciação que os populares tinham quanto aos limites de intervenção — quer seja do Estado ou da sociedade no geral — em suas habitações, ficamos mais próximos de compreender como aquelas pessoas se inseriam nas disputas políticas de seus tempos.

Mas e em Porto Alegre? A capital gaúcha não passou por uma grande revolta como a da Vacina, nem tinha a presença material do Supremo Tribunal Federal em suas cercanias, de forma que não podemos fazer uma análise semelhante às de Carvalho ou Cantisano. Apesar disso, ao se analisar matérias

¹⁷³ Ibid., p. 306-307.

¹⁷⁴ Cf: QUEIROZ, Eneida. *Justiça Sanitária – cidadãos e Judiciário nas reformas urbana e sanitária – Rio de Janeiro (1904-1914)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2008; RIBEIRO, Gladys Sabina. *Cidadania e lutas por direitos na Primeira República: analisando processos da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal. Tempo*, v. 13, n. 26, p. 101-117, 2009.

jornalísticas sobre desordens no Beco do Fanha, uma coisa que chama a atenção é a quase onipresença das praças da Polícia Administrativa. Em muitas reportagens, a maneira como os policiais chegam aos locais das desordens ou agressões não é descrita, de forma que a impressão é que estes apenas surgiam sem maior aviso. Naturalmente, pode-se imaginar que em muitos casos, ao início de uma desordem, alguma testemunha saísse em busca das praças, que poderiam estar de patrulha nas imediações, chegando rapidamente ao local da ocorrência. De qualquer maneira, essa presença constante dos policiais nos impõe algumas perguntas: em que medida as moradias populares de Porto Alegre durante a Primeira República eram sujeitas a violações de privacidade? Quem eram os perpetradores das invasões? Em que dimensão essas invasões implicavam na penetração da ordem imposta pelo Estado na vida dos populares?

Cláudia Mauch, que pesquisou a fundo a Polícia Administrativa de Porto Alegre na Primeira República, deparou-se com uma dessas situações. A ocorrência foi relatada em denúncia formal ao intendente José Montaury pela costureira Emília Maria da Silva em 10 de abril de 1908. Esta alegou que o agente 145 do 2º Posto, fardado, “a teria [...] agredido e insultado com palavras obscenas, *tentado por duas vezes arrombar a porta de sua casa (grifo meu)*”, além de lhe ter feito uma série de ameaças.¹⁷⁵ Mauch utiliza o caso como um exemplo de como os policiais viviam as vantagens e desvantagens de sua posição, privilegiada, por um lado, mas vulnerável, por outro. Naquela ocasião específica, o agente José Antônio Alves tentou utilizar de sua premissa de mantenedor da ordem para invadir uma casa alheia, independentemente de haver ou não um motivo factível para isso.

E tais motivos existiam e estavam prescritos por lei. O Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890, que promulgava o Código Penal, impunha limites legais à circulação de pessoas, civis ou policiais, dentro de lares alheios. Os artigos que agiam nesse sentido traziam os seguintes regramentos:

¹⁷⁵ MAUCH, Cláudia. *Dizendo-se autoridade: Polícia e policiais em Porto Alegre, 1896-1929*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017, p. 207.

Art. 196. Entrar à noite na casa alheia, ou em quaisquer dependências, sem licença de quem nela morara: Pena de prisão celular por dois a seis meses.

Parágrafo único: Se o crime for cometido exercendo-se violência contra a pessoa, ou usando-se de armas, ou por duas ou mais pessoas que se tenham ajuntado para aquele fim: Pena de prisão celular por três meses a um ano, além daquelas em que incorrer pela violência;

Art. 197. É permitida a entrada de noite em casa alheia:

§1º No caso de incêndio;

§2º No de imediata e iminente ruína;

§3º No de inundação;

§4º No de ser pedido socorro;

§5º No de se estar ali cometendo algum crime, ou violência contra alguém;

Art. 198. Entrar de dia na casa alheia, fora dos casos permitidos, e sem as formalidades legais; introduzir-se nela furtivamente ou persistir em ficar contra a vontade de quem nela morara: Pena de prisão celular por um a três meses;

Art. 199. A entrada de dia em casa alheia é permitida:

§1º Nos mesmos casos em que é permitida à noite;

§2º Naqueles em que, de conformidade com as leis, se tiver de proceder à prisão de criminosos; à busca ou apreensão de objetos havidos por meios criminosos; à investigação dos instrumentos ou vestígios do crime ou de contrabandos, à penhora ou sequestro de bens que se ocultarem;

§3º Nos de flagrante delito ou em seguimento de réu achado em flagrante.¹⁷⁶

Nota-se de pronto que o agente 145 não estava agindo de acordo com os preceitos da lei, pois, ainda segundo a relatora do episódio, a costureira Emília, a tentativa de invasão era fruto de um desentendimento por causa de um serviço não pago; ou seja, José Antonio não estava perseguindo criminosos, mas seus próprios interesses.

Mas, de acordo com o Decreto nº 3084, de 5 de novembro de 1898, era possível que agentes da ordem entrassem em casas se munidos de mandados judiciais e acompanhados — *sendo possível* — de testemunhas. Além disso, poderiam também invadir as dependências caso não fossem obedecidos pelos moradores.¹⁷⁷ Essa maleabilidade da lei certamente dava margem para

¹⁷⁶ CANTISANO, op. cit., p. 304.

¹⁷⁷ Ibid., p. 303.

arbitrariedades, mas os artigos desse decreto não eram tão permissivos quanto os do Código Penal de 1890. Através deste instrumento, os policiais tinham permissão para entrar em casas alheias para socorrer vítimas de crimes ou agressões, para proceder a prisões, em casos de flagrante delito ou em perseguição a réus achados em flagrante. Sendo assim, e tendo a palavra das autoridades, muitas vezes, mais peso do que a dos criminosos — ou vítimas —, havia muitas premissas para se invadir uma casa.

Vemos um caso desses em reportagem d'*A Federação* que noticiou uma agressão ocorrida na casa nº 7 do Beco do Fanha em 1912. Na ocasião, Orfila foi esfaqueada por Paulo, seu companheiro. Este, vendo que havia causado grave ferimento na parceira, tentou sair em debandada, “sendo obstado pelo agente 157, que efetuou a prisão”.¹⁷⁸ Não entraremos em detalhes sobre este caso, pois há mais desdobramentos do texto que serão analisados no capítulo seguinte. Cabe ressaltar, por ora, que a agressão ocorre dentro de uma casa, sendo a prisão realizada — em flagrante, supõe-se — em local indeterminado. Teriam os gritos de Orfila atraído o agente, ou alguma testemunha havia procurado a ajuda do policial? A prisão se efetivou dentro da residência ou na rua, por onde Paulo tentava escapar? Teria ele tentado escapar pela porta da frente da casa, ou pelos fundos, no interior do quarteirão? Essas perguntas não podem ser respondidas apenas por intermédio da reportagem, mas contribuem para a discussão, indicando que também no Beco do Fanha — como não podia deixar de ser, devido ao seu estatuto de *lugar de enclave* — os policiais estavam sempre à espreita, podendo irromper nas residências ao menor sinal de comoção.

Outro caso revela ainda mais sobre a conduta dos agentes. Em junho de 1914, quatro praças foram identificadas como suspeitos do assassinato de Valentin Watzel em uma pousada de proprietários alemães na rua Voluntários da Pátria. Uma dessas praças era a de número 181, Manoel Ribeiro dos Santos, morador do Beco do Fanha. Testemunhas identificaram os agentes como perpetradores do crime, mas a matéria não se delonga em detalhes. Sabe-se apenas que os agentes estavam à paisana, que entraram na pensão e que foi

¹⁷⁸ *A Federação*, 29/06/1912, p. 2.

Manoel quem praticou, efetivamente, o assassinato.¹⁷⁹ Por que, então, o caso é relevante? Em primeiro lugar, porque, apesar de não mencionar o número da residência, o texto afirma que um agente da Polícia Administrativa morava no Beco do Fanha. Em segundo lugar, porque o crime foi cometido em um local de habitação. Apesar de uma pousada ser aberta para desconhecidos, e, portanto, não contar com os mesmos obstáculos à circulação, é significativo que os agentes tenham considerado o local apropriado para seus intentos. Talvez o grupo apostasse justamente no relativo anonimato oferecido pelo alojamento, acreditando ser possível entrar e sair sem serem reconhecidos. Outra possibilidade é que a intenção original dos agentes não fosse causar uma fatalidade, que teria ocorrido por conta de uma escalada drástica da rixa entre, presumimos, Manoel e Valentin.¹⁸⁰

Mas voltemos ao morador do beco. Enquanto habitante do Beco do Fanha, Manoel vivia a difícil tarefa de policiar seus próprios vizinhos. Cláudia Mauch adverte que “ter um policial na vizinhança provavelmente tornava-se incômodo para algumas pessoas em alguns momentos, da mesma forma como a hostilidade de vizinhos podia atrapalhar aspectos da vida cotidiana dos policiais”.¹⁸¹ Essa proximidade também pode explicar o porquê de agentes policiais estarem sempre no entorno de certos locais marcados por desordens: conhecedores dos ambientes e das pessoas que vigiavam, os policiais gravitavam em sua direção, fazendo com que o aparato de opressão do Estado se retroalimentasse.

Em que medida os agentes da polícia partilhavam dos princípios de defesa da inviolabilidade do lar difundidos entre os populares? As obras

¹⁷⁹ *A Federação*, 23/06/1914, p. 6.

¹⁸⁰ O ritual da rixa foi descrito por Chalhoub nos seguintes termos: “Todo o período de escalada de tensões é mais ou menos marcado pela valorização da linguagem e dos preconceitos machistas, mas, no momento do desafio — o momento da troca de palavras e insultos que precede imediatamente o desfecho —, os conceitos machistas de coragem pessoal e destemor contaminam inteiramente o ambiente. O apelo aberto a tais conceitos parece indicar aos circundantes que a tensão é agora irreduzível e o conflito é praticamente inevitável”. Podemos presumir que Valentin tenha se insurgido contra a disparidade de forças representada pelo quarteto policial, assumindo uma postura de desafio perante o grupo e dando início ao estágio final da disputa, da qual saiu derrotado. CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018, p. 323.

¹⁸¹ MAUCH, op. cit., p. 220.

consultadas ressaltam a participação de policiais em desordens¹⁸² e também há outras menções sobre as residências dos agentes. Cláudia Mauch afirma que, nos casos em que as fontes da Polícia Administrativa aludem a esses locais, estes são geralmente descritos como “cortiços ou ‘casebres’, ‘casinhas’, casas em becos e portões [...]”.¹⁸³ Recrutados entre as “classes perigosas”, pelo menos alguns dos policiais devem ter passado por situações semelhantes de invasões às suas residências. Isso, no entanto, apenas prova como a ideologia da ordem agia sobre esses homens, distanciando-os de seus semelhantes e de suas experiências pretéritas.

As residências do Beco do Fanha também recebiam outros visitantes indesejados, advindos da esfera civil. Eram amantes descontentes, adversários em busca de uma desforra — homens, na maioria das vezes —, desafetos diversos, enfim, que encontravam oportunidade para acertar contas com seus devedores diretamente ao pé de suas camas. Dessa maneira agiu Manoel Vieira dos Santos, em setembro de 1916, quando, “um tanto alcoolizado”, “penetrou” no prédio de nº 42, onde residia Maria Manoela de Oliveira. Uma vez nos aposentos de Maria, Manoel, “munindo-se de uma cadeira, [...] entrou a bater com ela em tudo que encontrava, quebrando móveis e louças”. Mais uma vez, como de costume, um agente da Polícia Administrativa, “de ronda no local”, capturou o desordeiro e conduziu-o ao 1º Posto.¹⁸⁴ A matéria não informa os motivos da alteração, embora possamos supor que, estando embriagado, Manoel tenha ido se intrometer violentamente na vida de uma amásia. No entanto, como vimos pelo relato da costureira Emília sobre a tentativa de invasão do agente 145, as razões para os desentendimentos entre homens e mulheres nem sempre tinham a ver com amor.

¹⁸² Paulo Moreira assinala que que policiais e soldados não se diferenciavam dos populares que policiavam senão pela farda: “[...] pertencentes às classes mais baixas da sociedade, policiais e soldados acabaram frequentando os mesmos locais de *má fama*, onde se entretinham em companhia de elementos desqualificados (grifo do autor)”. Pesavento também percebeu que “os agentes da segurança pública eram, frequentemente, os personagens centrais das tais práticas condenáveis, por serem frequentadores assíduos dos tais bordéis, tascas e casas de tavolagem”. MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Entre o deboche e a rapina: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2009, p. 43. PESAVENTO, op. cit., p. 35.

¹⁸³ MAUCH, op. cit., p. 215.

¹⁸⁴ *A Federação*, 06/09/1916, p. 5.

Menos de um mês após a reportagem anterior, encontramos outra situação semelhante. Na ocasião, Gomercindo Palmeira foi preso e recolhido ao xadrez do 1º Posto após ter invadido a casa de Camilla Rodrigues da Silva, no Beco do Fanha, nº 19, e a espancado. Camilla teve diversos ferimentos, sendo recolhida na assistência pública do 1º Distrito.¹⁸⁵ Dado o texto mais econômico, não podemos especular sobre o aparecimento da polícia.

O mesmo ocorre em outras duas notícias. A primeira, de 30 de dezembro de 1915, narra, brevemente, uma agressão cometida por Simpliciano de Carvalho Mesquita contra Izolina Nunes, moradora do nº 10 do Beco do Fanha. O texto apenas informa que, na ocasião, o agente policial “a serviço” no beco realizou a prisão do agressor. Pela referência ao endereço exato de Izolina, é provável que a agressão tenha acontecido no interior de sua residência, e o mesmo se aplica ao flagrante. Essa nota também informa que um agente estava destacado especialmente para vigiar o Beco do Fanha.¹⁸⁶ Em outra ocasião, *A Federação* deu nota sobre a prisão de Pedro Lopes, que “invadiu a casa em que reside” Octacilia Pires da Silva, no nº 19, quebrando vários móveis.¹⁸⁷

Os três casos apresentam semelhanças, tratando-se de invasões a domicílios seguidos de alguma forma de violência doméstica contra mulheres. Chama atenção a aparente facilidade com que os homens invadiram as residências, conseguindo perpetrar suas vendetas sem serem obstados por outros habitantes dos mesmos endereços. Apesar de não sabermos mais detalhes sobre as circunstâncias dos acontecimentos, podemos postular, amparados por Sidney Chalhoub, que esses casos de violência contra mulheres, ao invés de representarem a dominação masculina vigente entre populares, simbolizam a incapacidade dos homens de “exercer[em] um certo poder sobre

¹⁸⁵ *A Federação*, 03/10/1916, p. 4. Esta não foi a primeira aparição de Gomercindo, tendo este causado desordens na rua Vigário José Ignácio em 1912. À época o jornal indicou que Gomercindo era carregador e residia no nº 20 do Beco do Fanha. Devido à disposição dos números das residências na via, pares de um lado e ímpares do outro, o nº 20 estava quase que diretamente em frente ao nº 19, de forma que se pode imaginar uma situação de convivência próxima entre Gomercindo e Camilla nos anos anteriores à agressão — isto é, se supormos que ambos tenham vivido nesses endereços entre 1912 e 1916. *A Federação*, 07/03/1912, p. 4.

¹⁸⁶ *A Federação*, 30/12/1915, p. 7. Esse fato, entretanto, não deve ser exagerado. O Primeiro Distrito era a região mais policiada da cidade, de forma que não se estranha a presença de muitos agentes da polícia, inclusive destacados em ruas ou quadras específicas.

¹⁸⁷ *A Federação*, 14/03/1913, p. 4.

outra pessoa”.¹⁸⁸ Pelos mais diversos motivos, mulheres populares podiam impor resistência à dominação de seus parceiros, quer seja subsistindo através de seu próprio trabalho, quer seja encontrando outros amásios. Dessa forma, a invasão de residências por parte dos homens poderia representar uma face do desespero masculino pela perda de controle numa situação amorosa.

As mulheres também podiam optar pela violência contra seus companheiros, mas esses casos parecem ter sido mais raros.¹⁸⁹ Em 1914, Octacilia Paz agrediu, “por motivos de ciúme”, o marítimo Jacob Domingos, “preto, solteiro e contando vinte anos de idade”. O fato ocorreu na residência de Octacilia, no nº 19 do Beco do Fanha. A mulher desferiu golpes de navalha contra Jacob, causando um ferimento “inciso e profundo, de 7 centímetros de extensão”, em seu pescoço e mais dois cortes menores em seu rosto. A notícia não alude à forma como a situação foi contida, nem mesmo citando a presença de uma praça da polícia. Sabemos apenas que Jacob foi devidamente tratado e retornado à sua residência na Rua dos Venezianos, nº 109,¹⁹⁰ enquanto Octacilia foi presa.

Um outro incidente, além de demonstrar que as mulheres também podiam recorrer à violência umas contra as outras, traz outro exemplo de um guarda que penetrou em uma residência. O episódio ocorreu em 1916. Na ocasião, Maria do Carmo feriu Fausta Leopoldina dos Santos no rosto com uma faca. A agressão teve local na “casa onde ambas residem”, no Beco do Fanha, e “atraiu a atenção do agente municipal de serviço nas imediações, o qual ali compareceu e prendeu a agressora [...]”.¹⁹¹

¹⁸⁸ CHALHOUB, *Trabalho, lar e botequim*. Op. cit., p. 214.

¹⁸⁹ Sidney Chalhoub percebeu que as mulheres populares tendiam a optar por soluções não violentas para os conflitos com seus amásios: “[...] é necessário ter em conta que as mulheres pobres muito provavelmente interiorizavam pelo menos em parte os padrões dominantes do ‘ser mulher’ que a bombardeavam ao longo da vida. Sendo assim, os estereótipos de passividade e submissão feminina, gerando assim a autoimagem da mulher-vítima, talvez servissem como uma espécie de freio aos possíveis impulsos femininos para recorrer à violência física direta contra o parceiro amoroso”. *Ibid.*, p. 229.

¹⁹⁰ A Rua ou Travessa dos Venezianos está localizada no bairro Cidade Baixa. Seria deveras interessante traçar os itinerários urbanos dos amantes de Porto Alegre: quão longe estes poderiam se deslocar em busca de uma relação amorosa ou sexual? Como eles lidavam com os múltiplos locais de residência? Havia motivos para manter diferentes locais de pouso?

¹⁹¹ *A Federação*, 13/09/1916, p. 5.

Na maioria desses episódios, podemos admitir que os agentes policiais estivessem agindo em conformidade às leis. Descontando a tentativa de invasão perpetrada pelo agente 145 e o assassinato cometido pelo grupo de policiais à paisana, as outras notícias apresentam os agentes da ordem intervindo de maneira legal em situações de agressões, em conformidade aos artigos 197 e 199 do Código Penal de 1890. No entanto, a imagem que se tem das habitações populares é uma de grande vulnerabilidade, pois as notícias dão a entender que os locais podiam ser facilmente invadidos, tanto por agressores como por policiais.

E não era apenas para exercer alguma violência que os homens invadiam casas. Antonio Pedro da Silva, por exemplo, movido por algum outro sentimento, furtou um espartilho da casa de Maria Aldina da Silva.¹⁹² Lourival da Silva Xavier, por sua vez, penetrou nos recintos de Julieta Maria Gonçalves, no Beco do Fanha, nº 19, furtando um “vestido de criança e outras peças de roupa”.¹⁹³ “Os gatunos” João Manoel Eugenio e João Machado dos Santos furtaram um cobertor pertencente a Dorvalina Rodrigues, moradora do nº 2.¹⁹⁴ Nestor Setembrino dos Santos foi preso quando tentava vender um despertador que havia furtado de uma residência do Beco do Fanha.¹⁹⁵ Também foi preso Agenor Benicio, morador do Beco do Fanha, nº 19, por ter furtado “diversas peças de roupa de uso” pertencentes a Sebastião Antonio do Nascimento.¹⁹⁶

Os furtos eram abundantes na cidade de Porto Alegre daquele período, ao ponto de o jornal *A Federação* ter uma seção dedicada exclusivamente aos “gatunos”. Para figurarem nesse segmento, os contraventores precisavam ter sido identificados e presos, o que nos leva a crer que os episódios de furtos podiam ser muito mais numerosos do que os noticiados pelo periódico. Esse é mais um elemento que nos ajuda a compreender a fragilidade da manutenção da privacidade e do espaço doméstico entre populares. Além de precisarem se preocupar com invasores à procura de desforra e de subtrações materiais, aquelas pessoas tinham de se manter vigilantes em relação aos próprios agentes

¹⁹² *A Federação*, 31/01/1916, p. 7.

¹⁹³ *A Federação*, 21/07/1916, p. 6.

¹⁹⁴ *A Federação*, 10/08/1916, p. 6.

¹⁹⁵ *A Federação*, 03/07/1914, p. 6.

¹⁹⁶ *A Federação*, 03/03/1914, p. 4.

policiais, que, frequentemente “de ronda” pelas imediações, podiam, eles também, agir em seu interesse próprio, a despeito das leis.

Havia ainda uma outra classe de indivíduos, também extremamente perigosa, que amiúde se imiscuía na privacidade dos populares: os jornalistas. Até aqui temos utilizado apenas matérias do periódico *A Federação*, que não tinha como característica uma linha editorial voltada à crítica *aberta e detalhada* aos populares e seus comportamentos. Isso porque, em suas páginas, os acontecimentos relevantes para este estudo geralmente aparecem como pequenas notas, sendo reservados textos maiores apenas para crimes mais graves, como assassinatos. Diferentemente de outros periódicos, *A Federação* não costumava trazer colunas que relatavam acontecimentos burlescos ou que opinavam abertamente sobre o estado de coisas concernente à Porto Alegre popular.

O mesmo não se aplica, entretanto, à *Gazeta da Tarde* de Germano Hasslocher. Este, além de jornalista, foi jurista e político, e defendia suas opiniões anticlericais e críticas ao PRR nas páginas de seu jornal, que também dava espaço privilegiado à exposição dos modos de vida peculiares dos populares. Cláudia Mauch expressou perfeitamente as ambições jornalísticas de Hasslocher:

Nas páginas da *Gazeta da Tarde*, Germano Hasslocher demonstrava sua preocupação com o despreparo do povo porto-alegrense para a “civilização” e vociferava contra a malta de desordeiros que infestava a cidade, lembrando às autoridades policiais que, se as leis contra a vagabundagem existiam, tinham que ser aplicadas. Como jornalista “esclarecido” que era, colocava seus leitores a par das novas teorias científicas e das normas de boa educação, em geral em textos assinados que saíam na primeira das quatro páginas da *Gazeta da Tarde*, como a coluna “Dia a dia”.¹⁹⁷

De acordo com a análise de Mauch, a *Gazeta da Tarde* era um jornal de cunho republicano, cujas matérias estavam alinhadas ao pensamento “civilizador” da virada dos séculos XIX e XX. Conquanto fosse uma folha que

¹⁹⁷ MAUCH, Cláudia. *Ordem Pública e Moralidade: Imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/ANPUH-RS, 2004, p. 52.

retratava os modos de vida dos populares, é necessário levar em consideração que seu discurso era composto de *interpretações da realidade e propostas para alterá-la*.¹⁹⁸ Enquanto observador ideologicamente localizado da sociedade porto-alegrense, Germano Hasslocher tecia comentários pertinentes à sua visão de mundo, muito embora precisasse partir de uma realidade tangente para garantir sua credibilidade. Dito de outra maneira, as narrativas jornalísticas precisavam partir de *alguma realidade* para gerar discursos comunicáveis e de fácil compreensão pelos leitores. Havia exageros retóricos, naturalmente, além de uma roupagem pseudocientífica e moralizante; mas deveria haver, também, *fatos*.¹⁹⁹

Sabemos que Hasslocher era cidadão republicano e *homme de lettres* cultivado, mas o jornalista da Primeira República era, acima de tudo, um *flâneur*. Ele tinha que atravessar as fronteiras urbanas, reais e simbólicas, mergulhar, tal qual Orfeu, no submundo da cidade e voltar à tona, ao mundo da ordem, dotado de um conhecimento repleto de presságios.²⁰⁰ Foi assim que, em abril de 1895, o articulista da *Gazeta da Tarde* imergiu nos subterrâneos da Rua do Arvoredo. O texto não é desconhecido, figurando em obra de Sandra Pesavento,²⁰¹ mas vale a pena sua reprodução aqui, pois é um olhar significativo dentro de uma habitação coletiva no centro de Porto Alegre:

¹⁹⁸ Ibid., p. 61.

¹⁹⁹ Em seu estudo sobre a imprensa gaúcha nas primeiras décadas do século XX, Anderson Z. Vargas enfatiza essa tensão entre discurso jornalístico e realidade: “As numerosas reclamações de jornais da cidade contra comportamentos atentatórios à moral e à segurança da coletividade no centro da cidade, se não constituem uma prova da multiplicação dos *segmentos sociais desclassificados*, são um indício da sua presença naqueles espaços da capital. [...] Ao invés de constituírem juízos inquestionáveis sobre a realidade, tais denúncias devem ser vistas, por um lado, como indícios da difícil convivência de grupos sociais culturalmente diferenciados numa sociedade capitalista, especialmente entre *elites* e *populares*. Por outro lado, tais denúncias fazem parte das estratégias de poder e controle desenvolvidas pelas primeiras para controle daqueles que viam como ameaça aos seus *sonhos de civilização* (grifos do autor)”. Cf.: VARGAS, Anderson Zalewski. *Os subterrâneos de Porto Alegre: Imprensa, ideologia autoritária e reforma social (1900-1919)*. Porto Alegre: Editora Letral, 2017, p. 129-130.

²⁰⁰ Anderson Z. Vargas também detectou esse movimento jornalístico da superfície aos *subterrâneos* de Porto Alegre. A imagem retórica de uma cidade da ordem que sobrepunha a cidade da desordem, da decadência, marcou os discursos jornalísticos do periódico *O Independente*, analisados pelo autor. Sua leitura, extremamente perspicaz, percebeu a recorrência, naqueles textos, de dois raciocínios: a *concepção moral de realidade* e as *ideias de decadência*. De acordo com Vargas, os jornalistas encontravam comprovações subjetivos do declínio da civilização porto-alegrense, erigindo discursos sobre a decadência dos tempos e propondo intervenções e reformas na sociedade. Ibid., p. 68.

²⁰¹ PESAVENTO, op. cit., p. 113-114.

[...] fomos a uma habitação de um casal de pretos minas, onde ia eu mostrar [ao subintendente do 1º Distrito] uma abjeta exploração de que era vítima uma criatura disforme que esmola nas ruas de Porto Alegre.

[...]

Chegamos ao topo da rua da igreja e descemos pela rua do Arroio, em todo percurso despertando eu a atenção dos curiosos.

— Irá preso? perguntavam, vendo-me ao lado de autoridade, seguido de ordenança.

Entramos na Rua do Arvoredo e paramos diante de um portão.

Tivemos que descer umas escadas imundas e penetramos num antro miserável, sujo, fedorento, onde um casal de pretos velhos preparava quitandas, em meio a ossos, pedaços de charque, cobertores, cestas cheias e vazias, gaiolas com ratos da índia, etc., etc.

Toda a casinha era dividida em uma infinidade de aposentos escuros, minúsculos, dos quais saíam cabeças mal dormidas, com olhos remelentos que nos fitavam curiosos.

Feito o que era necessário, íamos sair, quando o subintendente suspeitou que os porões daquele prédio eram habitados.

Convidou-me ele com um olhar, duvidando do meu ânimo:

— Vamos, disse-lhe eu.

Então, fazendo prodígios de equilíbrio, descemos uma escada que conduzia a imundo pátio e daí penetramos nos porões.

Oh! Coisa cruel. Era uma colmeia aquilo.

Tudo dividido com latas velhas, tábuas de caixões, em aposentos.

Cada qual tinha o seu locatário.

Aqui dormia um soldado, além cozia uma china. Uma miséria, enfim.

— É o ventre de Porto Alegre, disse eu ao subintendente.

— Ou alguma coisa mais, observou-me ele.

[...] ²⁰²

É esse o olhar, indiscreto, preconceituoso, que nos dá um primeiro vislumbre da composição das habitações populares em Porto Alegre na Primeira República. Os pontos do texto que chamam atenção são diversos, começando pela trajetória dantesca do redator e seus companheiros. De fato, são notáveis os paralelos que a matéria estabelece com a Divina Comédia: Hasslocher atribuiu-se o papel de Virgílio, levando Dante — o subintendente do 1º Distrito — a uma

²⁰² *Gazeta da Tarde*, 27/04/1895, capa.

descida pelo Inferno da capital gaúcha. A simbologia da cena é ainda mais significativa ao estabelecer os diferentes níveis do submundo, sendo o primeiro patamar, após os personagens terem descido “escadas imundas”, apenas a antessala das verdadeiras profundezas. Uma vez chegando ao cerne da habitação, Hasslocher a define como “colmeia” e “o ventre de Porto Alegre”, duas acepções naturalistas que indicam sua filiação ao discurso decadentista de finais do século XIX.²⁰³

Mas não estamos aqui para tecer críticas ou lisonjas ao estilo literário do jornalista. Os símbolos, as imagens conjuradas por Hasslocher, são importantes no âmbito do discurso, mas nossa intenção é, por ora, enxergar a materialidade do interior de uma habitação popular de Porto Alegre. O primeiro elemento da descrição de Hasslocher a se destacar é o termo “portão”. À primeira vista pode-se pensar que se trata apenas de um elemento arquitetônico que separa o pátio de uma residência da rua; Pesavento, entretanto, chama atenção ao fato de que alguns cortiços, como o próprio Cabeça de Porco no Rio de Janeiro, eram formados por um conjunto de “casinhas e casebres” que se abriam à rua através de um portão.²⁰⁴ As residências com portões laterais seriam comuns nas primeiras décadas do século XX em cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo,²⁰⁵ mas é pouco provável que a novidade já houvesse se apresentado em Porto Alegre em 1895, de forma que é mais factível que o local visitado pela comitiva de Hasslocher fosse mesmo um cortiço.

A partir daí, a espacialidade da habitação é um tanto quanto confusa. Os observadores descem um lance de escadas, indo parar dentro de um recinto, ricamente descrito pelo jornalista em seus detalhes mais asquerosos, no qual “um casal de pretos velhos preparava quitandas”.²⁰⁶ A transição da rua para o

²⁰³ “No *fin de siècle*, o descontentamento sentido frente à *civilização* e seus efeitos provocou, entre uma minoria culta, delírios de *decadência*, *degeneração* e *destruição* que, em alguns casos, não encontraram a resistência da crença na marcha natural e inevitável do aperfeiçoamento contínuo da humanidade”. VARGAS, op. cit., p. 67, destaques do autor.

²⁰⁴ PESAVENTO, op. cit., p. 110.

²⁰⁵ REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2000, p. 44.

²⁰⁶ De acordo com Robert Slenes, “no Brasil, o fogo doméstico dos escravos, além de esquentar, secar e iluminar o interior de suas ‘moradias’, afastar insetos e estender a vida útil de suas coberturas de colmo, também lhes servia como arma na formação de uma identidade compartilhada. Ao ligar o lar aos ‘lares’ ancestrais, contribuía para ordenar a comunidade — a *sanzala* — dos vivos e dos mortos”. Hasslocher, no entanto, não enxergou na cena mais que o

apartamento parece acontecer justamente através das escadas, de maneira que já se insinua um primeiro patamar subterrâneo. Aqui é especialmente evocativo o detalhe a respeito das divisórias internas da habitação, numa “infinidade de apartamentos escuros, minúsculos”, que eram habitados por diversas pessoas. A subdivisão interna das residências era um elemento central das habitações populares do período e estava presente em outros relatos. Pesavento, analisando trecho de uma matéria do jornal porto-alegrense *A Gazetinha*, de cunho socialista, deparou-se com descrição semelhante a respeito do famoso bordel da preta Fausta, no Beco do Poço, que fora visitado — invadido — pelos jornalistas em 1898: “Prossegue a visita, às apalpadelas, no ambiente escuro, até uma parede de tábuas, no fim do corredor, mostrando a subdivisão realizada no prédio, para atender à sublocação temporária (grifo meu)”.²⁰⁷

Após constatar a situação desse primeiro pavimento, o arguto subintendente do 1º Distrito convida o jornalista para prosseguir com o movimento vertical que haviam iniciado. A comitiva desce outro lance de escadas, chegando a um “imundo pátio” e daí penetra nos porões — descendo, presumimos, mais escadas. Lá, Hasslocher se depara com a visão prodigiosa que lhe inspirou as comparações com o reino animal: o porão era também subdividido, com “latas velhas, tábuas de caixões”, em diversos apartamentos; “cada qual tinha seu locatário”, desde a “china” que cozia até o soldado que, como já vimos, dividia seu espaço com os mesmos desordeiros e criminosos que devia policiar.

O texto não permite entrever qualquer tipo de resistência a essa invasão, talvez porque isso realmente não tenha acontecido. Hasslocher era — ou se considerava — um jornalista conhecido na cidade e estava acompanhado de uma das mais altas autoridades do período. Os homens sisudos e bem vestidos que adentraram aquele cortiço eram muito diferentes dos *ratos brancos*²⁰⁸ com

ato banal de cozinhar. Cf: SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011, p. 256.

²⁰⁷ PESAVENTO, op. cit., p. 62.

²⁰⁸ “Quando a Polícia Administrativa foi criada, no final de 1896, seu uniforme de verão era composto por ‘calça e blusa de brim branco, com uma só ordem de botões amarelos’, boné e botinas de couro preto. Provavelmente tenha vindo da cor da farda o apelido de ‘ratos brancos’ que os agentes receberam e que já era citado na imprensa em dezembro daquele ano.” MAUCH, *Dizendo-se autoridade*, p. 209.

os quais os populares estavam acostumados a lidar, de forma que os moradores parecem ter adotado uma postura passiva, ou, pelo menos, de raiva contida.

O que a matéria não esconde, entretanto, são as concepções de ordem que embasavam não só o discurso jornalístico da Gazeta da Tarde e seu articulista, mas também das próprias autoridades. O texto prossegue com algumas considerações bastante significativas:

[...] A higiene pública a bem do interesse geral da população devia fiscalizar severamente tais espeluncas e ordenar a sua demolição quando necessário e limitar o número de seus habitantes, proibindo terminantemente que vivam em cubículos sem ar, sem luz, pessoas que estupidamente suicidam-se e que criam reais prejuízos para a população geral.

Não é a necessidade que obriga a miseráveis a um viver assim.

É a vadiagem, que não há entre nós, ainda desenvolvimento (sic) suficiente de fábricas e protecionismo, para gerar proletariado e indigências atrozes como na Europa.

Nesse trecho, sem rodeios, Hasslocher vai direto ao ponto: não havia na sociedade porto-alegrense desenvolvimento suficiente dos meios de produção, como as fábricas inglesas, a ponto de se justificarem as condições de habitação com as quais a comitiva havia se deparado. Era antes a vadiagem entre os populares que resultava nos aglomerados urbanos insalubres que colocavam em risco toda a sociedade; e era a conivência das autoridades para com tal situação que terminava por agravar ainda mais o estado da capital gaúcha. Nesse ponto seu raciocínio vai ao encontro ao dos higienistas, postulando que a única forma de se alcançar a ordem social é através da limpeza daqueles submundos por meio da intervenção direta do Estado.

As habitações dos populares, portanto, estavam sujeitas a diversos tipos de invasões. Os trabalhadores pobres da cidade precisavam se proteger uns dos outros, pois os furtos de objetos, como as roupas ou mesmo quantias em dinheiro, aconteciam com certa frequência. Havia também para as mulheres a possibilidade de serem perseguidas até o interior de suas residências por agressores do sexo masculino, da mesma forma como estes podiam penetrar em locais de habitação à procura de adversários. Mesmo os agentes da polícia,

cuja ocupação era manter a ordem nas ruas da cidade, levavam dita ordem à força para dentro das casas da população.

Esses breves relatos são indícios de um movimento que ganhava corpo em Porto Alegre na última década do século XIX: a expulsão dos populares da região central da cidade. O fenômeno se fizera sentir em diferentes etapas, sendo uma delas a invasão das habitações populares pelas autoridades e pelo olhar preconceituoso dos jornalistas. Estes, juntos, sob o pretexto de modernizar a cidade e de garantir melhor qualidade de vida à população, tornaram insustentável a permanência de muitos trabalhadores pobres no 1º Distrito muito antes das grandes obras de reformulação urbana realizadas a partir da década de 1920. Estas obras, aliadas às leis que proibiam a existência de cortiços e outras habitações coletivas, fizeram desaparecer grande número de prédios antigos do centro, empurrando o restante da população pobre definitivamente para a periferia. Olhemos agora com mais atenção as formas materiais do Beco do Fanha a fim de compreender do que eram feitos os *lugares de enclave* de Porto Alegre.

2.2 ASPECTOS MATERIAIS DO BECO DO FANHA NA DÉCIMA URBANA

O uso das décimas urbanas como fontes de investigação histórica apresenta fartas possibilidades àqueles interessados em compreender as dinâmicas habitacionais e imobiliárias das cidades brasileiras, além de permitirem entrever o cotidiano de seus habitantes, desde locadores a locatários. Beatriz Bueno, pesquisadora que tem trabalhado há anos com as décimas urbanas do município de São Paulo, apresenta uma definição dessa documentação:

[...] a Décima Urbana foi o primeiro imposto predial, estabelecido para a Corte e principais vilas, cidades e lugares notáveis da faixa litorânea, pago à Fazenda Real, correspondendo a 10% do rendimento líquido

de todos os bens de raiz, incidindo sobre proprietários e inquilinos, com exceção daqueles pertencentes às Santas Casas de Misericórdia.²⁰⁹

Tratava-se, portanto, de um imposto que incidia sobre imóveis urbanos e que, convenientemente, legou aos historiadores listas detalhadas daqueles imóveis, seus proprietários, suas tipologias e valores. Como fonte de pesquisa, a décima é “sinônimo de área urbana, [e, como tal,] presta-se de maneira exemplar à reconstituição da sua tessitura”.²¹⁰

A elaboração dessas fontes, contendo listas de proprietários, imóveis e seus valores, aliada à produção de plantas e mapas, assinala uma nítida preocupação das autoridades em conhecer o controlar o espaço urbano. De acordo com Maria Stella Bresciani, no século XIX, as autoridades públicas europeias, preocupadas com as condições sanitárias das cidades e com o grande número de epidemias, “deram maior ênfase ao ambiente urbano como campo de investigação”.²¹¹ Desse saber técnico sobre a cidade também resulta a disciplina do Urbanismo, que seria tão importante para as transformações pelas quais passariam grandes cidades entre meados do século XIX e a década de 1950. De fato, Cleandro Krause e Fania Fridman, ao analisar a legislação urbanística de Porto Alegre na Primeira República, atribuem à administração pública um

potencial de causar diferenciações espaciais que, ao fim e ao cabo, teriam contribuído para o aumento da segregação socioespacial interna à cidade, especificamente pela diferenciação dos lugares de residência das diferentes classes sociais (KRAUSE; FRIDMAN, 2017, p. 3).²¹²

²⁰⁹ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base na Décima Urbana de 1809. *Anais do Museu Paulista*, [S. l.], v. 13, 2005, p. 61.

²¹⁰ *Ibidem*.

²¹¹ BRESCIANI, Maria Stella. A cidade e o urbano: experiências, sensibilidades, projetos. *Urbana*, v.6, n.8, Campinas, CIEC/Unicamp, p. 63-94, 2014, p. 65.

²¹² KRAUSE, Cleandro; FRIDMAN, Fania. Segregação residencial em perspectiva histórica: delimitações administrativas e de áreas de intervenção urbanística em Porto Alegre. *Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*, São Paulo, v. 17, n. 1, 2017, p. 3.

Resultado de uma preocupação das autoridades públicas com as cidades, as plantas, os relatórios, os projetos, entre outros, permitem-nos, mediante uma lente histórica, vislumbrar um pouco das dinâmicas urbanas do passado.

Mas, como Beatriz Bueno adverte, “o estudo das Décimas Urbanas impõe certas limitações ao pesquisador” (BUENO, 2018a, p. 8).²¹³ Isso é notório quando comparamos os elementos presentes nas décimas de Porto Alegre aos da documentação do imposto predial da cidade de São Paulo. Utilizando documentação do distante ano de 1809, Beatriz Bueno constata a presença de “informações preciosas sobre a localização dos imóveis, seus proprietários, inquilinos (em caso de imóvel de aluguel), tipologias, finalidades, usos e valor (do prédio e do aluguel)” (BUENO, 2005, p. 61).²¹⁴ As fontes de Porto Alegre, entretanto, apesar de terem sido produzidas quase cem anos depois, apresentam informações mais limitadas.

A documentação disponível para o município de Porto Alegre é composta de grandes livros, de capa dura, cujas páginas contêm, de duas em duas, as informações referentes a cada logradouro da cidade. Tomando o exemplo da décima do Beco do Fanha (que aparece com sua nomenclatura oficial de Travessa Paysandu), as informações do imposto compreendem, em 1897, duas páginas, número reduzido pela metade em 1924 devido às desapropriações e demolições realizadas em prol das obras de alargamento do beco.²¹⁵

A décima urbana de Porto Alegre foi promulgada pela Lei nº 5 de 1892.²¹⁶ Esta foi elaborada após a Lei Orgânica, do mesmo ano, que organizou a divisão

²¹³ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *A cidade como negócio: mercado imobiliário rentista, projetos e processo de produção do Centro Velho de São Paulo do século XIX à Lei do Inquilinato (1809-1942)*. Tese (Livre Docência em História da Arquitetura e Estética do Projeto) – Universidade de São Paulo, SP, 2018, p. 8.

²¹⁴ BUENO, *Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo*. Op. cit., p. 61.

²¹⁵ Esta informação é relevante pela representatividade do número de páginas. Cada página numerada nos livros da décima urbana de Porto Alegre é composta, na verdade, por duas faces internas, ou páginas, de uma lâmina. Informações como o nome do proprietário e número do imóvel estão presentes na face esquerda, enquanto outras informações, como as observações, aparecem no extremo da face direita. Sendo assim, no ano de 1897 havia número suficiente de imóveis no Beco do Fanha para serem necessárias duas dessas páginas, enquanto no ano de 1924 havia apenas algumas linhas preenchidas na única página presente, assinalando o declínio do número de prédios existentes na via

²¹⁶ O texto da lei estava disponível no Sistema Integrado de Referência Legislativa da Procuradoria Geral do Município de Porto Alegre, que foi, no entanto, descontinuado em 30/08/2022 e substituído por outro sistema. Todos os trechos comentados a seguir foram retirados do arquivo que estava, à época da pesquisa, disponível online.

administrativa do município em seis distritos; como sabemos, era no 1º Distrito, que compreendia a ponta da península (o atual Centro Histórico), que se situava o Beco do Fanha. É possível compreender os critérios utilizados pelos fiscais na produção das fontes por meio de uma análise atenta dos dispositivos da Lei nº 5. O texto legal dispõe sobre a taxa do imposto, a forma do cálculo do valor locativo, as isenções, os prazos, as multas etc. Sobre o método que embasava a cobrança, o art. 2º dispunha que o imposto seria calculado sobre o aluguel do prédio, se este estivesse ocupado, ou fixado pelo fiscal “por meio de um arbitramento razoável”. O fiscal poderia se basear, então, nos recibos e contratos de arrendamento ou aluguel, ou, na ausência destes ou em casos de suspeita de fraudes, arbitrar um valor provável de locação do imóvel, atentando “à sua capacidade, localidade e aluguel conhecido de outros [imóveis] em tal condição”.

Os prédios que estivessem vazios e fechados por mais de 30 dias estariam isentos da cobrança da décima, mas o dever de fazer a notificação recaía sobre os proprietários. Essa isenção só seria aplicada ao período em que se comprovasse a desocupação do imóvel. Como ônus dos proprietários, havia também uma série de multas por atrasos.

Segundo o art. 9º, o lançamento do imposto era feito semestralmente. Sendo assim, os valores do campo *lotação* presente na documentação são, no geral, referentes, ou ao valor do aluguel multiplicado por seis, ou à arbitração do fiscal, embora poucos casos permitam estabelecer essa distinção.

A Lei nº 5/1892 também discorria sobre os elementos que deveriam ser catalogados durante o lançamento do imposto, ato que geraria um registro por escrito. Como dito acima, há uma discrepância significativa entre as informações presentes nas décimas de São Paulo de 1809 e Porto Alegre da virada do século. São campos presentes nos livros da décima urbana de Porto Alegre, em 1897, os seguintes:

Tabela 1 – Informações presentes na décima urbana de Porto Alegre de 1897

Nº de ordem
Proprietários
Prédios: Números e Espécie
Lotação: 1º Semestre e 2º Semestre
1º semestre: Imposto 10%, Remoção do lixo 1% e Multas
Pagamento realizado: Data do pagamento, Nº do conhecimento
2º Semestre: Imposto 10%, Remoção do lixo 1% e Multas
Pagamento realizado: Data do pagamento, Nº do conhecimento
Observações

Fonte: AHPAMV.

Com o passar dos anos, mais elementos foram adicionados ao registro do imposto. Em 1909, por exemplo, é adicionada a *Taxa adicional 3%*, que aumenta para 4% em 1911, e era referente a um bônus concedido aos funcionários responsáveis pela coleta da décima urbana. A existência dessa remuneração extra indica que havia casos de corrupção entre os fiscais. Segundo Margaret Bakos, para combater o lesa-fisco, a Intendência apostou na “valorização dos funcionários públicos”, incentivando-os, assim, a “assumirem atitude honesta na representatividade dos interesses da sociedade política”.²¹⁷

Novos acréscimos são feitos entre 1913 e 1914. Essas adições são oriundas do Regulamento Geral de Construções, promulgado pelo Ato nº 96 de 1913. São quatro novas subdivisões: *Estilicídio*, referente à presença de calhas para o escoamento das águas pluviais; *Esgotos*, quanto à existência de

²¹⁷ BAKOS, Margaret Marchiori. *Porto Alegre e seus eternos intendentess*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013, p. 128.

tubulações de esgoto nos prédios; *Água*, alusivo ao fornecimento de água encanada; e *Asseio público*, cobrança referente à limpeza da rua, realizada por servidores municipais. As cobranças atestam ao maior zelo da administração pública para com as formas materiais da cidade e o estado sanitário dos prédios.

Um campo importante que deve ser assinalado é *Observações*. Este espaço era reservado para quaisquer comentários que o funcionário da Intendência considerasse pertinentes. De acordo com o art. 13º da Lei nº 5/1892, era o campo destinado às “declarações de alterações em averbações que ocorrerem em relação aos prédios”. São, sempre que aparecem, fontes de *insights* importantes.

A descrição minuciosa dessa documentação é um tanto enganadora. De fato, como Bueno advertiu, seu uso impõe certas limitações. Notórias diferenças entre as décimas de 1809 de São Paulo e da virada do século de Porto Alegre são a ausência na última de informações importantes referentes aos inquilinos, aos usos dos prédios e aos seus valores integrais. Tentaremos, sempre que possível, contornar essas dificuldades recorrendo aos periódicos da época e à historiografia.

Existem, portanto, possibilidades de pesquisa histórica a partir das décimas urbanas. Em especial, é num contexto de desapropriações de imóveis e reformas urbanas que a documentação do imposto predial permite observar as dinâmicas próprias das vias de uma cidade em um determinado momento histórico. O cruzamento com outras fontes, segundo Bueno, “permit[e] perceber a cidade em processo de transformação, imaginando-a um canteiro em obras e especulando sobre as lógicas e interesses que presidiam o bota-abaixo e as renovações sucessivas”.²¹⁸ É justamente esse movimento que se espera analisar no Beco do Fanha.

Sandra Pesavento, a partir de informação constante no Anuário Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul, aponta que haviam, em 1893, 5 996 prédios construídos em Porto Alegre. Estes eram, em sua maioria, edificações térreas, em número de 4 692. Em seguida vinham os sobrados, somando 634 construções, e 464 prédios assobradados. Havia ainda 141 cortiços e 65 outras

²¹⁸ BUENO, *A cidade como negócio*. Op. cit., p. 14.

construções fora dos limites de cobrança da décima urbana.²¹⁹ De acordo com o recenseamento da capital realizado em 1910, o número de construções era quase três vezes maior naquele ano, existindo apenas no perímetro considerado urbano 15 232 prédios, embora os tipos de construções não tenham sido discriminados.²²⁰

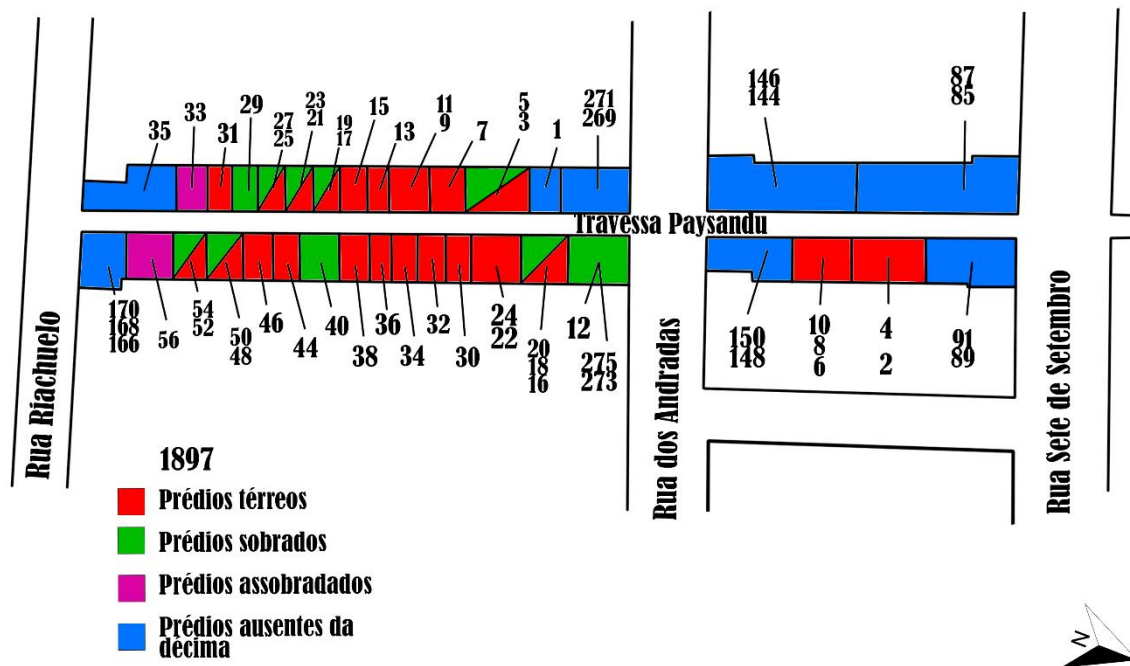
A distribuição de prédios térreos, sobrados e assobradados também era desigual no Beco do Fanha em 1897. Naquele ano foram listados 48 endereços distintos na décima urbana, dos quais 31 foram descritos como térreos, doze como sobrados e apenas dois como assobradados. Dois endereços, os nºs 18 e 20, aparecem como *térreo e sobrado*, de maneira que se pode imaginar uma subdivisão interna de um prédio de dois pavimentos. Um único imóvel, de nº 37, consta sem referência ao tipo edifício, mas uma observação adverte que este passara a ser lotado pela Rua Riachuelo, como o nº 164a. A planta a seguir [Planta 1] foi elaborada a partir da sobreposição de informações da décima urbana de 1897 sobre o Levantamento cadastral de 1893 e indica os tipos edifícios existentes no Beco do Fanha naquele ano.

Nota-se, portanto, a preponderância de prédios baixos (na cor vermelha) em meio a alguns sobrados (verdes) e prédios assobradados (roxos). Essa imagem condiz com o trecho de Pesavento que abre o primeiro capítulo deste trabalho. Como a autora bem observa a partir da única foto conhecida do Beco do Fanha em fins do século XIX, este “pouco parece sombrio. Tem calçada e iluminação, e suas construções são igualmente sobrados ou casas baixas”.²²¹

²¹⁹ PESAVENTO, *Uma outra cidade*. Op. cit., p. 101.

²²⁰ *A Federação*, 14/02/1911, p. 3.

²²¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Era uma vez o beco. In: BRESCIANI, Maria Stella (org). *Palavras da cidade*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001b, p. 104.

Figura 8 – Tipos edifícios do Beco do Fanha em 1897²²²

Fonte: Elaboração do autor a partir de fontes do AHPAMV.

Essas formas são bastante características da via e permanecem assim por quase duas décadas, quando começam a ser desconfiguradas por volta de 1915. Percebe-se que o “miolo” do beco no trecho entre a Riachuelo e a Andradas é composto por grande número de casas térreas; o lado de numeração ímpar (superior na Figura 1 e todas subsequentes) apresenta prédios com testadas mais estreitas, — se pudermos confiar na exatidão da planta de 1893 — especialmente no trecho entre os números 13 (o menor da via, com 4,7 metros de frente) e 31, dentre os quais, em 1897, alguns eram sobrados. Estes estavam concentrados na parte mais alta da rua, próximo à Riachuelo. Era lá também que se encontravam, no ano em questão, dois prédios designados como assobradados.

²²² O Levantamento cadastral de 1893 tem orientação semelhante à da planta de 1838, com sudeste apontando para cima. Para uma melhor visualização das informações, optei por colocar minhas plantas com o Beco do Fanha na horizontal, com norte apontando para a direita, como indicado. O Anexo F apresenta uma imagem do documento original.

Há elementos desconhecidos na conformação da rua, visíveis pela cor azul. Ana Luiza Koehler reparou que, no Levantamento cadastral de 1893, “os imóveis de esquina — que parecem ser frequentemente mais alterosos do que os exemplares de meio de quadra dos becos — são quase todos registrados como pertencentes às ruas principais adjacentes”.²²³ Essa peculiaridade também se estende à décima urbana, possivelmente numa tentativa consciente, tanto de fiscais como de proprietários, de desvincular os imóveis de esquina, mais imponentes, do interior dos becos.²²⁴

Como já vimos anteriormente, as travessas e becos das cidades brasileiras passaram por duas fases de ocupação. Num primeiro momento, surgiram espontaneamente pela apropriação dos terrenos situados entre vias oficiais por parte de proprietários particulares. Estes, geralmente, mandavam abrir um caminho — um atalho — entre duas vias oficiais, chegando, por vezes, a colocar portões ou cercas em seus limites. As habitações construídas então eram usualmente sobrados ou casas térreas. Discutindo as diferenças entre esses dois tipos de construções, Reis Filho destaca que, enquanto os sobrados possuíam piso assoalhado, as casas térreas eram caracteristicamente dotadas de piso de chão batido. Essa disposição marcava também a verticalidade do primeiro e a horizontalidade do segundo: o sobrado possuía mais de um pavimento, podendo conter um andar térreo com as mesmas características da casa térrea; estes pavimentos térreos, “quando não eram utilizados como lojas, deixavam-se para acomodação dos escravos e animais ou ficavam quase vazios, mas não eram utilizados pelas famílias dos proprietários”, pois havia uma nítida distinção social entre os dois tipos de habitações.²²⁵

²²³ KOEHLER, Ana Luiza Goulart. *Retraçando os becos de Porto Alegre: visualizando a cidade invisível*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2011, p. 199.

²²⁴ Um estudo focado na relação espacial entre os imóveis de esquina no limiar entre beco e rua poderia responder uma série de questionamentos levantados por Solange Aragão: “Havia aberturas nas duas faces voltadas para a rua — como se observa em diversas fotografias de meados e de fins do século XIX. Os quartos eram então iluminados e ventilados? O sobrado de esquina apresentava essa vantagem em relação aos outros sobrados? Qual era a diferença no que diz respeito à forma de distribuição interna dos cômodos? Se representavam ‘o máximo de aproximação entre o patriarcalismo em declínio e a rua’, quem eram os habitantes dos sobrados de esquina? Eram estas construções preferidas ou preteridas em relação aos sobrados com apenas uma fachada voltada para a rua?”. ARAGÃO, Solange. *Ensaio sobre a casa brasileira do século XIX*. São Paulo: Blucher, 2017, p. 223.

²²⁵ REIS FILHO, op. cit., p. 28.

Uma análise do termo *sobrado* possibilita uma melhor compreensão dessas habitações em relação às casas térreas. Carlos Lemos lembra-nos a acepção primitiva da palavra, que remetia ao “*espaço sobrado* ou ganho devido a um *soalho suspenso* (grifos do autor)”, de forma que o sobrado podia tanto estar acima do soalho quanto abaixo dele. Mais uma vez, a ideia de espaço excedente estava ligada à riqueza de quem habitava aquelas construções. Além disso, a disposição vertical dos sobrados estava diretamente conectada ao trabalho escravo. Solange Aragão, fazendo uma leitura das habitações brasileiras a partir da obra *Sobrados e mucambos*, de Gilberto Freyre, destaca que tal estruturação do espaço só era possível devido à disponibilidade de mão de obra cativa, pois “era o escravo que transportava a água, a carne e tudo mais que fosse necessário para o preparo dos alimentos até o sexto andar, onde se situava a cozinha”.²²⁶ De fato, como salienta Lemos, os sobrados “existiram pelo país todo, sempre onde houvesse um rico”.²²⁷

Não parece restar dúvidas de que os sobrados foram construídos originalmente para servirem de habitações urbanas às camadas mais abastadas da sociedade colonial. Em Recife, por exemplo, onde, de acordo com registros de viajantes analisados por Aragão, encontravam-se sobrados de até seis pavimentos, os prédios funcionavam como verdadeiras casas-grandes urbanas: o pavimento térreo abrigava os escravizados, numa espécie de senzala que, só podemos supor, também se compunha de subdivisões internas; já os andares superiores eram compostos por escritório, sala de visitas, quartos de dormir, sala

²²⁶ A autora destaca, também, o número de pavimentos em diferentes localidades do país: “Os sobrados altos, com quatro, cinco ou seis pavimentos, foram característicos das cidades maiores, junto à costa leste do Brasil. *Nas outras áreas do país, o sobrado atingiu no máximo três pavimentos*; nas povoações e cidades menores, foram extremamente raros, predominando as casas térreas de taipa, de pau-a-pique e sapé, ou mesmo de pedra, com cobertura de telha vã (grifo meu)”. Parece-nos que Porto Alegre se enquadrava mais propriamente no segundo perfil, sendo uma cidade relativamente baixa até o final do século XIX. Cf.: ARAGÃO, op. cit. Para a citação no corpo do texto, p. 214; para o trecho desta nota, p. 78.

²²⁷ LEMOS, Carlos A. C. *História da casa brasileira: a casa colonial, casas urbanas e rurais, a habitação burguesa*. São Paulo: Contexto, 1989. Esta citação e a anterior, p. 32-33. Solange Aragão concorda com essa constatação: “Invariavelmente [...] o sobrado foi habitado pelas pessoas mais ricas da sociedade (como antigos aristocratas ou novos burgueses), passando a simbolizar o tipo de habitação mais civilizada nos trópicos”. ARAGÃO, op. cit., p. 216.

de jantar e cozinha,²²⁸ esta última sempre distanciada do convívio familiar devido ao seu estatuto servil.²²⁹

Uma vez abandonados e destinados ao aluguel pela evasão da elite para espaços mais nobres e exclusivos da cidade, os antigos sobrados passaram por transformações como as subdivisões internas, cujo objetivo parece ter sido possibilitar a sublocação para o maior número possível de inquilinos, a despeito dos preceitos da higiene e do conforto. Pode-se dizer que uma das causas persistentes do problema da habitação na Primeira República foi justamente a tenacidade com que alguns “capitalistas da praça” empreenderam no mercado de aluguéis, lançando-se à empreitada de erguer paredes de madeira no interior dos casarões e em seus porões para abrigar a gente pobre de Porto Alegre.

Essa prática era vista com maus olhos à época, como atesta outro trecho de autoria de Germano Hasslocher, quando este vituperava contra um “galpão de tábuas” que havia sido erguido na Praça da Harmonia, “uma edificação grosseira, suja, a contrastar com a beleza do local”, e que era objeto de “verdadeira especulação, pois aqueles compartimentos, todos ocupados, [eram] fonte de renda de ganancioso concessionário, que se julga[va] talvez proprietário daquela praça”.²³⁰ No entanto, as autoridades pareciam ter poderes limitados para coibir a proliferação de tais habitações insalubres, isso quando não imputavam a culpa do cenário exclusivamente aos habitantes dos locais.²³¹

Podemos supor, a partir dessas colocações, que a residência visitada por Hasslocher e as autoridades do 1º Distrito de Porto Alegre fosse um desses antigos sobrados subdivididos e sublocados. O narrador salienta o fato de que havia muitas pessoas compartilhando aquele espaço exíguo. De fato, próximo

²²⁸ ARAGÃO, op. cit., p. 214.

²²⁹ De acordo com Lemos, essa disposição da cozinha para as extremidades das casas foi uma espécie de meio-termo estabelecido pelos portugueses, acomodando suas formas vernáculas aos costumes dos indígenas de fazer o fogo do lado de fora de suas habitações, “atitude facilitada e até justificada pela presença do escravo solícito”. Dessa forma, a cozinha não foi totalmente abolida do espaço da residência, mas ficou relegada a um de seus extremos, pelo qual os senhores não precisariam circular. LEMOS, op. cit., p. 19.

²³⁰ *Gazeta da Tarde*, 15/12/1896, In: PESAVENTO, *Uma outra cidade*. Op. cit., p. 113.

²³¹ De acordo com Chalhoub, a retórica dos higienistas da Corte, apesar de ter partido da premissa de que certas habitações, dadas suas características materiais, contribuíam à degradação do espaço urbano e da saúde da população, não tardaram em se voltar contra qualquer habitação popular localizada nas regiões centrais da cidade, e, por extensão natural, à própria presença dos pobres naqueles locais. Cf.: CHALHOUB, *Cidade febril*. Op. cit., p. 49.

ao final da coluna, o jornalista arrisca um palpite, afirmando, “sem exagero”, que lá moravam cerca de trinta pessoas, “quando em rigor, não admite [o local] mais de quatro ou cinco moradores”. Por lógica, podemos estabelecer que a residência era mesmo um sobrado, pois seria muito improvável que tantas pessoas dividissem o espaço de uma casa térrea.

Como vimos, o número de endereços sobrados no Beco do Fanha em 1897 era menor que o de térreos. Aqui, o auxílio da dimensão visual permite inferir mais informações do que apenas o uso das fontes escritas, pois percebemos que muitos endereços térreos eram, de fato, pavimentos de sobrados alugados separadamente destes. O Levantamento cadastral de 1893 apresenta um total de 35 prédios na via, contando os imóveis de esquina que não apareciam na décima urbana do beco. Já naquele ano havia alguns endereços que dividiam o mesmo prédio, o que pode ser constatado pelos números escritos no interior dos contornos que representavam as edificações, como os nºs 3 e 5, 17 e 19, entre outros. No primeiro caso, em 1897, aos nºs 3 e 5, ambos sobrados, foi acrescido o 3a, térreo, de maneira que podemos presumir que o pavimento superior do prédio fora subdividido. Nesse caso, três endereços representam na verdade um único imóvel, dividido para diversos inquilinos e diferentes usos. Se seguirmos essa lógica, tentando estabelecer a quais prédios presentes na planta de 1893 pertenciam os novos endereços registrados na décima urbana de 1897, constatamos que haviam no beco, pelo menos, dez prédios sobrados, quinze prédios apenas térreos, os mesmos dois prédios assobradados, além de oito imóveis cujas informações foram registradas nas décimas das ruas adjacentes.

Essa configuração espacial nos permite compreender como uma via tão curta, contando à época com apenas duas quadras de extensão, e com um número relativamente baixo de prédios individuais, podia ser estigmatizada como um local de desordens e espeluncas. Havia uma grande subdivisão dos espaços internos daqueles imóveis, promovendo, talvez, cenários semelhantes ao encontrado por Hasslocher na Rua do Arvoredo. Essa circunstância possibilitava o convívio de diversas pessoas em espaços reduzidos, potencializando conflitos, além de provavelmente produzir condições insalubres para os habitantes.

O outro exemplo citado de múltiplos endereços sob um mesmo prédio é bastante indicativo do que temos tratado aqui. Os nºs 17 e 19, apesar de sofrerem uma transformação tipológica ao longo dos anos, não foram acrescidos de novas subdivisões. De acordo com observações da décima urbana, o imóvel esteve desocupado no ano de 1905, sendo alugado no ano seguinte pela quantia de 25\$000 mensais. Em 1910, temos notícia de que naquele endereço estava localizado um armazém, de propriedade de Severino Flores Webber.²³² Porquanto as menções ao nº 17 sejam poucas e breves, o leitor lembrar-se-á de diversos acontecimentos narrados no nº 19: era ele, em 1913, a residência de Octacilia Pires da Silva, invadida por Pedro Lopes; em 1914, serviu de residência para o “gatuno” Agenor Benicio e para Octacilia Paz, que esfaqueou o marítimo Jacob Domingos; foi o local de onde Lourival furtou um vestido de criança em 1916, além de ser, também naquele ano, o endereço invadido por Gomercindo Palmeira na ocasião em que este agrediu Camilla Rodrigues.

Esse tipo de subdivisão parece ter sido característica dos prédios do Beco do Fanha, apesar de outros casos não poderem ser confirmados por meio de tantas referências. Percebemos que o prédio que comportava os nºs 17 e 19 teve, em determinada época, o pavimento térreo utilizado como armazém, possivelmente para venda de alimentos, bebidas e outros itens de primeira necessidade, enquanto o *espaço sobrado* servia como uma espécie de casa de cômodos. Mais do que isso, uma notícia de 1913 chama o nº 19 de bodega ao narrar uma luta travada no local entre Pedro Bemvindo e um soldado que lá “libavam”.²³³

O cenário descrito é bastante condizente com as obras anteriormente citadas, e mesmo com a reportagem de Hasslocher, apesar de se matizarem os exageros. O exemplo mostra que, como assinalou Solange Aragão, as diferenças entre casas ricas e pobres no final do século XIX não estavam mais estritamente ligadas às suas características materiais — sobrados para os ricos, térreas para os pobres —, mas haviam se modificado para dar conta da nova realidade. Como muitos sobrados das regiões centrais estavam subdivididos e alugados para a população mais pobre, a elite se distinguia habitando locais mais

²³² *A Federação*, 29/06/1910, p. 4.

²³³ *A Federação*, 08/03/1913, p. 3.

nobres e exclusivamente residenciais, enquanto os populares ainda tinham de sobrepor as funções dos cômodos que habitavam — “estar, repouso e serviço”, todas misturadas no mesmo ambiente.²³⁴

Algo semelhante poderia acontecer nos imóveis térreos, talvez em situações ainda mais drásticas de subdivisão por se tratarem de construções menores. De acordo com Carlos Lemos, a “casa popular urbana dos tempos coloniais praticamente teve a mesma planta pelo Brasil em geral”, pois, como já vimos, a arquitetura colonial portuguesa tinha uma ligação seminal com o formato profundo e estreito dos lotes. Lemos descreve as características gerais desses espaços:

[...] todas as moradias possuíam cômodos encarreirados. O da frente, com janela no alinhamento da rua, quase sempre era a sala de recepção, quando não abrigava alguma oficina de artesanato ou mesmo uma loja. Os cômodos intermediários, acessíveis por corredor lateral, eram os dormitórios, naquele tempo chamados de camarinhas, alcovas ou “casas de dormir”. Nos fundos, fechava a fila a cozinha, a varanda alpendrada que dava acesso ao quintal, onde sempre havia um arremedo de instalação sanitária.²³⁵

O alinhamento dessas construções sobre o limite das ruas era elemento característico do urbanismo português. Segundo Ana Luiza Koehler, a casa térrea “buscava tirar todo o proveito da testada: era o espaço de interface com a rua, ou seja, com as relações de comércio e sobrevivência de uma pequena oficina ou comércio”.²³⁶ Essa característica ajuda a explicar a aparente permeabilidade dos lares populares, pois esse *espaço de interface com a rua* diminuía a privacidade dos habitantes, criando mesmo um espaço de transição entre *fora* e *dentro*. No entanto, se é verdade que a frente da casa popular urbana se mostrava mais aberta aos transeuntes, como podemos notar na Imagem 1, também é verdade que a alcova, o recinto onde os moradores dormiam e mantinham suas relações mais íntimas, era completamente fechada para o

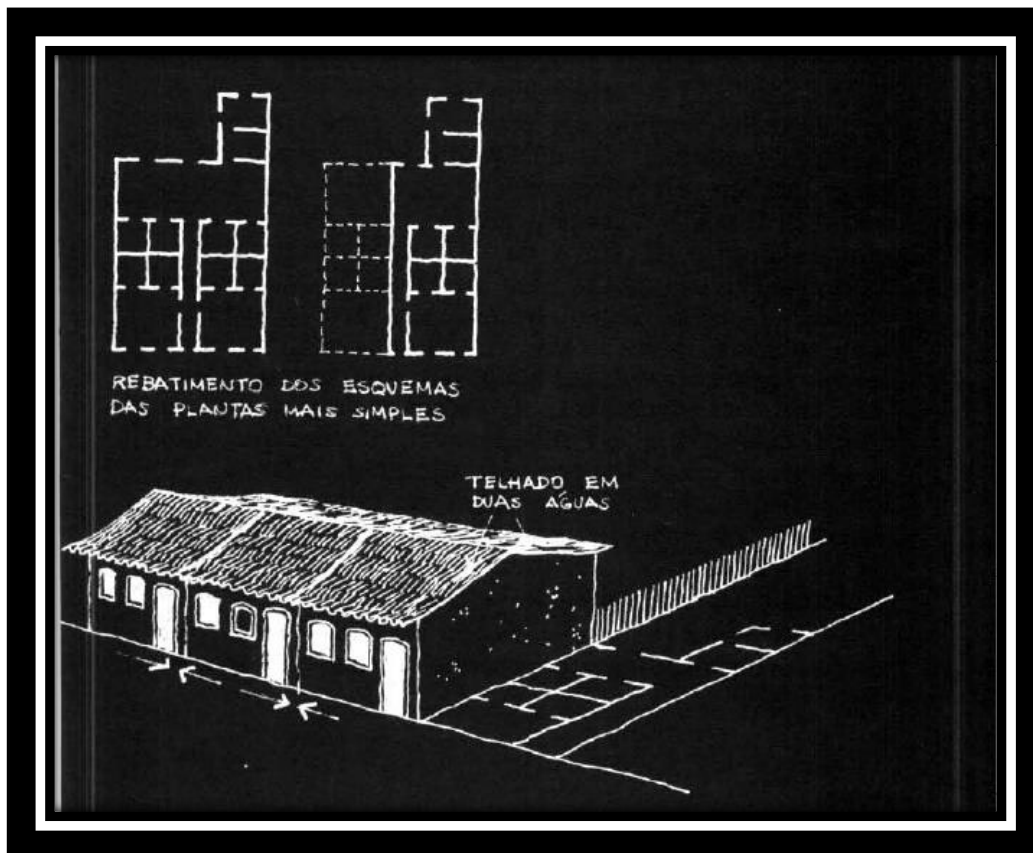
²³⁴ ARAGÃO, op. cit., p. 54.

²³⁵ LEMOS, op. cit. Este trecho e o anterior, p. 31-32.

²³⁶ KOEHLER, op. cit., p. 58.

mundo externo, devido ao fato de as construções compartilharem as paredes laterais, impossibilitando a abertura de janelas.

Figura 9 – Esquema arquitetônico das casas térreas urbanas



Fonte: REIS FILHO, 2000.

O croqui de Reis Filho nos ajuda a compreender como funcionavam as divisões internas de casas térreas semelhantes às que podiam ser encontradas no Beco do Fanha. Os espaços eram naturalmente exíguos, de forma que sua subdivisão possivelmente gerasse situações complexas e desconfortáveis de convivência. De acordo com Sidney Chalhoub, a baixa disponibilidade de habitações obrigava casais a viver na mesma casa que seus pais, ou mesmo dividir uma pequena residência com pessoas com quem tinham relações de compadrio. Esse arranjo era fértil em possíveis conflitos, desde a intervenção dos pais nos assuntos dos jovens casais, até situações — reais ou imaginadas, salienta o autor — de adultério, que podiam resultar em rompimentos violentos

das relações estabelecidas entre os coabitantes, além de redundar em uma necessidade renovada de busca por habitação.²³⁷

No entanto, a documentação analisada aqui aponta poucos conflitos ocorridos em casas térreas no Beco do Fanha. Um caso significativo é o do nº 22 que, como se vê pela Planta 1, dividia o mesmo prédio com o nº 24. O endereço foi assinalado como uma bodega em duas ocasiões distintas por *A Federação*: a primeira em 1909, quando Paulo Ferreira da Silva, embarcadiço, promoveu “grande desordem” no local;²³⁸ e a segunda, em 1912, quando Honorato Carolino Augusto Pires causou outra desordem na dita bodega.²³⁹ Apesar disso, o nº 24 não apareceu como palco de quaisquer agitações nos periódicos.

Outra bodega de renome estava localizada no prédio térreo de nº 32. Sobre ela, temos diversas informações sobre desordens, mas também sobre seus moradores, demonstrando que esse tipo de empreendimento não excluía o aluguel de pequenos quartos de dormir. Em 1912, João Rodrigues e um agente policial, “por motivo de mulheres”, travaram conflito “na bodega”.²⁴⁰ No ano seguinte, foi preso Antonio Ignacio dos Santos, que promovia desordens na Rua do Arvoredo e disse ser morador do nº 32 do Beco do Fanha.²⁴¹ E no ano de 1917 temos uma série de notícias: Antonio Roberto dos Santos furtou um relógio de um marítimo que cochilava na “taverna” de nº 32;²⁴² Francisca Rodrigues da Silva, “de cor branca, solteira, natural deste estado e com 45 anos de idade” sofreu de “morte repentina” naquele endereço, onde morava;²⁴³ e, finalmente, Seraphim Batilana, “estabelecido com botequim” no nº 32, informou ter sido lesado em 120\$000 por um homem que afirmou ser funcionário da alfândega.²⁴⁴

As alterações surgidas nas bodegas, botequins, tavernas, ou como se queira chamar aqueles espaços de sociabilidade popular, tinham relação estreita com a cultura da população pobre, seus rituais, suas práticas, tendo sofrido,

²³⁷ CHALHOUB, *Trabalho, lar e botequim*. Op. cit., p. 187-193.

²³⁸ *A Federação*, 01/11/1909, p. 4.

²³⁹ *A Federação*, 03/12/1912, p. 24.

²⁴⁰ *A Federação*, 28/10/1912, p. 2.

²⁴¹ *A Federação*, 02/12/1913, p. 3.

²⁴² *A Federação*, 18,01,1917, p. 5.

²⁴³ *A Federação*, 20/08/1917, p. 4.

²⁴⁴ *A Federação*, 17/03/1917, p. 6.

entretanto, com a estigmatização dos veículos de imprensa e intervenções dos agentes da ordem.²⁴⁵ Vemos que esses estabelecimentos podiam servir de espaço de convívio e lazer, fornecendo bebida barata, alguma música e companhia aos trabalhadores e, menos frequente, mas ainda assim presentes, trabalhadoras.²⁴⁶ Mas, por trás dos balcões, eles também eram residências, talvez das mais baratas e acessíveis, pois, além de não oferecerem muito conforto, eram constantemente frequentadas por estranhos que bebiam, conversavam e faziam barulho, dificultando a vida de quem quisesse lá descansar. Além disso, como espaços abertos, é possível imaginar situações, como as que vimos anteriormente, em que um inimigo surgia de súbito num espaço que se pretendia privado.

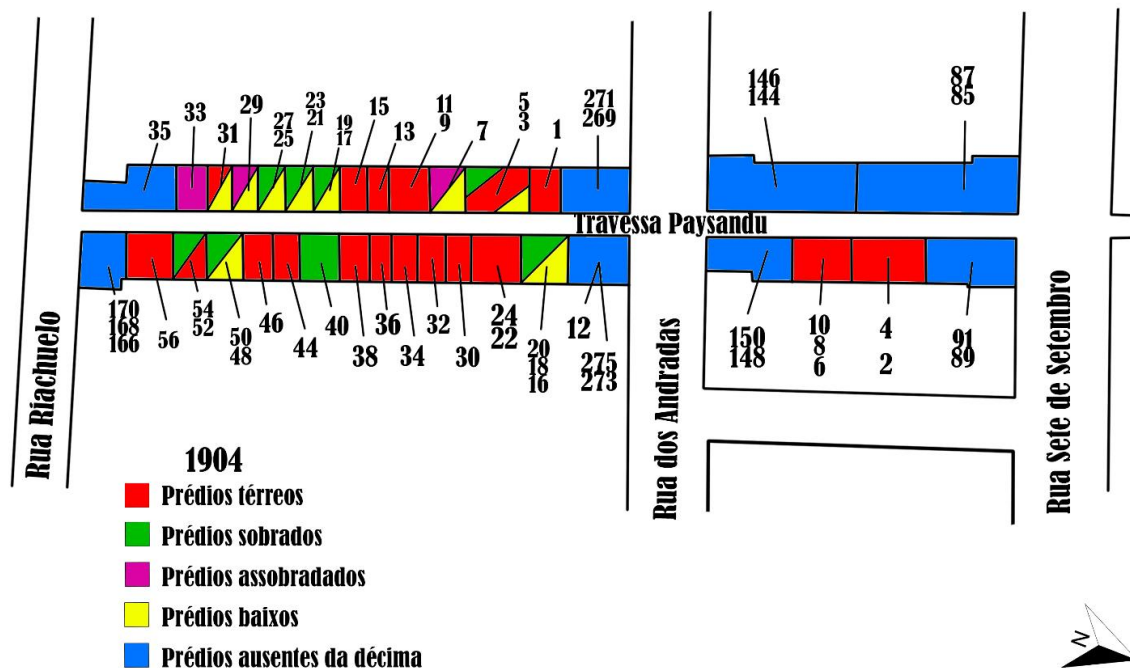
Nossa análise se beneficia de um salto temporal, com olhar voltado, agora, para o ano de 1904. Neste ano foi registrado o maior número de endereços individuais no Beco do Fanha, 54, além de surgir um novo tipo edilício, o dos prédios *baixos*. Estavam presentes na décima urbana daquele ano 27 endereços térreos, onze baixos, nove sobrados, três assobradados e três sem denominação. Realizando o mesmo expediente utilizado no ano de 1897, comparando as edificações presentes na planta de 1893 aos endereços da décima urbana de 1904, encontramos os mesmos quinze prédios apenas térreos, pelo menos nove sobrados, três assobradados e oito edificações ausentes na décima urbana.

Devemos salientar que o método utilizado tem suas limitações, e aqui talvez a principal delas começa a aparecer. Conforme nos distanciamos do ano de 1893, as informações presentes no Levantamento cadastral ficam mais imprecisas e mais difícil fica estabelecer as formas exatas do beco. Isso ocorre porque a planta utilizada, por sua natureza fixa, registra a realidade material do momento em que foi produzida, embora a décima urbana permita enxergar mudanças ao longo do tempo. Dessa forma, se novas edificações foram construídas com o passar dos anos, fica a critério do historiador tentar inferir sua localização.

²⁴⁵ CHALHOUB, *Trabalho, lar e botequim*. Op. cit., p. 312.

²⁴⁶ PESAVENTO, *Uma outra cidade*. Op. Cit., p. 49.

Figura 10 – Tipos edifícios do Beco do Fanha em 1904



Fonte: Elaboração do autor a partir de fontes do AHPAMV.

Esse impasse com as fontes é, por outro lado, positivo, pois demonstra que as formas do beco não ficaram paradas no tempo, mas apresentavam grande dinamicidade. Tomemos como exemplos os casos em que as edificações ganharam novas subdivisões e usos. O prédio dos nºs 3-5, que em 1897 era composto por um pavimento térreo (a subdivisão nº 3a) e dois endereços no *espaço sobrado*, em 1904 havia passado por uma transformação tipológica. Os mesmos números estão presentes em 1904, mas estes receberam novas denominações: o nº 3a é baixo, o nº 3 sobrado e o nº 5 térreo. Em que medida a mudança de nomenclatura indica uma transformação material? Uma informação de 1901 pode elucidar o enigma: naquele ano, a décima urbana registrou os nºs 3a e 5 como assobradados. Isso pode indicar que naquele ano o edifício recebeu novo pavimento,²⁴⁷ o que implicou numa nova disposição dos endereços entre eles. De fato, alguns casos encontrados nas fontes indicam que

²⁴⁷ O prefixo *a* neste caso vem do latino *ad*, significando *passagem de um estado*. Assobradar seria tornar sobrado uma edificação que não o era originalmente, ou, cremos, adicionar um novo pavimento sobrado.

os números dos endereços não eram exatamente fixos, variando com o passar do tempo.

Isso também explicaria a transformação ocorrida no prédio nº 7. Este era apenas térreo em 1897, ganhando um pavimento assobradado em 1904. Os números também foram redistribuídos: o nº 7 passou a ser o novo pavimento, talvez por ser considerado o andar principal da edificação, enquanto o nível térreo recebeu a subdivisão nº 7a. Neste sentido, seria semelhante o caso do nº 31? Notamos que em 1897 o prédio era apenas térreo, surgindo com a subdivisão 31a, baixa, em 1904. Por que neste caso o nº 31 não se tornou assobradado?

Carlos Lemos fornece uma informação preciosa para compreender este e outros casos semelhantes. O autor afirma que “*certos terrenos inclinados* [permitiam] que embaixo do pavimento principal [surgisse] um pavimento inferior que chamamos de porão mas no significado antigo também era um *sobrado* (primeiro grifo meu)”. Esse tipo de construção, ainda de acordo com Lemos, “eram contingências” que “resultavam mais de terrenos ruins”.²⁴⁸ O Beco do Fanha, como sabemos, tinha um trecho em descida, que era mais íngreme justamente à altura do nº 31, onde aparecem ainda outros endereços baixos. Presumimos que o sentido dos pavimentos baixos está de alguma forma vinculado à inclinação da via, que devia permitir que certos edifícios contassem com espaços intermediários entre o porão e o andar térreo. Se remetermos a um endereço conhecido, o nº 17, percebemos que, à época que este era um armazém, seu tipo edilício era baixo.

Outra demonstração das constantes transformações ocorridas no beco são os nºs 14 e 16. O nº 14 não está presente no Levantamento cadastral de 1893, enquanto o nº 16 aparece junto com os nºs 18 e 20. No entanto, percebemos que, já em 1897, os nºs 14 e 16 pertencem ao mesmo proprietário e são, respectivamente, sobrado e térreo. A correlação entre o uso dos nºs 14 e 16 é reforçada por notícia de 1899 sobre uma vistoria sanitária em “casas de

²⁴⁸ O autor também alerta à necessidade de diferir entre a acepção original do termo *sobrado* e as formas encontradas em períodos mais recentes: “[...] havemos de ter bastante cuidado na leitura de documentos antigos porque nem sempre os sobrados mencionados nas descrições são aqueles que hoje identificamos por aquela palavra”. LEMOS, op. cit., p. 33.

pasto e hotéis” no beco, indicando que naqueles números funcionava um desses estabelecimentos, pertencente a Martins Branco Giovanni.²⁴⁹ Isso indica que, em algum momento entre a produção da planta de 1893 e o ano de 1897, um novo prédio foi construído naquele local, ou que o prédio que abrigava os nºs 16-18-20 foi dividido, criando-se duas edificações distintas.²⁵⁰

As notícias do jornal *A Federação* indicam um interesse redobrado da administração pública pelo Beco do Fanha a partir de 1904. Apesar de a preocupação com o estado sanitário da capital não ser uma novidade no início do século XX, é a partir dos primeiros anos dos novecentos que o referido periódico passa a publicar frequentes textos sobre vistorias sanitárias nas ruas da cidade. Em 1902, uma pequena nota anunciava que os proprietários de cinco prédios da via (nºs 5, 11, 36, 46 e 56) deveriam consertar o lajedo em frente aos imóveis.²⁵¹ Pouco tempo depois, outro texto informava que todos os prédios da rua haviam sido vistoriados, “sendo multados e intimados a fazer limpeza” os proprietários dos números 5, 7a, 14 e 21.²⁵² Mas nada se comparava à notícia de 1º de janeiro de 1904; esta relatava que, dos 40 prédios visitados pela Diretoria de Higiene no Beco do Fanha, 26 necessitavam de reparos, e um, o nº 46, havia sido fechado — interditado, talvez, pelas autoridades sanitárias.²⁵³

Na mesma notícia, outra informação importante é dada pelo redator: a vistoria constatara a existência de 140 habitantes no local. Os dados não são precisos, pois não explicam se essa é toda a população do Beco do Fanha em 1904 ou se são apenas os moradores dos 40 prédios vistoriados. Sendo esse o caso, a concentração de pessoas nos prédios era de 3,5 habitantes por imóvel, um número pequeno e contrastante com os discursos mais acintosos sobre o beco.

²⁴⁹ *A Federação*, 24/08/1899, p. 1.

²⁵⁰ Uma nota de 1902 no jornal *A Federação* anunciava o leilão dos nºs 14, 16 e 18. Pertenciam, então, à herança de Manoel Bento da Silva Santos, e o texto lê “uma casa de sobrado, sob ns. 14 e 16, à Travessa Paysandu, avaliada em 7:500\$ e posta em praça por 3:750\$”, além de “metade do sobrado de ns. 18 e 20”, na mesma rua, “avaliada em 3:375\$ e posta em praça por 1:687\$500”. *A Federação*, 14/08/1902, p. 3.

²⁵¹ *A Federação*, 12/11/1902, p. 3.

²⁵² *A Federação*, 01/12/1903, p. p.

²⁵³ Os prédios notificados eram os nºs 3, 3a, 5, 7, 7a, 9, 11, 13, 14, 16, 17, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 30, 31, 31a, 34, 36, 38, 42 e 44. *A Federação*, 01/01/1904, p. 3.

Todavia, entre o fim de 1903 e o início de 1904, Porto Alegre estava sofrendo com surtos de peste bubônica. Uma matéria, publicada n' *A Federação* em fevereiro de 1904, citava os casos desenvolvidos na capital, numa tentativa de diminuir a relevância da epidemia. Entre os endereços listados apareciam as residências n^{os} 7 e 16 do Beco do Fanha.²⁵⁴ Isso pode explicar o súbito aumento de vistorias sanitárias na rua, movidas pela preocupação dos especialistas com as condições de higiene nos prédios lá situados.

Se o levantamento de 1904 indicava residirem no Beco do Fanha (em toda a via ou apenas em 40 prédios) 140 pessoas, o recenseamento da população da capital, realizado em 1910, mostra um aumento de 75% dessa população, registrando 245 moradores, dos quais 125 eram homens e 120 mulheres. Os prédios também são recenseados, constando 42 no Beco do Fanha. A partir desses dados é possível calcular que o número médio de moradores por prédio no Beco do Fanha era de 5,8. Apesar de esses valores não exprimirem as variações de habitantes de prédio a prédio, comparando-os com os de outros becos da cidade, percebemos que o Beco do Fanha era de longe o mais populoso: o Beco do Barriga (Travessa Angustura) contava com 4 prédios e um total de 26 moradores, com densidade de 6,5 por prédio; o Beco do Brito (Travessa Itapiru) tinha 21 prédios e 75 moradores, 3,5 para cada prédio; e a Travessa Araújo Ribeiro apresentava 5 prédios e apenas 12 habitantes, menos de dois por prédio. Se comparado com a rua dos Andradas, com 396 prédios e 2454 habitantes, com densidade de 6,2 por prédio, o Beco do Fanha se assemelhava, no início da década de 1910, às grandes ruas da capital.²⁵⁵

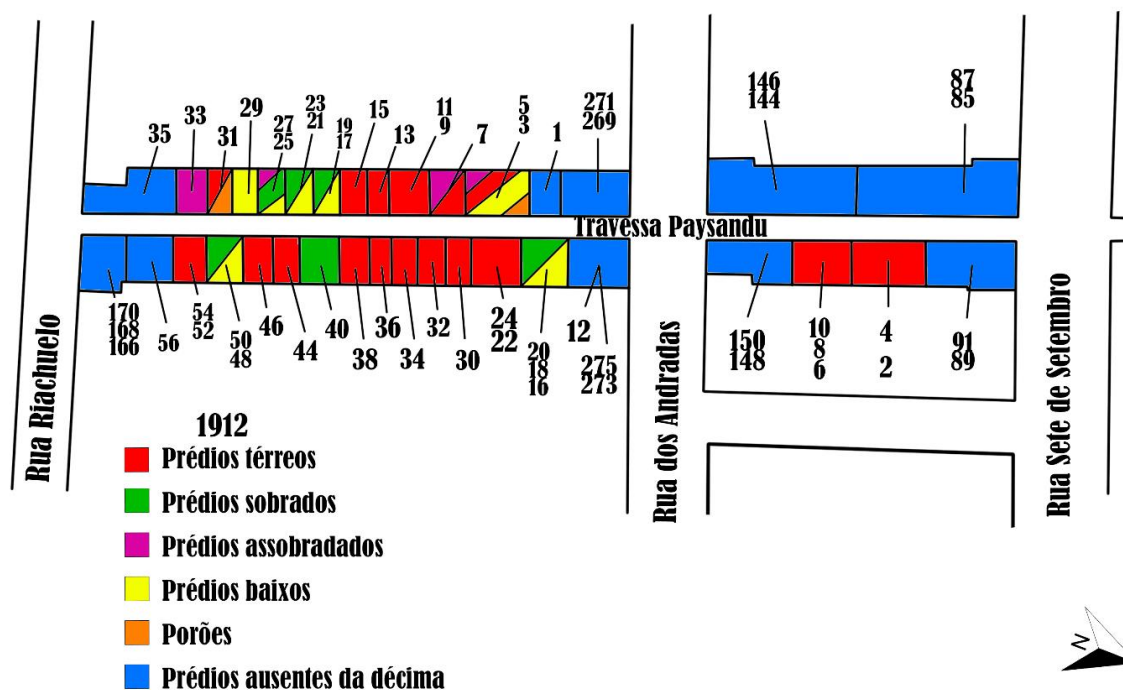
É em frente a esse cenário que o intendente José Montauray, amparado pela opinião pública e pelo Conselho Municipal, deflagra a operação de remodelação do Beco do Fanha, impondo àquela via de populares a modernidade da Travessa Paysandu. Em suas eloquentes palavras, entregues aos conselheiros ao fim do ano de 1912 em seu relatório anual e publicadas no jornal *A Federação*, Montauray explica o projeto, que consistia em alargar o beco até os 13 metros e estendê-lo a 270. Para tanto, a Intendência precisaria

²⁵⁴ *A Federação*, 23/02/1904, p. 1.

²⁵⁵ *A Federação*, 01/02/1911, p. 1.

desembolsar largas somas, não apenas nas obras, mas nas desapropriações de imóveis particulares.²⁵⁶

Figura 11 – Tipos edifícios do Beco do Fanha em 1912



Fonte: Elaboração do autor a partir de fontes do AHPAMV.

Observando o cruzamento das fontes para 1912, ano que antecede o início das desapropriações e obras, podemos perceber uma dinâmica ainda semelhante à dos anos anteriores. Contudo, como no recorte anterior, uma nova categoria surge entre os prédios, apesar de bastante tímida: os porões. Crê-se que esse tipo de construção seja autoexplicativo, mas uma incursão pela historiografia ainda vem a calhar. Silvia Arend relata que os trabalhadores pobres urbanos “residiam, na sua maioria, em três tipos de habitações: nos chamados cortiços, em porões e casas térreas”.²⁵⁷ Sandra Pesavento considerou que, no linguajar da virada do século, o termo cortiço poderia significar, entre outras coisas, as “constru[ções] de alvenaria subdividida[s] em vários cômodos e que

²⁵⁶ A Federação, 03/12/1912, p. 3.

²⁵⁷ AREND, Silvia Maria Fávero. *Amasiar ou casar?: A família popular no final do século XIX*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001. p. 29.

passam a aproveitar também o subsolo”. Esses locais subterrâneos, naturalmente mais propensos à umidade e à transmissão de doenças respiratórias, “se constituíam em grau de estigmatização ainda maior”. Formavam mesmo “um submundo, nocivos não só para seus habitantes como para a cidade como um todo, pois eram foco de miasmas pestíferos”.²⁵⁸

Carlos Lemos, remetendo novamente às casas elevadas, construídas em terrenos inclinados, indica que era comum a construção de porões altos, “ditos ‘habitáveis’”. Em concordância com Arend e Pesavento, ele afirma que “a maioria dessas casas era de aluguel e destinada aos remediados da sociedade”.²⁵⁹ Reis Filho, por outro lado, reconhece na “casa de porão alto” uma arquitetura de transição entre o sobrado e a casa térrea, presente nas grandes cidades principalmente em bairros mais nobres, distantes do centro, e característicos “pela existência de óculos ou seteiras com gradis de ferro, sob as janelas dos salões”.²⁶⁰ Mais uma vez, seus croquis nos permitem entrever um pouco do que poderiam ser as testadas das edificações urbanas no período aqui estudada [Imagem 2]. Os porões do Beco do Fanha, entretanto, não parecem ter sido os desse tipo.

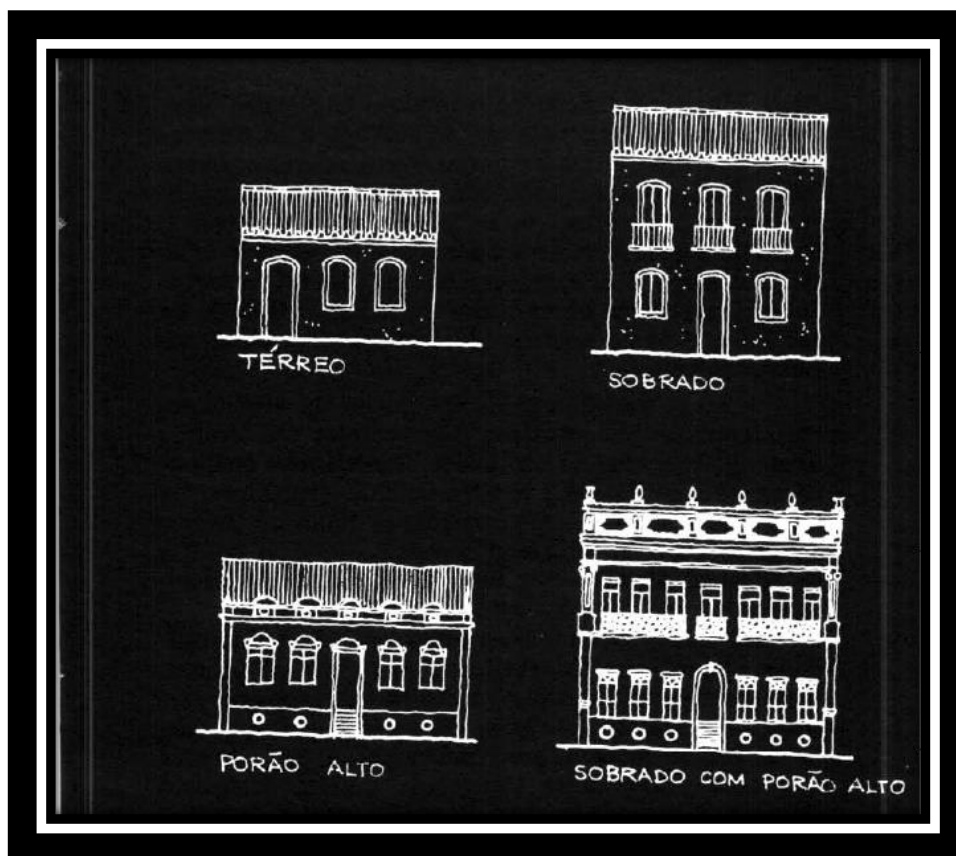
Esse tipo de habitação era escasso no Beco do Fanha no ano de 1912, e pouco nos revela sobre seus usos. Percebemos que um porão foi registrado naquela mesma edificação sobre a qual já tratamos, que levava os nºs 3 e 5 no Levantamento cadastral de 1893. Em 1912 aquele imóvel contava com quatro subdivisões, uma a mais do que na planta anterior: esta era o nº 5a, baixo. O porão agora era a subdivisão nº 3a, sendo o nº 3 assobradado e o nº 5 térreo. O outro porão era o nº 31a, que também já analisamos antes. Parece que nesses casos não se tratava evidentemente de uma mudança morfológica, podendo ser apenas uma maneira nova de se considerar os andares baixos, e indício disso é que a denominação *porão* desapareceria poucos anos depois.

²⁵⁸ PESAVENTO, *Era uma vez o beco*. Op. cit., p. 113-115. Na mesma obra, Pesavento apresenta um quadro com informações coletadas em 1899 por José Rodrigues Vianna, inspetor de polícia sanitária de Porto Alegre, referentes a diversas habitações populares da capital. Entre esses dados, duas inscrições apontam que os porões poderiam ser utilizados como local de trabalho: é o caso dos números 64 e 66 da rua Senhor dos Passos, respectivamente assinalados como “verdureiro” e “funilaria”. Ibid., p. 104.

²⁵⁹ LEMOS, op. cit., p. 55.

²⁶⁰ REIS FILHO, op. cit., p. 40.

Figura 12 – Vistas frontais de tipos arquitetônicos urbanos



Fonte: REIS FILHO, 2000.

É forçoso lembrar do porão visitado por Germano Hasslocher e as autoridades do 1º Distrito. Além de “imundo” e superlotado, o local era, segundo o jornalista, “dividido com latas velhas, tábuas de caixões, em aposentos”, tendo cada recinto um locatário distinto. Essa descrição parece mais apropriada aos espaços estigmatizados de que fala Sandra Pesavento, e, de fato, devemos admitir que as condições de habitabilidade daqueles locais deviam ser extremamente penosas para os populares. Aquela visita — ou invasão, como chamávamos — ao porão da rua do Arvoredo deve ter marcado profundamente o jornalista, pois dois anos depois as páginas da Gazeta da Tarde traziam uma denúncia ainda mais geral sobre os porões da capital:

Está merecendo as atenções do diretor de higiene e intendência municipal a grande quantidade de porões, infectos, insalubres, sem luz nem ventilação que existem nesta capital e estão sendo aproveitados para habitações. Entre outros destacam-se os da casa n. 68, à Rua Gen. Portinho, que são verdadeiros subterrâneos, pois o proprietário

do prédio, a fim de ter porões para alugar, manda cavar aqueles buracos que muito se assemelham a sepulturas (grifo meu).²⁶¹

Hasslocher afirma que há grande número de porões pela cidade, como se tivesse se entretido naquele espaço de tempo bisbilhotando cada um deles. O mais significativo, no entanto, é sua insinuação a respeito dos interesses dos proprietários dos imóveis, que, desejosos de aumentar suas fontes de renda com aluguéis, mandavam cavar porões. Apesar de seu preconceito com os espaços de habitação popular, o articulista da *Gazeta da Tarde* acabou acertando no cerne da questão, enxergando que por trás da proliferação dos porões, cortiços e demais compartimentos da colmeia humana, existiam ganhos pecuniários.

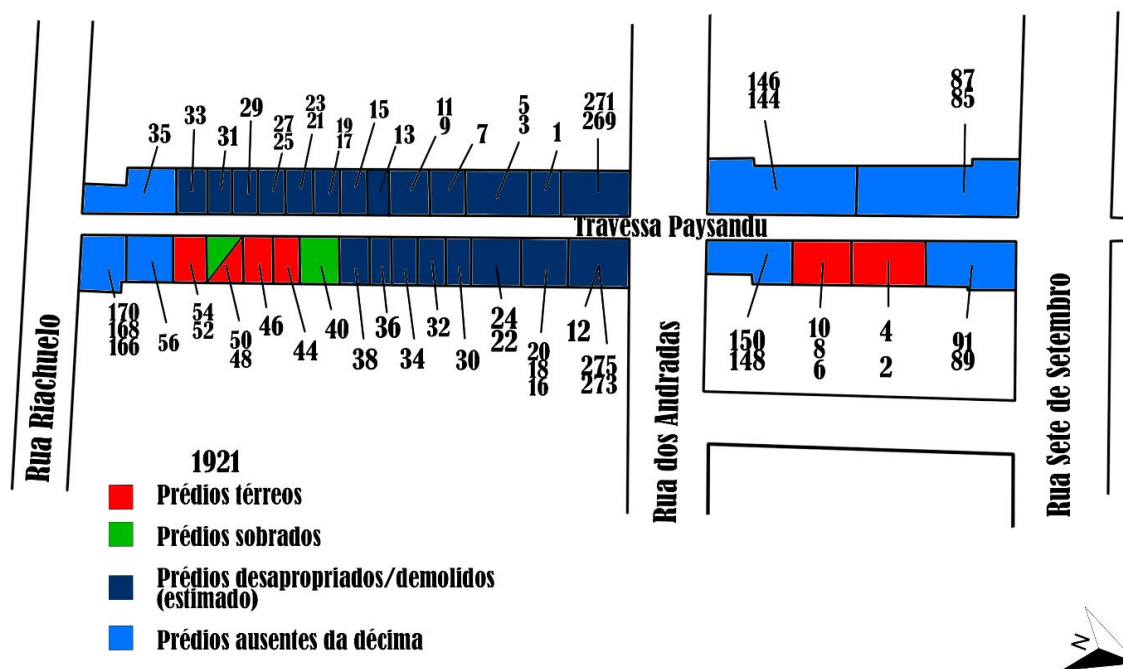
Nesse sentido, seria interessante saber o valor dos aluguéis pagos para residir naqueles porões. Os campos de observações da décima urbana não trazem nenhuma contribuição; sendo assim, é possível fazer os cálculos com base em seus valores de lotação. Como vimos anteriormente, esse valor era calculado a partir do aluguel mensal multiplicado por seis ou estipulado pelo próprio funcionário que realizava as cobranças. Daí resulta que o porão nº 3a deveria ter um aluguel mensal na faixa dos 15\$000 (valor de lotação de 90\$000), enquanto o nº 31a provavelmente girava em torno de 10\$000 (lotação de 60\$000). Eram valores baixos, mas não de forma surpreendente. Como confirmação dos cálculos, vemos que em 1912 o imóvel com maior valor de lotação era o nº 9, térreo, calculado em 420\$000; esse valor era exatamente condizente com o aluguel mensal de 70\$000 que consta nas observações.

É possível especular que o Beco do Fanha havia atingido um ponto de estabilidade material por volta do início da década de 1910. O prédio nº 9 permanece como o mais valorizado até 1917, quando é desapropriado pela Intendência conforme as observações da décima urbana. Esta registra, a partir de 1915, um retorno às tipologias prediais mais básicas: baixos, térreos e sobrados. Depois de 1912, com o início das desapropriações, demolições e obras, o número de prédios começa a diminuir. O momento mais drástico desse

²⁶¹ *Gazeta da Tarde*, 24/05/1897. In: PESAVENTO, *Uma outra cidade*. Op. cit., p. 115.

processo se dá entre 1920 e 1921, quando o beco perde 35% dos seus prédios, restando apenas treze edificações [Planta 4].

Figura 13 – Tipos edifícios do Beco do Fanha em 1921



Fonte: Elaboração do autor a partir de fontes do AHPAMV.

No ano com o menor registro de prédios na décima urbana do Beco do Fanha, o recurso visual da planta cadastral apresenta um pequeno grupo de prédios reunidos no topo da rua, no lado inferior (de numeração par), além dos imóveis da quadra entre a Andradas e a Sete de Setembro. Não sabemos o que aconteceu com todos os prédios ausentes da décima urbana da via, mas o destino de outros é conhecido: também foram demolidos. Foi o caso dos prédios de esquina com a Andradas, nºs 269-271 e 273-275, que deram lugar, respectivamente, à nova sede do jornal *A Federação* e ao Grande Hotel de Christino Cuervo.

A partir da renovação daquele espaço por meio da desagregação das habitações populares e do alargamento da via, a finalmente concretizada Travessa Paysandu surge dando sinais de vida nova e novas oportunidades.

Apenas um ano depois, em 1922, já foi construído o primeiro sobrado, nº 38, com valor locativo estipulado em 1:080\$000 em cada um de seus pavimentos. É provável que se tratasse de um prédio de dois andares e um térreo, pois em 1923 também constava o número 38a, baixo, com valor estimado de 1:200\$000. Se repetirmos o cálculo anterior, pode-se estipular que os aluguéis desses imóveis giravam em torno dos 180\$00 e 200\$000, mais do que o dobro dos preços mais altos encontrados na via antes das reformas. Era uma vida nova, sim, mas não para a gente simples da cidade.

Encerremos assinalando os momentos essenciais desse processo de transformação do Beco do Fanha em Travessa Paysandu. Como vimos, os anos entre 1897 e 1912 marcam o período de maior vitalidade do beco dentro do recorte escolhido. Os imóveis passam por frequentes mudanças de tipologia, inclusive ganhando novas subdivisões internas. Apesar das narrativas reiteradas sobre a imoralidade dos habitantes do beco, parecia existir lá habitações para todos os tipos de gostos e necessidades, convivendo lado a lado os porões, casas térreas, sobrados e assobradados. Estas não estavam, todavia, livres de invasões, que poderiam ser protagonizadas por amantes enraivecidos, rivais à procura de uma desforra, agentes da Polícia Administrativa — para o bem ou para o mal — e, em casos raros, mas que repercutiam na sociedade, por jornalistas.

Em 1912, momento em que a Intendência inicia as desapropriações e reformas no beco, sua população deveria girar em torno dos 250 habitantes. Ao longo de menos de uma década, a maioria dos imóveis foram adquiridos pelo poder público e demolidos para que a via pudesse ser alargada. O cenário surgido disso foi o de um espaço vazio e valorizado bem no centro de Porto Alegre, disponível para a compra e construção de novos prédios, mais adequados à visão de cidade moderna defendida pela elite e pelo PRR. Os sobrados construídos após 1921 são os primeiros indícios de que a transformação do Beco do Fanha em Travessa Paysandu fora bem sucedida.

3 O MEIO DESSA BOA GENTE – POPULARES E A HABITAÇÃO NO BECO DO FANHA

*Seduzidos pelas palavras, e movidos pela
preguiça do hábito, como vivemos
designando e julgando ruas, destinos,
pessoas!*

Arthur Schnitzler

Quem efetivamente vivia no Beco do Fanha? Quais eram suas ocupações, como habitavam e se relacionavam com seus vizinhos? É possível recuperar breves recortes das rotinas que davam vida ao beco através de matérias publicadas pelos periódicos da época, tais quais o governista *A Federação*, e outros, geridos pela livre iniciativa de cidadãos do período, como era o caso d’*O Exemplo*, importante veículo da imprensa negra gaúcha.²⁶²

Em fins de 1916, quando as desapropriações realizadas pela Intendência Municipal já haviam, supostamente, esvaziado alguns prédios do Beco do Fanha, os jornalistas d’*O Exemplo* se pronunciavam em suas páginas a respeito das farpas trocadas entre os periódicos *A Federação* e *Correio do Povo*, referentes à situação dos “melhoramentos urbanos” da capital. De acordo com *O Exemplo*, os articulistas do *Correio do Povo* acusavam a Intendência Municipal de permitir que prédios desapropriados com a finalidade de se realizar o alargamento de certas vias da cidade seguissem sendo alugados. Para dar concretude à denúncia, citava o *Correio do Povo* um prédio situado na “travessa

²⁶² Marcus Rosa analisou as páginas d’*O Exemplo* em seu estudo sobre a história social do racismo em Porto Alegre no Pós-Abolição. De acordo com o pesquisador, o semanário fora produzido, de forma intermitente, entre as décadas de 1890 e 1930, por homens negros e “dirigido, sobretudo, à população negra, de ascendência escrava, compreendida pelos jornalistas como a parcela mais explorada, mais empobrecida, mais oprimida e mais desamparada entre as classes trabalhadoras; era com ela que os articulistas do pasquim buscavam maior diálogo e era a ela que solicitavam ajuda”. Muitas matérias do jornal tinham um evidente cunho político, debatendo questões sociais compreendidas por seus autores como prementes, especialmente no tocante às classes menos favorecidas e, naturalmente, à população negra. ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o Pós-Abolição (1884-1918)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Unicamp, Campinas, 2014, p. 257.

Paysandu, em local bem próximo à rua Riachuelo”, onde existia um “rés do chão, que é dependência do armazém situado na esquina daquelas ruas”.²⁶³

Naquele rés do chão viviam duas mulheres, que não tiveram os nomes divulgados. Elas convenceram o dono do armazém a alugar-lhes o cômodo, após aquele recusar diversas propostas semelhantes; o comerciante havia sido “prudentemente escrupuloso”, de acordo com *O Exemplo*, pois havia se comprometido, presumivelmente com a Intendência, a não sublocar aquela dependência. O que o convenceu a mudar de ideia? É possível que desde o início a fonte extra de renda na forma de um aluguel mensal fosse atraente para o comerciante, sendo sua prudência apenas relutância ou temor em desrespeitar o acordo com as autoridades. Por outro lado, não podemos excluir a existência de relações de solidariedade entre aquelas pessoas.

A matéria d’*O Exemplo* dá alguns indícios das condições das duas inquilinas e de como a locação pode ter sido estabelecida. O texto relata que as mulheres procuraram o comerciante e, “com especial insistência, alegando a extrema penúria com que lutavam e o fato de para elas, — *lavadeiras que eram*, — ser muito cômodo aquele ponto próximo do centro da cidade”, lograram “comover o coração do aludido negociante”.²⁶⁴ O arranjo evidencia algumas características importantes sobre aquelas pessoas: em primeiro lugar, como já mencionado, explicita alguma forma de solidariedade entre um senhorio e suas inquilinas; também fornece informações valiosas sobre a ocupação daquelas mulheres — eram *lavadeiras* — e sobre a preferência generalizada dos trabalhadores urbanos pobres por habitações no centro da cidade, próximas de seus locais de trabalho e sociabilidade.²⁶⁵

Um panorama semelhante nos é apresentado por *A Federação*. Em texto breve de 1913, a folha governista relatou o estranho encadeamento de ações que culminou em um “ferimento casual” em Adelino Pereira, rapaz de 14 anos de idade, “de cor branca e natural deste estado”. Adelino trabalhava no Café

²⁶³ *O Exemplo*, 26/11/1916, capa.

²⁶⁴ *Ibid.* Grifos meus.

²⁶⁵ Tendência que já foi amplamente estudada pela historiografia nacional, como visto em Chalhoub ([1986] 2012), Graham (1992), Pesavento (1994, 2001), Arend (2001), Mauch (2004), Moreira (2009), Rosa (2014), entre outros.

América, empreendimento situado às imediações da Praça da Alfândega,²⁶⁶ e residia, junto com “diversos moços, *empregados no comércio desta praça*”, no nº 21 do Beco do Fanha.²⁶⁷ Certo dia — seriam então 5 horas, provavelmente da tarde —, preparando-se para sair ao trabalho, o rapaz deve ter entretido conversa com o sr. Luiz Silva que, achando-se no mesmo recinto da referida habitação, limpava um revólver Smith & Wesson. Em algum momento, e por algum motivo, a arma disparou acidentalmente,²⁶⁸ ferindo Adelino na mão direita. Este rapidamente foi acudido por seus companheiros e por algumas praças da polícia, levado ao 1º posto e, em seguida, à Santa Casa de Misericórdia, onde teve o ferimento tratado.

Essa situação, tratada como um acontecimento banal pelo órgão de notícias,²⁶⁹ revela-nos mais características das habitações no Beco do Fanha, assim como de seus ocupantes. Sabemos tratar-se o prédio de uma espécie de pensão na qual viviam não apenas rapazes — “*empregados no comércio desta praça*” —, mas também pelo menos um homem mais velho — chamado de “senhor” pelo periódico —, que usufruía de seu tempo livre limpando um revólver em um espaço comum aos moradores. Por se tratar de um prédio numerado, podemos estipular alguns atributos mais precisos através da décima urbana de

²⁶⁶ Mais especificamente, o Café América estava localizado no Largo dos Medeiros, região que compreendia a esquina da Rua da Praia (Andradas) e a da Ladeira (atual General Câmara). Aquele seria, supostamente, local de encontro de políticos e gente da alta sociedade. A existência de tal empreendimento nas proximidades do Beco do Fanha é mais um indício da “proximidade incômoda” entre a elite e os populares no Primeiro Distrito de Porto Alegre durante os anos aqui estudados. Cf.: LEWGOY, Bernardo. Os cafés na vida urbana de Porto Alegre (1920-1940): as transformações em um espaço de sociabilidade masculino. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 10, nº 24, 2009, p. 6.

²⁶⁷ *A Federação*, 22/01/1913, p. 3. Grifos meus.

²⁶⁸ Casos como este, de disparos acidentais, não eram isolados. Em 1910, Severino Flores Webber, dono do armazém nº 17 no Beco do Fanha, foi atingido por um disparo de arma de fogo “na região mamária esquerda”. O autor da descarga acidental foi Capitulino Florindo de Sá, que tentava convencer a vítima a comprar-lhe um revólver que trazia em uma mala de mão. Webber recebeu tratamento no 1º posto e foi levado de volta à sua residência; quanto a Capitulino, este teve de se apresentar ao delegado judiciário do 2º distrito. *A Federação*, 29/10/1910, p. 4.

²⁶⁹ Cláudia Mauch, analisando textos jornalísticos na capital gaúcha na década de 1890, aponta que as “[...] matérias começam por descrever o ambiente, depois os indivíduos lá presentes e seu comportamento e, por fim, dependendo do caráter do artigo, a notícia, o fato novo (uma briga, assassinato ou furto)”. O jornal *A Federação* não era diferente, embora sua linha editorial não fosse tão explícita quanto as dos periódicos estudados por Mauch. Notícias mais longas geralmente vinham carregadas de termos depreciativos alinhados à ideologia de valorização do trabalho e combate à “vadiagem”; mas há também notas breves que apenas informam nomes e circunstâncias, sem adjetivos. MAUCH, Cláudia. *Ordem pública e moralidade – imprensa e policialmente urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz do Sul: EDUNISCANPUH-RS, 2004, p. 92.

1912:²⁷⁰ o nº 21 era um prédio baixo, térreo do sobrado de nº 23, pertencente a Fernando Dias Campos, com valor locativo estipulado em 35\$000 mensais. O imóvel pertencia ao mesmo proprietário desde o início da série documental, em 1897, e, afora dois períodos, em 1901 e 1906, esteve sempre ocupado, tendo sido desapropriado pela Intendência no ano de 1917.²⁷¹ É provável que tenha servido de residência a inúmeros trabalhadores pobres que, como Adelino Pereira e as duas lavadeiras, procuravam residir nas proximidades de seus locais de trabalho.

As duas notícias, embora breves e padecendo de certa falta de detalhes mais reveladores, ajudam-nos a dar os primeiros passos em direção a uma compreensão mais rica de quem eram os habitantes do Beco do Fanha. Se a historiografia tem apontado que nos becos e demais locais socialmente estigmatizados de Porto Alegre habitavam populares em geral, os memorialistas, por sua vez, não deixaram de apontar que as ocupações daquela gente eram, geralmente, de pouco prestígio, quando não expressamente abomináveis, como a prostituição. Basta lembrar que Pereira Coruja, ao escrever suas memórias sobre o Beco do Fanha, chamou o local, um tanto ironicamente, de “o meio dessa boa gente”.²⁷²

Em seguida, procederemos à análise de um conjunto de fontes que permite um olhar mais detido sobre características — étnicas, etárias, ocupacionais — específicas de indivíduos que, em algum momento de suas vidas, viveram no Beco do Fanha. Veremos que os moços empregados no comércio daquela praça e as lavadeiras eram muito mais expressivos do que os *bandidos* e as *mulheres de vida alegre*; ou que, pelos menos de forma estratégica, aquelas pessoas utilizavam dos ideais de valorização do trabalho para alcançar certos objetivos. Por fim, concluiremos com uma breve análise sobre disputas envolvendo habitações no beco.

²⁷⁰ O ano de 1913 estava ausente nas fontes da décima urbana de Porto Alegre.

²⁷¹ Registro de Imposto Predial Urbano, Livro nº 225, 1912, p. 51.

²⁷² CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigualhas – Reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Erus, [1881] 1983, p. 113.

3.1 HABITANTES DO BECO DO FANHA NAS FONTES DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE

Para uma análise mais detida sobre os habitantes do Beco do Fanha durante o período estudado, buscou-se consultar os livros de porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Essas fontes permitem a elaboração de um perfil social dos moradores da via, muito embora saibamos que uma parcela destes não buscasse os serviços da Santa Casa por motivos diversos. Dessa forma, as características que podem ser estabelecidas sobre essas pessoas devem ser consideradas como possibilidades dentro de um universo maior e mais diverso; isso, todavia, não impede que o exercício forneça informações valiosas.

A Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre foi fundada inicialmente em 1803, mas teve os trabalhos efetivamente inaugurados apenas no ano de 1826. De acordo com Priscilla Almaleh, que realizou pesquisa sobre a Santa Casa e suas pacientes, a instituição, que atuava no âmbito da caridade, era sustentada por esmolas de benfeitores e subsídios governamentais; esse era o quadro desde o Império e permaneceu inalterado com a República, pois a Santa Casa era “praticamente a única entidade hospitalar de atendimento para pessoas sem condições ou amparo, além de abrigar doentes da cadeia e militares”, embora a pesquisadora saliente que a assistência médica à população não estivesse no centro das preocupações do Estado à época.²⁷³

Os atendimentos realizados na Santa Casa eram os mais diversos, desde pequenas dores e ferimentos até doenças graves e, muitas vezes, incuráveis. Almaleh detalha, em um exercício descritivo, o possível itinerário daqueles que iam à instituição em busca de auxílio:

Os enfermos chegavam como em qualquer outro hospital, com dores e vários tipos de sintomas debilitantes, se queixando, muitos cambaleando (devido a ferimentos), com familiares, parentes, vizinhos

²⁷³ ALMALEH, Priscilla. *Ser mulher: cotidianos, representações e interseccionalidades da mulher popular (Porto Alegre 1889 – 1900)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Unisinos, São Leopoldo, 2018, p. 60-61.

ou mesmo agentes do controle social (policiais, soldados) em seu auxílio, ou sozinhos, em busca de conforto, amparo e *cura*. **Provavelmente estas pessoas passavam por algum tipo de triagem** na sala de bancos, feita por enfermeiros e *práticos*, visto que os médicos eram de número reduzido e compareciam pouco na instituição.²⁷⁴

Dentre as formas de triagem destacadas no trecho, a inscrição dos pacientes nos Livros de Porta da Santa Casa era o primeiro dos procedimentos. Como o nome indica, o registro era realizado no momento em que os enfermos entravam nas imediações da Santa Casa, e “servia para a identificação dos indivíduos que ali iam (ou eram conduzidos) para receber atendimento médico, mas também àqueles que os acompanhavam”.²⁷⁵ Por essa razão, os Livros de Porta servem ao propósito de dar informações valiosas a respeito da população porto-alegrense do período;²⁷⁶ ademais, por se tratar de uma instituição de caridade que amparava majoritariamente a população pobre, cumprem também o objetivo de focar nos populares que habitavam o Beco do Fanha.

Foram coletadas 58 inscrições individuais de pacientes referentes aos anos de 1899, 1904, 1912, 1915 e 1916, havendo mais seis inscrições de pacientes reincidentes, totalizando 64 internações distintas.²⁷⁷ O intuito da consulta era coletar ao menos quinze entradas por ano selecionado; contudo, devido à repetição de alguns pacientes, ficamos com duas consultas a menos do que o esperado (tendo em conta que os anos de 1915 e 1916 foram contabilizados juntos). Esses números são aparentemente esparsos, mas

²⁷⁴ Ibid., p. 61. Itálicos da autora; negrito meu.

²⁷⁵ FLORES, Giane C.; ALMALEH, Priscilla; ALMEIDA, Vinicius F. de. Cor, moradia e trabalho: a distribuição espacial e laboral da população negra em Porto Alegre no final do século XIX. *Ofícios de Clío*, Pelotas, vol. 1, nº 1, 2016, p. 3.

²⁷⁶ Flores, Almaleh e Almeida apontam que o cruzamento das informações dos Livros de Porta com os Livros de Registro de Pacientes é fundamental para complementar as amostras, pois estes possuem informações mais detalhadas a respeito das enfermidades. Infelizmente, para esta pesquisa só pude consultar os Livros de Porta, de maneira que não entrarei em detalhes sobre as causas das internações. Ibid., p. 3-4.

²⁷⁷ Livros de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Anos 1899 (Livro 1), 1904 (Livro 5), 1912 (Livro 14) e 1915-1916 (Livro 18). Os anos pré-selecionados eram 1897, 1904, 1912 e 1921. Essa seleção inicial estava ligada à análise da décima urbana do beco. O ano de 1897 foi o primeiro da série consultada; 1904 foi, juntamente com 1908, o ano que apresentou o maior número de residências na via; 1912 foi o ano no qual se iniciaram as desapropriações de imóveis; 1921 foi o ano consultado com o menor número de residências inscritas. No entanto, a série documental dos Livros de Porta da Santa Casa se inicia em 1899. Quanto ao ano de 1921, existe uma lacuna na documentação que impossibilita a sua consulta. Foram selecionados, então, os últimos livros antes da lacuna, referentes a 1915-1916.

devemos lembrar que se tratam especificamente de moradores de uma única rua da cidade, num cenário de milhares de internações por ano.²⁷⁸

Os Livros de Porta possuíam campos específicos para cada informação coletada dos pacientes. Estes incluíam a *data de entrada, nome, idade, naturalidade, cor, filiação, profissão, estado, classe, endereço* (rua e número),²⁷⁹ *entrada* (horário), *remetente, data de saída* e *observações*.²⁸⁰ A maioria dos itens é autoexplicativa, mas alguns requerem comentários. O campo *naturalidade* se referia, para brasileiros, ao estado de origem, sendo os pacientes gaúchos considerados *deste estado*; para estrangeiros, a *naturalidade* era geralmente preenchida pelo nome do país de origem. *Filiação* parecia cumprir duas finalidades: mencionar algum parente do enfermo ou a pessoa que o havia acompanhado até a Santa Casa.²⁸¹ A constatação dessa diferença se dá caso a caso e está aberta a discussões; ao longo do capítulo ela será retomada. A célula *estado* era utilizada para fazer referência ao estado civil dos pacientes, se *casados, solteiros, viúvos* etc. O campo *remetente* era relativo à maneira como o paciente chegou à instituição, se remetido por alguma autoridade ou médico, ou se havia buscado auxílio por conta própria. Por fim, em *observações* estavam as informações concernentes ao motivo da saída dos enfermos. Ademais, no processo de fichamento das fontes foram criados outros campos, particularmente por motivos organizacionais (*livro, nº de ordem, página*), assim

²⁷⁸ Priscilla Almaleh constatou que um total de 29.918 pacientes, entre homens e mulheres, frequentou a instituição de caridade entre os anos de 1889 e 1900. Sendo assim, pode-se precisar a relação entre o número de assistidos e a quantidade de entradas utilizadas no presente trabalho. ALMALEH, op. cit.

²⁷⁹ Refiro-me à via por seu nome popular à época, Beco do Fanha; no entanto, como visto no Capítulo 1, na maioria das entradas aparece o nome oficial Travessa Paysandu. Indicarei essa nomenclatura em itálico no corpo do texto.

²⁸⁰ Ao longo do capítulo usarei esses termos em itálico quando me referir, no corpo do texto, aos campos das fontes ou a determinadas informações coletadas nelas e que representem noções em disputa, como *cor, estado, classe* e *observações*, assim como o *endereço*, como mencionado na nota 17.

²⁸¹ Flores, Almaleh e Almeida, de acordo com trecho citado anteriormente, concordam com essa constatação. FLORES; ALMALEH; ALMEIDA, op. cit.

como o campo *sexo*, que não constava originalmente nos Livros de Porta.²⁸²
Uma ficha padronizada de paciente é apresentada a seguir:²⁸³

Tabela 2 – Ficha experimental de paciente da Santa Casa de Misericórdia

Livro: 1	Filiação: José Ignacio de Trindade
Nº de ordem: 290	Profissão: Costureira
Página: 7	Estado: Noiva
Data de entrada: 30/01/1899	Classe: Pobre
Nome: Hortencia de Trindade Plentz	Endereço: Travessa Paysandu, nº 15
Sexo: Feminino	Entrada: 19h45
Idade: 40 anos	Remetente: Apresentou-se no portão
Naturalidade: Deste estado	Data de saída: 12/03/1899
Cor: Branca	Observações: A pedido

Fonte: Livro de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Ano 1899 (Livro 1), p. 7.

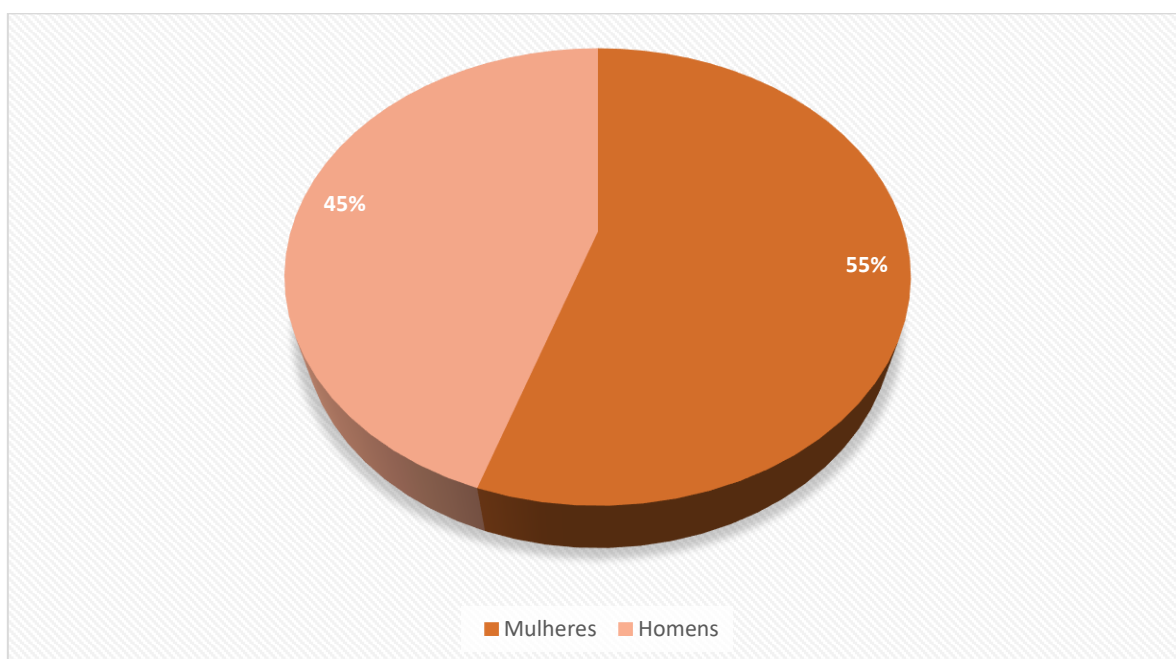
Antes de passar para as análises das fontes, é preciso entrar no mérito da representação da amostra coletada. Como foi dito acima, um número específico de entradas foi coletado por cada ano selecionado. Ou seja, as internações que serão analisadas não representam a totalidade de pacientes do beco que buscaram o auxílio da Santa Casa naqueles anos. No entanto, mesmo que se coletassem todas as internações daqueles enfermos, ainda assim não se teria uma visão geral dos habitantes do Beco do Fanha. Em primeiro lugar, como vimos no caso das duas lavadeiras acima mencionadas, os populares tendiam a não permanecer por longos períodos de tempo na mesma habitação, de forma que um paciente que informou morar na Travessa Paysandu podia ter se mudado de residência um ou dois meses depois. Em segundo lugar, deve-se ressaltar que a Santa Casa não era a única instituição que garantia atendimento médico especializado aos habitantes de Porto Alegre. Havia casos em que pessoas que se feriam em conflitos nas bodegas do Beco do Fanha eram

²⁸² Infelizmente não temos informações mais detalhadas sobre as identidades de gênero dos pacientes da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. O discernimento entre homens e mulheres nas fontes foi realizado com base no cruzamento dos nomes com outras entradas, como *profissão* e *estado*, pois estas traziam adjetivos flexionados nos respectivos gêneros.

²⁸³ A ficha é experimental e foi utilizada apenas para demonstrar as características da fonte. Para a pesquisa foi produzida uma planilha no *software* Excel que reúne todas as entradas e permite fazer leituras mais simples e sistemáticas.

atendidas no 1º posto policial, sendo remetidas de volta às suas residências. Ocorrências assim, como as relatadas na abertura do capítulo, eram frequentemente noticiadas nos periódicos porto-alegrenses, especialmente n' *A Federação*. Visando incrementar a representatividade dos casos analisados, esses textos jornalísticos também foram consultados, e aparecerão constantemente nas páginas a seguir.

Gráfico 1 – Habitantes do Beco do Fanha por sexo



Fonte: Livros de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Anos 1899 (Livro 1), 1904 (Livro 5), 1912 (Livro 14) e 1915-1916 (Livro 18).

O primeiro ponto a chamar a atenção é a maior proporção de mulheres em relação ao número de homens. Dos 58 pacientes individuais localizados nas amostras, 32 eram mulheres e 26, homens. Em sua dissertação de mestrado, que investiga a presença de mulheres enfermas na Santa Casa de Porto Alegre através de uma perspectiva interseccional, e que dialoga profundamente com a historiografia sobre os atendimentos médicos de caridade no Brasil e no mundo, Priscilla Almaleh se refere ao fenômeno, corriqueiro em Porto Alegre assim como em outros locais, de menor presença de mulheres nessas instituições. A pesquisadora explora diversas possibilidades de explicação para esse cenário,

estabelecendo que alguns motivos poderiam estar ligados à maior riqueza relacional feminina em comparação com a masculina, o que garantiria amparo nos momentos de sofrimento, doença e durante a gravidez e maternidade; à presença de mulheres imigrantes e ao desconhecimento da língua local; às responsabilidades domésticas que impediriam as mulheres de deixarem seus lares; à falta de conhecimento médico especializado em saúde feminina; ou até mesmo à autoridade familiar masculina, que poderia impedir que as mulheres fossem examinadas por médicos homens.²⁸⁴ Por fim, a autora sustenta que

[...] não há um motivo específico para o baixo número de mulheres internadas na SCMPA, mas sim variáveis socioculturais que poderiam agir em conjunto ou individualmente, fazendo assim com que essas mulheres frequentassem outros meios de cura.²⁸⁵

Diante desse fenômeno, constatado pela historiografia, a frequência de mulheres enfermas na Santa Casa de Porto Alegre, que atestaram ser moradoras do Beco do Fanha, em número superior ao de homens, é intrigante. Por um lado, o recenseamento da população da capital, realizado pelas autoridades municipais em 1910, indicou haver na rua um total de 42 prédios, habitados por 125 homens e 120 mulheres.²⁸⁶ Como vemos, a disposição dos habitantes do beco por sexo era quase exatamente proporcional. É possível inferir que o número que escapava do fenômeno percebido pela historiografia era, de fato, o de *homens* enfermos. Referindo-nos novamente ao trabalho de Almaleh, especialmente no tocante à questão relacional, a pesquisadora avalia que “o sexo masculino não tinha tantas opções se tratando de uma rede de cuidados na doença ou a quem recorrer nessas situações, e por isso, frequentavam mais a SCMPA, diferente das mulheres”.²⁸⁷ Talvez os homens moradores do Beco do Fanha gozassem de um círculo de cuidados mais rico do que os de outras localidades e por isso frequentassem menos a Santa Casa, embora não se possa especular sobre isso em maiores detalhes. Não foge também do reino da possibilidade o fato de que muitos dos homens registrados

²⁸⁴ ALMALEH, Op. cit., p. 83-95.

²⁸⁵ Ibid., p. 96.

²⁸⁶ A Federação, 01/02/1911, capa.

²⁸⁷ ALMALEH, op. cit., p. 84.

pelo recenseamento vivessem apenas temporariamente na rua, devido à grande presença, atestada pelas fontes consultadas nesta pesquisa, de hotéis e pensões no beco,²⁸⁸ tendo, assim, maior mobilidade habitacional dentro da cidade. De fato, como veremos mais adiante, havia alguns enfermos, embora poucos, registrados com ofícios dotados de grande mobilidade, como os marítimos.

Por outro lado, se analisarmos os dados pelo viés de um maior número de mulheres enfermas, outras são as explicações possíveis. Os escritos de memorialistas e dos periódicos da época insinuam a presença de grande número de prostitutas no Beco do Fanha.²⁸⁹ Tal ocupação certamente era cercada de perigos, tanto de violências por parte de clientes quanto de exposição a doenças venéreas. Poderia ser um número expressivo de prostitutas na rua uma explicação para o equilíbrio entre a presença de homens e mulheres nos dados da Santa Casa? Não necessariamente. Paulo Moreira adverte que, entre finais do século XIX e início do XX, as mulheres, “principalmente as populares, viviam para as autoridades entre as categorias de *prostituta* e mulher *honestas*, na maioria dos casos suspeitas por oscilarem entre uma e outra”.²⁹⁰ Sendo assim, as insinuações de memorialistas, periódicos e até mesmo do burburinho popular quanto à ocupação de certas mulheres devem ser consideradas com alguma cautela.

Ainda no tocante aos números discutidos, é possível que o equilíbrio seja decorrente de um falseamento elaborado pela amostra, um acaso. Seria preciso consultar todas as entradas dos respectivos anos selecionados para estabelecer percentuais mais seguros. Mesmo assim, com os dados virtualmente completos,

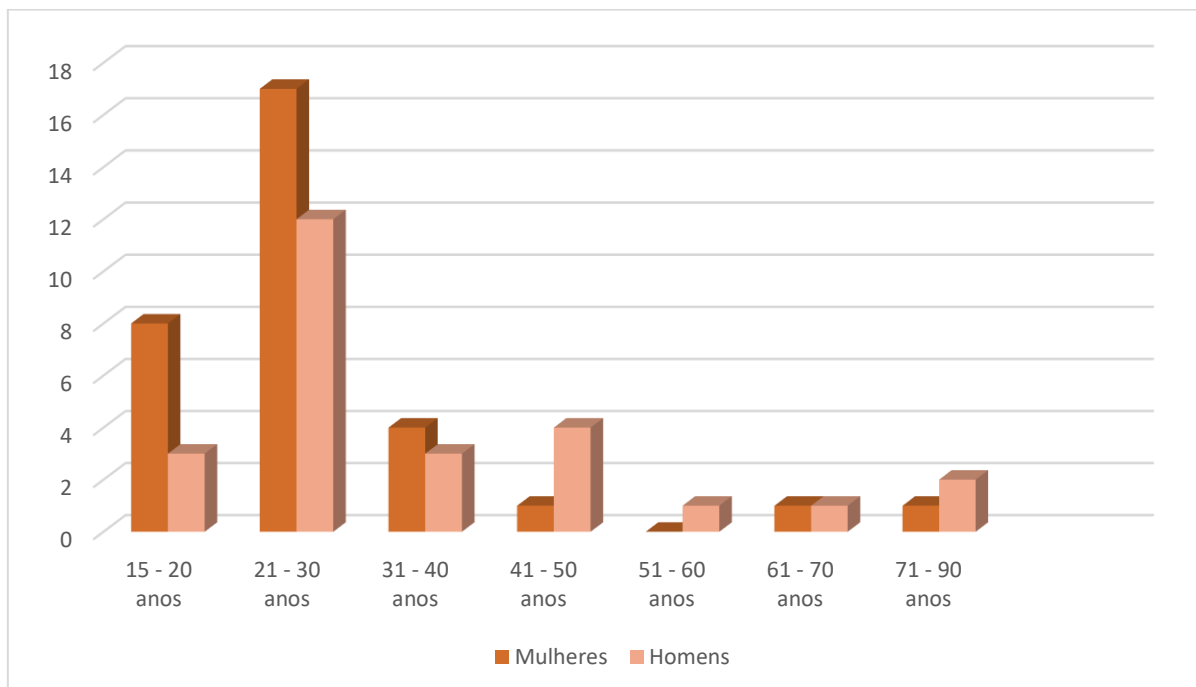
²⁸⁸ São exemplos desses locais de pouso o *Hotel dos Viajantes*, na esquina da Rua Riachuelo, nº 164A; a *Pensão Pelotense*, nº 52 e 54; a *Hospedaria Colonial*; a *Pensão Sirangelo*, nº 7; o *Armazém e Hotel Baronio*, esquina com a Rua dos Andradas, nº 269, 271 e 271A; sem contar outros tantos *restaurants*, bodegas e demais estabelecimentos que poderiam alugar dependências a preços acessíveis a trabalhadores pobres. *A Federação*, 08/11/1902, p. 2; 19/08/1903, p. 3; 17/06/1904, p. 2; 05/02/1912, p.4; *Stella d'Italia*, 03/01/1909, p. 3.

²⁸⁹ Em 1912, por exemplo, o jornal *A Federação* noticiou uma “desordem” iniciada na “casa da meretriz Maria Luiza”, nº 22. Em diversas outras matérias foram identificadas mulheres frequentando armazéns ou bodegas e participando de “desordens” em companhia de homens, o que, apesar de não provar a prostituição, surtia efeito igual na opinião pública. *A Federação*, 03/12/1912, p. 24.

²⁹⁰ MOREIRA, Paulo R. S. *Entre o deboche e a rapina – os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2009, p. 181. Grifos do autor.

é possível que as tendências se mantivessem similares à amostra coletada, exigindo uma explicação inalcançável no presente momento.

Gráfico 2 – Moradores do Beco do Fanha por idade e sexo



Fonte: Livros de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Anos 1899 (Livro 1), 1904 (Livro 5), 1912 (Livro 14) e 1915-1916 (Livro 18).

Seguindo a análise e detendo-nos nas idades dos pacientes, notamos uma preponderância de indivíduos em “idade produtiva”, especialmente na casa dos vinte anos. A média de idade mais expressiva se situa entre os 15 e 30 anos, somando um total de 40 pacientes, aproximadamente 70% de todas as entradas consultadas. Esses números podem sugerir que a maior parcela dos habitantes do Beco do Fanha fosse de jovens trabalhadores e trabalhadoras (formais ou informais, fixos ou intermitentes) que buscavam residência às imediações do centro da capital gaúcha e, especialmente, da Alfândega.

As mulheres também dominavam a faixa etária mais expressiva. Das 40 pessoas entre 15 e 30 anos, 25 eram mulheres e quinze, homens. No tocante às idades mais presentes, encontramos cinco mulheres com 24 anos e quatro com 21, enquanto os homens apareciam mais dispersos na amostra, contando com

maior número de entradas, três respectivamente, nas faixas de 21 e 23 anos de idade. Das mulheres, podemos destacar Maria Sahara, 25 anos, *preta*, deste estado, que foi encaminhada à Santa Casa pelo Dr. V. Britto no dia 2 de novembro de 1904 e saiu *curada*²⁹¹ dezesseis dias depois. Maria chegou acompanhada de, ou apresentou como sua filiação, uma mulher chamada Bonifácia. Alegou trabalhar no serviço doméstico, ser *solteira* e foi inscrita como *pobre*.²⁹² No universo masculino, pode-se indicar Antonio José Machado, 21 anos, *branco*, deste estado, que se apresentou no portão da instituição no dia 20 de fevereiro de 1912 e saiu *curado* seis dias depois. Antonio declarou ser marítimo e *solteiro*, também sendo incluído na categoria *pobre*. Diferente de Maria Sahara, que teve Bonifácia designada como filiação, o cadastro de Antonio apresenta seu próprio nome nesse campo, o que pode indicar que este tenha comparecido sozinho aos portões da Santa Casa.²⁹³ Além disso, enquanto na ficha de Maria não consta número de residência, Antonio informou residir na *Travessa Paysandu*, nº 20,²⁹⁴ endereço no qual, em 1912, o jornal *A Federação* informava existir uma “escura e infecta bodega [...] de propriedade do célebre Antonio Augusto dos Santos”, na qual “desenrolou-se, ontem, à noite, uma cena sangrenta, coisa não rara naquelas imediações, onde todos os vícios imperam [...]”.²⁹⁵

Antonio não esteve envolvido na referida “cena sangrenta”, mas tampouco sabemos qual o motivo de sua internação. É interessante pensar que, como marítimo, Antonio podia estar apenas de passagem pela cidade de Porto Alegre, o navio no qual trabalhava ancorado em alguma doca, ou mesmo que estivesse procurando ocupação em outra embarcação.²⁹⁶ Apesar disso, Antonio informou

²⁹¹ Os motivos de saída de enfermos e enfermas da Santa Casa de Misericórdia serão abordados mais detalhadamente ao longo do capítulo. É importante, no entanto, salientar que noções como “curado/a” e “melhorado/a” se confundem e são imprecisas. Não há matização entre seus significados e, como não dispomos dos diagnósticos desses pacientes, podemos apenas especular sobre o que as altas podem significar.

²⁹² Livro de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Ano 1904, p. 77, nº 3674. Para referências precisas, indicarei sempre o número de inscrição do paciente no respectivo livro.

²⁹³ Não se descarta que Antonio fosse homônimo do pai.

²⁹⁴ Livro de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Ano 1912, Livro 14, p. 40, nº 977.

²⁹⁵ *A Federação*, 24/05/1912, p. 4.

²⁹⁶ O cais do porto era uma parte da cidade sobre a qual as autoridades tinham pouco controle ou mesmo conhecimento. Os dados populacionais da capital “não contavam com os inúmeros indivíduos que viviam ilegalmente nas ruelas e com aqueles que apenas cruzavam ocasionalmente (às vezes pernoitando) o espaço urbano da capital e que usavam a navegação

endereço de residência quando buscou atendimento na Santa Casa, coisa que Maria Sahara não fez, mesmo informando trabalhar em serviço doméstico, ocupação mais estável.²⁹⁷

Encontramos um total de cinco pacientes entre os 61 e 90 anos, idades que, dependendo das condições de vida do indivíduo, poderiam ser bastante frágeis, mesmo para os padrões de saúde atuais. Nessa faixa etária os homens eram a maioria, em número de três, nas idades de 70, 85 e 90 anos, enquanto as duas mulheres constam com 63 e 82 anos de idade. O paciente mais idoso da amostra era Antonio Machado, 90 anos, de cor *preta* e oriundo da África, encaminhado à Santa Casa pelo Dr. Ricardo Machado no dia 15 de agosto de 1899 e *falecido* no dia 2 de outubro do mesmo ano (47 dias depois da internação). Este *outro* Antonio apresenta um caso oportuno para análise, apesar da (ou graças à) falta de algumas informações importantes. Sua *filiação* consta como *ignorada* e sua profissão e endereço estão ausentes. Apesar disso, Antonio Machado indicou (ou alguém o informou) ser *viúvo*. Naturalmente, foi encaminhado como *pobre*.²⁹⁸ A falta de informações, apesar de impedir certos avanços, não é inoportuna à especulação.²⁹⁹ Tendo nascido por volta do início

fluvial como via de acesso principal e ocupação profissional”. Sendo assim, a ocorrência de marítimos nas fontes da Santa Casa é uma oportunidade para se conhecer mais sobre onde e como estes habitavam nos períodos em que permaneciam em Porto Alegre. MOREIRA, op. cit., p. 186.

²⁹⁷ Sandra Graham constatou que o mercado de trabalho doméstico no Rio de Janeiro no início do século XX abrangia cerca de 13% da população das freguesias urbanas da cidade. Esse valor consistia em aproximadamente 77 mil mulheres, o que indica uma presença maciça de criadas na vida cotidiana da então capital da República. Por mais que o panorama republicano diferisse do imperial, tanto no tocante ao número total de trabalhadores domésticos empregados por lar quanto no avanço técnico que tornava, lentamente, certas tarefas obsoletas, é provável que tal ocupação garantisse certo grau de estabilidade. Uma trabalhadora doméstica com boas indicações dificilmente ficaria sem trabalho por longos períodos. GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência – criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860 – 1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 18.

²⁹⁸ Livro de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Ano 1899, Livro 1, p. 49, nº 2161.

²⁹⁹ Felipe Farret Brunhauser, pesquisando as fontes do Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo, de Santa Maria, RS, referentes à segunda década do século XX, percebeu que havia um padrão no preenchimento das informações referentes a crianças e pacientes idosos. Em campos específicos da fonte, como *Estado civil* e *Profissão*, era empregado um “tracejado” que o pesquisador identificou como uma espécie de “filtro” — muito possivelmente implícito — que indicava o entendimento, por parte de quem preenchia o documento, de que certas respostas eram inadequadas em relação às características dos enfermos. No tocante às crianças, havia um limiar etário que distinguia àquelas que recebiam o “tracejado” em relação ao estado civil daquelas que tinham essa informação explicitada. Dessa forma, o pesquisador pôde constatar que a noção de infância era aplicada de formas distintas a meninos e meninas: aos primeiros, a designação de estado civil surge aos 14 anos, enquanto às pacientes do sexo feminino, alguma informação relativa a esse campo já surgia a partir dos 11 anos de idade. Fenômeno semelhante

do século XIX, Antonio, *preto*, de origem africana, possivelmente foi escravizado pela família do mesmo Dr. Ricardo Machado que o remeteu à Santa Casa, tendo assumido publicamente seu sobrenome. Sua *filiação* é ignorada talvez por uma falta de parentes vivos, ou mesmo pelo desconhecimento de alguns elos familiares em decorrência do cativo. Aos 90 anos, Antonio não era mais capaz de ocupar uma função produtiva dentro da sociedade capitalista em franco avanço. Era um ex-escravizado com poucos (ou nenhum) vínculos familiares e uma saúde debilitada pelos anos de servidão.

O cenário, entretanto, não é necessariamente tão negativo. Felipe Brunhauser se deparou com um caso semelhante em sua pesquisa sobre menores populares em Santa Maria no início do século XX. Nas fontes do Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo, o pesquisador encontrou Jacyntho Cezar de Souza, homem de 90 anos de idade, viúvo e *preto*.³⁰⁰ As informações presentes na fonte forneceriam um cenário semelhante, pois Jacyntho era viúvo e de idade muito avançada, não fosse pelo fato de o paciente ser conhecido como membro da Irmandade do Rosário de Santa Maria. Seu nome aparece em alguns documentos da irmandade que foram analisados por Ênio Grigio,³⁰¹ dando a entender que, apesar de seu registro no Hospital de Caridade sinalizar uma situação precária, sua rede de relações sociais se estendia amplamente pela comunidade negra local. Não temos mais informações sobre Antonio Machado, mas podemos especular que este, em verdade, assim como Jacyntho,

ocorria com pacientes idosos, embora em relação à ocupação. Relatando o caso de um paciente com 90 anos de idade, Brunhauser inferiu que, somada a idade a demais fatores conhecidos sobre o indivíduo, era possível afirmar que “se tratava de um homem bastante debilitado, e que não exercia mais nenhum tipo de trabalho — o que justifica o seu registro constar em ‘tracejado’ no campo de profissão”. BRUNHAUSER, Felipe Farret. *Menores populares na Primeira República (Santa Maria, 1917-1921)*. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2018, p. 60.

³⁰⁰ *Ibid.*, p. 59-60.

³⁰¹ Grigio estudou a comunidade negra de Santa Maria antes e após a Abolição, focando nas relações entre habitantes brancos descendentes de imigrantes europeus, escravizados, libertos e seus descendentes, e Igreja Católica, dando ênfase especial à história da já referida Irmandade do Rosário. De muitas maneiras, sua obra põe em xeque as narrativas de memorialistas que tratam a cidade de Santa Maria como “terra de alemães”, expondo, também, a participação de imigrantes europeus e seus descendentes na manutenção da escravidão, além de seu enriquecimento a partir da exploração de mão de obra negra escravizada. GRIGIO, Ênio. “No alvoreço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibate que intimidasse”. *A comunidade negra de Santa Maria e sua Irmandade do Rosário (1873-1942)*. Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, 2018. Para as referências a Jacyntho, cf.: p. 255 e 260.

não era totalmente desprovido de uma rede de relações pessoais que o pudessem amparar.

A mulher mais idosa, com 82 anos, era Anacleta Dias de Souza, *branca*, deste estado, encaminhada à Santa Casa pelo 1º posto no dia 21 de outubro de 1904 e *falecida* dois dias depois. Anacleta, apesar de sua idade avançada, declarou atuar no serviço doméstico³⁰² e ser *viúva*. Não consta *filiação*, mas é relevante apontar que, diferentemente do caso de Antonio Machado, cuja filiação aparece como *ignorada*, a de Anacleta apenas não foi preenchida. Isso pode ser uma manifestação de distinções (propositais ou não) por parte da pessoa responsável por preencher os livros de porta, que podia vir a considerar improvável que uma idosa branca não tivesse vínculos familiares, enquanto o mesmo não se aplicava a um idoso negro. Anacleta também indicou seu endereço como *Travessa Paysandu*, nº 3,³⁰³ local que uma notícia de 1903 apontou como o de residência de uma mulher chamada Juventina, que se suicidou no Guaíba e teve o corpo reconhecido por outras duas mulheres, possivelmente vizinhas ou até mesmo moradoras do mesmo edifício.³⁰⁴ É possível que o endereço fosse uma casa (ou casas) de aluguel comumente habitada por mulheres que se ocupavam de atividades urbanas como o serviço doméstico. Almaleh postula que “os populares experimentavam a moradia como espaço de socialização, sendo a experiência de vida compartilhada e rodeada de conhecidos e desconhecidos, de laços feitos e desfeitos, em processo contínuo”.³⁰⁵ Sendo assim, Anacleta provavelmente não vivia totalmente sozinha.

³⁰² Sandra Graham abordou diversas características ocupacionais das trabalhadoras domésticas do Rio de Janeiro e a conclusão natural à qual se pode chegar é de que se tratava de trabalho pesado. Mesmo no início do período republicano, quando muitas novidades técnicas invadiam as casas da elite, o serviço doméstico não deixava de ter seus desafios, de modo que “no fim do século muitas criadas continuaram a trabalhar da maneira antiga”. Anacleta, uma idosa de 82 anos, provavelmente não desempenhava os ofícios mais pesados dos lares em que servia; é mais provável que servisse como governanta ou costureira, tendo em vista que, também de acordo com Graham, era comum patrões preferirem mulheres mais velhas, por crerem que estas fossem menos suscetíveis a “problemas” como namoros ou gravidezes. GRAHAM, op. cit., p. 36 e 72.

³⁰³ Livro de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Ano 1904, Livro 5, p. 57, nº 2779.

³⁰⁴ *A Federação*, 09/07/1903, p. 2; 13/07/1903, p. 2.

³⁰⁵ ALMALEH, op. cit., p. 135.

A pessoa mais jovem da amostra é uma mulher *branca* de 15 anos chamada Julieta de Azevedo. Julieta declarou ser deste estado, *solteira* e trabalhar como doméstica. Apresentou-se no portão no dia 22 de abril de 1899 e saiu *curada* 23 dias depois, em 15 de maio. Estava acompanhada por, ou declarou como *filiação*, um homem chamado João Azevedo. Talvez este fosse seu pai, dada a presença da preposição *de* antes do sobrenome de Julieta, o que indicaria algum tipo de pertencimento ou relação, embora o casamento também não estivesse descartado. Falaremos mais adiante sobre os estados civis dos pacientes, mas, por ora, podemos adiantar que o fato de muitas pessoas afirmarem ser, ou serem consideradas, solteiras não significa que estas não entretivessem relações amorosas duradouras com algum parceiro ou parceira. Sendo assim, apesar de indicar ser solteira, não é improvável que Julieta, aos 15 anos, se relacionasse com um homem, o qual poderia ou não ser o mesmo João Azevedo que a acompanhou à Santa Casa. Além disso, o caso de Julieta serve para mostrar que as mulheres ingressavam desde cedo no mundo do trabalho. Neste caso em particular, não sabemos se Julieta atuava como doméstica fora de sua residência ou se considerava os serviços domésticos em seu próprio lar como sua ocupação principal. De qualquer forma, sabemos que Julieta, em meio à sua adolescência, já era considerada apta ao trabalho.³⁰⁶

As mulheres do Beco do Fanha entre os 15 e 40 anos são mais numerosas do que os homens nas mesmas faixas etárias. Os números mais discrepantes aparecem entre os 15 e 20 anos; nesta faixa etária as mulheres representam 72% das entradas. O homem mais jovem da amostra é Affonso Xavier de Miranda, deste estado, de cor *branca*, com 18 anos de idade. Este ingressou na Santa Casa no dia 24 de março de 1904 e teve alta sete dias depois, *melhorado*. Informou ser jornalista, solteiro e residir na *Travessa Paysandu*, nº 2. De forma semelhante aos casos anteriores, Affonso teve o seu

³⁰⁶ Sandra Graham indica que ainda era comum que “mocinhas” de dez a doze anos se ocupassem dos cuidados de crianças no Rio de Janeiro por volta de 1905 a 1909, podendo receber por isso até quatro dólares por mês (cerca de 12\$000). De forma semelhante, Felipe Brunhauser constatou que, das 31 pacientes do Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo que contavam com 15 anos, 24 informaram ocupação, sendo 22 domésticas e outras duas, cozinheiras; ambas as ocupações, portanto, vinculadas ao serviço doméstico. GRAHAM, op. cit., p. 26-27; BRUNHAUSER, op. cit., p. 65.

próprio nome escrito no campo *filiação*, o que pode indicar que fora sozinho à Santa Casa e não informou parentes. De fato, Affonso fora remetido à instituição de caridade pelo 1º posto, talvez por ter sofrido alguma agressão.³⁰⁷

Nota-se uma ausência de crianças nas fontes da Santa Casa. As possíveis explicações para esse fenômeno seguem o mesmo percurso das particularidades já mencionadas: talvez a amostra coletada tenha criado, ao acaso, um cenário sem crianças; talvez estas, ou suas famílias, optassem por tratamentos caseiros ou curandeiros, evitando buscar socorro na instituição. Mas se olharmos para os periódicos podemos encontrar alguns exemplos de crianças no beco.

Em 1910, os *menores* Otto Schuler e Manoel Fernandes tiveram um desentendimento nas imediações da Praça da Harmonia, culminando em uma pedrada que atingiu o maxilar inferior esquerdo de Otto, produzindo-lhe um profundo ferimento e grande hemorragia. O ocorrido foi noticiado por *A Federação* que, no entanto, não apurou seus motivos, afirmando tratar-se de “questões fúteis”. Manoel Fernandes, o agressor, fugiu do local da briga após constatar que seu adversário havia se ferido com certa gravidade. Ele residia no Beco do Fanha, nº 10; foi lá que as autoridades o procuraram após o acontecimento, embora não o tenham encontrado. Sua mãe, não nominada, disse que o filho estava desaparecido fazia quatro ou cinco dias.³⁰⁸

A matéria anterior não informou a idade dos envolvidos, mas utilizou a expressão “menores” para se referir a eles. O uso da expressão “menor” por instituições de controle do Estado e órgãos de notícias foi abordado por Felipe Brunhauser, que apontou que seu uso data dos “anos finais do século XIX” e “teria sido ressignificado para descrever crianças e jovens que estavam inseridos em condições de pobreza e marginalidade”.³⁰⁹ Portanto, podemos postular que o jornal utilizava a expressão para se referir a crianças pobres desamparadas ou em situação de marginalidade,³¹⁰ embora a própria menção às suas atitudes e

³⁰⁷ Livro de Porto da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Ano 1904, Livro 5, p. 19, nº 1037.

³⁰⁸ *A Federação*, 23/12/1910, p. 4.

³⁰⁹ BRUNHAUSER, op. cit., p. 44.

³¹⁰ Apesar de a historiografia atestar a este uso, presente ainda nos dias de hoje, é possível encontrar menções a crianças de famílias abastadas às quais também foi empregado o termo “menor”. É o caso de Nora e Petronio, “filhos menores” de Julia Gomes de Barcellos, que recebeu

locais de habitação já insinuasse essas características. Vejamos outros textos jornalísticos a fim de tirar mais conclusões.

Em 1909, Porto Alegre já contava com inúmeras linhas de bonde que faziam trajetos fixos pelo centro da cidade e levavam até os arrabaldes. Uma dessas linhas passava pela Rua dos Andradas, cruzando o entroncamento com o Beco do Fanha. No dia 23 de agosto daquele ano, o pequeno Boanerges, que, de acordo com o periódico, teria entre 7 e 8 anos de idade, desceu a ladeira do beco correndo e chocou-se com o bonde que estava de passagem no mesmo fatídico momento. A notícia, veiculada por *A Federação*, informou ter o *menor* “partido o crânio” em decorrência da violência do choque. O jornal fez questão de enfatizar que a culpa não deveria recair sobre o condutor do veículo, tendo em vista que este o freara de imediato; a responsabilidade seria de Boanerges que irrompera correndo pela movimentada via. O menino foi levado a uma farmácia nas proximidades, onde logo mais comparecerem dois médicos, “que não tiveram que fazer, visto o estado do menor não permitir”. Por fim, o texto informa que Boanerges “era serviçal da casa do cônego Marcellino Bittencourt”.³¹¹

Boanerges, com 7 ou 8 anos de idade, era expressamente chamado de *menor*, como Otto e Manoel, embora estes não tenham tido a idade noticiada. Outra criança que teve sua idade atrelada à denominação *menor* foi Percival dos Santos, que, em 1917, “divertia-se a saltar nas carroças que transitavam pela rua 7 de Setembro”, quando acabou atingido por uma destas. O menino teve ferimentos leves, foi tratado e recolhido à sua residência, no Beco do Fanha, nº 6. O texto informa que o inquérito aberto em decorrência do acidente constatou não haver responsabilidade por parte do condutor, tendo em vista que sua causa fora a “imprudência” do menino de 7 anos de idade.³¹²

Apesar de ser uma amostra pequena, essas matérias apresentam informações semelhantes. Os meninos, na faixa dos 7 anos de idade, foram retratados como *menores* e responsabilizados pelos acidentes que sofreram.

autorização, em 1920, a vender o prédio nº 2 da *Travessa Paysandu*, herança de Ramiro Barcellos, por 40:000\$000 à firma Wilson, Sons & C. *A Federação*, 27/07/1920, capa.

³¹¹ *A Federação*, 23/08/1909, p. 4.

³¹² *A Federação*, 11/05/1917, p. 5.

Apesar da acusação de que as crianças estavam agindo de maneira imprudente, é curioso notar que o fato de Boanerges ser um “serviçal”, enquanto Percival não parecia ter ocupação, não teve importância na valorização que o periódico fez das circunstâncias do acidente que lhe tirou a vida. No caso de Otto e Manoel, suas idades não foram mencionadas; mas, fazendo-se menção ao termo *menores* e relatando suas condutas, o periódico indicava aos leitores se tratarem de crianças pobres e delinquentes.

Em outro texto, de 1913, temos um caso que revela um pouco mais do pensamento dos jornalistas d’*A Federação*. Pedro Nunes, 13 anos, “cor mista”, solteiro, brasileiro, “sem ofício”, fora preso e identificado por ter, “armado de faca, promovido desordens no interior de uma bodega no beco do Fanha, produzindo um leve ferimento em outro indivíduo que se achava na referida bodega”.³¹³ Nesta notícia, a pouca idade de Pedro contrasta com sua conduta violenta, de forma que o periódico não o qualifica como *menor*. Para o jornal, não se tratava de uma briga de crianças, tanto que Pedro Nunes é inclusive descrito como *solteiro*, indicando que o periódico o considerava como um homem. Embora não seja o objetivo desta seção discutir questões concernentes às noções de menoridade e maioridade na opinião pública da Primeira República, é possível perceber que haviam distintas gradações dessa caracterização, que poderiam passar pela idade, pela circunstância e local do ocorrido ou do fato de os envolvidos terem ou não ocupações.

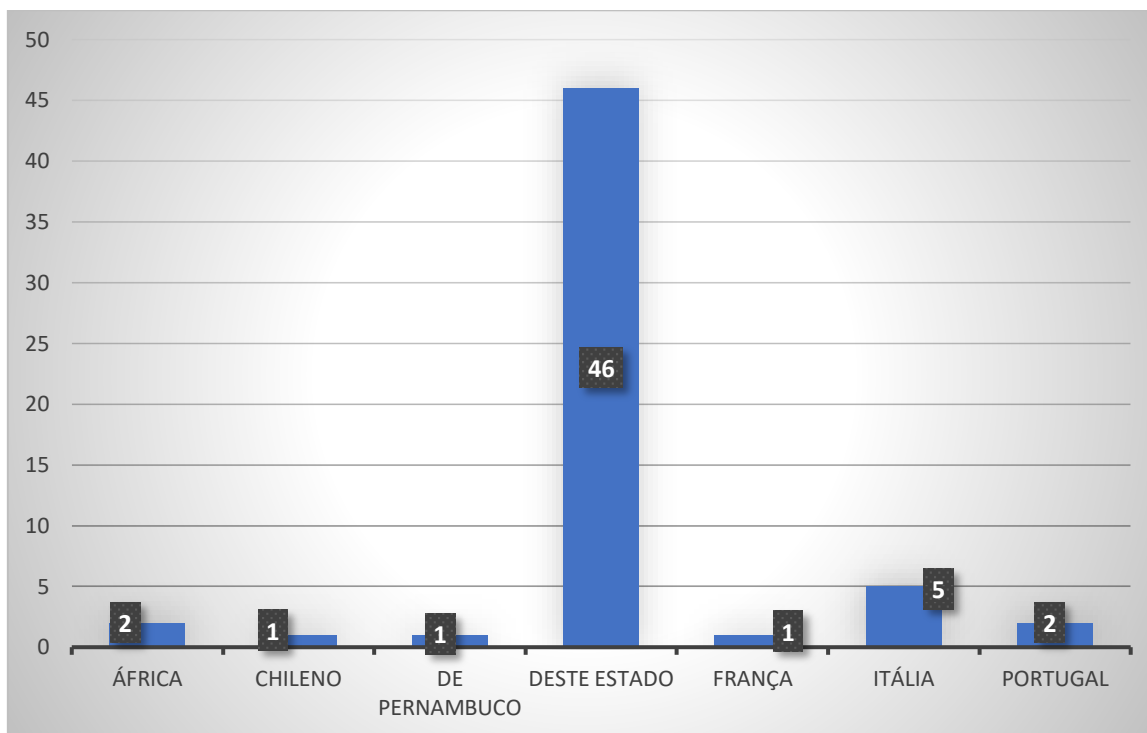
Dizíamos que as mulheres eram maioria nas faixas etárias entre 15 e 40 anos. De fato, elas compunham cerca de 62% das entradas entre aquelas idades, totalizando 29 internações, enquanto os homens perfaziam 38% das entradas, totalizando dezoito internações. Já nas faixas etárias entre 41 e 90 anos, os homens tendiam a ser mais numerosos, com exceção dos 61 aos 70 anos, na qual havia equilíbrio entre os sexos (um homem e uma mulher). Apesar disso, pelo pequeno número de pacientes entre essas idades, é arriscado postular que no beco predominavam os homens entre as idades mais avançadas. Por outro lado, parece seguro dizer que havia um maior número de mulheres jovens em comparação aos homens nas mesmas faixas etárias.

³¹³ *A Federação*, 26/03/1914, p. 6.

A discussão sobre as idades ainda pode se prolongar se consideradas outras categorias da fonte, como cor e profissão. Esse exercício será realizado adiante. Por ora, é preciso retomar os números do censo da população porto-alegrense de 1910 veiculados por *A Federação* no início de 1911. Como exposto anteriormente, o recenseamento de 1910 apontou residir um total de 245 pessoas no Beco do Fanha, sendo 125 homens e 120 mulheres. Esses valores, entretanto, não podem ser tomados como representantes da população da via ao longo do período aqui estudado. A historiografia acerca da habitação popular na Primeira República aponta que trabalhadores pobres trocavam frequentemente de residência,³¹⁴ de forma que os valores recenseados, apesar de provavelmente não variarem drasticamente, são representativos especificamente em relação à data de sua coleta. Da mesma forma, a maioria de mulheres jovens presente nas fontes da Santa Casa também deve ser considerada como uma representação referente a um período de aproximadamente dezessete anos e não são necessariamente válidas para o ano em que o recenseamento foi realizado.

³¹⁴ Silvia Arend apontou esse fenômeno entre os populares porto-alegrenses no final do século XIX. Sandra Pesavento também verificou o fenômeno em fins do século XIX; de acordo com a pesquisadora, os aluguéis altos das habitações do centro da cidade, fruto da especulação desenfreada de rentistas, gerava dois fenômenos simultâneos: a existência de porões e cortiços superlotados próximos às principais vias da capital e o constante despejo de populares que não conseguiam manter as contas em dia. Charles Monteiro menciona a “vida errante, a falta de domicílio e a não sujeição” de crianças e jovens que viviam pelas ruas de Porto Alegre no início do século XX. Margaret Bakos estudou aspectos da habitação popular em Porto Alegre nas administrações republicanas e chegou à conclusão semelhante de que os preços dos aluguéis geravam instabilidade habitacional entre os populares. AREND, Silvia M. F. *Amasiar ou casar? A família popular no final do século XIX*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001; PESAVENTO, Sandra J. *Os pobres da cidade*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994; MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre: urbanização e modernidade – A construção social do espaço urbano*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995, p. 88; BAKOS, Margaret M. *Porto Alegre e seus eternos intendentes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

Gráfico 3 – Moradores do Beco do Fanha por naturalidade



Fonte: Livros de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Anos 1899 (Livro 1), 1904 (Livro 5), 1912 (Livro 14) e 1915-1916 (Livro 18).

Quanto à *naturalidade* dos pacientes, a esmagadora maioria, não se estranha, era oriunda do estado do Rio Grande do Sul, totalizando 46 indivíduos. Em seguida, há a presença de cinco pacientes considerados italianos, dois portugueses e dois africanos, além de um chileno, um francês e uma pessoa natural, ou apenas advinda, do estado de Pernambuco. Dentre os pacientes naturais do Rio Grande do Sul, as mulheres eram a maioria, somando 30 indivíduos, enquanto os homens contavam apenas 16. Ambos os pacientes africanos eram homens. Já vimos o caso de Antonio Machado, mas chama atenção o fato de que Athanacio Pinto d’Azambuja, 85 anos, *preto*, tenha tantas características em comum com aquele. Assim como Antonio, Athanacio tem sua *filiação ignorada*, muito provavelmente pelos mesmos motivos arrolados acima. Seu estado civil é declarado como *solteiro*, seu endereço específico não é informado, e a ocupação, embora esteja escrita, não pôde ser precisada.³¹⁵

³¹⁵ Livro de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Ano 1899, Livro 1, p. 26, nº 1166.

Dos cinco italianos encontrados, todos eram homens entre 24 e 44 anos de idade. Cada qual apresenta uma ocupação distinta: marítimo, jornalista, *caizeiro*, sapateiro e cozinheiro. É notório que, apesar de a historiografia sobre imigrantes europeus apontar que estes costumavam atuar em serviços qualificados,³¹⁶ hajam algumas ocupações de grande mobilidade e pouca especialização como a de jornalista. Trabalhadores ligados ao mar, como marítimos e *caizeiros*, termo que insinua uma ligação com o cais, provavelmente flutuavam entre diferentes ocupações. Apenas nos casos do sapateiro e do cozinheiro é possível considerar algum grau de especialização no trabalho, muito mais no primeiro caso do que no segundo. Curiosamente, o sapateiro, José da Rossi, 42 anos de idade, *branco*, é um dos poucos casados encontrados na amostra. José foi encaminhado à Santa Casa pelo 1º posto no dia 8 de outubro de 1904 e saiu *melhorado* três dias depois. Foi considerado *pobre*, apesar de ter uma ocupação possivelmente qualificada. Informou residir na *Travessa Paysandu*, nº 5,³¹⁷ edifício que o jornal *A Federação* noticiou, no ano de 1914, ter sido demolido em virtude de intimação da Intendência Municipal, pois “ameaçava[va] desabar”.³¹⁸

Os dois homens portugueses tinham, respectivamente, 53 e 70 anos de idade, eram *brancos* e *solteiros*. Manoel Dias de Oliveira, 53, declarou ser jornalista. Foi encaminhado à Santa Casa pelo 1º posto no dia 18 de fevereiro de 1904 e faleceu dezesseis dias depois, em 5 de março.³¹⁹ Um ponto chama atenção em seu cadastro: no campo *filiação* foi registrado Manoel Dias *forro*. É possível que este se tratasse de um ex-escravizado que pertencera a Manoel Dias durante o período de escravidão, e que ainda permanecia sob suas ordens no início do século XX. O português deu baixa como *pobre* na instituição, mas

³¹⁶ No ano de 1884, em comunicação consular oficial, o cônsul da “colônia italiana” no Rio Grande do Sul, Pascale Corte, arrola as diversas ocupações dos súditos italianos distribuídos pelas cidades gaúchas. Ele destaca a existência de “médicos, farmacêuticos, alguns engenheiros, muitos padres e vários comerciantes, dentre os quais até mesmo atacadistas. Dentre os artistas, destaca aqueles que acredita pintores de mérito. Ressalta que há um bom número de fotógrafos, professores de canto e de música, escultores, cinzeladores, músicos, vendedores ambulantes, donos de botequim, hoteleiros, carpinteiros, estanhadores, caldeireiros, moleiros, padeiros, jardineiros, carroceiros etc.” Cf.: CONSTANTINO, Núncia S de. *O italiano da esquina. Imigrantes na sociedade porto-alegrense*. Porto Alegre: EST, 1991, p. 60.

³¹⁷ Livro de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Ano 1904, Livro 5, p. 53, nº 2604.

³¹⁸ *A Federação*, 21/03/1914, p. 6.

³¹⁹ 1904 foi ano bissexto.

isso não impedia que tivesse sido acompanhado até lá por um homem negro que possivelmente o servia. Não há indicação do endereço preciso.³²⁰

José Gonçalves de Carvalho, 70, por outro lado, deu baixa como 2ª Classe, tendo ingressado na Santa Casa depositando um valor de 50\$000 no dia 22 de dezembro de 1915. Dessa forma, seu atendimento seria possivelmente preferencial, ou em um quarto separado dos demais pacientes.³²¹ Sua ocupação não foi preenchida, impedindo que algo a mais possa ser dito sobre sua situação socioeconômica. José se apresentou acompanhado de uma mulher chamada Maria Luiza e indicou residir na *Travessa Paysandu*, nº 14. Em 1899, *A Federação* noticiava que naquele mesmo endereço existia uma casa de pasto e hotel de propriedade de Martins Branco Giovanni, possivelmente uma espécie de pensão na qual era possível alugar um quarto e fazer refeições.³²² Apesar disso, é provável que o negócio tenha mudado até o ano de 1915. Talvez devido ao pagamento, que proporcionou um tratamento diferenciado, José saiu *curado* no dia 10 de janeiro de 1916.³²³

A única pessoa advinda de outro estado do país foi Firmina Bastos, 63 anos de idade, *preta*, oriunda de Pernambuco. Firmina se apresentou no portão da Santa Casa no dia 14 de agosto de 1899 em companhia de um homem chamado Miguel, e recebeu alta *curada* treze dias depois. Sua profissão não foi preenchida, mas seu estado civil foi dado como *solteira*, além da *classe* constar como *pobre*. Dos 58 pacientes distintos, 50 tiveram o endereço registrado como *Travessa Paysandu*. Outros sete informaram residir no *Beco do Fanha* que, como sabemos, era a alcunha popular da rua desde o século XIX.³²⁴ Este foi o caso de Firmina, cujo endereço era Beco do Fanha, nº 22.³²⁵ Não sabemos muito sobre o local em 1899, mas, dez anos depois, em 1909, o jornal *A Federação* noticiou que “[...] na bodega nº 22 da travessa Paysandu, houve grande

³²⁰ Livro de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Ano 1904, Livro 5, p. 9, nº 596.

³²¹ De acordo com os números levantados por Priscilla Almaleh, a absoluta maioria das mulheres que davam baixa na Santa Casa era classificada como *pobre* no campo *classe*, ou seja, não dispndiam dinheiro algum para seu tratamento. ALMALEH, op. cit., p. 83.

³²² *A Federação*, 24/08/1899, capa.

³²³ Livro de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Ano 1915-1916, Livro 18, p. 87, nº 5421.

³²⁴ Uma única inscrição dizia *Rua Paysandu*.

³²⁵ Livro de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Ano 1899, Livro 1, p. 48, nº 2135.

desordem provocada pelo embarcado de nome Paulo Ferreira da Silva [...]”.³²⁶ Por sua idade e cor, além do fato de ter vindo de Pernambuco, é possível que Firmina fosse ex-escravizada e que tivesse sido comercializada no tráfico interno inter-regional após 1850.

Os periódicos também fornecem informações sobre as diferentes nacionalidades presentes no Beco do Fanha. Os italianos, que compõem a naturalidade estrangeira mais presente nas fontes da Santa Casa, aparecem diversas vezes em notícias sobre desordens, agressões e assassinatos, além de surgirem como donos de empreendimentos localizados na via. Falaremos sobre os casos de violência ao fim do capítulo; por ora, interessa apontar algumas outras ocorrências noticiadas pelos jornais. Em 1908, Pio Carraro, morador do Beco do Fanha, número não identificado, “caiu junto à escada da casa onde mora[va]”. Estava supostamente bêbado; foi tratado e levado ao xadrez para passar a noite.³²⁷ Outro italiano, Garibaldi Beltran, foi preso em 1912 na *Pensão Sirangelo*, no Beco do Fanha, nº 7, acusado de ter roupadado peças de roupa de diversas pessoas.³²⁸ Também por roubar roupas foi preso, em 1914, Agenor Benicio, cozinheiro, residente no Beco do Fanha, nº 19.³²⁹

Além desses imigrantes italianos, existem algumas esparsas menções a árabes³³⁰ em matérias d’*A Federação* que serão analisados adiante. Alguns outros nomes chamam atenção: Fortunato von Verd, “empregado do vapor Victoria, que ingeriu forte dose de ácido fênico” no nº 54 do Beco do Fanha em 1901, vindo a morrer;³³¹ Fritz Millaeck, que se encontrava “em estado de embriaguez” com outros companheiros no Beco do Fanha em 1915;³³² Miguel Adams, que brigou com José Amaro no beco em 1916;³³³ e Daniel Pottoff, dono de uma “loja de fazenda e miudezas” na esquina do Beco do Fanha com a Andradas, que teve as vidraças do estabelecimento apedrejadas em 1917

³²⁶ *A Federação*, 01/11/1909, p. 4.

³²⁷ *A Federação*, 16/12/1908, p. 2.

³²⁸ *A Federação*, 05/02/1912, p. 4. Beltran seria “ainda imberbe” e teria chegado recentemente de Santa Maria.

³²⁹ *A Federação*, 03/03/1914, p. 4.

³³⁰ A designação costumava ser usada de forma genérica para se referir a turcos, libaneses, sírios e outros gentílicos da região do Oriente Médio.

³³¹ *A Federação*, 18/03/1901, p. 2.

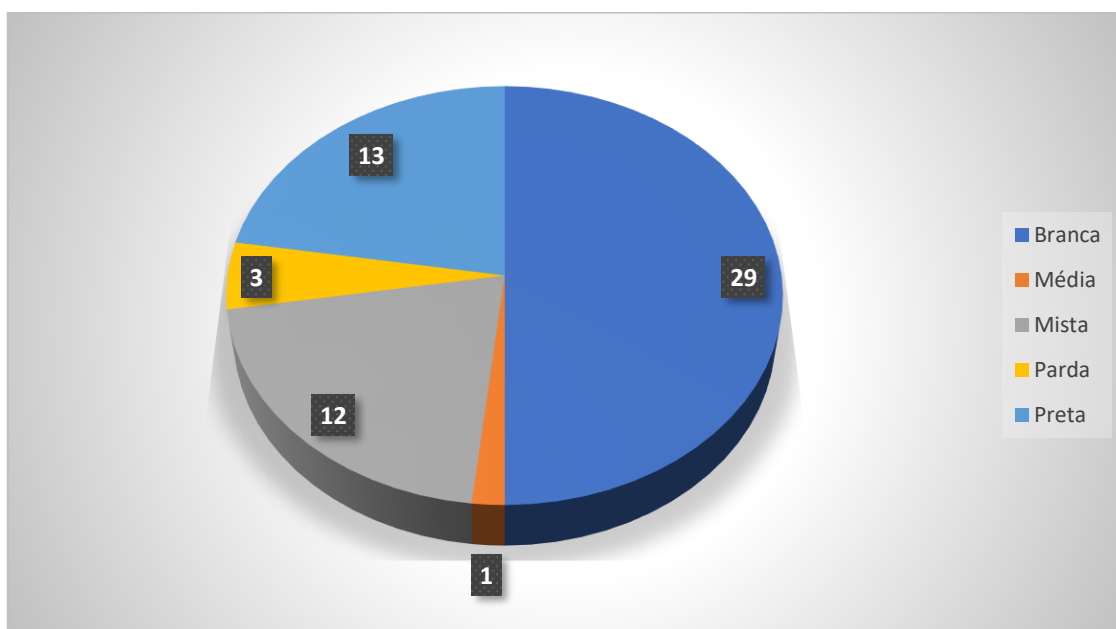
³³² *A Federação*, 11/10/1915, p. 3.

³³³ *A Federação*, 31/08/1916, p. 4.

devido à revolta popular contra alemães causada pela Primeira Guerra Mundial.³³⁴

Por fim, retornando aos pacientes da Santa Casa, a amostra indica que, no tocante à naturalidade, 81% destes eram brasileiros, enquanto os restantes 19% eram estrangeiros de procedências variadas. Apesar do número relativamente pequeno destes últimos nos registros da Santa Casa, sabemos que mais imigrantes viviam e circulavam pelo Beco do Fanha, de forma que o espaço era sujeito ao convívio entre pessoas de diferentes origens e cores e propício aos conflitos que tais diferenças podiam desencadear. Veremos mais sobre essas tensões na próxima seção do capítulo.

Gráfico 4 – Moradores do Beco do Fanha por cor



Fonte: Livros de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Anos 1899 (Livro 1), 1904 (Livro 5), 1912 (Livro 14) e 1915-1916 (Livro 18).

Ao analisarmos o campo *cor* de nossa amostra dos livros de porta da Santa Casa, temos a seguinte proporção: 29 pessoas foram definidas como *brancas*, exatos 50%; 13 indivíduos foram cadastrados sob a cor *preta*,

³³⁴ *A Federação*, 17/04/1917, capa. Curiosamente, a reportagem informa que Pottoff era “brasileiro descendente de russos”.

perfazendo 22% do total; 21%, ou seja, 12 pessoas, foram considerados de cor *mista*; os *pardos* apareceram em número de 3, somando 5%; e apenas uma pessoa foi encontrada sob a denominação *média*.

Utilizo expressões como “foram definidas”, pois não é possível saber em que medida os pacientes informavam verbalmente a pessoa responsável pelo preenchimento sobre suas características. Naturalmente, informações como o nome, estado civil, ocupação etc., não podiam ser subentendidas pelo escrivão, mas uma característica externa como a cor da epiderme podia ser avaliada e classificada de acordo com seus próprios critérios. Priscilla Almaleh relata casos de pessoas mudas que se internavam na Santa Casa e cujas inscrições contavam apenas com a informação da cor, indicando que esta era, em geral, atribuída por quem preenchia o livro de porta. Em suas palavras:

[...] a *cor* do sujeito funcionava na sociedade como forma de localização social, portanto potencialmente modificada de acordo com a situação e os aspectos relacionais de sua emergência. A tonalidade da pele também poderia ser um modo classificatório, mostrando hierarquias e qualificando, assumindo que a *cor* era sinal de características e atitudes ligadas à genética. Contudo, nesse caso, acreditamos que a cor esteja relacionada a um sentido de percepção do escrivão da SCMPA referente à tonalidade do enfermo.³³⁵

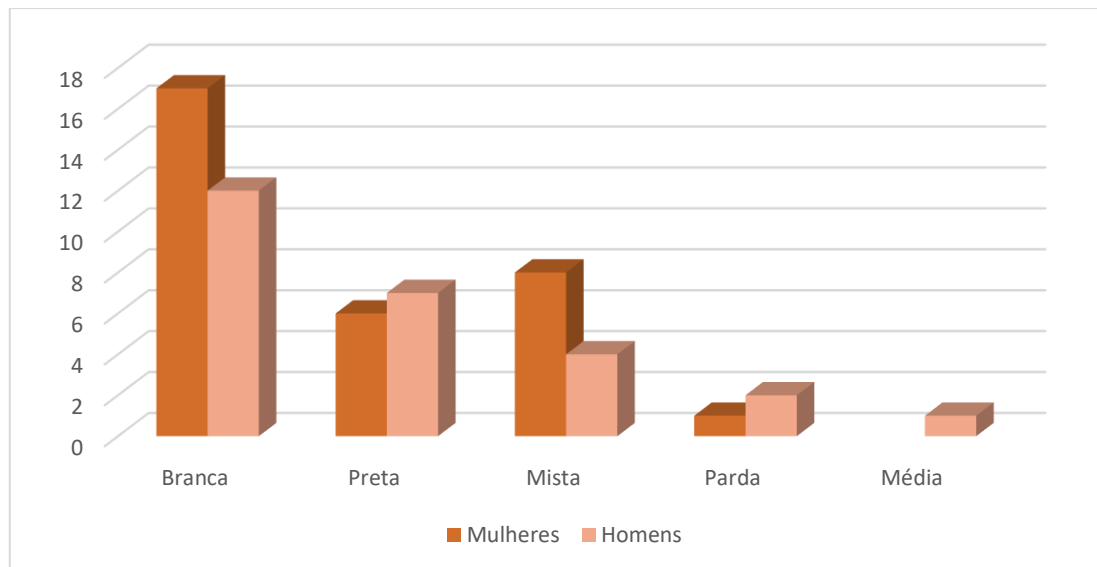
A presença da categorização por cor epidérmica nos Livros de Porta da Santa Casa chama atenção pelo fato de que a historiografia brasileira indicou, no passado, ter se encerrado esse procedimento a partir da República. Estudos mais recentes, como o de Marcus Rosa, postularam que um ocultamento em relação à pele branca e seus predicados foi produzido ao longo dos últimos dois séculos no Brasil, de forma que apenas aos tons epidérmicos escuros ficaram atreladas características específicas, especialmente negativas. Efetivamente, as pessoas com epiderme alva deixaram de *ter cor*, ao passo que pessoas não-brancas se tornaram *pessoas de cor*. De maneira que a menção à pele negra já era suficiente para trazer à tona o passado escravista do país, assim como vinha

³³⁵ ALMALEH, op. cit., p. 282. Grifos da autora.

carregada de concepções mais recentes relativas à disciplina, ao trabalho e à moralidade.³³⁶

Os números parecem pender para uma maioria branca, afinal, metade de todos os pacientes encontrados em nossa amostra foram designados como tal. Entretanto, se olharmos para os outros grupos que compunham esse universo, notaremos que, somados, estes também perfazem metade da amostra se considerados como não-brancos. Almaleh percebe fenômeno semelhante analisando uma quantidade muito maior de dados da instituição. Investigando as cores das mulheres enfermas da Santa Casa entre os anos de 1889 e 1900, a autora nota que “somando todas aquelas que não são declaradas brancas (preta, parda, indiática, china, morena, cabra, fula e mista), temos uma maioria não-branca na instituição”.³³⁷ Sendo assim, a maioria branca pode ser colocada em perspectiva.

Gráfico 5 – Moradores do Beco do Fanha por cor e sexo



Fonte: Livros de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Anos 1899 (Livro 1), 1904 (Livro 5), 1912 (Livro 14) e 1915-1916 (Livro 18).

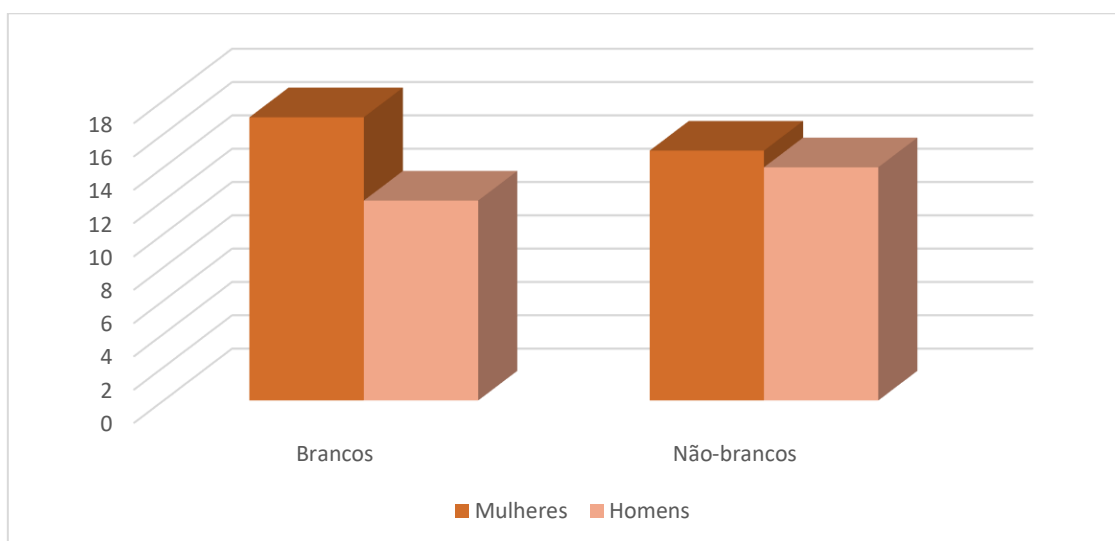
³³⁶ ROSA, op. cit., p. 21.

³³⁷ ALMALEH, op. cit., p. 274.

Em relação ao sexo, das 29 pessoas consideradas *brancas*, dezessete eram mulheres e doze, homens. Entre as treze pessoas consideradas *pretas*, os homens somavam sete e as mulheres, seis. Entre os de cor *mista*, num total de doze, as mulheres eram a maioria, com oito, e os homens somavam apenas quatro. Havia dois homens considerados *pardos* e apenas uma mulher, restando apenas um homem definido como de cor *média*. Este último era Justo Gonzaga, 20 anos, jornalista, que declarou ser chileno.³³⁸

Como podemos perceber, não existe, pelo menos nesta amostra, um padrão nítido entre as diferentes cores classificadas na fonte. As mulheres são a maioria entre as pessoas de cor branca e mista, mas estão em menor número entre as pessoas pretas e pardas. Não parece razoável supor, por estes números apenas, que havia uma maior tendência de frequentar a Santa Casa entre as mulheres consideradas brancas e mistas e menor entre as pretas e pardas, ou o inverso aplicado aos homens.

Gráfico 6 – Moradores do Beco do Fanha, brancos e não-brancos por sexo



Fonte: Livros de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Anos 1899 (Livro 1), 1904 (Livro 5), 1912 (Livro 14) e 1915-1916 (Livro 18).

³³⁸ Livro de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Ano 1904, Livro 5, p. 94, nº 4442.

Um ponto a salientar é que o número de homens *brancos* era menor do que o de mulheres *brancas*, homens *não-brancos* e mulheres *não-brancas*. Dos doze homens classificados como *brancos*, sete também foram registrados como imigrantes, sendo cinco italianos e dois portugueses, restando apenas cinco homens *brancos* brasileiros. Havia apenas uma estrangeira entre as mulheres *brancas*, Ema Müller, francesa, 35 anos de idade, que deu baixa na Santa Casa no dia 13 de fevereiro de 1912 e saiu *a pedido/melhorada* 23 dias depois,³³⁹ em 7 de março.³⁴⁰ Dessa forma, encontramos nas fontes da Santa Casa dezesseis mulheres *brancas* brasileiras, fazendo com que a discrepância entre estas e os homens *brancos* brasileiros fosse bastante significativa e indicando que havia um maior número de homens *não-brancos* circulando ou habitando o Beco do Fanha.

Tabela 3 – Moradores do Beco do Fanha por cor, sexo e idade

	Branca		Preta		Parda		Mista		Média	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Idade										
15-20	1	5	0	1	1	0	0	2	1	0
21-30	4	8	4	2	1	1	3	6	0	0
31-40	2	3	1	1	0	0	0	0	0	0
41-50	3	0	0	1	0	0	1	0	0	0
51-60	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
61-70	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0
71-90	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	12	17	7	6	2	1	4	8	1	0

Fonte: Livros de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Anos 1899 (Livro 1), 1904 (Livro 5), 1912 (Livro 14) e 1915-1916 (Livro 18).

Se considerarmos, além dessas variáveis, a idade, o que percebemos? Primeiramente, as mulheres *brancas* dispunham de um leque variado de idades, desde a mais jovem da amostra, a já mencionada Julieta de Azevedo, até a

³³⁹ 1912 também foi ano bissexto.

³⁴⁰ Livro de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Ano 1912, Livro 14, p. 37, nº 843.

mulher mais idosa, Anacleta Dias de Souza, também já nossa conhecida. Das dezessete mulheres consideradas *brancas*, nove tinham entre 19 e 24 anos, formando a faixa etária mais expressiva. Os homens *brancos* também estavam bastante dispersos, não havendo ocasião em que mais de um indivíduo tivesse a mesma idade. O homem *branco* mais jovem tinha 18 anos, enquanto o mais velho somava 70.

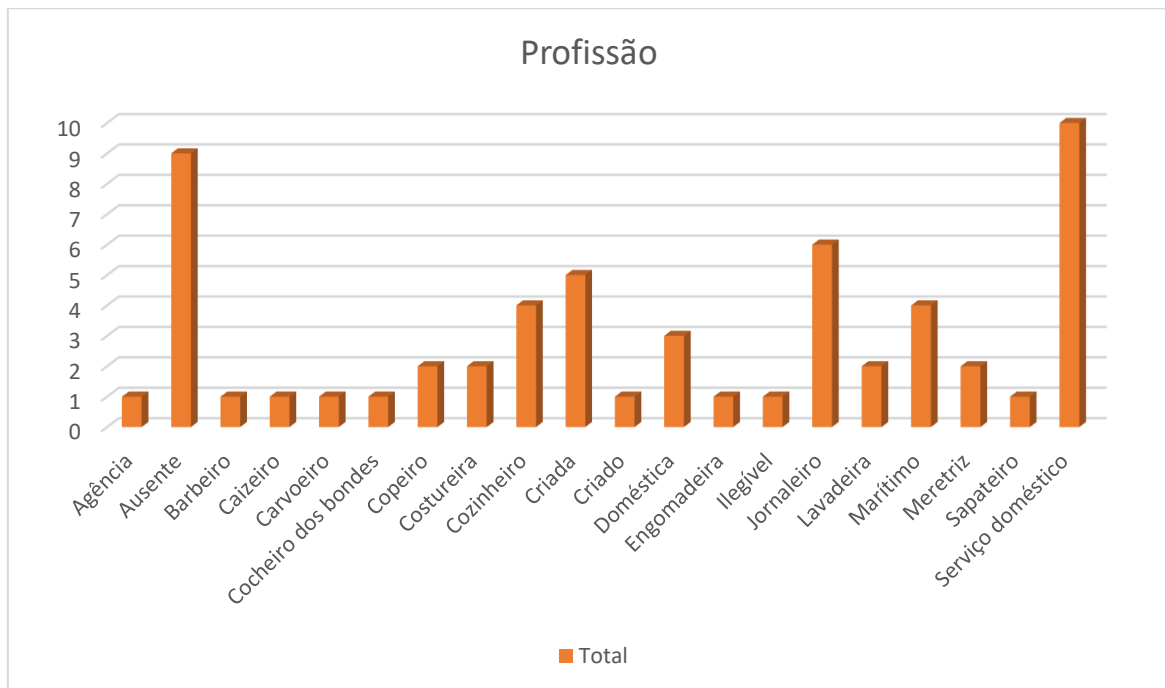
As idades das mulheres consideradas *pretas* também não se repetiram. A mais jovem tinha 20 anos, já a mais velha, 63. De um total de seis mulheres com essas características, metade tinha entre 20 e 26 anos. Entre os homens considerados *pretos*, as idades variavam entre 23 e 90 anos, sendo esta última, como vimos acima, a maior idade encontrada na amostra.

Entre as pessoas de cor *mista*, todas as oito mulheres estavam na casa dos 20 anos, mas seis delas tinham entre 20 e 22 anos. Dos quatro homens, dois tinham 21 anos, tendo os outros dois 28 e 42. A única mulher considerada *parda* tinha 24 anos e os dois homens *pardos* tinham 19 e 23. Justo Gonzaga, como já vimos, tinha 20 anos e foi o único classificado como de cor *média*.

Sem contar os casos evidentes de imigrantes europeus, todas as pessoas *brancas* eram naturais do estado do Rio Grande do Sul. Entre as pessoas *não-brancas*, descontando também o imigrante chileno, apenas entre os *pretos* é possível encontrar outras nacionalidades, sendo estas uma pessoa de Pernambuco e duas da África.

Um dos temas mais interessantes é o das profissões ou ocupações dos pacientes da amostra. Os livros de porta da Santa Casa apresentam uma gama de ocupações, a grande maioria urbana, que nos permitem entrever um pouco do cotidiano dos moradores do Beco do Fanha. Primeiramente, temos dez mulheres que declararam trabalhar no serviço doméstico, ocupação de maior incidência nas fontes. Não obstante, podemos ir além desse número se considerarmos as diferentes ocupações domésticas que foram assinaladas pelas pacientes: consideradas as três domésticas e as cinco criadas, temos um total de 18 mulheres vinculadas ao trabalho doméstico. Destas, nove eram *brancas*, quatro de cor *mista* e quatro *pretas*. Ou seja, os números de *brancas* e *não-brancas* eram praticamente iguais.

Gráfico 7 – Moradores do Beco do Fanha por profissão



Fonte: Livros de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Anos 1899 (Livro 1), 1904 (Livro 5), 1912 (Livro 14) e 1915-1916 (Livro 18).

Em muitos casos, essas trabalhadoras podiam viver nas casas em que serviam. Paulo Moreira afirma que “parte importante dos ganhos obtidos pelas criadas devia ser garantida pela moradia e alimentação junto à casa dos patrões”. Apesar disso, há um número significativo de trabalhadoras domésticas que habitavam o Beco do Fanha, pois “parte dessas populares preferia habitar por conta própria em quartos de cortiços ou casebres, divididos com eventuais amásios (como soldados e marítimos, por exemplo) ou *companheiras de casa*”.³⁴¹

No início deste capítulo discorreremos sobre a história de duas lavadeiras que alugavam as dependências de um armazém na esquina do Beco do Fanha. Esse parece um nítido exemplo do que se refere Paulo Moreira sobre as trabalhadoras que viviam com *companheiras de casa*; mas há outros exemplos. Em 1903, duas matérias publicadas por *A Federação* relataram o desaparecimento e morte de Juventina *de tal*, moradora do Beco do Fanha, nº 3A. Falamos brevemente sobre Juventina anteriormente, mas vale a pena

³⁴¹ MOREIRA, op. cit., p. 221. Grifos do autor.

discorrer sobre sua história em maiores detalhes. Na madrugada do dia 9 de julho daquele ano, duas *companheiras* de Juventina, Maria Fernandes e Maria Leopoldina Nunes, procuraram o major Lousada, subintendente do 1º distrito de Porto Alegre, para comunicar o desaparecimento da amiga. Relataram que Juventina dera a entender que estava “aborrecida de viver”, tendo deixado a residência no meio da noite e rumado até as margens do Guaíba. As amigas a seguiram a certa distância, mas eventualmente desistiram e buscaram as autoridades. Dois agentes foram enviados ao local onde Juventina havia sido vista pela última vez, mas encontraram apenas um lenço e um par de chinelos sobre o cais da localidade.³⁴² Quatro dias depois, em nova matéria do periódico, o caso teve seu desfecho revelado: um canoeiro que navegava pelas imediações do cais sentira um peso no remo e verificou que se tratava de um cadáver; as autoridades resgataram o corpo, que foi identificado como o de Juventina por uma vizinha sua, chamada Amalia Maria da Conceição. O jornal apresentou o caso como um suicídio.³⁴³

As matérias revelam, além de uma triste história de desespero existencial, o fato de que diversas mulheres viviam e entretinham amizades nas imediações do nº 3A do Beco do Fanha. É possível que esses arranjos fossem tão comuns quanto as relações de amasamento, sobre as quais discutiremos mais adiante; trabalhadoras e trabalhadores pobres buscavam dividir suas habitações com companheiras e companheiros do mesmo sexo com quem tinham algum tipo de vínculo, dividindo os gastos e garantindo certo conforto emocional.

Mas às vezes as relações podiam azedar por motivos diversos e os arranjos malogravam. Foi o caso de Maria Rosa Alves Pereira e Maria Gomes Soares, “residentes numa baiúca da travessa Paysandu”, que, em 1911, “travaram-se de razões [...] por motivo de ciúmes”. De acordo com A Federação, “Maria Rosa, que é uma verdadeira *tarasca*, pespegou formidável dentada no rosto de sua companheira” e acabou levada ao xadrez do 1º posto. Maria Gomes foi medicada e retornou à sua residência.³⁴⁴ Devido ao desentendimento e à

³⁴² A Federação, 09/07/1903, p. 2.

³⁴³ A Federação, 13/07/1903, p. 2.

³⁴⁴ A Federação, 31/05/1911, p. 4. O grifo é meu. *Tarasca*, de acordo com o dicionário Michaelis (Online), é um animal lendário oriundo da mitologia francesa. Seu aspecto parece misturar as feições de uma tartaruga e um leão.

prisão, é provável que ambas as Marias tenham tido que mudar de habitação; ou, pelo menos, de companheiras. O texto nos permite inferir inclusive uma relação amorosa entre as mulheres, pois não precisamos supor que um homem fosse a causa dos ciúmes.

Moreira também discorre sobre as atividades realizadas pelas trabalhadoras domésticas:

A categoria *serviço doméstico*, além de englobar o conjunto das atividades realizadas na manutenção diária das residências (como amas-de-leite, por ex.), era utilizada pelas autoridades com o mesmo objetivo da de *jornaleiros* para os homens — abrangia os indivíduos sem especialização profissional, autônomos e em cuja existência passavam combinando diversos meios de vida, sem ocupação definida.³⁴⁵

Dessa noção de serviço doméstico como uma ocupação indefinida e não-especializada vem a ideia de que, em muitos casos, o rótulo seria uma maneira de acobertar outros meios de sustento, como a prostituição.³⁴⁶ Almaleh relembra que a Santa Casa era uma instituição religiosa, “composta por irmãos de caridade, o que poderia causar certo receio por quem não vivia conforme a Igreja e a moralidade discursavam”.³⁴⁷ Omitir a verdadeira ocupação, caso esta se tratasse de algo visto como imoral pela sociedade, poderia ser uma maneira de evitar preconceitos e julgamentos, além de possibilitar, talvez, um tratamento mais igualitário.

Outra tática utilizada por mulheres envolvidas com a prostituição, de acordo com Paulo Moreira, era a de usar pseudônimos, “nomes de guerra”, para desligar a ocupação de suas verdadeiras identidades, ou mesmo para despistar as autoridades. Encontramos apenas duas pacientes da Santa Casa cuja

³⁴⁵ MOREIRA, op. cit., p. 223. Grifos do autor.

³⁴⁶ Marcus Rosa encontrou casos de moradoras da Cidade Baixa, em Porto Alegre, que viviam simultaneamente da prostituição e de outras ocupações. Havia casos em que as autoridades policiais atribuíam a mulheres ocupações tais quais “lavadeira e prostituta” ou outros semelhantes. A veracidade das informações relatadas pela polícia, no entanto, pode ser duvidosa: teriam as mulheres relatado se ocuparem parcialmente da prostituição? Sandra Graham aponta que, para as mulheres populares, ter uma relação duradoura reconhecida pela comunidade e pelas autoridades podia lhes garantir respeitabilidade. ROSA, op. cit., p. 111; GRAHAM, op. cit., p. 74.

³⁴⁷ ALMALEH, op. cit., p. 115.

profissão era expressamente a de *meretriz*. Não é possível constatar o uso ou não de pseudônimos, mas os nomes apresentados pelas pacientes, em ambos os casos, possuíam prenome e sobrenome, algo incomum às alcunhas de prostitutas. Moreira apresenta alguns exemplos desses pseudônimos: “Carolina Bonifácio Anjo Alves, era ‘conhecida’ por Isaura [...], Cristina Maria dos Santos, *vulgo* Celestina [...], Joana Maria da Conceição era *geralmente conhecida* por Real Silva [...], Maria Joaquina era a *serrana* [...]”.³⁴⁸

Na maioria dos casos apresentados, os apelidos são simples, compostos apenas por prenomes ou até mesmo adjetivos. Quanto às duas supostas meretrizes encontradas nas fontes, temos que uma se apresentou como Julieta Maria da Conceição, 24 anos de idade, *branca*, deste estado. Julieta teve, como o ancião Antonio Machado, a filiação considerada *ignorada*. Foi encaminhada à Santa Casa pelo 1º posto no dia 19 de novembro de 1915 e saiu *a pedido* no dia 27 de março de 1916, após incríveis 129 dias de internação.³⁴⁹ O endereço informado por Julieta foi *Travessa Paysandu*, nº 9, sobre o qual não se encontrou nenhuma menção nos jornais que implicasse em seu uso como local de prostituição.³⁵⁰

O mesmo vale para o nº 15, que foi informado como endereço de outra mulher considerada meretriz, Marlisa Malé dos Santos, 21 anos de idade, de cor *mista*, deste estado. Esta deu entrada na Santa Casa no dia 24 de novembro de 1915, encaminhada pelo 1º posto, tendo saído também *a pedido* no dia 14 de dezembro. Marlisa foi acompanhada por um homem chamado José Ramiro de Luni, sobre o qual não se sabe maiores informações.³⁵¹

Como vemos, em ambos os casos as mulheres marcadas como meretrizes não informaram residir em locais reconhecidos publicamente como

³⁴⁸ MOREIRA, op. cit., p. 183. Grifos do autor.

³⁴⁹ Priscilla Almaleh explica que havia diversos motivos para os pacientes pedirem para sair da Santa Casa. Por um lado, havia o entendimento popular de que os males não precisavam ser curados de fato, mas apenas ter seus sintomas tratados para acabar com o estado de sofrimento constante. Por outro, é provável que muitas pessoas desistissem do tratamento médico para buscar outras alternativas, pois “nessa época a cura propriamente dita era difícil de ser obtida”. ALMALEH, op. cit., p. 63.

³⁵⁰ Livro de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Ano 1915, Livro 18, p. 75, nº 4859.

³⁵¹ Livro de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Ano 1915, Livro 18, p. 76, nº 4929.

espaços de prostituição, tampouco apresentaram pseudônimos (ao menos não evidentes) para mascarar suas verdadeiras identidades. Podemos supor algumas coisas sobre isso. Em primeiro lugar, é possível especular que essas mulheres fossem notórias por sua ocupação, não havendo possibilidade de mentir a respeito de suas identidades. É também provável que, dados os motivos de suas interações, o escrivão da Santa Casa tenha pressuposto tratarem-se de meretrizes. Mas também é importante lembrar do que adverte Paulo Moreira: “[...] mesmo quando usado, o rótulo de prostituta deve ser questionado”.³⁵² De acordo com o discurso propagado pelas elites, mulheres, especialmente populares, que coabitassem com homens fora da instituição do casamento, em “concubinato” ou “libertinagem”, eram consideradas imorais. Daí para um deslize retórico à prostituição não seria muito. Portanto, é preciso considerar essa classificação com cuidado. Apesar disso, a prostituição existia e também é provável que essas pacientes a praticassem como forma de sustento.

O Beco do Fanha era “famigerado” pela grande quantidade de tavernas e casas de prostituição que supostamente lá existiam. Mas nossa análise mostrou até aqui, com uma amostra enxuta, é bem verdade, que um número ínfimo de mulheres apareceu ligado à prostituição. Podemos considerar que, de fato, o serviço doméstico funcionava como uma camuflagem à prostituição. Por outro lado, é preciso lembrar que havia um abismo entre os discursos das elites e as práticas dos populares. Priscilla Almaleh nos lembra que, ao fugirem dos moldes de castidade, as mulheres populares “desafiavam com a autonomia do uso dos seus corpos um sistema religioso e de normas pré-estabelecidas”.³⁵³ Por viverem de maneira diferente daquilo que o discurso das elites propagava como sendo o correto ou esperado delas, as mulheres populares entraram na história como devassas, imorais, prostitutas. Esse pode ter sido o caso das moradoras do Beco do Fanha.

As ocupações masculinas são mais dispersas, não havendo nada semelhante à área do serviço doméstico em questão de números. Encontramos seis jornaleiros e um agência, trabalhos semelhantes por se tratarem de ocupações intermitentes, instáveis, sem vínculos. Notamos também quatro

³⁵² MOREIRA, op. cit., p. 224.

³⁵³ ALMALEH, op. cit., p. 197.

cozinheiros e quatro marítimos, ocupações condizentes com a localização da rua. Muitas reportagens jornalísticas, além de textos de memorialistas e da memória popular, destacam a grande presença de botecos, tavernas e casas de pasto no Beco do Fanha durante o período estudado. Sendo assim, alguns cozinheiros que trabalhavam nesses locais podiam residir lá mesmo. Por outro lado, já mencionamos que a via era localizada próximo à Alfândega e, logo, ao cais, o que ocasionava nela a presença de trabalhadores marítimos. Paulo Moreira afirma que, para os trabalhadores do mar, “o contato com prostitutas (ou mulheres assim chamadas pelas autoridades), suas amásias ou não, podia garantir-lhes local de guarida quando desembarcavam”.³⁵⁴ Por se tratar de uma ocupação com grande mobilidade, manter contatos nas cidades nas quais passavam garantia aos marítimos locais de pernoite ou residência temporária.

Façamos uma breve análise do perfil dos marinheiros encontrados a fim de perceber algum elemento em comum. Dos quatro, dois foram classificados como *brancos* (um dos quais era Antonio José Machado, sobre quem já falamos anteriormente) e outros dois como *pretos*. Três eram deste estado, enquanto um era italiano. Este, Pasquale Cinquini, foi encaminhado à Santa Casa pelo cônsul italiano³⁵⁵ de Porto Alegre no dia 23 de junho de 1899 e saiu *curado* no dia 17 de julho. Talvez por não ser natural de Porto Alegre, Pasquale informou residir no *Beco do Fanha*, nº 14, em vez de usar o nome oficial da via.³⁵⁶ Como mostramos anteriormente, nesse endereço existia, no ano de 1899, uma casa de pasto e hotel de propriedade de Martins Branco Giovanni. Talvez por se tratar

³⁵⁴ MOREIRA, op. cit., p. 190.

³⁵⁵ Núncia de Constantino relata o ambiente de competição entre as autoridades consulares italianas em Porto Alegre e os súditos italianos: “Problema de natureza diferente enfrentou o Cônsul Brichanteau, cuja autoridade era repartida ou contestada com um dos expoentes da colônia. Giuseppe Viale vivia em Porto Alegre desde meados do século passado [XIX], sendo que na década de 1870 batiza na mesma três filhos e assina a ata de fundação da sociedade ‘Vittorio Emanuele’. Foi proprietário do ‘Casino Italiano’, estabelecimento de porte que funcionou na Rua dos Andradas. Carta do Vice-Cônsul Brandolini à Legação Italiana no Rio de Janeiro, datada de 1897, caracteriza Viale como homem de ‘conduta normal, muita ambição e caráter irascível’. Na mesma carta é acusado de se ocupar com qualquer questão que envolvesse súditos italianos e que, por isso, encontrava inúmeros admiradores e seguidores fiéis, ‘verdadeiros instrumentos’ em suas mãos. O vice-cônsul, defendendo a autoridade maior no Rio Grande do Sul, lembra que o café pertencente a Viale era mesmo chamado ‘O Consulado’”. DE CONSTANTINO, op. cit., p. 51.

³⁵⁶ Livro de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Ano 1899, Livro 1, p. 37, nº 1646.

de um proprietário aparentemente italiano, o local fosse procurado por outros imigrantes que passavam pela cidade.

Dos marinheiros considerados *pretos*, um era Affonso Estevão, 24 anos, casado, que se apresentou nos portões da Santa Casa no dia 9 de janeiro de 1912 e saiu *melhorado* quatro dias depois. A característica que mais chama a atenção é o fato de Affonso ter declarado ser *casado* (e o escrivão ter considerado a informação verdadeira). Como já mencionamos anteriormente e veremos a seguir de forma mais detida, os populares não costumavam ter suas relações afetivas colocadas no mesmo patamar do casamento cristão. Amasiados, os casais populares eram considerados solteiros pelas autoridades, que desconsideravam suas relações estáveis e duradouras fora dos preceitos religiosos. Sendo assim, é possível que Affonso fosse realmente casado no âmbito religioso ou civil. Ele informou residir na *Travessa Paysandu*, nº 24.³⁵⁷

Quanto ao quarto marinheiro, trata-se de Izidro Faustino Lopes, *preto*, 29 anos de idade, *solteiro*, que se apresentou nos portões da Santa Casa em 24 de janeiro de 1912 e saiu *curado* no dia 2 de fevereiro. Izidro informou habitar no nº 29 da *Travessa Paysandu*, outro endereço sobre o qual não foram encontradas informações a respeito de prostituição.³⁵⁸

Portanto, uma análise inicial sobre os trabalhadores do mar encontrados nas fontes não revela características condizentes com os discursos da época. Os marinheiros supostamente mantinham contatos com mulheres pelas cidades onde passavam, podendo desfrutar de sua companhia e, por extensão, ter guarida temporária. Não obtivemos informações suficientes para enxergar esse fenômeno; pelo contrário, com os dados que conseguimos coletar, encontramos um marinheiro italiano possivelmente hospedado no hotel de um compatriota, e um marinheiro deste estado que afirmou ser casado. Apesar de serem leituras inconclusivas, atestam a diversidade das condições de vida desses indivíduos.

As demais ocupações são muito esparsas para apontamentos representativos. Mas podemos pensar, ainda nesse tema, sobre os casos nos

³⁵⁷ Livro de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Ano 1912, Livro 14, p. 22, nº 175.

³⁵⁸ Livro de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Ano 1912, Livro 14, p. 29, nº 477.

quais a profissão não foi especificada pelo paciente: há algum motivo aparente para esse fenômeno? Priscilla Almaleh destaca que:

A burocracia proveniente das Santas Casas incorporava esse dado à identificação dos pacientes como uma forma de localização social. Saber a profissão do enfermo auxiliaria os médicos a compreender o cotidiano, além de que com esse conhecimento esses profissionais saberiam de algumas ações ordinárias das profissões, que poderiam auxiliar no diagnóstico das doenças.³⁵⁹

Saber as profissões dos enfermos era, portanto, parte importante da internação e do tratamento, pois poderia fornecer informações valiosas sobre os males que os acometiam. Não seriam dados facilmente negligenciáveis.

Já falamos sobre como algumas mulheres que se ocupavam principalmente com a prostituição, além dos sempre presentes serviços domésticos, podiam omitir sua forma de sustento para evitar constrangimentos e preconceitos na instituição médica. Essa não era uma realidade apenas feminina; Almaleh, em sua abrangente pesquisa com os dados da Santa Casa, aponta que “os homens também possuíam um alto índice de não declaração” profissional, muito embora possuíssem um leque muito mais abrangente de possíveis ocupações.³⁶⁰ O motivo dessa omissão, portanto, não se limita às ocupações tidas como imorais e degradantes.

A análise dos nove casos omissos em nossa amostra aponta que destes, sete eram referentes a mulheres e apenas dois a homens. Encontramos três mulheres declaradas *brancas*, duas *mistas* e duas *pretas*, enquanto os dois homens foram considerados *branco* e *preto*, respectivamente. Entre os casos femininos, apenas um não era do Rio Grande do Sul, a pernambucana Firmina Bastos. Entre os masculinos, ambos eram de naturalidade estrangeira, os já referidos José Gonçalves de Carvalho, português, e o africano, possivelmente ex-escravizado, Antonio Machado. Esses três casos são representativos de um motivo para a não declaração de profissão: a idade avançada. Os três pacientes mencionados estavam entre os mais idosos da amostra, respectivamente 63, 70

³⁵⁹ ALMALEH, op. cit., p. 165.

³⁶⁰ Ibid., p. 174.

e 90 anos de idade, o que possivelmente os impossibilitava de atuar profissionalmente. Mas e os demais?

Entre os seis pacientes restantes, as idades variavam dos 16 aos 27 anos. Maria da Silva, 16 anos de idade, *branca* e deste estado, apresentou-se no portão da Santa Casa no dia 17 de dezembro de 1915 e saiu *curada* três dias depois. Declarou residir na *Travessa Paysandu*, nº 24.³⁶¹ Entre os anos de 1915 e 1916, quatro Marias informaram habitar esse mesmo endereço, o que indica uma possível coabitação, talvez se tratando de uma pensão ou casa subdividida. Uma dessas Marias era Maria Palmeira, 27 anos, *mista* e deste estado, que foi remetida à Santa Casa pelo 1º posto no dia 6 de janeiro de 1916 e faleceu dois dias depois.³⁶² Em ambos os casos, temos mulheres jovens que habitavam no mesmo local e que, por algum motivo, não declararam suas ocupações. É possível que Maria da Silva, aos 16 anos de idade, ainda não trabalhasse, e que Maria Palmeira não estivesse em condições de informar sua ocupação, tendo em vista que morreu dois dias depois. Isso não a impediu, entretanto, de informar outros dados pessoais.

Enquanto algumas análises nos distanciam de certos estigmas sobre o Beco do Fanha, outras acabam nos aproximando deles. É possível que as quatro Marias recebessem homens em sua casa como meio de subsistência, e por isso duas delas não informaram sua ocupação, enquanto as outras duas, Maria Ferreira de Jesus³⁶³ e Maria Emília da Conceição, 22 e 24 anos de idade respectivamente, declararam ser, também respectivamente, criada e doméstica. Esta última inclusive foi uma das pacientes cujos registros se repetem no livro de porta, indicando múltiplas internações. Sua primeira incursão na Santa Casa foi entre 2 de dezembro de 1915 e 14 de janeiro de 1916, tendo saído *melhorada*.³⁶⁴ Oito dias depois, Maria Emília da Conceição retornou à instituição,

³⁶¹ Livro de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Ano 1915, Livro 18, p. 85, nº 5342.

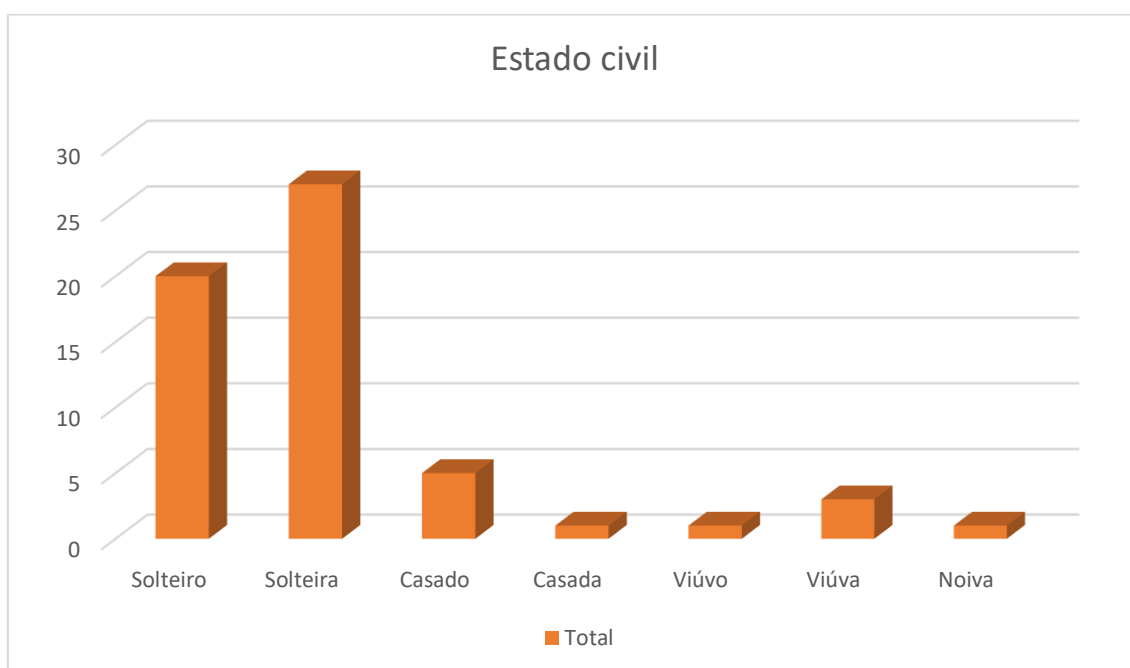
³⁶² Livro de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Ano 1916, Livro 18, p. 93, nº 96.

³⁶³ Livro de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Ano 1915, Livro 18, p. 77, nº 4989.

³⁶⁴ Livro de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Ano 1915, Livro 18, p. 80, nº 5105.

declarando desta vez ser criada, e vindo a falecer no dia 21 de março.³⁶⁵ A apresentação de outra ocupação pode indicar que os termos doméstica e criada eram intercambiáveis, assim como que Maria Emília havia dado versões diferentes sobre sua ocupação. De qualquer forma, em se tratando de prostitutas, não temos mais informações para precisá-lo. Não foram encontradas notícias vinculando o endereço à prostituição ou a qualquer outro tema considerado imoral pelos periódicos.

Gráfico 8 – Moradores do Beco do Fanha por estado civil



Fonte: Livros de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Anos 1899 (Livro 1), 1904 (Livro 5), 1912 (Livro 14) e 1915-1916 (Livro 18).

Para finalizar este breve sumário sobre as características socioeconômicas dos habitantes de Beco do Fanha, vale deter-se um instante sobre o estado civil daquelas pessoas. Salta aos olhos, no gráfico acima, a grande maioria de pessoas consideradas *solteiras*. Das 58 entradas individuais, 47 aparecem como tal, sendo 27 mulheres e vinte homens. Os *casados* são apenas seis, sendo cinco deles homens e apenas uma mulher. Entre os *viúvos*

³⁶⁵ Livro de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Ano 1916, Livro 18, p. 98, nº 339.

o número é ainda menor, apenas três mulheres e um homem. Havia ainda uma paciente que declarou ser *noiva*. Mediante esse cenário, devemos crer que a grande maioria dos pacientes da amostra não entretinha nenhum tipo de relação amorosa duradoura?

Priscilla Almaleh percebe, em sua análise dos dados da Santa Casa, que o número de mulheres e homens solteiros era sempre predominante, mas que as mulheres casadas apareciam com metade do número de solteiras, enquanto os homens casados eram bem inferiores aos solteiros.³⁶⁶ Percebemos um fenômeno semelhante em nossa amostra, com um número de solteiros muito superior ao de casados, mas não enxergamos a mesma proporção de mulheres casadas.

A questão do estado civil dos populares na Primeira República já foi tema de diversas pesquisas. Silvia Arend, por exemplo, constatou que a questão do casamento formalizado não estava posta de maneira tão premente para aquelas pessoas como aos membros da elite. Os populares tinham, de fato, sua própria instituição relacional, o amasiamento, que tinha tanta validade em seu meio social quanto o casamento tinha para os mais abastados, embora estes considerassem o comportamento popular como imoral. Arend postula que:

[...] o não-reconhecimento do amasiamento como um estado civil, pelas duas instituições que representavam o Estado [Polícia e Justiça], demonstra a existência de um embate entre culturas distintas e a tentativa de imposição da norma dominante, que é o casamento.³⁶⁷

Apesar de ser uma instituição reconhecida entre os populares, é muito provável que o amasiamento não fosse considerado pelo escrivão da Santa Casa. O grande número de pessoas declaradas *solteiras* certamente é resultado do julgamento pessoal da pessoa responsável pelo registro escrito, ou mesmo pela discrição dos populares, que optavam por não comparar seus relacionamentos com o casamento.

³⁶⁶ ALMALEH, op. cit., 156.

³⁶⁷ AREND, op. cit., p. 61.

Devemos retomar agora a discussão sobre o campo *filiação*. Como já foi dito, é minha opinião, embasada na historiografia e na análise das fontes, que, em determinadas circunstâncias, os pacientes eram acompanhados à Santa Casa por algum parente, amigo ou companheiro, e que essas pessoas eram registradas no campo *filiação*. É possível que em diversos casos os pacientes apenas citassem o nome de um parente, mas certos exemplos demonstram nitidamente nossa hipótese e isso pode nos ajudar a compreender a situação dos *solteiros e solteiras*.

Tomemos como exemplo o caso de Maria Floriana de Jesus, 19 anos de idade, *branca*, deste estado, que declarou trabalhar no serviço doméstico. Maria Floriana se apresentou no portão da Santa Casa no dia 25 de janeiro de 1912 e em sua *filiação* consta um homem chamado Domingos *de tal*.³⁶⁸ Essa era uma expressão depreciativa utilizada de maneira semelhante ao termo *fulano*, quando não se podia ou não se sabia determinar o nome, ou, neste caso, o sobrenome de uma pessoa, especialmente populares. Seria estranho supor que Maria Floriana não soube indicar o sobrenome de seu pai ou de algum parente próximo; mais provável é que o homem chamado Domingos tivesse acompanhado até a Santa Casa, informando apenas o seu prenome. Neste caso, Maria Floriana foi considerada *solteira*, mas, com base em nossa hipótese, Domingos era provavelmente seu amásio. Isso é reforçado pelo fato de Maria Floriana ter sido internada uma segunda vez, em 1915, mas com *filiação ignorada*.³⁶⁹

Caso semelhante é o de Paulina Maria do Rosário, 21 anos, cor *mista*, deste estado, também do serviço doméstico. Esta se apresentou no portão da Santa Casa no dia 29 de janeiro de 1912 e sua *filiação* consta como Firmino da Silva.³⁷⁰ Semelhantemente, Paulina foi considerada *solteira*, mas seu sobrenome não confere com o de sua *filiação*, indicando a possível companhia de um amásio.

³⁶⁸ Livro de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Ano 1912, Livro 14, p. 30, nº 518.

³⁶⁹ Livro de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Ano 1915, Livro 18, p. 63, nº 4359. Em 1915 a profissão de Maria Floriana consta como criada.

³⁷⁰ Livro de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Ano 1912, Livro 14, p. 32, nº 588.

Entre os homens isso não acontece. Em quase todos os registros de homens *solteiros*, na filiação constam outros homens com os mesmos sobrenomes. São os casos de Pasquale Cinquini (paciente) e Antonio Cinquini (*filiação*),³⁷¹ Olerio Fontoura e Athanazio Fontoura,³⁷² João Flores e Franklin Flores,³⁷³ Rogério Pettenelli e Egisto Pettenelli,³⁷⁴ entre outros. Já falamos sobre a hipótese de Priscilla Almaleh, segundo a qual é possível que as mulheres tivessem maiores redes de contatos e cuidados, enquanto os homens fossem mais pobres no quesito relacional. É possível que muitos homens fossem sozinhos à Santa Casa e indicassem seus pais como filiação, mas não podemos deixar de lado a hipótese de que homens com algum grau de parentesco se acompanhassem em incursões à Santa Casa.

Os registros de homens *casados* indicam o mesmo fenômeno. Dos cinco casados, três indicaram como filiação um homem com o mesmo sobrenome. Em um caso, o de Claudino Alves de Almeida, 42 anos, cor *mista*, deste estado, o campo *filiação* não foi preenchido.³⁷⁵ Em outra situação, relativa a Luiz Sanchez, 38 anos, *branco*, deste estado, a *filiação* tinha o mesmo nome do paciente.³⁷⁶ Aqui há duas hipóteses: Luiz tinha o mesmo nome do pai ou, por algum motivo, o escrevão registrou duas vezes o nome do paciente, indicando que este estava desacompanhado e não informou nenhum parente. O mesmo acontece com outros dois pacientes, mas o motivo ainda parece nebuloso.

A única mulher *casada*, Josephina Balthar, 27 anos de idade, *branca*, deste estado, indicou como *filiação* apenas o sobrenome Balthar. É possível que ela estivesse se referindo à própria família, mas não é improvável que seu marido fosse conhecido como Balthar. Dadas as questões morais da época, seria difícil

³⁷¹ Livro de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Ano 1899, Livro 1, p. 37, nº 1646.

³⁷² Livro de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Ano 1899, Livro 1, p. 41, nº 1803.

³⁷³ Livro de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Ano 1899, Livro 1, p. 46, nº 2052.

³⁷⁴ Livro de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Ano 1904, Livro 5, p. 7, nº 497.

³⁷⁵ Livro de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Ano 1904, Livro 5, p. 31, nº 1576.

³⁷⁶ Livro de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Ano 1904, Livro 5, p. 91, nº 4284.

um marido permitir que a esposa fosse desacompanhada a um atendimento médico.

3.2 UM TETO TODO SEU?

A população que habitava o Beco do Fanha era bastante diversa, mas tinha algumas características em comum. Como as duas reportagens que abrem este capítulo ajudam a demonstrar, eram, em sua maioria, trabalhadoras e trabalhadores urbanos pobres, populares, que buscavam por moradia em locais próximos ao centro da cidade, de forma a ter acesso facilitado a certos meios de subsistência. Como os operários franceses do século XIX estudados por Michelle Perrot, os populares porto-alegrenses de início do século XX “reivindicam menos o direito à moradia do que o direito à cidade, ‘espaço para viver’”.³⁷⁷ Assim como na Europa, as habitações populares no centro de Porto Alegre parecem ter sido “antes um local de reunião provisória e temporária de uma família que vive [...] sobretudo na cidade”.³⁷⁸

Por isso mesmo, não estranha o fato de que tantos populares coabitassem com outras pessoas, muitas vezes meros conhecidos ou companheiros de trabalho. Essa convivência era um contraponto pragmático, não intencional, à ideologia burguesa da intimidade do lar. Em uma sociedade em transformação, na qual ideias sobre papéis de gênero e condutas públicas e privadas eram constantemente debatidas e propagadas pelos meios de comunicação e pelas autoridades, não é difícil imaginar que a habitação popular fosse terreno fértil para conflitos. Veremos nesta seção três casos relativos ao Beco do Fanha que atestam às dificuldades enfrentadas pelos populares na sua busca por um espaço para habitar no centro da cidade. Nossas fontes principais serão, novamente, os periódicos.

Começemos por um caso de assassinato ocorrido no ano de 1902. Na ocasião, Adolpho Ascani, natural de Roma, 23 anos de idade, solteiro, deu uma

³⁷⁷ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história. Operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017, p. 93.

³⁷⁸ *Ibid.*, p. 101.

punhalada em José Rigatto, 30 anos de idade, também solteiro, que morreu em decorrência do ferimento. O crime aconteceu às 22h30 do dia 7 de novembro de 1902 e foi reportado na manhã seguinte por *A Federação*.³⁷⁹ O local do ocorrido foi o *Hotel dos Viajantes*, situado à Rua Riachuelo, nº 164A, esquina do Beco do Fanha, propriedade de Domenico Rigatto & Filho.

O texto da reportagem é longo e cheio de detalhes, portanto passemos ao cerne do acontecimento. Dois agentes da polícia administrativa faziam patrulha pelo Beco do Fanha, próximo à Rua dos Andradas, quando ouviram gritos vindos da direção do hotel. Ao acudirem aos pedidos de ajuda, encontraram José Rigatto à porta do estabelecimento, sangrando profusamente pelo pescoço. Ao perscrutarem os arredores, os agentes avistaram um homem correndo na Rua Riachuelo, em direção à General João Manoel, e puseram-se em perseguição. O homem foi eventualmente capturado, não sem impor resistência, e, levado ao 1º posto policial, constatou-se tratar do agressor, Adolpho Ascani.

A vítima, como dissemos, faleceu em decorrência do ferimento, uma punhalada no pescoço, “interessando a carótida”. O assassino, que de acordo com o jornal “se achava embriagado”, assumiu a autoria do crime, dizendo “que fora o golpe bem aplicado, pois Rigatto era um mau homem e o que ele, Ascani, fizera tinha sido muito bem feito”. Interrogado pelo delegado judiciário da 1ª circunscrição, Adolpho Ascani relatou, nas palavras do jornalista d’*A Federação*:

[...] que às 10 horas da noite de ontem, achava-se no *Hotel dos viajantes*, a fim de contratar um cômodo para pernoitar porque, na tinturaria de Nasi & Sasso, à rua Coronel Fernando Machado, esquina da Marechal Floriano, não havia cama.

Antes de entrar em ajuste, mandara vir uma garrafa de cerveja, convidando para acompanhá-lo o artista tipógrafo Pompeu Pompilio Petrarcha.

Aconteceu, porém, que Ascani quebrasse um pequeno cálice, sendo-lhe dito por José Rigatto, um dos proprietários da casa, que ele satisfizesse o valor do prejuízo, ao que não se opôs.

Sendo, então, ofendido, com palavras, e agredido, por Rigatto, lançou mão de uma pequena faca de mesa, que se achava com outras em uma caixa de charutos e desferiu o golpe que ocasionou depois a morte da vítima.

³⁷⁹ *A Federação*, 08/11/1902, p. 2. As citações que se seguem foram retiradas desta reportagem.

Não viu, com certeza, o lugar em que cravou a faca.

Em seguida, pôs-se em fuga, até ser preso.

Ascani foi preso preventivamente e passou a aguardar julgamento. Este ocorreu somente no ano seguinte, em fevereiro, sendo o réu “unanimemente absolvido”.³⁸⁰

Chamam atenção no incidente alguns detalhes que dizem respeito à habitação. O jornal informa, ao fim da reportagem sobre o crime, que Adolpho Ascani era “empregado da casa de saúde *Bella Vista*, de onde saíra anteontem”. Se aceitarmos a última afirmação como um indício de que Ascani havia deixado definitivamente o emprego, é possível, por sua situação errante à noite do crime, que este pernoitasse no local de trabalho. De fato, o suspeito, quando interrogado, afirmou que foi ao *Hotel dos Viajantes* a fim de conseguir um cômodo para pernoitar, tendo em vista que não havia mais leitos disponíveis na tinturaria de Nasi & Sasso. Estes, a julgar pelos nomes, eram de origem italiana e provavelmente ofereciam quartos para outros imigrantes italianos na cidade.³⁸¹

Podemos imaginar, portanto, que Ascani estivesse em uma situação delicada quando cometeu o assassinato. Provavelmente sem emprego, o homem também girava a cidade à procura de um local para passar a noite. Porquanto o crime não tenha tido uma ligação direta à questão habitacional, suas circunstâncias revelam um cenário provável para inúmeros trabalhadores da cidade, com limitado acesso a locais de pouso e, não obstante, acossados pelas autoridades e pela legislação contra a *vadiagem*, que os impediam de vagar sem rumo pelas ruas, especialmente à noite.

Outro assassinato, ocorrido em 1900, expande o panorama da disputa por habitação entre imigrantes italianos. Mais uma vez, a reportagem do jornal *A Federação* é longa e detalhada, indicando a importância atribuída pelo periódico ao acontecimento.³⁸² Em resumo, na madrugada do dia 15 de janeiro de 1900,

³⁸⁰ *A Federação*, 09/02/1903, p. 2.

³⁸¹ Núncia de Constantino apontou que, já por volta da década de 1870, os italianos em Porto Alegre compunham “grupo psicossocial em forma de comunidade. Este grupo-comunidade tem, então, permanência temporal, tem consciência e se encontra unido por laços afetivos, tanto que seus elementos se entrelaçam por compadrio”. DE CONSTANTINO, op. cit., p. 43.

³⁸² *A Federação*, 15/01/1900, p. 2. As citações que se seguem foram retiradas desta reportagem.

Angelo Biassio e Derocco Vincenzo se envolveram numa rápida luta nas imediações da Praça da Alfândega, resultando na morte do primeiro e na prisão do segundo. Derocco Vincenzo tinha então 43 anos de idade, era italiano, solteiro e sapateiro. O jornal não deu mais informações sobre a vítima, apenas mencionando que também era italiano e que junto ao seu corpo fora encontrada “a chapa nº 22 de vendedor ambulante”.

Os antecedentes e circunstâncias do crime, mais uma vez, revelam mais do que o fato em si. O jornal reportou a história como o desfecho de um triângulo amoroso, composto ademais por Maria Giovanna Tavani, ambulante e amásia de Angelo Biassio. De acordo com a reportagem, havia tempos que Vincenzo investia sobre Maria Giovanna, ignorando por completo seu relacionamento com Biassio, a quem, inclusive, chegou a oferecer dinheiro pela mulher, insinuando que esta se prostituía. O assassino teria invadido a casa em que ambos viviam, no Beco do Fanha, nº 27, por mais de uma vez, tendo sido por isso recolhido ao xadrez em pelo menos duas ocasiões. Em 17 de dezembro de 1899, os contendores travaram luta corporal pela primeira vez, sendo ambos presos. O caso tornara-se notório na cidade, ou pelo menos nos círculos policial e jornalístico: era sabido que Derocco Vincenzo havia jurado Angelo Biassio de morte.

Uma semana antes do confronto final, um quarto elemento se somou à história, apesar de permanecer incógnito. O texto d'*A Federação* relata a reviravolta:

Em 7 de janeiro deste ano, Maria Tavani, tendo recebido comunicação de que seu antigo amásio aqui deveria chegar dentro em breve, a fim de juntar-se novamente com ela, de tudo deu ciência a Angelo Biassio e, amigavelmente, concordaram em separar-se.

Acresce que o indivíduo, amásio de Maria Tavani, é o pai de uma menina, filha daquela e alegava ela ser esta mais um motivo para a separação.

Ficou decidida a separação de Maria Tavani e Angelo Biassio, para que o amásio daquela, aqui chegando, não a viesse encontrar vivendo em companhia de outro homem.

Assim é que Maria Tavani deixou a casa de Biassio e foi morar no prédio nº 157 da rua dos Andradas, casa de alugar cômodos, aí aboletando-se com a filha.

O iminente retorno de um antigo amásio de Maria Tavani rompeu, *amigavelmente*, o arranjo que esta tinha com Angelo Biassio, seu atual companheiro e com quem dividia uma casa. A esta altura, no entanto, a rixa entre os Angelo e Derocco já havia se desenrolado para além da disputa por Maria, e chegou ao seu ápice na madrugada do assassinato.

A história é fascinante, como várias outras descobertas nas fontes investigadas. Em primeiro lugar, o jornal afirma que o rompimento da relação entre Maria Tavani e Angelo Biassio foi amigável apesar das circunstâncias. Embora não seja improvável que as coisas se resolvessem de forma amistosa entre os dois amásios, Maria também foi chamada a depor após o crime, de forma que pode ter dado uma versão mais amena dos fatos a fim de não se envolver com a morte de Biassio. Além disso, é profundamente relevante a maneira pela qual essas pessoas se entendiam no tocante à coabitação. Biassio e Maria Tavani viveram juntos por algum tempo, suficiente para sofrerem com mais de uma invasão de Derocco Vincenzo. Os amásios não viviam sozinhos, pois Maria Tavani tinha uma filha pequena, cujo pai era o antigo amásio que anunciaria seu retorno no início de 1900. Esse anúncio alterou não só a relação entre os amásios, mas sua situação no tocante à habitação. Maria Tavani e sua filha tiveram de procurar novo local para morar, optando por “se aboletar” em um local próximo.

A reportagem aponta a motivação de Derocco Vincenzo como resultado de seus “furiosos instintos libidinosos” e sua sede de vingança contra Biassio. É possível que este fosse realmente o caso, afinal Vincenzo não seria o primeiro homem na história a matar por um sentimento de posse sobre uma mulher. Para além disso, no entanto, é possível enxergar a disputa por Maria como parte de uma estratégia de sobrevivência comum aos populares do período.³⁸³ Lembremos que, ao receber notícia do retorno do pai de sua filha, Maria Tavani rompeu os laços de amasiamento com Angelo Biassio e encontrou um novo local para habitar. Maria “costumava estacionar à praça d’Alfândega, onde era

³⁸³ “[...] devido às condições adversas de luta para a reprodução de sua vida material, os laços de solidariedade e ajuda mútua entre os homens e mulheres em questão eram um aspecto fundamental de sua estratégia de sobrevivência [...]”. CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim – O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012, p. 185.

vendedora ambulante” e não parece ter tido dificuldades em arcar com as custas de um aluguel no centro da cidade, sendo, também por isso, uma parceira bastante cobiçada. De fato, três homens a disputavam, e pelo menos dois tinham um interesse evidente em coabitar com ela.

O compartilhamento de uma habitação entre os populares podia ser uma estratégia de sobrevivência, mas então, como hoje, o convívio podia gerar problemas e sua resolução passaria, em diversos casos, pela busca por uma nova moradia. Como encerramento, revisitaremos personagens já conhecidos, vistos no capítulo anterior.

Refiro-me ao casal Orfila Rodrigues e Paulo Manoel da Conceição, moradores do Beco do Fanha, nº 7. Lembremos que a matéria do jornal *A Federação* descreveu sua habitação como “pocilga infecta e anti-higiênica”.³⁸⁴ O texto é carregado em moralismos, narrando a relação do casal como “mal-humorada” e “azedada”. Na ocasião, após uma discussão mais cedo no mesmo dia e “depois de festejar o seu santo na tasca mais próxima com uns *tragos* de caninha”, Paulo Manoel desferiu um golpe de faca na região abdominal de Orfila. Ao tentar fugir, o agressor foi preso por um policial que andava próximo ao local; Orfila foi socorrida e tratada em sua própria casa.

O episódio é carregado de todas as tensões que vimos até o momento, de forma que se presta bem para amarrar a discussão. Temos, primeiramente, um casal de populares que coabitava em uma residência do Beco do Fanha e que entrou em conflito violento devido à convivência. Ao mesmo tempo, vemos a apreciação negativa que o maior periódico porto-alegrense da época fez sobre a situação, desabonando tanto os envolvidos como o local em que estes viviam. De fato, não era a primeira e nem seria a última vez que *A Federação* daria detalhes sobre o dia a dia do nº 7 do Beco do Fanha. Os conflitos inerentes ao modo de vida dos populares estavam expressos na agressão sofrida por Orfila, assim como as imagens de desordem e imoralidade correntes entre a alta sociedade e as autoridades estavam impressas nas páginas do jornal governista.

O ataque de Paulo Manoel representa apenas uma etapa das tensões que animavam o cotidiano dos becos de Porto Alegre no início do século XX.

³⁸⁴ *A Federação*, 29/06/1912, p. 2.

Podemos imaginar, para além do texto jornalístico, que Paulo Manoel tenha passado a noite sob outro teto, o do xadrez do 1º posto policial. Orfila, convalescente, deve ter sido assistida por suas companheiras, outras mulheres que viviam no mesmo endereço ou em prédios próximos e que, de forma intrincada, cerziam a trama de suas solidariedades cotidianas. Isto é, antes das marretas do progresso transformarem drasticamente o seu mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais razoável, mais inepto, mais preguiçoso, preferi a escrita de notas sobre livros imaginários.

Jorge Luís Borges

Realizei esta pesquisa majoritariamente em meio à pandemia de coronavírus, entre 2020 e 2022. Mencionei anteriormente que tinha, no início, outros objetivos, que precisaram passar por revisão mediante o cenário complexo e, para mim, sem precedentes. De forma que, ao encerrá-la, como Borges — modéstia à parte —, vejo-me pensando sobre textos imaginários, os quais poderia ter escrito em outras circunstâncias.

Penso, semelhantemente, nas possíveis histórias do Beco do Fanha. Penso em Orfila Rodrigues, esfaqueada, sofrendo sobre a cama, determinada a ser tratada em sua própria casa. Imagino os últimos pensamentos de Angelo Biassio, a última imagem que seus olhos viram. Penso em todos os moradores do beco, em seus destinos: que fim levaram, para onde foram após as desapropriações, onde passaram a habitar? E, por ora, contento-me com o silêncio, pois desconheço os caminhos — se existem — para obter essas respostas.

Estimo que o Beco do Fanha tenha existido por aproximadamente 120 anos. Por vezes essa afirmação me parece estranha, mas me mantenho firme na resolução de que, como postularam Gribaudi e Milton Santos, o espaço muda, é apagado e reescrito, como um palimpsesto. Mas aqui, como alhures, também sou assolado por perguntas. O beco surgiu no momento em que alguém primeiro atalhou encosta abaixo, descendo da Rua do Cotovelo à Rua da Praia? Ou passou a existir quando alguém primeiro articulou uma frase como “lá nas bandas do Beco do Fanha”? E isso importa?

Marc Bloch havia advertido, décadas atrás, sobre a futilidade, quando não o perigo, da busca obsessiva por origens históricas. No entanto, no caso do Beco do Fanha, como no de outros becos de Porto Alegre, essa investigação permite compreender mais profundamente os mecanismos que agiram na formação do

espaço urbano da cidade. E compreender esse processo nos ajuda a pôr em perspectiva o esforço empreendido pelas sucessivas administrações municipais para modernizar a capital do estado e apagar justamente aqueles antigos traços coloniais, obtusos, retrógrados.

O Beco do Fanha estava localizado em um espaço que, já em sua época, era muito valorizado. Nenhum outro beco ficava tão próximo de pontos nobres de Porto Alegre como o Teatro São Pedro, a Biblioteca Pública e a Praça da Alfândega. Era uma via por onde se descia às margens do Guaíba e se subia ao alto da encosta — à acrópole —, onde ficavam a Praça do Palácio, a Igreja Matriz, a Casa da Assembleia e o Palácio do Governo.

Mas era um trânsito incômodo para os membros da elite — os que desciam para fazer negócios e os que subiam para fazer política. No beco residiam pessoas simples, pobres, populares. Uns, trabalhadores morigerados, já integrados aos novos tempos, inseridos no mercado de trabalho assalariado; outros, trabalhadores ocasionais, jornaleiros, gatunos, prostitutas, gente considerada desonesta, preguiçosa e violenta. Juntos, em incômoda convivência, os diferentes setores da sociedade protagonizavam uma disputa pela cidade: os populares, pelo direito a permanecer nela; a elite, pelo privilégio de tê-la toda para si.

Ao longo da pesquisa, deparei-me com diversos moradores do Beco do Fanha. Apesar de ter tido acesso a informações diversas sobre alguns pelos Livros de porta da Santa Casa de Misericórdia, sinto que conheci melhor aqueles que os periódicos descreveram em ação, mesmo que exagerassem seus defeitos e pintassem-nos como estereótipos. Mas, ainda assim, não creio ter conseguido captar sua essência; seus sonhos e projetos me escapam, embora eu acredite que, se pudessem optar, não teriam ficado ao lado daqueles que decidiram destruir o Beco do Fanha.

O beco e seus habitantes já estavam sob escrutínio da sociedade porto-alegrense desde o final do século XIX, mas foi no início da década de 1910 que a Intendência Municipal, sob a administração de José Montauray, passou a mobilizar recursos e esforços a fim de reformá-lo. Dez anos depois, em 1922, um edifício frondoso de fachada eclética foi inaugurado numa das esquinas do

beco, que a essa altura já não guardava muito de suas características passadas e já nem podia mais ser considerado o mesmo espaço. O prédio serviria de nova sede para o jornal *A Federação*, o mesmo periódico que inúmeras vezes chamara atenção às desordens que ocorriam naquela via. Outros empreendimentos semelhantes se sucederam: o Grande Hotel, o Edifício Hudson, sede do Correio do Povo. Se até meados da década de 1910 era possível encontrar algum morador do local que o chamasse de Beco do Fanha, a essa altura a Travessa Paysandú já se impunha absoluta sobre qualquer outra denominação. Era outro espaço, outros habitantes, outra vida. O Beco do Fanha fora extinto.

Aprendemos que não se pergunta à História “e se?”. Mas não é este meu intuito. Não penso em outros possíveis desfechos para o Beco do Fanha com saudosismo. Não me questiono se teria sido melhor ou pior que as placas ainda ostentassem o mesmo nome do passado. De fato, acredito que mesmo sob um olhar mais benevolente, o beco teria se transformado ao longo do tempo, mantendo, talvez, um ou outro sobrado antigo, mas certamente não todos. Invoco outras possibilidades porque a história não se faz de frente para trás, do presente para o passado. Os habitantes do Beco do Fanha viviam tão intensamente seu presente como nós vivemos o nosso. Mesmo que não se organizassem para demandar direitos, nutriam intimamente sua visão da cidade ideal. Quando reclamavam dos altos aluguéis, talvez não pensassem em um mundo sem senhorios, sem patrões, mas certamente buscavam maneiras de mudar o seu presente, vislumbravam no horizonte possibilidades de uma vida melhor. É nesse sentido que falo em possíveis histórias do Beco do Fanha.

Por ora, teremos que ficar com a História, com *h* maiúsculo.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Mauricio de Almeida. A apropriação do território no Brasil Colonial. **Cidades**, Chapecó, v. 8, n. 14, p. 539-568, 2011.
- ALMALEH, Priscila. **Ser mulher**: cotidianos, representações e interseccionalidades da mulher popular (Porto Alegre 1889 - 1900). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2018.
- ARAGÃO, Solange. **Ensaio sobre a casa brasileira do século XIX**. São Paulo: Blucher, 2017.
- AREND, Silvia Maria Fávero. **Amasiar ou casar?**: A família popular no final do século XIX. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.
- AZARYAHU, Maoz. The power of commemorative street names. **Environment and Planning D: Society and Space**, LOCAL, v. 14, p. 311-330, 1996.
- BAKOS, Margaret Marchiori. **Porto Alegre e seus eternos intendent**es. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.
- BEDNARZ, Adriana Maria Laste. **Beco da desordem**: Rua 3 de Novembro e as reformas urbanas na administração José Loureiro da Silva (1937-1943). Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2011.
- BITTENCOURT, Doris Maria Machado de. **Casa, alcova e mulher**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.
- BRESCIANI, Maria Stella. A cidade e o urbano: experiências, sensibilidades, projetos. **Urbana**, v.6, n.8, p. 63-94, Campinas, CIEC/Unicamp, 2014.
- BRUNHAUSER, Felipe Farret. **Menores populares na Primeira República (Santa Maria, 1917-1921)**. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2018.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base na Décima Urbana de 1809. **Anais do Museu Paulista**, [S. l.], v. 13, 2005.
- _____. **A cidade como negócio**: mercado imobiliário rentista, projetos e processo de produção do Centro Velho de São Paulo do século XIX à Lei do Inquilinato (1809-1942). Tese (Livre Docência em História da Arquitetura e Estética do Projeto) – Universidade de São Paulo, SP, 2018.
- CANTISANO, Pedro Jimenez. Lares, Tribunais e Ruas: A inviolabilidade de domicílio e a Revolta da Vacina. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, Vol. 06, n. 11, p. 294-325, 2015.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

_____. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CONSTANTINO, Núncia S de. **O italiano da esquina**. Imigrantes na sociedade porto-alegrense. Porto Alegre: EST, 1991.

CORUJA, Antônio Álvares Pereira. **Antigualhas** – Reminiscências de Porto Alegre. Porto Alegre: Erus, [1881] 1983.

DOUGHERTY, Thomas. **The American alley** – a hidden resource. Brainerd, Minnesota: Strong Towns, 2021. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/53dd6676e4b0fedfbc26ea91/t/612016b8da04c87ea78656af/1629492930799/American+Alleys+e-book.pdf>. Acesso em: 28/11/2022.

ECKERT, Kleber. RÖHRIG, Maiquel. Os nomes das ruas da cidade de Estrela-RS: um estudo hodonímico. **Caletroscópio**, Ouro Preto, Volume 5, n. 8, p. 198-213, jan. – jun. 2017.

FIALHO, Daniela Marzola. **Cidades visíveis**: Para uma história da cartografia como documento de identidade urbana. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, 2010.

FLORES, Giane C.; ALMALEH, Priscilla; ALMEIDA, Vinicius F. de. Cor, moradia e trabalho: a distribuição espacial e laboral da população negra em Porto Alegre no final do século XIX. **Ofícios de Clio**, Pelotas, vol. 1, nº 1, 2016.

FLORES, Moacyr. A casa dos expostos. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 11, n.2, p. 49-60, 1985.

_____. Origem e fundação de Porto Alegre. In: DORNELLES, Beatriz (Org.). **Porto Alegre em destaque**: história e cultura. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: guia histórico**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1988.

GLEZER, Raquel. **Chão de terra e outros ensaios sobre São Paulo**. São Paulo: Alameda, 2007.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência** – criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860 – 1910. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GRIBAUDI, Maurizio. Escala, pertinência, configuração. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____. Continuité et changements dans l'évolution d'une ville. Notes et questions sur le Paris de la première moitié du XIXe Siècle. Paris: **Transversalités**, no. 134, p. 11-28, 2015/3.

GRIGIO, Ênio. “No alvoroço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibate que intimidasse”. **A comunidade negra de Santa**

Maria e sua Irmandade do Rosário (1873-1942). Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, 2018.

HALL, Catherine. Sweet Home. In: PERROT, Michelle (Org.). **História da vida privada**, 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

KOEHLER, Ana Luiza Goulart. **Retraçando os becos de Porto Alegre:** visualizando a cidade invisível. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2011.

KRAUSE, Cleandro; FRIDMAN, Fania. Segregação residencial em perspectiva histórica: delimitações administrativas e de áreas de intervenção urbanística em Porto Alegre. **Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, São Paulo, v. 17, n. 1, 2017.

LEMOS, Carlos A. C. **História da casa brasileira:** a casa colonial, casas urbanas e rurais, a habitação burguesa. São Paulo: Contexto, 1989.

LEWGOY, Bernardo. Os cafés na vida urbana de Porto Alegre (1920-1940): as transformações em um espaço de sociabilidade masculino. **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 10, nº 24, 2009.

MACHADO, Lucas Soares. **Um beco na sala de visitas:** modernidade e reforma urbana em Porto Alegre na Primeira República, 1911-1920. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2019.

MAUCH, Cláudia. **Ordem pública e moralidade:** Imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

_____. **Dizendo-se autoridade:** Polícia e policiais em Porto Alegre, 1896-1929. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017.

MONTEIRO, Charles. **Porto alegre - urbanização e modernidade:** A construção social do espaço urbano. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

MOREIRA, Paulo R. S. **Entre o deboche e a rapina** – os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre. Porto Alegre: Armazém Digital, 2009.

MOURA, Denise A. Soares de. Disputas por chãos de terra: expansão mercantil e seu impacto sobre a estrutura fundiária da cidade de São Paulo (1765-1848). **Revista de História**, São Paulo, n. 163, p. 53-80, jul./dez. 2010.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história.** Operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

PESAVENTO, Sandra J. **Os pobres da cidade.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.

_____. **O cotidiano da república.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995.

_____. **Uma outra cidade** – O mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001a.

_____. Era uma vez o beco. In: BRESCIANI, Maria Stella (org). **Palavras da cidade**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001b.

PORTO ALEGRE, Aquiles. **História popular de Porto Alegre**. Edição organizada por Deusino Varela para as comemorações do bicentenário da cidade e oficializada pela Prefeitura Municipal. Porto Alegre, 1940.

QUEIROZ, Eneida. **Justiça Sanitária** – cidadãos e Judiciário nas reformas urbana e sanitária – Rio de Janeiro (1904-1914). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2008.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

RIBEIRO, Gladys Sabina. Cidadania e lutas por direitos na Primeira República: analisando processos da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal. **Tempo**, v. 13, n. 26, p. 101-117, 2009.

ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. **Além da invisibilidade**: história social do racismo em Porto Alegre durante o Pós-Abolição (1884-1918). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Unicamp, Campinas, 2014.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço** – Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor** – Esperanças e recordações da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

SOUZA, Celia Ferraz de. **Plano geral de melhoramentos de porto alegre**: o plano que orientou a modernização da cidade. Porto Alegre: Armazém Digital, 2010.

TOMASCHEWSKI, Cláudia. **Caridade e filantropia na distribuição da assistência**: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas – RS (1847-1922). Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2007.

VARGAS, Anderson Zalewski. **Os subterrâneos de Porto Alegre**: Imprensa, Ideologia autoritária e Reforma social (1900-1919). Porto Alegre: Editora Letra1, 2017.

WEIMER, Günter. Engenheiros alemães no Rio Grande do Sul, na década de 1848 – 1858. **Estudos Ibero-americanos**. Porto Alegre, n. 6, v. 2, p. 151-205, 1980.

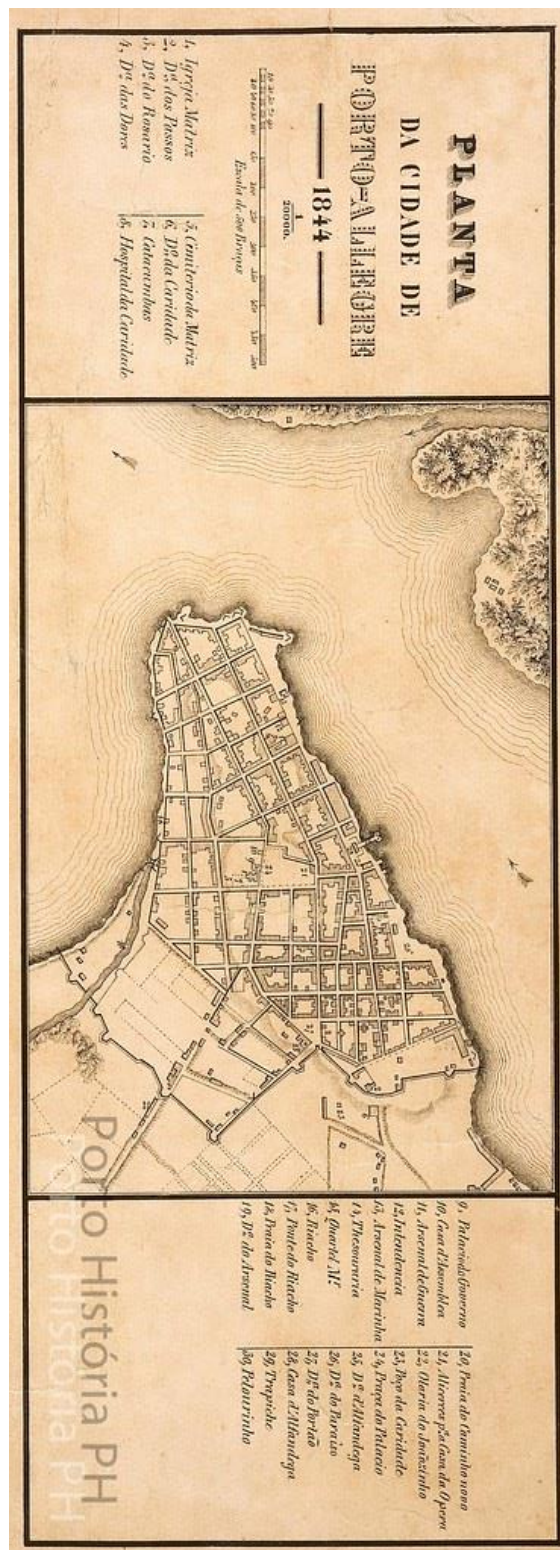
_____. **Arquitetura de Porto Alegre**: os primórdios. Canoas: Ed. ULBRA, 2019.

ANEXO A – PIANTA DA CIDADE DE PORTO ALLEGRE, 1833, DE LÍVIO ZAMBECCARI



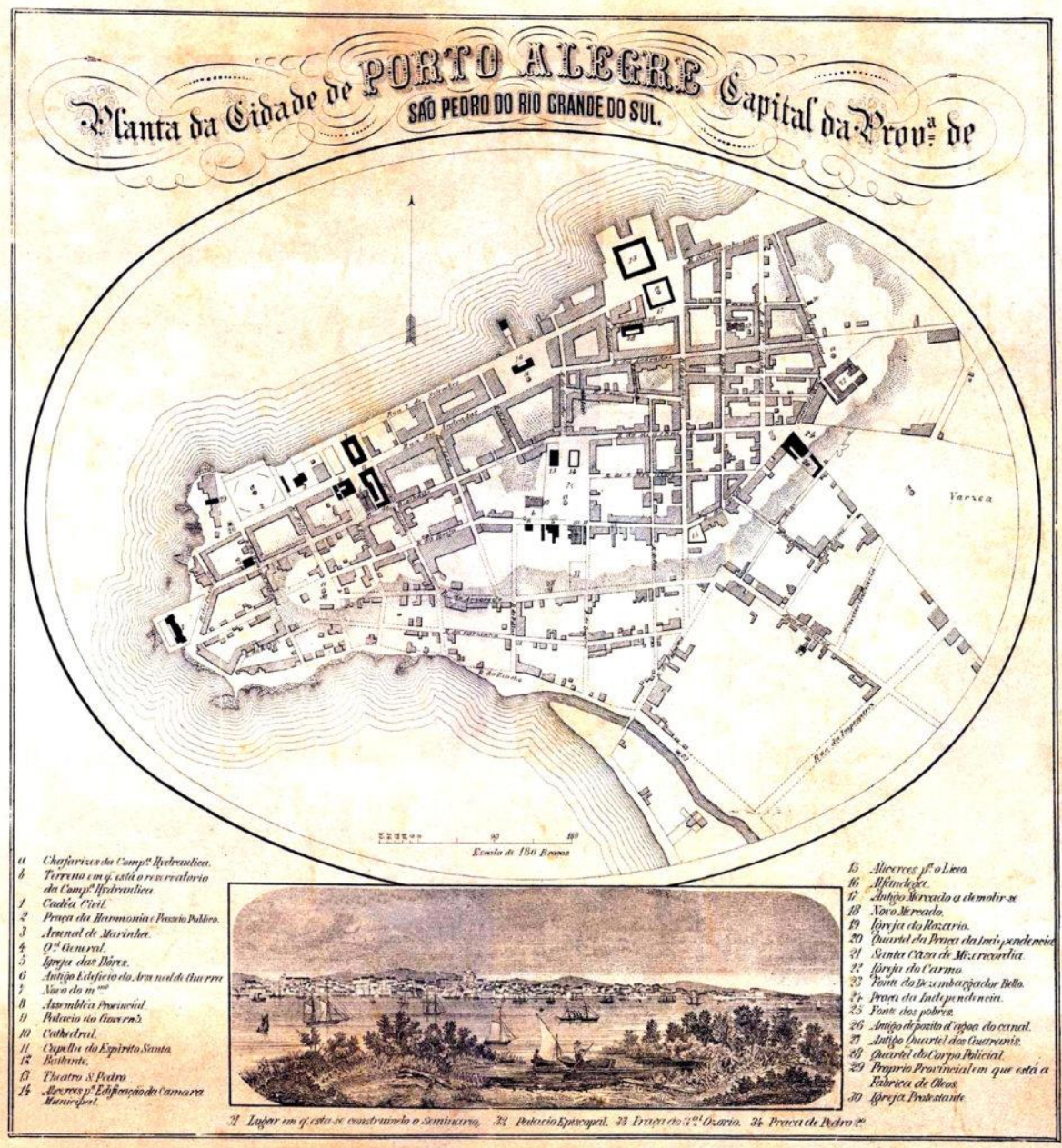
Fonte: <https://www.flickr.com/photos/c4rr4ro/7058700833>.

ANEXO D – PLANTA DA CIDADE DE PORTO-ALLEGRE, 1844, DE CONRADO JACOB NIEMEYER



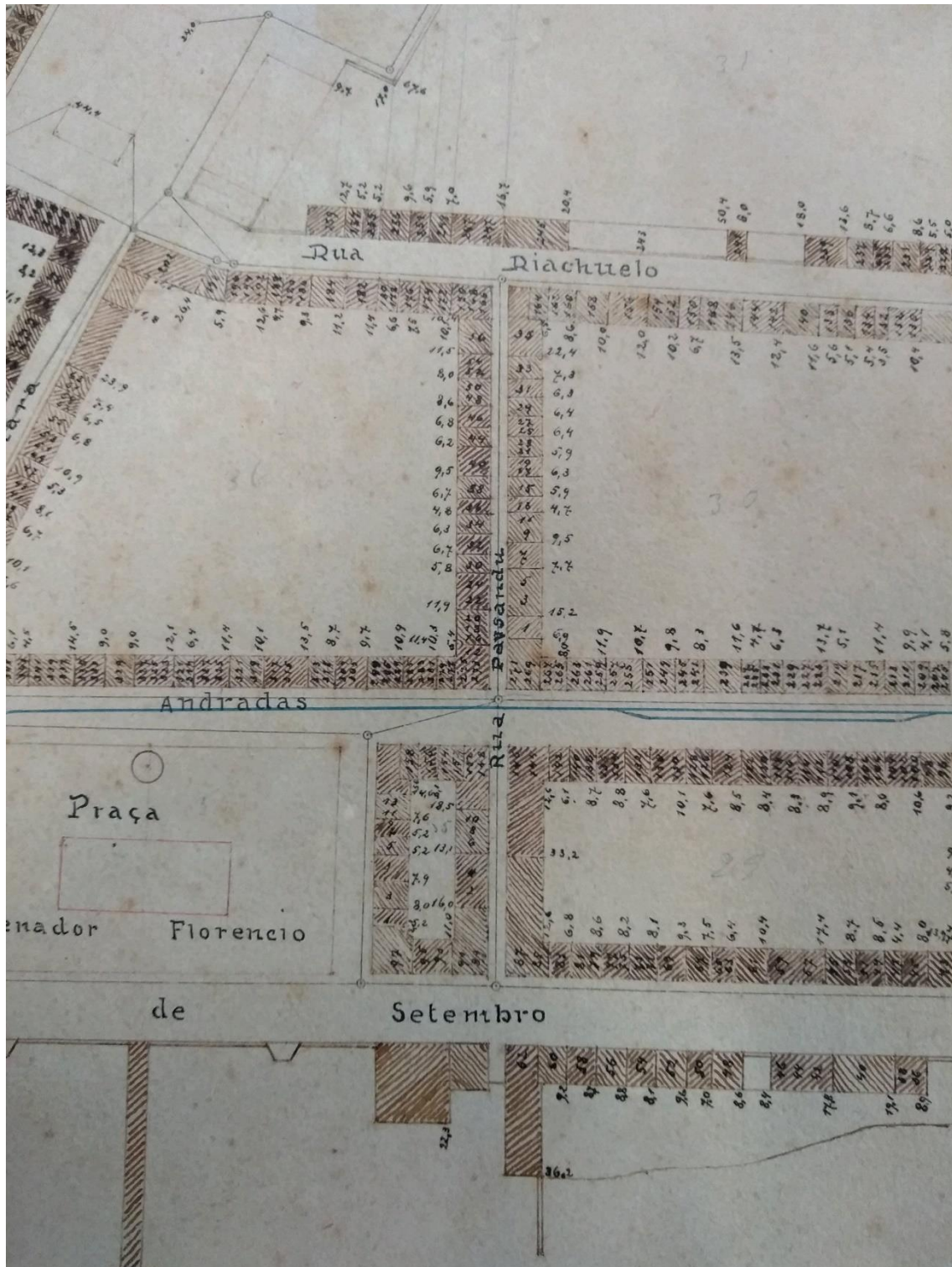
Fonte: <https://prati.com.br/mapas/porto-alegre-planta-1844.html>.

ANEXO E – PLANTA DA CIDADE DE PORTO ALEGRE, 1868, DE ANTÔNIO ELEUTHÉRIO DE CAMARGO



Fonte: <https://www.analuzakoehler.com/becodorosario/os-becos-atraves-das-plantas-de-porto-alegre/planta-de-porto-alegre-1868-2/>.

ANEXO F – LEVANTAMENTO CADASTRAL DE 1893, DE GUILHERME AHRONS



Fonte: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Levantamento cadastral - Controle Central do Patrimônio; Imobiliário, c/ Rede Trigonométrica, 1893, Guilherme Ahrons.